



Retratos em movimento

Vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense

Linderval Augusto monteiro

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federação do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História Social.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Marieta de Moraes Ferreira

Rio de Janeiro, Março de 2007
Retratos em movimento

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense

Linderval Augusto Monteiro

Orientação: Professora Doutora Marieta de Moraes Ferreira

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federação do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História Social.

Aprovada por:

Prof. Dr.^a Marieta de Moraes Ferreira – Orientadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Alexandre Fortes
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Instituto Multidisciplinar.

Prof. Dr. Carlos Eduardo Barbosa Sarmiento
CPDOC/FGV

Prof. Dr. João Trajano Sento-Sé
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Prof. Dr.^a Maria Paula Nascimento Araújo
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Março de 2007

Monteiro, Linderval Augusto Monteiro.

Retratos em movimento: Vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense/ Linderval Augusto Monteiro – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007. x, 298 f.: il.; 31 cm.

Orientação: Marieta de Moraes Ferreira

Tese (doutorado) – UFRJ / Instituto de Filosofia e Ciências Sociais / Programa de Pós-graduação em História Social, 2007.

Referências bibliográficas: f. 272-286.

1. Cidadania. 2. Invisibilidade social. 3. Liderança popular. 4. Baixada Fluminense. I. Ferreira, Marieta de Moraes. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em História Social. III. Título.

RESUMO

Retratos em movimento
Vida política, dinamismo popular e cidadania na
Baixada Fluminense

Linderval Augusto Monteiro

Orientação: Professora Doutora Marieta de Moraes Ferreira

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federação do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História Social.

A presente tese propõe-se a retratar politicamente a população proletária da Baixada Fluminense através da apresentação de quatro casos-problema. A saber, o caso Ilda do Prado, o caso Antônio de Souza Leite, o caso Marcelo Souza e o caso Adriano Vianna.

Une tais personagens o fato de serem líderes comunitários na região estudada, ou por em algum momento de suas vidas terem se destacado do restante da população baixadense resolvendo problemas diversos alguns dos quais existentes desde o momento de colonização proletária dessa parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ou decorrentes do próprio processo não planejado de ocupação da Baixada que é caracterizada socialmente por ter recebido uma grande quantidade de imigrantes, sobretudo nordestinos, entre 1950 e 1980 principalmente.

Intencionam as descrições densas que compõe este trabalho investigar as identidades detidas pela população proletária dos bairros circundantes das cidades baixadenses principalmente a fim de determinar o sentido de cidadania para esta população usualmente tida como politicamente apática e facilmente manipulável pelas classes superiores das quais “imitam” o comportamento. O ponto de vista aqui exposto é contrário a tais pré-conceitos e por isso a opção por se ouvir a voz da própria população proletária foi feita a fim de que o dinamismo popular pudesse surgir através das falas nativas.

Palavras-chave: Baixada Fluminense, cidadania, invisibilidade social, liderança popular

Rio de Janeiro, Março de 2007

ABSTRACT

Pictures in moviment
Politic life, popular dynamism and citizenship in
Baixada Fluminense

Linderval Augusto Monteiro

Orientação: Professora Doutora Marieta de Moraes Ferreira

Abstract da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federação do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História Social.

This thesis has the purposes of showing politically the worker cathegory population from Baixada Fluminense with the apresentation of four case-problem. It is going to be shown the cases Ilda do Prado, Antonio de Souza Leite, Marcelo Souza and Adriano Vianna.

These characters have in common the fact of being community leaders of the studied area, or because in any moment of their lives they have been prominent people, different from the others who live in Baixada Fluminense. They have been solving several problems and some are here in Baixada since the worker cathegory colonization moment from this part of Metropolitan Region of Rio de Janeiro, or the problems brought from the own process, which was not planned, of occupation of Baixada, that is labelled sociably because it has received a huge amount of immigrants, above all people from the nort-east region, specially between the 50's and the 80's.

The thick description of this thesis have the intention of investigating the identities of the worker cathegory population from the neighbouring baixadense cities, specially to establish the sense of citizenship on this population, that is usually shown as politically lethargic and totally controlled by the wealthy cathegory whose behaviour they like to "immitate". The point of view of view, which is shown in this thesis, is against this prejudice. And because of this there is the choice to listen the own voice of the worker cathegory population, so the popular dynamism could come out through natives voices.

Key-works: Baixada Fluminense, citizenship, social invisibility, popular leadership.

Rio de Janeiro, Março de 2007

Sumário

Introdução	11
1. A Baixada Fluminense em perspectiva: ocupação proletária e exclusão social ...	36
1.1. – Baixada fluminense	36
1.2. – Os loteamentos baixadenses	39
1.3. – Gênese das lideranças comunitárias baixadenses	43
1.4. – Proletários <i>versus</i> “políticos”	64
1.5. – A Rede de resolução de problemas práticos	72
1.6. – Colonização e solidariedade proletárias	77
2. O caso Ilda do Prado	84
2.1. – O Capivari	85
2.2. – Ilda do Prado	94
2.3. – As Justiceiras do Capivari	100
2.4. – Uma morte inevitável?	109
2.5. – “Isso não pode continuar terra de ninguém, sem lei.”	113
3. O caso Antônio Souza Leite	119
3.1 - “Poder popular” <i>versus</i> poder público	130
3.2 - A criação do município de Mesquita	139
3.3. - Morar na Chatuba	157
4. O Caso Marcelo Souza	170
4.1. - Roça limpa	187
4.2. - O “vereador da área”	196
4.3. - “[...] matar bandido não é serviço social?”	205
5. O caso Adriano Vianna	216
5.1 - Um efeito?	216
5.2 - Uma causa?	224
5.3 - Um contexto?	227
5.4 - Adriano Vianna	233

5.5 - Bairro <i>versus</i> Favela	239
Conclusão	256
Referências bibliográficas	272
Anexos.....	287

Lista de Anexos

Anexo A: Mapas Baixada Fluminense	287
Anexo B: Loteamentos baixadenses	288
Anexo C: Prefeitos caxienses da fundação ao ano de 2006	289
Anexo D: Bairro de Capivari	291
Anexo E: Ildacilde do Prado Lameu	292
Anexo F: O município de Mesquita	293
Anexo G: Índice de carências dos municípios fluminenses	294
Anexo H: A favela de Nova Jerusalém	298

Dedicado à Deise e ao João Gabriel. Ela dividiu comigo nestes últimos anos as dificuldades de estar distante de casa e de meu lugar de pesquisa e ele reorientou, até antes de nascer, minha vida e ambições.

AGRADECIMENTOS

Seria impossível não agradecer primeiramente, após a feitura desta tese, as pessoas fundamentais de minha família, Deise e João Gabriel, que toleraram - às vezes não tão pacientemente - minhas ausências inerentes ao trabalho de pesquisa e redação.

Por razões diversas minha mãe Adair, meu pai Sebastião e minha irmã Luciana possibilitaram minha carreira acadêmica.

Os alunos das três turmas de Licenciatura em História de uma faculdade localizada em Manhumirim, Minas Gerais, na qual trabalhei nos quatro anos em que cursei o doutorado, suportaram pacientemente a audição dos resultados (para eles surreais) de minhas pesquisas, apesar de viverem uma realidade radicalmente diferente da que eu apresentava. Além de agradecer-los devo me desculpar pela intromissão não permitida em suas vidas e preocupações.

Carlos Eduardo Barbosa Sarmiento foi importante por dois motivos. Em primeiro lugar foi ele o responsável pela organização das minhas idéias sobre a Baixada Fluminense ainda no momento final do curso de Graduação em História. Depois sugeriu-me modificações que foram fundamentais na redação final da tese durante o exame de qualificação do projeto de pesquisa.

Pelas sugestões e literatura indicadas, sou muito grato a Alexandre Fortes, também componente de minha banca de qualificação do projeto original de pesquisa.

Por último devo dizer que sou devedor eterno de minha orientadora, Marieta de Moraes Ferreira. Suas sugestões, espírito crítico, paciência e fé em minha capacidade de superar dificuldades contribuíram diretamente para o resultado final aqui apresentado.

Desnecessário é dizer que os defeitos e erros pertencem somente a mim.

INTRODUÇÃO

As cores e as formas dos retratos

“[...] há coisas que me encerram ou que eu não ousa tocar porque estão demasiado perto.” (E.E. Cummings traduzido por Augusto de Campos)

Mesmo após muitos trabalhos sobre a Baixada Fluminense ainda é possível afirmar que poucos historiadores preocuparam-se com a vida política e social desta região. Decorre isto, talvez, da dificuldade que a maior parte de nós experimenta quando é colocado face a face com situações que forçam uma aventura por terrenos não muito sólidos. Ora, a Baixada Fluminense é um destes muitos lugares pantanosos em que às vezes somos obrigados a metermos-nos, por isso mesmo quando a visualizamos mostra-se tentador ceder ao desejo de driblar as dificuldades e pôr em pé de igualdade os homens pertencentes à população proletária dessa região, categorizando-os da forma como habitualmente se classificam as pessoas socialmente subalternas em qualquer época ou local. Ainda mais que ali na Baixada Fluminense o trabalho de massificar-se a população proletária é facilitado porque todos nós sabemos de onde aquela gente veio, sabemos dos motivos dessas vindas em um mesmo contexto histórico e para exercer, quase todos, funções economicamente subalternas na cidade do Rio de Janeiro. Se agregarmos a isto o fato de tal população ser em sua maioria muito pobre, a massificação advinda de se encarar uma população periférica se acentua em muito na região da Baixada.

Há também a facilidade de encararmos a Baixada como uma periferia urbana exatamente igual a qualquer outra periferia brasileira e a opção pelo igualitarismo nivelador volta a aparecer neste caso como mais simples. Uma explicação sobre uma periferia paulistana ou

nordestina, por exemplo, deve ser adequada à Baixada e seus moradores após um trabalho de adaptação. Um cálculo que pode ser feito pelo estudioso dos fenômenos sociais vividos pelos grupos subalternos existentes ali é quase matemático: relações desenvolvidas por proletários vindos recentemente do campo (mas especificamente da região Nordeste brasileira) e habitantes de locais de moradia formados a partir de loteamentos, invasões ou favelas, devem ser no mínimo semelhantes. Não significa isto que os proletários baixadenses não mereçam investigação, entretanto um esforço muito grande no sentido de se estabelecerem as especificidades do caso baixadense constitui-se em uma verdadeira perda de tempo. A exposição dos fatos únicos ocorridos ali é o máximo de diferença entre o que existe na Baixada e aquilo que ocorre em qualquer zona recuada de grandes cidades. Atribuir aos baixadenses características próprias não é algo essencial, ainda mais após tanta discussão sobre como as massas populares se comportam quando abandonadas a sua própria sorte ou manipuladas por um ser invisível geralmente identificado com o Estado, com a elite ou com um governo qualquer.

Ações individuais quando pertencem aos elementos que foram devidamente despersonalizados pelas abordagens sociais preocupadas em esclarecer as maneiras através das quais estes mesmos seres “fazem a história” não são muito bem-vindas. É muito mais adequado continuar pensando no conjunto e não destacar dele uma pessoa ou qualquer fato isolado. Ao contrário disto, este trabalho originou-se da busca de um nome e do descobrimento de um caso “isolado”.

A idéia de investigar-se a gênese da liderança popular baixadense e relacioná-la com as formas políticas de resolução de problemas práticos na região da Baixada Fluminense através de estudos de casos envolvendo pessoas anônimas remonta ainda à época em que eu es-

crevia minha dissertação de mestrado¹ e deparava-me freqüentemente nos periódicos locais que verificava ou nos bairros proletários pelos quais transitava à caça de entrevistados com casos ao mesmo tempo cativantes e conduzidos por pessoas que poderiam ser categorizadas como comuns e anônimas. Foi assim que ao final do ano de 1999 tomei conhecimento da ocorrência em junho daquele mesmo ano de uma revolta popular em uma favela do município de Duque de Caxias e logo depois descobri que a revolta iniciara-se após a ação de uma única pessoa: Adriano Vianna. Um jovem de vinte anos, catador de lixo, semi-analfabeto, negro, sem passagens pela polícia e assassino - segundo uma decisão jurídica por legítima defesa - de dois bandidos que compunham a quadrilha responsável pelo tormento dos moradores da favela de Nova Jerusalém.

A aparente gratuidade do ato de Adriano, a ação dos moradores de Nova Jerusalém, se revoltando e expulsando todos os bandidos da favela e o total espanto dos agentes estatais responsáveis pelo problema de ter em suas mãos uma população favelada que por alguns meses manteve grupos precariamente armados e dispostos a não permitir a volta dos bandidos, confirmava diversas de minhas hipóteses acerca da qualidade das ações políticas da população proletária baixadense.

Pareceu-me desde o encontro no lixo de um jornal popular que relatava o caso, valer a pena investigar a vida de Adriano Vianna e de seus vizinhos até porque tudo aquilo que eu li acerca de toda a história me mostrava uma Baixada Fluminense para mim diversa daquela onde cresci, parecendo-me que essa diversidade poderia ser mais bem elucidada através do estudo de alguns casos-chave que elegi a partir de novas visitas às centenas de exemplares de periódicos utilizados para escrever a dissertação e que possuíam como elo o fato de retratarem a movimentação de mulheres e homens baixadenses não produtores voluntários de documen-

¹MONTEIRO, Linderval Augusto. **Baixada Fluminense, identidades e transformações**: Estudo de relações políticas na Baixada Fluminense...2001, Dissertação (mestrado em história social), Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

tos escritos, porém personagens de ações políticas quase todas relacionadas a alguma tentativa de resolver problemas práticos e imediatos sobreviventes devido à inexistente, pequena ou incômoda presença estatal.

Sendo assim, o meu projeto original de pesquisa que era biografar Adriano Vianna, foi substituído por um mais amplo e não diretamente relacionado com um esforço biográfico, no entanto, ainda pretendendo narrar trajetórias pessoais e por isso cada um dos casos investigados possui o nome da pessoa que o conduziu ou chamou a minha atenção. Necessário é dizer, porém, que não consegui, felizmente, dissociar as ações de meus personagens principais das ações e reações de seus vizinhos. Neste sentido o termo trajetória seja talvez mais adequado que biografia.

Agora após a conclusão da pesquisa e relativamente distante da época em que iniciei minhas aventuras pelas periferias das cidades baixadenses, tenho a sensação de ter traçado um caminho ilógico. Afirmo isto porque o caminho “natural” a partir de minha dissertação de mestrado cujo ápice foi a análise da trajetória política do primeiro prefeito do ex-distrito iguaçuano de Belford Roxo, o ex-líder comunitário, ex-justiceiro (segundo alguns) e ex-vereador iguaçuano Joca (Jorge Júlio Costa dos Santos) talvez fosse a dissecação do estilo de liderança política iniciada por ele e seguida por vários outros políticos da região, destacando-se dentre estes o ex-prefeito de Duque de Caxias José Camilo dos Santos (Zito), também ex-líder comunitário, justiceiro (segundo os mesmos analistas que atribuem essa marca a Joca) e ex-vereador caxiense.

Se o objetivo fosse encarar um problema menos denso, a observação da elevação desses “discípulos de Joca” ao poder era sem dúvida mais operacional porque ao ocupar as prefeituras e os legislativos baixadenses e fluminense tais agentes públicos produziram tantos documentos sobre suas ações que se transformaram em alvos da imprensa, dos inimigos, da

justiça e dos próprios baixadenses comuns alguns ávidos por expressarem opiniões sobre esse novo tipo de político.

De certa forma a exposição pública surgiu para mim como uma espécie de contaminação da amostra. À luz do sol estes antigos “líderes marginais” pareciam exóticos porque a cultura política original ao qual estavam presos não era reconhecida pelos expectadores e eles mesmos tentavam adaptar-se ao novo ambiente, ou seja, comportar-se de acordo com o padrão. Se minha intenção era investigar a gênese de uma forma peculiar de se “fazer política”, o prefeito Zito não era mais um bom modelo. Suas esperanças de ser o governador do Rio de Janeiro, seus planos de expansão do carisma exemplificado pela eleição da filha deputada estadual, da esposa prefeita de Magé e do irmão caçula prefeito de Belford Roxo, inviabilizavam meus planos porque tornava minha pesquisa de doutoramento em uma simples sucessora dos meus trabalhos anteriores e talvez a repetição das reflexões sobre a Baixada Fluminense e a sua vida política que eu já fizera.

Um recuo era necessário e a investigação de vidas comuns de pessoas transformadas em algum momento em extraordinárias enquanto lideravam ações partilhadas por qualquer morador de um bairro proletário baixadense surgiu para mim como a solução para o problema de se definir como a liderança de Joca e seus semelhantes, como Zito, surgiu e desenvolveu-se apoiada na aceitação popular maciça, caracterizando-os não como líderes políticos formais e sim assemelhando-os ao que João Trajano Sento-sé chama de “líder eminentemente popular”² na medida em que, embora alguns destes baixadenses tenham se transformado em agentes políticos formais, sua base legitimadora continuou sendo o “povo da Baixada”, fazendo parte de seu ideário político práticas semelhantes àquelas dos próprios proletários-migrantes que colonizaram a Baixada Fluminense ao longo do século XX, indo além, portanto, do ancora-

² SENTO-SÉ, João Trajano. Brizola e a liderança popular. **Artigo inédito.**

mento político que é algo visualizado por Sento-sé nos “líderes populares *strictu-sensu*” que extraem do apelo popular “a autoridade e o prestígio que detém”.

Preocupado com a investigação de vidas de elementos pertencentes ao estrato mais subalterno da população da periferia de uma grande metrópole brasileira, um trabalho de história política possui poucos direitos de não ser engajado. Ainda menos direitos tem esse trabalho quando é seu autor alguém que viveu por quase toda a vida em um dos inúmeros bairros proletários baixadenses. Difícil é para ele não sentir-se ao mesmo tempo cientista e participante direto do contexto estruturador dos episódios aqui relatados. Talvez por isso chame eu em meu auxílio E.P. Thompson, que em seu *Costumes em Comum* explicitou de forma clara a sua preferência por acompanhar a vida cotidiana e investigar os fatos vivenciados pelas pessoas pertencentes às classes populares, o que equivale em muitos momentos a um desejo de dar voz aqueles agentes sociais não privilegiados pelas visões históricas “tradicionais”. Tal desejo de Thompson terminou por originar o que esse mesmo historiador chamou “*history from below*”, identificada desde a sua origem com o resgate da história vivenciada pelos estratos mais marginalizados de qualquer sociedade ocidental moderna ou contemporânea, tendo tal vertente da historiografia inglesa marxista terminado por inspirar historiadores italianos que ao longo da década de 1960 e 1970 desejavam minimizar a grande influência positivista presente na produção historiográfica daquele país.

A partir deste encontro de interesses nasceu a micro-história, canalizadora dos desejos de montagem de quadros históricos considerados mais legítimos, porque capazes de retirar das sombras os habitantes de áreas menos centrais de nossas sociedades. De certa forma a microanálise histórica proposta pelos historiadores italianos reunidos em torno dos *Quaderni Storici* - Edoardo Grendi, Giovanni Levi e Carlo Ginzburg - potencializou os desejos de mu-

dança presentes no mundo dos historiadores daquelas décadas, desejos de mudanças não satisfeitos pelas idéias contidas nas derivações da *École des Annales*.

Principalmente havia como fator deflagrador da gênese desta forma original de visualizar-se os objetos dos historiadores a ânsia por fazerem entes de “carne e sangue” retornarem aos estudos de história excessivamente preenchidos por especulações acerca do que se passava nas mentes de gerações humanas passadas ou na catalogação e análise dos números contidos nos documentos seriais capsuladores definitivos das classes populares.

Detalhar ações diversas de pessoas componentes de grupos sociais subalternos surgiu para estes jovens estudiosos italianos como forma privilegiada de fazerem-se estes estratos esquecidos terem a sua história devassada, caracterizando-se também a abordagem microanalítica pelo anseio de aprofundar-se em um diálogo com as demais ciências humanas, sendo para aqueles historiadores italianos parceira mais importante a antropologia.

Pensando especificamente nas razões existentes para se confeccionar um trabalho de microanálise histórica sobre a Baixada Fluminense, pareceu-me que seria mais frutífero pensar na colonização recente daquela região por uma população socialmente subalterna não através da eleição de conceitos aplicáveis usualmente em situações semelhantes de ocupação do solo urbano, porém não satisfatórias quando o interesse é estabelecerem-se as diferenças e mostrar os detalhes em lugar de confirmar as semelhanças e visões gerais.

Não se trata de supervalorizar os objetos estudados por mim, mas de acreditar que é de fundamental importância sentir as pulsações de uma Baixada subterrânea e desconhecida onde as relações entre os homens respeitam regras próprias, não exatamente únicas ou isentas de contatos com o exterior, mas também não exatamente iguais às aquelas existentes nas demais regiões socialmente periféricas do Brasil.

Tentar explicações a partir “de dentro” como eu sugiro é algo que marca a historiografia brasileira contemporânea, de acordo como Ângela de Castro Gomes,³ responsável por um balanço caracterizado por apresentar as novas obras de história do Brasil como responsáveis pela luta contra mitos enraizados nas próprias maneiras de se pensar a história nacional, elencando ela como mito principal aquele que relaciona aos elementos populares em qualquer época de nossa história uma marca negativa como a apatia. Assim, se pensamos no período colonial, quando os trabalhadores eram escravos quase todos eles, a ênfase das análises sobre o período definiam os componentes das classes subalternas como “coisas”, “peças”, reproduzindo o discurso senhorial e legitimando a percepção do “povo” como inativo e manipulável, enquanto reproduzidor do pensamento das classes superiores.

Substituída a escravidão e a monarquia por um caótico mundo assalariado do trabalho em uma questionável república democrática, a visão acadêmica sobre as classes sociais subalternas não se modificou substancialmente e o que Ângela de Castro Gomes chama de “história social do trabalho livre no Brasil do século XX” produzida a partir da década de 1980 buscou fundamentalmente eliminar os mitos que uma certa visão marxista principalmente havia incorporado ao ideário social e que era marcada pela não visualização da capacidade de reação dos elementos das classes subalternas, que mesmo quando reivindicavam direitos usurpados através de atos, alguns, violentos o teor de tais reações era tido como irracional, desorganizado e portanto localizado fora do mundo político e no interior de um universo depreciado como o da malandragem ou do bilontrismo.

Ao contrário disso, a nova visão da questão social, ancorada em novas maneiras de se enxergar os fenômenos vivenciados pelos homens em sociedade, tendeu exatamente a perceber a possibilidade de caracterizar os sinais emanados do mundo do trabalho como representa-

³ GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiográfica no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, n. 34, 2004.

tivos de ações várias das quais levadas adiante por atores de fato e não por simples expectadores incomodados momentaneamente por causas individuais somente. Tal visão nova derivou certamente das explicações vindas de dentro substitutas dos consagrados padrões macro explicativos representados superiormente pelos conceitos generalizantes como o coronelismo e o populismo, por exemplo. Não negando radicalmente a validade das generalizações, os novos estudiosos dos fenômenos sociais passaram a construir explicações próprias responsáveis pela eclosão de um diálogo destinado a marcar diferenças e em que as falas nativas passaram a ser elementos constitutivos de uma renovada teoria dos contatos entre elementos socialmente diversos dentro das sociedades ocidentais.

Decorrencia também desta nova maneira de enxergar o social, a intensificação do uso de documentos serviu para o drible de uma de minhas sérias dificuldades que era a pequena presença de meus nativos nos documentos tradicionalmente utilizados pelos historiadores. O trabalho microanalítico com casos-modelo levou-me ao entendimento de que era preciso acessar e utilizar todos os documentos existentes e que o relato oral dos personagens de minhas narrativas era valiosíssimo principalmente porque desejava fazer minhas investigações nortear-se pelos discursos dos personagens de cada uma de minhas histórias, e se os documentos escritos sobre a vida destas pessoas são quase todos produzidos por outrem, julguei que uma forma possível de compensar as defasagens e dar voz aos anônimos seria através da audição destes próprios anônimos que, ao contrário do que muitos intelectuais pensam, possuem um discurso repleto de muito mais que “sins” e “nãos” quando querem expor as histórias de suas vidas.

Pensando assim, dividi a tese em cinco capítulos sendo o primeiro destinado a expor a forma como a Baixada Fluminense foi ocupada desde o século XVI, mas onde, sobretudo, procuro mostrar a maneira como se deu a transformação deste antigo local agrícola pantanoso

em um território de maciça ocupação proletária. Esse passeio panorâmico pela Baixada Fluminense serviu-me também como uma oportunidade de apresentar de forma sucinta as características elementares da liderança comunitária baixadense. Exemplifiquei essa liderança através da breve exposição da passagem explosiva do ex-líder comunitário Jorge Júlio Costa dos Santos (Joca), pela câmara de vereadores de Nova Iguaçu e pela prefeitura do município de Belford Roxo, fatos localizados no final da década de 1980 e nos anos iniciais da década seguinte.

O acompanhamento das ações de Joca - primeiro prefeito do antigo distrito iguaçuano de Belford Roxo assassinado em 1994 - serviu-me além de ponto de partida para a apresentação e tipificação das lideranças comunitárias baixadenses, para a distinção entre esse tipo contemporâneo de liderança comunitária baixadense e a presença de alguém que no início da ocupação proletária construiu uma instável carreira política através da aproximação com a população baixadense, a saber, Tenório Cavalcanti.

Rede de resolução de problemas práticos é uma noção pensada por mim ainda no momento em que escrevia a monografia de final de graduação⁴. Destinou-se a criação de tal noção a explicar a forma como a população dos bairros proletários da Baixada Fluminense “organizava-se” a fim de realizar a grande quantidade de serviços de natureza pública não efetivados pelos órgãos estatais nos bairros originários dos loteamentos baixadenses. Ao longo do tempo essa *rede* tornou-se capital na minha forma particular de explicar a realidade política da Baixada Fluminense, sendo impossível não retomar explicações sobre a *rede* na análise das maneiras como a população baixadense construiu a sua vida invisível à sombra da ausência do poder público. O final desse primeiro capítulo, por isso, é um aprofundamento de explicações sobre as maneiras populares de resolver problemas básicos nessa região e a expli-

⁴ MONTEIRO, Linderval Augusto. **Baixada Fluminense**: ausência e informalidade. Soluções práticas da população baixadense a partir da ineficiência do poder público. O caso Joca. 1996. Monografia (bacharelado em história), graduação em história, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

citação das vinculações que percebo entre lideranças comunitárias baixadenses e rede de resolução de problemas práticos.

Um terceiro personagem surge também neste capítulo introdutório e é ele o tipo de político existente na Baixada Fluminense exatamente nos anos em que os proletários colonizavam a Baixada. Tal elite política regional nunca se constituiu em uma preocupação minha, porém percebi que é necessário qualificá-la a fim de entender as circunstâncias em que a ocupação proletária ocorreu e personalizar o que chamo ao longo de todo o texto de ausência do poder público.

O segundo capítulo destina-se a algo mais específico. Nele apresento o caso da líder comunitária Ildacilde do Prado Lameu, nascida em Minas Gerais e residente no bairro de Capivari, município de Duque de Caxias, até ser assassinada em nove de março de 2005 na porta da casa onde morava pelo menos há 25 anos.

Dona Ilda, como era mais conhecida, passou a freqüentar as páginas dos periódicos regionais a partir do ano de 1998 quando essa dona de casa criou um grupo de mulheres que eram conhecidas como as “Justiceiras do Capivari”. O grupo era composto por um número variável de mulheres que se organizavam em diversas patrulhas, responsáveis pela vigilância das ruas do distante bairro no intuito de proteger dos bandidos as crianças e mulheres que na época da criação do grupo eram as vítimas principais dos casos de estupro e assassinatos rotineirizados ali.

A trajetória de Dona Ilda é singular sob bastantes aspectos. Em primeiro lugar tratava-se de uma liderança feminina em um universo ainda preferencialmente masculino. Secundariamente, Ilda destacou-se não somente por suas ações emergenciais, visando todas elas minorarem as agruras da sobrevivência em um bairro pobre da Baixada Fluminense, mas também

pela ênfase que dava à defesa de seus vizinhos absolutamente ignorantes de seus mínimos direitos. Desta forma o grupo criado por Dona Ilda a fim de patrulhar as ruas não iluminadas de seu bairro, limpar lotes vazios, chácaras abandonadas e criar novos núcleos de povoamento no bairro de Capivari através da invasão de terrenos nunca antes ocupados, diferenciava-se sobremodo da maneira como os líderes comunitários baixadenses geralmente agiam. Então chamou mais a atenção na trajetória comunitária longa dessa mulher exatamente as ações menos imediatistas, referentes a uma espécie de gerenciamento do bairro e a inclusão dos moradores nas preocupações das autoridades públicas municipais, principalmente.

Adicionalmente ofereceu-me o caso Dona Ilda a oportunidade de verificar como se desenvolveu a ocupação da Baixada Fluminense através dos loteamentos, como se deu a colonização desta área pelos migrantes ao longo dos últimos quarenta anos e como nasceram e se desenvolveram as formas proletárias baixadenses de driblar as dificuldades inerentes à existência em um lugar inóspito e pouco atraente até das ações assistencialista dos políticos locais. Ímpar também foi a possibilidade de investigar-se a questão das noções de direitos de um grupo de proletários baixadenses expostos a um cenário de violência extremada e bárbara em que ao mesmo tempo mulheres precisam cuidar da proteção de seus filhos e da sua própria proteção contra criminosos sexuais mais presentes em épocas passadas da história de colonização proletária da Baixada Fluminense, quanto devem aprender a lidar com uma realidade nova, mas não menos selvagem, representada pelo tráfico de drogas.

O terceiro capítulo destinou-se a descrição do caso Antônio Souza Leite. É este senhor um antigo morador do bairro da Chatuba, atualmente localizado no município de Mesquita, e aqui trato de um exemplo de liderança comunitária formal uma vez que à época dos acontecimentos o senhor Antônio era um dos líderes da associação de moradores do seu bairro. Entretanto esse líder formal e antigo sindicalista ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB)

em um determinado momento - 1995 - colocou-se em posição de choque com os poderes públicos de seu município (na época dos fatos Nova Iguaçu) e mesmo com o governo estadual quando “cansou-se de ouvir as reclamações de seus vizinhos e por conta própria” e ajudado por membros de sua “comunidade” iniciou a construção de um reservatório de água e de uma adutora que recolheria água da Serra de Madureira, que limita o bairro, e a dividiria entre seus vizinhos.

Este caso revelou-se importante inicialmente pelo fato de conter aspectos diversos da forma baixadense de relacionar-se com as ausências públicas através de ações extraordinárias conduzidas exatamente por lideranças comunitárias locais forçadas por seus vizinhos a pensarem soluções quase sempre esdrúxulas. Aqui foi possível perceber de que forma ocorreu o desenvolvimento das formas baixadenses de reivindicação, sendo esse caso exemplar das maneiras como colidem autoridades públicas oficiais e lideranças comunitárias cientes da pouca atenção recebida pela população baixadense periférica que “não possui influência política” e conselheira de reações extremadas como a montagem de uma rede alternativa de abastecimento de água ou o apoio às idéias de construção de um novo município através da emancipação distrital de Mesquita.

Aliás, esse caso da mobilização popular para a construção de uma adutora capaz de atender as necessidades de água de todo um grande bairro baixadense, terminou por incentivar as discussões em torno da idéia de que soluções melhores para os problemas do bairro e sobretudo do distrito de Mesquita, viriam somente com a “independência política” daquele distrito. O ideal emancipacionista tão presente na Baixada Fluminense ao longo da década de 1990 e responsável pelo aparecimento de quatro novos municípios ali, foi observado ainda não como uma estratégia política conduzida pela elite distrital, mas sim como parte das propostas comunitárias para a harmonização das relações entre instâncias oficiais de governo e o

conjunto de habitantes proletários. Transformou-se o caso em propiciador da verificação tanto de formas populares de reivindicar e agir através da intermediação dos líderes comunitários, quanto da oportunidade de investigar-se o processo de emancipação do distrito de Mesquita, último município a surgir na Baixada Fluminense.

O capítulo denominado O caso Marcelo Souza continua a exposição das maneiras populares de resolverem-se problemas práticos na Baixada, porém o objetivo fundamental desta parte da tese foi a visualização das formas como ocorrem nesta região as relações entre população, líderes comunitários regionais e políticos municipais. Fundamentalmente aqui se tratou de assistir como um líder local transformou-se em vereador “protetor” de uma “área” que denomina de sua propriedade, tendo chamado o caso a atenção primeiramente pela sua ponta de *iceberg* que foi a disputa ocorrida entre o vereador chamado aqui de Marcelo Souza e um militar - Eduardo Silva - quando este criou dentro da “área” do vereador um movimento comunitário chamado “Campos Limpos”.

A função desse movimento era possibilitar aos moradores dali manterem as ruas, rios, riachos e terrenos baldios livres do lixo que se acumulava por todo o bairro. Acontece que imediatamente o militar passou a ser acusado pelo vereador de coibir os moradores a pagarem uma taxa para a manutenção da limpeza do bairro e de fazer parte o militar de um grupo de extermínio. Revidando, o militar acusava Marcelo Souza de ser o responsável pelo “esquecimento público” sofrido pelos bairros, sendo o vereador - como “responsável pela área” - alguém omissa, preocupado somente com suas casas comerciais e finalmente alguém que participava de grupos de extermínio.

Não se constitui exatamente em uma novidade líderes comunitários ou políticos baixadenses serem acusados de pertencerem a grupos de extermínio ou vereadores serem visualizados como responsáveis pela desgraça ou a felicidade de um ou mais bairros sob o seu con-

trole eleitoral. A habitualidade revestida pelos personagens desse caso é reveladora da conexão entre justiçamentos e política na região da Baixada Fluminense, surgindo a partir dele oportunidades de entrarmos em terrenos ainda por se explorar, a saber, aqueles sobre os quais florescem as relações mais viscerais entre comunidades e agentes políticos oficiais e sobre os quais surgiram e continuam a vicejar os justiceiros baixadenses em grande medida repensáveis pela manutenção dos altos índices de assassinatos existentes na Baixada.

Finalizando a exposição dos meus casos, o quinto capítulo destina-se a narração do episódio que deu origem ao presente trabalho: O caso Adriano Vianna. Neste capítulo, como eu já havia antecipado, meu objeto é uma revolta popular contra bandidos sucedida na favela Nova Jerusalém, Duque de Caxias, em junho de 1999, em pleno governo do “rei da Baixada” Zito. As ações populares tornaram-se efetivas a partir do assassinato de dois bandidos pelo jovem catador de lixo Adriano Vianna, por isso todas as suas ações são também apresentadas aqui onde o objeto principal é a análise da forma como os moradores da favela organizaram muito rápida e precariamente milícias responsáveis pela manutenção do lugar livre de bandidos durante pelo menos seis meses.

O caráter bárbaro das ações dos bandidos, a espontaneidade dos assassinatos levados adiante por Adriano Vianna e a precariedade das ações populares contrárias ao bando servem de motivo para a exposição crua das condições de ocupação de regiões até a muito pouco tempo vazias e onde não se imaginaria encontrar proletários na Baixada Fluminense, porque eles somente ocupavam os bairros originários do loteamento da antiga terra agrícola.

Um novo e perturbador modelo de ocupação espacial surgiu na Baixada Fluminense? Se isso é uma verdade quais as causas de modificação do modelo inaugurado na primeira metade do século passado, quando os primeiros proletários chegaram ao solo ainda agrícola em busca de uma casa própria e de um trabalho subalterno no município do Rio de Janeiro?

Cada um dos casos que constituem o núcleo deste trabalho foi escolhido a partir de algumas considerações. O primeiro critério que orientou minhas escolhas foi o fato de apresentarem ações de personagens não exatamente ordinários, porém anônimos fora dos seus locais de moradia. Ao contrário, dentro de suas comunidades - a exceção talvez seja Adriano Vianna - cada um deles era alguém destacado e totalmente conhecido de todos. Entretanto, as suas ações restringiram-se ao seu próprio local de moradia e não resultaram na execução ou mesmo na criação de projetos pessoais destinados à transformação do líder em um agente político oficial. Portanto a manutenção da distância entre o líder comunitário e o poder público inspirou-me no momento da escolha. A exceção a essa regra é o caso do vereador Marcelo Souza que, entretanto iniciou sua carreira política como líder comunitário e justiceiro e até o momento restringiu o seu horizonte político a sua “área”, revelando o desejo de não diferenciar-se demasiadamente dos seus eleitores, exemplificando para mim muito mais um líder comunitário transformado pelas circunstâncias em vereador e não um carreirista político para o qual a evolução de seu *status* político é fundamental. Solidificar-se como vereador de sua “área” parece ser a sua missão e nada além disso parece ser seguro e portanto desejável para o antigo migrante e também morador de um dos bairros de sua “área”.

Todos os quatro casos ocorreram em grandes municípios da Baixada Fluminense, não sendo incorreto pensar que o grande tamanho destes municípios e a presença neles de elites políticas tradicionais tenham incentivado a permanência das grandes diferenças sociais responsáveis pela manutenção das periferias destes municípios como possuidoras de carências múltiplas. Tal hipótese é em parte confirmada quando sabemos que nos últimos vinte anos a região fluminense mais atingida pelas emancipações distritais foi a Baixada e a principal cidade repartida foi Nova Iguaçu, outrora o maior município dali. Tais emancipações deveram-se principalmente ao desejo das populações distritais de poderem acessar mais prontamente o poder público distante demais nos grandes municípios baixadenses. O lema de algumas destas

campanhas emancipacionistas (“dividir para governar”) demonstra a sensação de orfandade experimentada pelas populações distritais.

Resta a resposta a seguinte questão: por que estes quatro casos e não diversos outros semelhantes a eles? Essa é uma pergunta que requer respostas que individualizem mais os casos em questão, afinal de contas muito embora existam algumas razões gerais, minhas escolhas resultaram da descoberta de especificidades em cada um deles.

Adriano Vianna se impôs, mas a aceitação do caso deveu-se ao caráter aparentemente gratuito da liderança deste catador de lixo e da explosão representada pela resposta popular aos atos não planejados do jovem negro semi-alfabetizado. Isto invalida a idéia de uma liderança comunitária possuída por Adriano? Considero que não e vejo em seus atos a própria exasperação da maneira baixadense de resolverem-se problemas imediatos e perturbadores.

É óbvio que este é um caso limite e é exatamente por seu extremismo que o considero revelador da maneira popular de resolver problemas e também do caráter auxiliar e reativo da liderança comunitária baixadense. Sua localização em uma favela e não em um bairro popular parece apontá-lo para o futuro e não para a reconstrução de um passado que se deteriora rapidamente como nos demais casos. De longe é ele o mais desesperado dos casos, sendo a pintura do jovem algo quase completamente meu, uma vez que as informações sobre ele são poucas e nem sequer a um retrato eu tive acesso. Tentou-me bastante a idéia de procurá-lo e ouvi-lo, mas a profusão de informações desconstruídas que vinham de Nova Jerusalém e o medo de fazer perguntas erradas naquele ambiente agressivo me fizeram desistir. A imparcialidade possível, entretanto, penso ter mantido.

O caso Ilda do Prado deveu-se também ao seu caráter extraordinário. Mas ao contrário de Adriano, a análise prende-se muito mais ao acompanhamento da forma como um dos

membros da comunidade transforma-se lentamente em líder comunitário. Ilda era um modelo incontestável de liderança popular baixadense e chamava muito a atenção pela forma como exercia essa liderança. Suas ações, embora não fossem totalmente esdrúxulas, atraíam atenção devido ao seu caráter ao mesmo tempo emergencial e planejado. Ante a dona de casa e agricultora Ilda do Prado percebia-se tanto uma ameaça de romper-se com a ordem, agindo contra a lei (caçar e linchar estupradores), quanto ações legais integralmente relacionadas com a própria forma da população dos bairros periféricos e favelas da Baixada resolverem seus problemas invariavelmente relacionados com a pequena presença do poder público dentro das áreas habitadas por elementos socialmente subalternos. Difícil não pensar em Ilda que foi julgada, condenada e assassinada por um bando de traficantes menos de um mês após me dizer que não permitiria que “as suas crianças” fossem “usadas” pelos traficantes, como uma espécie de mártir baixadense relacionada com a busca de uma cidadania que ela pensava não estar tão longe de ser alcançada, bastando para isso que cada membro do seu grupo de mulheres justicieras e da sua comunidade percebesse que ali somente “no grito” e “na porrada” se era “ouvido”.

O caso Antônio Souza Leite é, entre os quatro, aquele que representa melhor a estabilização da liderança popular baixadense. O senhor Antônio Souza Leite, mesmo tendo se notabilizado por insurgir-se contra a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) e ter proposto e até demarcado a área em que seria construída a represa que abasteceria seu bairro, destacou-se como um líder ordinário acima de todos. Organizador da associação de moradores de seu bairro e promotor de ações inspiradas pela omissão dos órgãos representantes do poder público, nele o ideal reivindicativo corporificou-se bem mais que nos demais casos e é possível visualizar a forma como o “desrespeito” aos reclamos populares pode transformar-se em um conflito envolvendo membros da elite regional, assessores do governo estadual e habitantes de bairros populares não possuidores de “influência política”.

Mas do que em qualquer outro caso, aqui é possível analisar as motivações da população dos bairros proletários baixadenses para apoiar quase unanimemente os processos de emancipações distritais, extrapolando por isso os limites do bairro e até do município de Nova Iguaçu.

A oportunidade de investigarem-se as razões e as conseqüências do processo emancipacionista surgiu exatamente porque o bairro de Chatuba era em 1995, quando o senhor Antônio revoltou-se contra a CEDAE, parte integrante de Nova Iguaçu. Ocorre que em 1999, Mesquita (ex-distrito iguaçuano do qual fazia parte o bairro de Chatuba) alcançou sua emancipação e tornou-se um município independente. Dentro da fala do senhor Antônio a campanha pela emancipação é algo recorrente. Isto me obrigou a dedicar parte da descrição e análise do caso ao processo de reorganização municipal tão comum na Baixada Fluminense durante os anos 1990 tomando a emancipação de Mesquita como exemplar.

O caso Marcelo Souza chamou minha atenção primeiramente quando percebi que eram tanto o vereador quanto o militar personagens, ao contrário dos demais protagonistas dos meus casos, destacados do restante dos moradores do seu bairro por algo visualizado negativamente por seus vizinhos. Tratou-se a história inicialmente da imposição à comunidade de serviços todos eles já praticados anteriormente pelos moradores daqueles bairros. O “Movimento comunitário campos limpos”, criado pelo militar Eduardo Silva, não foi algo aceito sem contestação pela população dos bairros envolvidos. A certeza de que Eduardo Silva pertencia a um grupo de extermínio atuante nesta região intimidou suficientemente os moradores desses bairros e os compeliu a pagar as taxas exigidas pelo militar e participar da realização de serviços básicos como a limpeza dos riachos e “valões” da região, a limpeza dos terrenos baldios, o patrulhamento noturno das escuras ruas destes bairros, etc., atos organizados pelo militar.

Como componente adicional deste caso, temos os atritos diversos ocorridos entre o líder comunitário e o vereador Marcelo Souza. Confrontos surgidos devido à criação do “Movimento comunitário campos limpos” e do entendimento por parte do vereador de que as ações do militar destinavam-se a desestabilizar as suas próprias “ações sociais” nesses bairros considerados pelo vereador como “seus”. Em alguns dos lances das altercações ficavam flagrantes as alegações do líder comunitário que acusava o vereador de ser um “político omissor” e não realizador de seus “deveres de vereador da área”. Ao mesmo tempo arvorava-se o líder comunitário em salvador do povo do bairro, muito embora a sua ação não conseguisse demover seus vizinhos, que parecem ter enxergado nas ações do militar algo inferior a sua própria tradicional ação de resolver problemas básicos, ou, até pior, uma tentativa de promover-se politicamente a partir da utilização dos serviços básicos já realizados pela própria população.

Não foi pretensão minha entrar no mundo estranho dos “matadores de bairro”. Acontece que se repetia tanto nas entrevistas para esse caso a informação de que se tratou de uma disputa entre membros de grupos de extermínio que minha intenção original expandiu-se e o fenômeno dos justicamentos acabou por ser tocado e inserido nas soluções populares para a inexistência de propostas estatais para a amenização do crescente problema de insegurança pública. Confesso que ao longo das investigações deste caso e da escrita do capítulo resultante mergulhei em minha infância e em meus medos primitivos dos matadores vários que passeavam e eliminavam supostos bandidos habitantes também do bairro em que cresci e dentro do qual boa parte desta tese foi escrita. Aproximar-me destes personagens era algo assustador, ouvi-los parecia surreal. Apesar dos traumas infantis, vários foram entrevistados e estranhamente foram deixando de ser iguais aos monstros que habitaram meus pesadelos exatamente na medida em que relatavam com excessos de detalhes os seus atos cruéis. Cada um destes atos prazerosamente relatados carregavam muito de uma retórica própria de quem deseja fazer-se mais importante do que de fato é. A necessidade de gerar e perpetuar lendas, algo mui-

to comum em tantos dos personagens entrevistados por mim parece também orientar os “matadores de bairro” que agora, ao contrário de nas décadas de 1970 e 1980, pareceram para mim muito normais, alguns até raquíticos, fato que me obrigou, por pura curiosidade, a retornar aos arquivos do Jornal de Hoje com a única intenção de encontrar edições antigas onde fotos de alguns dos antigos “matadores de bairro” cujos nomes ressoam ainda em minha memória pudessem estar. Reencontrei-os e então percebi que não diferiam tão acentuadamente dos homens ouvidos por mim. Em minha infância, a realidade de uma violência insana e constante representada pelos corpos jogados nas ruas, por algumas casas incendiadas, pelos tiros frequentes e alguns gritos de socorro, instalaram em minha mente - além de um constante “por quê?” - a imagem de homens gigantescos e ameaçadores, quando na realidade eram todos eles parte do próprio bairro e não muito diferentes de meus vizinhos de rua, todos “trabalhadores” franzinos, religiosos e pacíficos.

Mas quais serão as razões para que estas histórias mereçam ser contadas? Ou, perguntando-se de outra forma, quais as características dos quatro personagens capazes de transformá-los em condutores da montagem de um retrato da região da Baixada fluminense? Considerando que cada um dos casos originou-se do monólogo que moradores travaram com alguma instância do Estado, não é difícil categorizar as trajetórias dos líderes comunitários que habitam essa tese como tentativas de construir caminhos pavimentados o suficiente para permitir o acesso dos membros dessas comunidades ao poder público. De certa forma cada caso escolhido por mim expõe uma estratégia própria nessa tentativa de vencer a invisibilidade que caracteriza cada proletário baixadense, inserindo-se a investigação que originou essa tese dentre os trabalhos preocupados em perceber como no Brasil da atualidade a luta pela cidadania é construída por aqueles que não sabem exatamente o que significa o termo cidadania, porém se descobriram habitantes de um lugar social em que as ações estatais, por mais bem intencionadas que sejam, jamais os inclui efetivamente. Tal marginalidade popular parece ter criado um

mundo oculto na Baixada. Nesse mundo as táticas usualmente pensadas por aqueles que desejam experimentar uma cidadania completa parecem não valer, confundindo-se a luta pela cidadania neste local repleto de carências com a garantia das condições mínimas de sobrevivência. Talvez por isso a palavra reivindicação surgisse muito poucas vezes na boca dos líderes comunitários entrevistados e quase nunca na fala dos moradores comuns ouvidos. O que regula esse microcosmo pareceu sempre ser “agir”, afinal se “reclamar não adianta nada” restou aos proletários baixadenses a fim de ganharem a luz, produzirem o seu próprio idioma político. Idioma destoante daquele falado mais comumente, porém capaz de transformar realidades na medida em que possibilitou a criação de modos próprios desses homens gerenciarem suas vidas quase não atingidas pela formal expansão dos direitos que ocorreu no Brasil a partir da redemocratização política.

Se o final do regime militar e a redação e aprovação em 1988 da constituição mais liberal que o Brasil já conheceu significou o nosso amadurecimento político através da escolha de governantes e da experimentação da audição de muitas novas vozes representadas pelas organizações não governamentais, sobretudo, a proposição de mais direitos sociais pela própria constituição não significou algo prático na medida em que diferenças sociais gigantes entre os brasileiros não se resolveram pelas leis, acelerando-se, ao contrário, desrespeitos aos direitos civis elementares como os de ir e vir e o de não ter sua residência violada por bandidos ou policiais, devido ao evidente crescimento da violência urbana e rural. É exatamente neste cenário de percepção “instintiva” de direitos represados que surgem os nossos personagens. Alguns deles, como o quase analfabeto Adriano Vianna nem sequer imaginam o que vem a ser direitos ou cidadania, e parecem simplesmente reagir às dificuldades cotidianas próprias daqueles que se deslocaram até as periferias do Rio de Janeiro onde não conseguiram educação adequada e onde, sem profissão, sujeitam-se às incertezas do subemprego ou entregam-se ao ócio ou à sobrevivência através do crime.

Mas mesmo onde não há algo como uma intenção racional parece haver uma lógica condutora das ações e os fatos extraordinários não orquestrados, mas provocados por Adriano e protagonizados pelos muitos anônimos da favela Nova Jerusalém merecem recordação e análise porque conduzem-nos a descobrir quais as normas elementares desse mundo silencioso e explosivo.

Alguns outros personagens, representados aqui principalmente por dona Ilda, expressam-se de forma violenta e autoritária também, mas parecem possuir a exata consciência do caos circundante, da solidão popular e do seu papel ordenador. Nesses outros personagens reside de forma mais claramente visível a percepção do Estado como interlocutor mudo e como um obstáculo a ser vencido até mesmo com a ocupação dele por homens assemelhados aos próprios personagens. Talvez a partir destes últimos que não possuem ações assim tão discordantes daquelas “chefiadas” por Adriano seja mais fácil perceber a gênese do tipo de agentes políticos oficializados através das eleições e que ocupam neste início de século as câmaras de vereadores e as prefeituras da região da Baixada Fluminense.

Em fim, esse retrato político parecerá algumas vezes desesperado, pessimista quase sempre e pouco imparcial sempre. Sem dúvida as lembranças derivadas de um longo tempo de exposição a esse ambiente proletário em que vivi não puderam ser esquecidas enquanto eu ouvia lideranças comunitárias, moradores comuns e enquanto escrevia. Minha (pré) crença era tão certa de que as idéias que flutuariam nos depoimentos seriam todas familiares para mim, que meus assombros começaram a surgir quando coisas que nunca cogitara existirem passaram a dançar em minha frente, fazendo-me lembrar conversas com minha orientadora às vésperas da defesa da dissertação de mestrado, quando ela sempre insistia em dizer (tentando me convencer de que eu não era mais um operário) que eu era diferente de meus vizinhos, somente me assemelhando a eles por estar no mesmo lugar geográfico. Confesso que nunca me con-

venci disso. No fundo sempre me enxerguei como um estranho no ninho quando estava fora da Baixada Fluminense, ocupando a Academia, o lugar onde tal desconforto apareceu sempre como mais desafiador da timidez seletiva, que parece ser a característica de boa parte dos baixadenses deslocados por quaisquer razões da vida típica de quem foi ensinado a não possuir muitas ambições. Mas meus assombros frente ao que eu julgava conhecer tão bem, provavelmente fizeram-me perceber que a posição de um antropólogo frente aos nativos impunha-se ao estudante que sempre quis fingir-se de nativo e que subitamente descobriu a alteridade naquilo que julgava tão familiar. Difícil não pensar que esse é um trabalho também sobre quem o escreve, meus medos infantis relacionados à segurança precária do lugar onde eu cresci e a minha euforia quando julguei encontrar alguma alma em minhas próprias ações e nas dos meus vizinhos que canalizavam valas e furavam tubulações que continham a água potável que não chegava as nossas casas, mas que iam para os locais de “gente rica” me inspiraram sempre e transformaram essa tese em um acerto de contas com um passado contido dentro de mim, porém cada dia mais diverso do que eu sou realmente agora.

Um último ponto diz respeito as minhas fontes de pesquisa. Julgo não ser mais necessário justificar-se por trabalhar prioritariamente com relatos orais. Aliás, em meu caso isto não foi exatamente uma opção, ao contrário, impôs-se. É evidente que várias outras fontes poderiam ser usadas para contar as histórias que vêm abaixo, entretanto sempre soou falso para mim, lidar com uma população para a qual a palavra escrita não é algo comum e cuja tradição é eficazmente transmitida e vivenciada através da fala, ignorando os discursos produzidos por essa própria gente. Alguns opinaram (ou escarneceram? Pelo tom acho que o verbo escarnecer seja mais adequado) que eu não ouviria muito mais que alguns sins e alguns não. Ao contrário disso, ouvi o que não imaginava existir e de pessoas que eu julgava, por preconceito, destituídas de qualquer poder de argumentação. Em alguns momentos o gravador inibiu narrativas e meu trabalho multiplicou-se porque entraram em cena de forma mais efetiva os cadernos de

anotações que eu utilizei abundantemente no recolhimento de informações sobre lugares, pessoas e falas impressionantes que eu julgava que feneceriam se eu não registrasse imediatamente. Devo informar, assim, que nem todas as falas foram gravadas, mas tudo o que julguei essencial foi anotado, pelo menos. Julgo que a fonte oral possibilitou surgirem vozes que de outra maneira continuariam abafadas. Procurei ao máximo permitir que estas vozes surgissem, o que fez com que me transformasse em um narrador secundário, às vezes, na montagem desse retrato possível sobre uma região e a sua gente a qual por mais que eu tenha desejado jamais deixei de pertencer.

CAPÍTULO 1

A Baixada Fluminense em perspectiva: ocupação proletária e exclusão social

1.1. Baixada Fluminense

A Baixada Fluminense⁵ faz parte do que usualmente se designa no Brasil como área de fragilidade social. Sua população inclui-se entre as mais pobres do país e - apesar da renda *per capita* nesta região ser superior a de regiões aparentemente menos “frágeis” que ela - existe ali uma tão grande disparidade social que boa parte da população vive com menos de meio salário mínimo.⁶

Ocupada inicialmente ao longo do século XVI, a Baixada foi em poucos momentos um local onde a agricultura tenha se destacado de forma efetiva. No início da colonização destinaram-se estas terras ao plantio de culturas de subsistência e plantações de cana-de-açúcar destinadas principalmente à produção de aguardente. Após a descoberta de ouro em Minas Gerais passaram a ser a terra e os rios baixadenses caminhos para se chegar ao interior das regiões auríferas. Algumas vilas até se formaram nas vizinhanças dos principais rios dali, mas todo o movimento entrou em decadência com o final da mineração.⁷ Novas modificações vieram com o ganho de importância da cultura do café que no sudeste brasileiro começou a

⁵ Geograficamente Baixada Fluminense é uma região mais ou menos ao nível do mar que se estende paralelamente à costa em corredor entre a Serra do Mar e o oceano. Tendo como limites o município de Itaguaí do lado oeste e a divisa com o estado do Espírito Santo do lado leste. Esse grande território é subdividido em áreas menores de acordo com as suas peculiaridades fisiográficas. E uma dessas divisões é a Baixada da Guanabara, que corresponde a parte da Baixada Fluminense localizada no entorno da Baía da Guanabara. (GEIGER, Pedro Pinchas, MESQUITA, Míriam Gomes Coelho. **Estudos rurais da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956, p.05). Cf. Anexo A: Mapas da Baixada Fluminense.

⁶ Segundo o último censo do IBGE 20% dos moradores da Baixada Fluminense vivem no que foi considerado pelos urbanistas do IPPUR/UFRJ de “risco social”, ou seja, sobrevivem com menos de meio salário mínimo/mês.

⁷ PEIXOTO, Rui Afranio. **Imagens Iguassuanas**. Rio de Janeiro: [s.n], 196-.

ser plantado de forma comercial na Baixada Fluminense. Mas o fato marcante derivado do café, não foram as fazendas, que ali não ganharam mais importância devido ao novo produto e sim a estrada de ferro que rasgou a região em seu caminho para o sul fluminense, produtor efetivo dos grãos.

Os trens carregaram o café para o porto do Rio de Janeiro e deixaram na Baixada Fluminense gente que se ajuntou primeiramente ao redor das estações e que depois, já no final do século XIX e início do XX, contribuiu para que a única lavoura promissora da região se iniciasse: a cultura citrícola.

Em quase todas as cidades da Baixada Fluminense, antigas e fracassadas propriedades rurais foram retalhadas para formar as chácaras que continham os pomares de laranjas. Ao longo dos anos iniciais do século passado, pequenos centros comerciais baixadenses como Nova Iguaçu experimentaram mudanças profundas, sendo as periferias das estações ferroviárias transformadas em áreas preparadas para receber os frutos que sobejavam nas velhas fazendas divididas pelas chácaras ocupantes daquelas partes não pantanosas do território. Mas pouca técnica foi utilizada na plantação da laranja baixadense que era completamente destinada ao mercado externo e que dependia inteiramente do precário transporte ferroviário fluminense para chegar até o porto do Rio de Janeiro. Crises internacionais, pragas locais e as inundações que imobilizavam os trens deixaram nas cidades da Baixada apenas a lembrança da época em que Nova Iguaçu, devido às flores de laranjeiras, era chamada de “cidade-perfume”, restando dos pomares somente árvores secas que passaram a ser queimadas ou derrubadas pelas mesmas máquinas que desde a década de 1930 vinham transformando a terra agrícola em urbana através da criação dos loteamentos e da venda dos lotes para os milhares de homens e mulheres que chegavam do Nordeste brasileiro almejando melhores condições de vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro que crescia economicamente em um ritmo frenéti-

co naquelas décadas e que se transformava em um oásis de oportunidades para aqueles proletários realizadores de atividades nada ou pouco qualificadas.

Por fim, as sobras humanas das migrações destinadas originariamente ao município do Rio de Janeiro encheram gradativamente a Baixada Fluminense, avançando os loteamentos proletários de forma rápida inicialmente sobre aquelas áreas muito próximas do Distrito Federal e de forma mais lenta, mas mesmo assim voraz, sobre as periferias mais recuadas. Essa sistemática da ocupação proletária marca até hoje o desenho demográfico da região, sendo os municípios contíguos à antiga capital federal muito mais densamente povoados que aqueles localizados no interior da Baixada.⁸

Voltando a pensar no tempo e nos problemas presentes, os municípios localizados em solo Baixadense não são unicamente depósitos de proletários restantes do avanço urbano da segunda mais importante e mais desequilibrada metrópole brasileira.⁹ A partir da última década do século XX passou a ser possível dizer que diversos destes municípios passaram a possuir uma vida mais autônoma e que em alguma medida são independentes do Rio de Janeiro. Isto se deveu ao fato de as maiores cidades dessa região terem se constituído em pólos regionais enquanto outras passaram a gravitar em torno dos pólos. Uma dinâmica interna na Baixada estabeleceu-se, assim.

Acima falei dos loteamentos e da concomitância que existiu entre a chegada dos migrantes e o fracasso da agricultura nesta região. Uma volta ao passado servirá para verificar-se

⁸ Os municípios baixadenses mais próximos do Rio de Janeiro são Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti e Belford Roxo. Todos eles possuem densidade demográfica acima de 1000 moradores por quilometragem quadrada, enquanto os mais distantes possuem aproximadamente 500 hab/Km².

⁹ “O município do Rio de Janeiro não é apenas a capital do estado, mas o centro de gravidade da metrópole fluminense, o que lhe confere particularidades econômicas, sociais, políticas e culturais. Nele se concentram 54,5% da população da metrópole, 41,4% da população do estado (IBGE, 1996), 75,9% do PIB da Região Metropolitana (FCIDE, 1998) e 42,6% do eleitorado do estado (TRE/RJ, 2000). Esta concentração é muito maior do que é verificado na metrópole paulista, por exemplo, na qual a cidade de São Paulo concentra 69% do PIB.” (RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Segregação, Desigualdade, e Habitação: A metrópole do Rio de Janeiro. Disponível em:

<http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/produtos/anpur_luiz_cesar.pdf> Acesso em 20 maio 2004.

como se constituiu o loteamento e quais as conseqüências do surgimento destes para a vida dos proletários-migrantes.¹⁰

1.2. Os loteamentos baixadenses

Desde o início de sua constituição o loteamento proletário baixadense caracterizou-se por ser um local onde o que menos importava era o seu futuro habitante. Um acordo tácito entre poderes públicos municipais e proprietários locais de terras transformadas em terrenos citrícolas inspirou a transformação das chácaras em lotes agrupados.

Lotear a terra foi uma solução barata e vantajosa para os proprietários rurais que naquele momento atravessavam sérios problemas econômicos devido à desvalorização gradativa da terra e que poderiam diminuir consideravelmente seus prejuízos vendendo-a em parcelas a serem urbanizadas. Para as autoridades municipais, sobremaneira interessadas em aumentar suas verbas através da criação de impostos do tipo urbano, a queima dos laranjais era uma oportunidade ótima. Completando a felicidade de proprietários rurais e de autoridades regionais, existia a pouca exigência que os novos moradores da Baixada loteada faziam aos responsáveis pelo seu assentamento na nova terra. Era fatal que fosse assim. Afinal todos eles chegavam do interior da região Nordeste e Sudeste, principalmente originados de áreas rurais decadentes e que migrando para o Rio de Janeiro ansiavam por construir uma nova e promissora vida e possuir um local onde erguer uma casa era algo que valia a pena considerando-se o alto custo representado pelo pagamento de aluguéis em periferias mais próximas dos locais de trabalho. Na visão destes migrantes, a posse de um terreno no qual seria assentada uma modesta casa constituía-se em uma realidade mais sólida dentro de vidas dúbias ao extremo:

¹⁰ Imagens panorâmicas de um loteamento recém iniciado e de um bairro originário de um loteamento aparecem no Anexo B: Loteamentos baixadenses.

[...] simplesmente não era possível pagar aluguel no Rio. Era muito mais fácil viver lá porque só tinha trabalho lá, só que não dava. Você sabe quanto é hoje um aluguel na favela da Rocinha? Bota uns 500 reais aí. Na época não era diferente. Um aluguel era muito mais caro que um salário de peão de obra. Como é que a gente ia pagar? Aqui podia não ter nada, mas era fácil comprar o terreno e construir ficava pra gente mesmo, era por minha conta mesmo. Devagar eu ia construindo e isso fazia sobrar algum dinheiro pra sobreviver com a minha família. Depois eu ia poder melhorar a casa e ficar mais tranquilo. Se não fosse esta casa acho que não ia dar pra ficar no Rio não.¹¹

Na fala do morador antigo da Baixada é flagrante o grande medo da incerteza do aluguel e o alívio que significou a obtenção do lote urbano e a construção da casa através da autoconstrução ¹²:

Não lembro de casa aqui no bairro que não fosse feita pelo morador mesmo. Todo mundo é pobre e faz do jeito que dá, mas fica direitinha e se por fora é feita assim, por dentro tem até algum conforto. Todo mundo constrói porque a maior parte é pedreiro ou servente e vai fazendo a própria casa as vez até com resto de obra que a gente faz lá embaixo [para o morador da Baixada Fluminense o município do Rio de Janeiro é chamado de “lá embaixo” e “cidade”] que trás aqui pra cima e vai montando a casa. É de pobre, mas é muito melhor que barraco de favela ou que aluguel lá de baixo.¹³

Pode-se afirmar que a vítima do acordo entre proprietários agrários à beira da falência e poder público municipal foi o morador proletário do lote baixadense. Segregado nos bairros pobres surgidos da junção dos diversos loteamentos, esse morador foi, em grande medida, seduzido pelo pequeno valor das prestações do lote e pela esperança de conseguir chegar ao seu local de trabalho facilmente através da linha férrea ou do transporte rodoviário.

Acho que morar aqui não é o pior de tudo. Só reclamo às vezes porque isso não se desenvolveu como outros lugares. Só que quando a gente chegou era

¹¹ SILVA, Fábio Carvalho. **Entrevista concedida** em 10 out. 2003. Em todas as falas nativas presentes neste trabalho optei por não corrigir eventuais erros ou omitir palavras.

¹² Estudo específico sobre o processo de auto-construção na região da Baixada Fluminense é o de Maria Helena de Beozzo Lima (LIMA, Maria Helena Beozzo de. Em busca da casa própria: Autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro. In: VALADARES, Licia. **Habitação em Questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.)

¹³ SILVA, Marcos Vinícius da. **Entrevista concedida** em 02 set. 1998

muito pior. Não tinha nada e os únicos lugar¹⁴ pra gente trabalhar era lá no Rio. Agora as vez trabalho aqui mesmo e pelo menos Caxias é bem melhor porque tem tudo que a gente quer. Há 30 anos quando a gente chegou, tanto aqui como em Caxias era tudo muito atrasado e sem nada. Aqui a gente foi fazendo as coisa mais importante como as vala, iluminação na rua, limpando rua porque antes nem passava carro para matar o capim, se ninguém capinas-se ficava tudo sujo. Aí a gente fez para não ficar pior do que já era. Quando começou o bairro tudo dependia da gente e a única vantagem daqui era o trem pro Rio e a casa que era nossa mesmo. Hoje tudo é melhor só que não cresceu igual outro lugar.¹⁵

É eufêmico considerar que os loteamentos eram pouco assistidos pelo poder público ou que apresentavam baixa infra-estrutura. Para além da retirada das laranjeiras, da delimitação e da abertura das ruas dentro dos antigos pomares, nenhuma outra intervenção foi realizada. Serviços essenciais foram, desde o início da ocupação proletária, considerados obrigações do próprio morador dos loteamentos:

Não passava lixeiro? Não tinha era nada. Era um monte de terreno sem casa e com um monte de mato no meio daquelas terra tinha ainda uns pezinho de laranja tudo arrasado. As rua toda esburacada e com mato. Sem iluminação nenhuma. Só pra encurtar a conversa: eu que tava chegando do interior do Espírito Santo quase voltei pra trás na mesma hora. Eu esperava um lugar organizado e era um arraso. Olha só hoje: frente da casa capinada, luz na rua, ponto de ônibus coberto, tudo saneado. Me pergunta se a prefeitura ajudou? Ajudou nem um pouquinho. Também não dava pra ficar só reclamando e esperando pelos outros. Brasileiro tem mania de achar que tudo é responsabilidade de governo. Eu capino na frente da casa, levo o lixo pra estrada onde passa o caminhão todo dia, mantenho a luz do meu poste funcionando e ainda ajudo o pessoal da comunidade a construir um posto de saúde comunitário no bairro. Depois a gente vai pagar o médico prá vim aqui uma vez na semana. Não dá prá depender de quem não se importa com a gente. Político aqui não tem vez. A gente resolve quase tudo e ainda se sente gente porque tá ajudando o outro quando faz alguma coisa em comunhão com o irmão da gente que vive aqui do seu lado.¹⁶

A sedução oferecida pelo pequeno valor das prestações parece ter ocultado os grandes problemas presentes nos loteamentos baixadenses. Não é muito difícil concluir que a auto-construção, citada em uma das falas localizadas acima, ultrapassou os limites do lote proletário.

¹⁴ Tal como no restante deste trabalho foi minha opção não corrigir a fala de meus entrevistados e também não indicar tais incorreções presentes frequentemente no discurso de quem mora nos bairros periféricos da Baixada.

¹⁵ SILVA, Fábio Carvalho. **Entrevista concedida** em 10 out. 2003.

¹⁶ ALVES, José da Costa. **Entrevista concedida** em 09 jun.1998.

rio e passou a se localizar na própria montagem e manutenção dos equipamentos urbanos mínimos. Também não há a necessidade de uma demorada observação para se concluir que a presença do Estado nas periferias das cidades baixadenses foi algo excepcional desde o início da ocupação proletária. Se for impróprio considerar o Estado como ausente por completo do processo de ocupação proletária da Baixada Fluminense, pode-se dizer que a quase total ausência perceptível naquele momento, transformou-se em endêmica, o que resultou em habitual a substituição do Estado levada adiante pelos moradores das periferias baixadenses.

Diversas das funções públicas desempenhadas pelos moradores dos loteamentos não foram substituídas pelo Estado mesmo após uma maior inserção deste na Baixada. Essas funções continuaram sendo atribuídas e desempenhadas efetivamente por elementos anônimos e componentes do que agora se chama ali “comunidade”.

Fazendo um breve balanço do exposto até aqui, é possível afirmar que uma observação mais intensiva da população baixadense revela-nos uma gente que estando ali há pouco tempo e vindo de regiões diversas do decadente interior agrícola brasileiro, desenvolveu nesta periferia da antiga capital federal um modo *sui generis* de vida, modo do qual se destacam mais como características fundamentais uma recusa - às vezes radical - da participação política baseada na reivindicação e a aceitação da responsabilidade pela realização dos serviços públicos:

A gente reclamar? Pra quem e pra que? Não ia adiantar nada reclamar. Tem quase quarenta anos que eu moro aqui e sempre foi assim: a gente vê um problema na rua e vai resolver a gente mesmo. Quem da prefeitura ou dos vereadores ia saber da sujeira da rua? Se eles nunca se preocupa em asfaltar e botar manilha e água tratada eles nem sabe que a gente existe direito. [...] a gente mesmo é que tem que arruma tudo [...] isso é a nossa casa; quem arruma os rolo é a gente mesmo.¹⁷

¹⁷ SANTOS, Clelson de Lima. **Entrevista concedida** em 01 nov. 1995.

Fatos que transformaram a população baixadense em ampla substituta dos órgãos governamentais responsáveis pela gestão do espaço público.

1.3. Gênese das lideranças comunitárias baixadenses

Juntamente com a configuração de uma maneira original de a população baixadense afastada de qualquer presença dos poderes públicos resolver os seus problemas práticos imediatos, a ocupação proletária da Baixada Fluminense resultou também na transformação de alguns moradores dos bairros proletários em líderes comunitários, sendo mais comum que estes moradores sejam bastante antigos na localidade¹⁸. Tais líderes quase sempre se destacaram na realização de serviços informais, transformando-se principalmente em uma referência visualizada pela população mais frequentemente quando da ocorrência de emergências capazes de afligir um grande número de pessoas da “comunidade”.

Ao contrário dos “políticos estrangeiros” benfeitores de ocasião¹⁹, o líder comunitário baixadense encontra-se radicalmente ligado à população a qual passa a servir, evidenciando-se por fazer funcionar de forma mais dinâmica os próprios meios baixadenses de se resolverem os problemas básicos, ele consegue ganhar a confiança da maior parte de seus vizinhos para os quais aparece ou como o solucionador informal de problemas freqüentes cuja resolução escapa às soluções imediatas oferecidas pelos próprios membros da comunidade, ou um elemento capaz de aproximar o poder público do conjunto da população destes bairros seja através das negociações que entabula com gestores públicos municipais ou com a própria elevação deste líder a um cargo político eletivo. Discursos formulados por habitantes da Baixada

¹⁸ A antiguidade é vista sempre como um pressuposto de vinculação maior ao território baixadense. Esta condição concede importância às pessoas, sendo bastante freqüente depoimentos em que alguns moradores lamentam ataques de bandidos aos membros de famílias antigas na região. Perpassa nestes depoimentos a idéia de que ser antigo em um bairro é uma proteção adicional às ações da marginalidade, por exemplo.

¹⁹ Quase sempre políticos que criam serviços sociais nos bairros baixadenses em épocas de campanhas eleitorais e que não são da região.

Fluminense ajudam-nos a desenhar um quadro mais preciso do líder comunitário próprio da região:

Sempre aparece alguém que acaba liderando a gente na organização de algum trabalho. Tem gente que tem o dom de ajudar e juntando com isso um dom de juntar todo mundo e tomar decisão acaba aparecendo aquele sujeito que junta todo mundo e que tira da cama no domingo quem gosta de dormir pra poder ir ajudar em algum tipo de trabalho aí no bairro.²⁰

Se não tem o seu Joaquim aqui isso tava bem pior. Ele é meio grosso mais chega e resolve logo. Não gosta da ajuda de político e quer sempre que todo mundo ajude²¹

A dona Maria sempre foi aqui uma liderança forte. Ela até já tentou organizar uma Associação de Moradores, mas acaba sempre não dando certo porque o povo daqui é desunido e desconfiado demais. Eles acha que ela quer dinheiro dos outro. Mesmo sem Associação ela consegue ajudar muito a gente. Faz pouco tempo que a chuva derrubou a ponte e ela reunia gente pra ir na prefeitura reclamar [...] tá certo que eles nem ligaram e ela não desistiu, juntou o pessoal, conseguiu cimento nas lojas de material e acabou, com a ajuda do Tuninho²², refazendo a ponte que agora não cai mais porque não é de madeira mais.²³

Antes da dona Ilda este bairro era muito pior. Tá certo que aqui ainda é muito ruim só que sem ela não existia era nada igual hoje e ainda por cima tinha muito bandido e aqui era área de desmanche de carro e de desova de corpo. Tudo era tão ruim que os defuntos ficavam jogados aí por mais de mês até cachorro e urubu comer tudo. Sem ela acho que ia continuar igual com estupro de criança todo dia. Agora acabou tudo isso.²⁴

A proximidade do líder com os moradores dos bairros baixadenses periféricos é a condição essencial de sobrevivência deste tipo de liderança. Como líder ele funciona na facilitação das ações populares de resolução dos problemas práticos e a elevação de alguém a tal *status* relaciona-se muito mais a sua capacidade de incentivar a resolução prática de problemas, que a sua proximidade com elementos ou órgãos ligados às esferas oficiais de poder. Aliás, para alguns dos representantes dessa liderança, “políticos” personificam um mal do qual a sua gente deve manter-se o mais distante possível:

²⁰ CORDEIRO, Lílian Expedito. **Entrevista concedida** em 22 jul. 1998

²¹ MOREIRA, João da Silva. **Entrevista concedida** em 30 jun. 1998

²² Antônio Távora: empresário e vereador por Nova Iguaçu entre as décadas de 1980 e 1990.

²³ BARCELOS, Vítor Augusto. **Entrevista concedida** em 10 set. 1999.

²⁴ PEREIRA, Volner Maia. **Entrevista concedida** em 06 jul. 2004.

Eu sinceramente não acho que nós aqui no bairro devemos querer aceitar ajuda de político de fora sem ligação com o nosso bairro. Por experiência própria eu sei que estes políticos vêm caçar votos e depois não ajuda ninguém além deles e dos amigos deles. Eu não sou contra eleição e estas coisas de democracia, o que eu não concordo é com política de partido e candidato. Não dá resultado pra gente daqui. Aqui o que vale é serviço comunitário da gente mesmo. Eu só organizo e tomo a frente pra o povo não se perder na hora de fazer as coisas.²⁵

Boa parte dos líderes comunitários baixadenses referem-se aos representantes do poder público como pessoas causadoras de impressões péssimas porque desejam quase sempre se aproveitarem de trabalhos “comunitários” nunca realizados pelos próprios políticos.

Na visão dos líderes comunitários a sua ação deve ser drástica porque eles não possuem “influência política”, e isto é algo somente resolvido através da “organização de órgãos paralelos que consigam substituir o governo e que não submetam a comunidade aos políticos”.

O perfil do líder comunitário da região da Baixada Fluminense, traçado até aqui nos permite chegar às seguintes conclusões: são eles pessoas necessariamente integradas à comunidade em que vivem, eles não existiriam sem a informalidade de resolução de problemas práticos, pois, conforme visto, eles são partes integrantes desta mesma informalidade, agindo como elementos facilitadores na medida em que organizam os trabalhos realizados por sua comunidade. Desvinculado de sua gente, o líder comunitário seria unicamente mais um dos “estrangeiros” que pululam na região ignorando o trabalho mudo dos habitantes, ou se aproveitando da boa vontade de alguns “inocentes” para conseguir votos através da realização de “obras de maquiagem” que “acabam com a primeira chuva”.

Muito embora a presença desse tipo de liderança nos bairros baixadenses seja comum, a imprensa local somente os focaliza em momentos extremos, quando, por exemplo, uma pon-

²⁵ LEITE, Antonio Souza. **Entrevista concedida** em 21 ago. 1995.

te derrubada há muito tempo é reconstruída pelos moradores de um bairro, quando a falta de água potável determina planos alternativos para a captação e distribuição deste produto, quando um membro da comunidade, “cansado da insegurança”, resolve, com a ajuda de vizinhos, organizar um grupo de extermínio destinado “à limpeza do bairro”, quando mutirões organizam-se para desobstruir “valões”, limpar terrenos baldios repletos de vegetação, patrulhar as ruas de bairros pouco habitados ou expulsar bandidos que importunam “os trabalhadores”, etc.

Ao longo do tempo a liderança comunitária baixadense sofisticou-se e modificou-se o suficiente até estabelecer-se como nitidamente diferenciada das lideranças políticas locais tradicionais. A constatação das metamorfoses ocorre quando se acompanha o processo político baixadense nos últimos vinte anos e se percebe a ascensão constante de líderes comunitários a cargos públicos oficiais.

Uma história resumida desta ascensão revela que primeiramente os líderes populares baixadenses elegeram-se vereadores e prefeitos principalmente dos pequenos municípios surgidos ao longo da década de 1990 como resultado do movimento de emancipações distritais ocorrido na Baixada Fluminense após a entrada em vigor da constituição federal de 1988. Após algum tempo esses líderes comunitários baixadenses ocuparam desde a Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro até o poder legislativo federal, através de algum afilhado político, além de migrarem para a chefia dos executivos municipais das cidades mais antigas da Baixada Fluminense. Paralelamente, as lideranças não relacionadas diretamente com estes novos agentes políticos ou se eclipsaram ou passaram a gravitar em torno das figuras destacadas dos líderes comunitários.

Características desse processo de nascimento e crescimento dos líderes comunitários baixadenses revelam-se quando acompanhamos a curta carreira política oficial de Jorge Júlio

Costa dos Santos (Joca), eleito em 1992 como primeiro prefeito de Belford Roxo. Antes disso Joca fora eleito vereador iguaçuano em 1988, quando se notabilizou por conseguir em sua primeira aventura política oficial eleger-se com mais de cinco mil votos, o que correspondeu ao maior número de votos válidos conseguidos por um candidato naquele pleito. Em 1992 Joca chegou ao governo de Belford Roxo após uma eleição em que concorreu com políticos tradicionalmente aceitos pela população belford-roxense e tendo como companheiro de chapa um dos principais líderes políticos da elite distrital. Segunda eleição e segunda vitória esmagadora: obteve 80% dos votos válidos.

Se objetivarmos encontrar Joca como um líder comunitário baixadense mais próximo de “seu povo” devemos, entretanto, recuar mais no tempo e determos-nos em finais da década de 1970, época em que gradativamente foi se destacando da população de dois dos mais populosos e violentos bairros de Belford Roxo.²⁶ Este destaque coincidiu com a melhoria econômica de Joca que, tal como a maior parte da população de Belford Roxo, não era originário da região da Baixada. Ele viera bem cedo do interior do estado do Rio de Janeiro, começando a trabalhar ainda criança, uma vez que pertencia a uma família muito pobre e composta por treze irmãos filhos de uma merendeira e de um operário da Rede Ferroviária Federal. Vendeu bala nos trens, foi ajudante de obras, pedreiro, cobrador e motorista de ônibus, lutador de luta livre e carroceiro antes de transformar-se em um empresário do setor de transportes e construções.²⁷

Joca popularizou-se primeiramente no bairro em que vivia e naqueles bairros onde mantinha seus negócios. Segundo o seu próprio testemunho, as declarações de alguns de seus assessores, parentes e companheiros políticos, sua primeira ação social foi a transformação de um antigo automóvel em ambulância e a disponibilização de seu número de telefone para que

²⁶ Distrito que em alguns anos da década de 1980 foi considerado pela ONU como o local mais violento do mundo devido ao espantoso número de assassinatos ocorridos ali. **Jornal de Hoje**, 03 dez. de 1985. p. 01

²⁷ **Jornal de Hoje**, 23 jun. de 1994. p. 02-04

a população desses bairros “chamasse a qualquer hora do dia e da noite”. Depois disso um “serviço social” foi aberto pelo líder comunitário, que a partir de então não limitou o seu “trabalho social” ao transporte de doentes até aos hospitais cariocas, uma vez que passou a ser enxergado pela população como aquele que:

[...]facilitava a vida dos membro mais pobre da comunidade dando de graça material de construção, levando doente pra hospital, arranjando manilha pra canalizar vala de merda, vindo ele mesmo organizar mutirão pra arrumar rua daqui, quando precisava botando ele mesmo a mão na massa e acabando com as coisa pior daqui [...] metendo o dedo na cara do prefeito e dos vereador de Nova Iguaçu, ouvindo reclamação dos morador, dando comida pra pobre[...].²⁸

O fator que mais se responsabilizou pela popularidade de Joca, no entanto, não adveio com a ajuda que oferecia aos mais humildes, em seus serviços sociais espalhados pelo distrito de Belford Roxo, ou ao seu empenho pessoal nos trabalhos destinados a imediatamente resolver problemas quase sempre relacionados com a inexistência de aparelhos urbanos adequados ou com a manutenção destes mesmos aparelhos. A maioria da população de Belford Roxo reconhecia Joca como alguém que participava de algo bastante comum naqueles bairros que era o justicamento de pessoas diretamente envolvidas com atividades temidas pelos moradores destes bairros populares como estupros, assaltos, furtos, tráfico ou uso de drogas:

Joca ficou famoso porque matava bandido aqui. Primeiro ele se revoltou porque assaltaram as lojas dele. Passou a andar armado e quando foram assaltar ele de novo atirou nos bandido. Ameaçaram ele de morte e aí então matou os bandidos antes de ser morto por eles. Depois disso passou a matar junto com outros daqui do bairro. Ele nunca escondeu isto de ninguém antes de ser político. Quando foi concorrer a vereador de Nova Iguaçu muito tempo depois disso, foi que passou a negar que era matador. Depois que virou político não matava mais, mas pagava para outros matarem. Ele barganhava até cargo político em troca das mortes. Como prefeito ele criou um tipo de polícia aqui que matava os bandidos de Belford Roxo. Por isso virou uma paz Belford Roxo na época dele.²⁹

²⁸ SANTOS, Clelson de Lima. **Entrevista concedida** em 01 nov. 1995.

²⁹ NOVAES, Guilherme Antônio. **Entrevista concedida** em 10 out. 95.

Apesar de existirem processos contra Joca exatamente por ser ele acusado de chefiar grupos de extermínio³⁰, isto não impediu a sua carreira política, parecendo, ao contrário, que a fama de homem valente e pessoa responsável pela execução da “justiça” transformaram-se em armas habilmente utilizadas por ele para ser mais bem visualizado pela população dos bairros periféricos de Belford Roxo:

Se ele era matador isto não me interessa. Pra mim ele era o melhor político que existia e por causa disso ele morreu do jeito que morreu. De verdade se ele matava era só bandido que morria na mão dele. Bandido tem mesmo é que morrer. Bandido bom é o bandido que morreu [...] não sou contra matador, grupo de extermínio, polícia mineira. Quanto mais tiver melhor é porque vagabundo é igual mato: quanto mais arranca mais nasce. Tem que matar mesmo porque não tem jeito mesmo e justiça de verdade quem faz aqui é matador. Polícia não prende mesmo. Só mata inocente e solta bandido que paga pra ela. O jeito é matar e matar cada vez mais. Só aqui no bairro matam pelo menos uns... uns... 3, 4, 5 por semana. Acho que se não fosse isto o bairro era um inferno, porque tem muito malandro aqui mesmo. [...] eu nunca deixei de votar em político porque ele era matador. De verdade se eu sei que um político é matador aí é que eu voto nele mesmo porque então eu sei que ele faz alguma coisa boa.³¹

Na imprensa local, adversários políticos tentaram fazer da fama de matador adquirida por Joca algo determinante para a diminuição de seu prestígio. Essas tentativas mostraram-se frustradas, pois a população de Belford Roxo visualizava Joca como um salvador e era parte integrante da imagem popular deste líder comunitário o seu ódio ao banditismo e a sua ausência de tolerância para com a prática de crimes que ofendiam diretamente a família, a moral, ou as poucas propriedades dos moradores dos diversos bairros populares do distrito de Belford Roxo. Cristalizou-se na mente dos belford-roxenses principalmente a ação justiceira de Joca, e tanto a ascensão dele ao poder legislativo iguaçuano quanto ao executivo do município de Belford Roxo, surgido em 1990, deveu-se a esperança de que ele continuasse a se

³⁰ Joca foi processado por parentes de alguns assassinados que o acusaram de ser chefe do grupo de extermínio. Ele também foi acusado e processado por receber cargas roubadas (principalmente materiais de construção e peças automotivas) pela promotora Tânia Maria Sales Moreira, que investigava a ação dos grupos de extermínio na Baixada. Ela apontou Joca em 1985 como chefe de grupo de extermínio e receptor de cargas roubadas. Entretanto ele nunca foi a julgamento devido a falta de provas. **Jornal de Hoje**, 22 jun. 1995, p.03. / MOREIRA, Tânia Maria Sales. **Chacinas e falcatruas**. Rio de Janeiro: Lúmen júris, [199-].

³¹ SANTOS, Clelson de Lima. **Entrevista concedida** em 01 nov. 1995.

parecer com o antigo líder comunitário, destacando-se na personalidade deste líder o seu apego à “ordem”, o que nos bairros belford-roxenses significa em primeiro lugar garantia de segurança não importando nem um pouco os meios utilizados para o alcance desta condição.

A aceitação maciça de Joca e de seus métodos pode ter muito a ver com suas supostas relações com grupos de extermínio baixadenses e com a deferência que boa parte desta população oferecia aos “matadores de bandidos”, entretanto o seu sucesso como político não esteve ligado unicamente a tal fama. Aliás, dentro do legislativo iguaçuano ou da prefeitura municipal belford-roxense não exatamente eclipsou-se a fama do “prefeito matador”. A consideração de que era ele um justiceiro continuava ali como algo que se revelava instantaneamente quando se olhava para Joca, porém suas ações como político eram tão ostentosas que era mais fácil lembrar-se dele como alguém agressivo, valente, autoritário e mal educado, mas completamente preocupado em agradar “ao seu povo”.

Desaparecer da câmara municipal de Nova Iguaçu logo após ser diplomado vereador em 1988³², expandir seus serviços de assistência social, trocar sucessivamente de partido político³³ para viabilizar o plebiscito que daria autonomia ao distrito de Belford Roxo, aproximá-lo do prefeito de Nova Iguaçu que poderia facilitar as suas ações políticas e finalmente viabilizar sua candidatura à Prefeitura de Belford Roxo, parecem ter sido ações inspiradas pelo desejo de manter a proximidade entre Joca e o “seu povo”, pois ao final de dois anos de verança Joca - sempre bem relacionado com o prefeito iguaçuano, Aluísio Gama - viabilizou o antigo plano de emancipar Belford Roxo, indicou centenas de ruas que deveriam ser saneadas

³² O vereador estreante apresentou pedidos sucessivos de licença por motivos de saúde. Alegava ele ter fraturado a perna e não poder frequentar as reuniões da câmara por este motivo. **Jornal de Hoje** 01 out. 1988, p. 06.

³³ Ao longo de sua pequena carreira política oficial (1988-1994) Joca passou pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e finalmente filiou-se ao Partido Liberal (PL) pelo qual elegeu-se prefeito de Belford Roxo a frente de uma coligação de partidos composta Partido Liberal (PL), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Partido da Frente Liberal (PFL), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Social (PDS) **Jornal de Hoje** 11 out. 1992, p. 05.

e asfaltadas, tendo 194 destas ruas pavimentadas, conseguiu fazer com que Aluísio Gama construísse 9 postos de saúde em Belford Roxo e fez com que o centro do distrito fosse completamente remodelado.³⁴

O ano de 1992 foi aquele em que a popularidade de Joca chegou ao ápice. A participação direta no processo de emancipação de Belford Roxo e as “obras de melhoramentos” levadas por ele para aquele “lugar esquecido pelas autoridades e só lembrado pelos políticos espertalhões em época de eleição” transformaram o antigo líder comunitário em alguém que centralizava as movimentações políticas dentro do antigo distrito iguaçuano: seu maciço apoio popular fazia de sua eleição algo mais do que provável e isto atraía o apoio de grande parte da elite política local ³⁵.

Eleito prefeito, Joca declarou-se imediatamente “fiscal número um” de si mesmo e do seu governo. Prometeu ao longo da campanha governar a partir da rua e começou a fazer isto em seu primeiro dia de mandato, quando saiu do gabinete para, pessoalmente, fechar todas as lojas do centro de Belford Roxo que não possuíssem alvará de funcionamento. O que pareceu ser unicamente uma jogada imediata de marketing transformou-se, entretanto, em regra, e nos dias seguintes novas fiscalizações foram realizadas todas elas destinadas a “fazer caixa para construir tudo que a prefeitura precisa fazer para este povo sofrido”. Escolas foram encampadas, lojas fechadas, muros pintados, pichadores reprimidos, traficantes impedidos de atuarem

³⁴ Correio de Maxambomba, 01 fev. 1991.

³⁵ Em um artigo publicado em 30/11/1991 um articulista do Jornal de Hoje admira-se com o fato de representantes de “tradicionais famílias políticas” se “acotovelarem” disputando a possibilidade de Joca servir como candidato a vice em chapas sempre encabeçadas por representantes dessas famílias. O articulista lê nessas disputas a evidência maior de que:

[...] a política em Belford Roxo gira em torno de Joca, vereador por Nova Iguaçu eleito com mais de cinco mil votos todos eles de belford-roxenses [e que tinha] a cara e a simplicidade política do povo respondendo sempre com franqueza e sobremaneira preocupado com a eliminação das vergonhas que assolam aquele ex-distrito iguaçuano com toda a certeza o mais abandonado de todos os distritos de Nova Iguaçu. (**Jornal de Hoje**, 30 nov. 1991, p. 02).

fora das bocas-de-fumo³⁶, detritos foram retirados de terrenos baldios, antigas lixeiras viraram minipraças destinadas principalmente às crianças e obras irregulares foram interditadas. Enquanto isto máquinas escavavam inúmeras ruas nos bairros mais populosos do novo município onde os moradores eram convidados a servir como mão-de-obra no saneamento e pavimentação das próprias ruas onde viviam com suas famílias. Joca dizia que tinha as máquinas e as manilhas, “mas como a prefeitura não possuía funcionários, o único jeito de abreviar a resolução do problema era a população partilhar [com ele] a obrigação de construir o município que era uma obrigação tanto dele quanto de quem votou [nele]”.

A parceria entre Joca e os belford-roxenses, matéria-prima fundamental dos inúmeros mutirões responsáveis pela “construção de uma cidade progressista a partir do nada que existiu aqui até agora”,³⁷ ao final de um ano resultou no saneamento e na pavimentação de uma grande quantidade de ruas, na construção de inúmeras creches, postos de saúde e escolas no lugar onde antes havia imóveis abandonados que foram desapropriados. Muito rapidamente a “Cidade do Amor”³⁸ modificou-se e passou a chamar a atenção de políticos locais e até do governador fluminense. O prefeito aproveitou-se bem de sua popularidade e da ausência de oposição³⁹ e a partir mesmo de 1992 iniciou uma cruzada destinada a atrair a atenção do go-

³⁶ FREITAS, Otacílio José de. **Entrevista concedida** em 21 nov. 1995.

QUEIROZ, Jorge. **Entrevista concedida** em 29 out. 1995.

SANTOS, Clelson de Lima. **Entrevista concedida** em 01 nov. 1995.

³⁷ **Jornal de Hoje**, 03 fev. 1992. p. 05.

³⁸ Frase que acompanhou o nome Belford Roxo a partir do governo Joca que ordenou grafarem nos muros da cidade esta expressão, sendo a letra “O” de amor substituída por um coração. Aliás, o mais marcante símbolo criado por Joca foi o coração sempre acompanhado do um dos seus *slogans* de campanha (“Belford Roxo: A Cidade do Amor” e “Joca: o Homem que Ama Belford Roxo”). Transformou a figura do coração em um dos componentes do próprio brasão municipal, espalhou seus *slogans* em grande parte dos muros do centro e dos bairros principais do município, pintou os muros com as cores de seu Orixá e mandou construir inúmeros pontos de ônibus cujas colunas continham corações embutidos. Sua preocupação em relacionar seu nome - cuja letra “o” foi substituída por um coração nas placas que anunciavam suas obras - à figura de um coração chegou a tal ponto que enquanto era prefeito substituiu um de seus dentes por um de ouro que possuía um coração gravado na face externa.

³⁹ Nesta época (1993-1994) Joca saía bem cedo fazendo a sua “ronda diária” (ou *blitz* segundo o prefeito) para evitar ser parado a toda hora por pessoas que pediam coisas a ele ou que queriam abraçá-lo, beijá-lo ou solicitar autógrafos seus. Quanto aos seus opositores políticos em Belford Roxo, perdiam importância na proporção em que Joca se transformava em “governador da Baixada”, como foi chamado pelo prefeito de Japeri Carlos Moraes Costa (**Jornal de Hoje**, 06 nov.1993, p. 2). A pouca importância dos adversários

verno estadual e federal para a Baixada Fluminense. Para isto criou e presidiu inicialmente a Associação de Municípios da Baixada Fluminense e Adjacências. Dentro de Belford Roxo, entre o “seu povo”, as impressões acerca do prefeito e de seu governo variavam bastante, porém sua popularidade mantinha-se muito alta e as suas ações como prefeito variavam sempre sobre os mesmos temas: a necessidade de continuar a “construir o município que não existia antes da eleição de 1992”, o fortalecimento e a manutenção da idéia de que homens e mulheres dos diversos bairros periféricos de Belford Roxo eram todos eles “primeiros fiscais da prefeitura”, o fortalecimento dos símbolos criados pelo prefeito para fixar sua imagem na mente de cada morador de Belford Roxo e a expansão de seus centros de assistência social. Em fim, correspondeu em todo o tempo às expectativas da população dos bairros periféricos de Belford Roxo, extremamente desejosa de que o prefeito continuasse sendo simplesmente atendente das necessidades mais rasteiras dos moradores:

O legal em Joca é que ele continuou como era antes. Andava no meio de todo mundo, vigiava tudo que os funcionários da prefeitura fazem, pára pra beber em boteco, come em casa de pobre mesmo com todo aquele ouro pendurado. Se alguém não soubesse não diria que ele é quem é. Acho que o povo gosta é disso nele. Da sinceridade, da vontade de ajudar que ele tinha. Fala igual a gente, mas sabe o que tem que falar e fazer e tinha coragem de fazer tudo que fez.⁴⁰

O final de todas as suas ações ocorreu na tarde do dia 20 de junho de 1994, quando o prefeito encaminhava-se juntamente com diversos outros colegas ao Palácio Guanabara para encontrar-se com o governador do estado, Marcello Alencar. A versão oficial, quase completamente baseada no depoimento de Adilmar Arcenio dos Santos - Mica - que era naquela época prefeito de São João de Meriti e único passageiro do carro dirigido por Joca.

políticos belford-roxenses fez com que em algum momento do seu governo em plena praça pública Joca esbofeteasse um vereador que insistia em manter-se contra os planos do prefeito. (NOVAES, Mário Geraldo. **Entrevista concedida** em 02 set. 1995 / SILVA, Odmar da. **Entrevista concedida** em 28 nov. 1995.).

⁴⁰ QUEIROZ, Jorge. **Entrevista concedida** em 29 out. 1995.

Segundo Mica, Joca foi vítima de um bandido inexperiente e franzino (daí o seu apelido ser Ratinho⁴¹) que se aproveitou da paralisação do trânsito e da ausência dos protetores de Joca que viajavam em um outro carro porque o prefeito sentia-se mais seguro no município do Rio de Janeiro, e que no final da tarde daquela quinta-feira e a alguns metros da entrada no túnel Santa Bárbara - que liga alguns bairros do centro da capital fluminense à zona sul da cidade do Rio de Janeiro - aproximou-se do carro armado com uma pistola e tentou retirar de Joca suas pulseiras e cordões de ouro. Ao ser abordado, Joca intentou sacar uma arma e abrir a porta do carro que dirigia, porém não foi tão rápido tentando realizar as duas ações e assustou o bandido que descarregou imediatamente todas as munições da pistola apontada para o prefeito, morto ao ser perfurado por pelo menos cinco disparos da pistola de Ratinho.

Tal versão, embora absolutamente crível, não convenceu a maior parte da população belford-roxense, que preferiu sempre acreditar em versões relacionadas com alguma conspiração destinada a não permitir que Joca avançasse mais dentro do mundo político fluminense. A impressão geral era a de que o prefeito, principalmente porque era competente, conquistou muito mais inimigos que amigos, desejando muitos destes inimigos a sua morte. Não há até hoje, entretanto, nenhuma justificativa para considerar-se a versão oficial como incorreta, ao contrário disso, o assassino do prefeito foi preso, julgado e condenado, nunca negando o cometimento do crime. Ao mesmo tempo nenhuma das versões relacionadas com algum tipo de conspiração se confirmaram, passando todas elas a compor o conjunto de narrativas dos atos heróicos do primeiro prefeito, criadas e perpetuadas pela população dos bairros periféricos deste antigo distrito iguaçuano⁴².

⁴¹ **O Dia**, 30 out. 1994.

⁴² A partir de relatos de moradores de Belford Roxo é possível atribuir o assassinato de Joca a diversos motivos, podendo estes ser divididos em dois grupos, a saber, motivos políticos ou pessoais. Como políticos a maior parte das histórias vinculam o crime ao desejo de sua esposa (Maria Lúcia, prefeita de Belford Roxo entre 1996 e 2000 e entre 2004-2008) de assumir a prefeitura em seu lugar e ao medo do governador Marcello Alencar de que um dos seus filhos, que ninguém diz qual, perdesse a eleição para Joca, que, se-

O processo de mitificação política de Joca, que se iniciara ainda quando ele governava Belford Roxo, acelerou-se e tornou-se mais sólido a partir de sua morte. Na madrugada mesma do dia 20 de junho de 1994 uma grande e comovida quantidade⁴³ de pessoas deslocou-se até o centro de Belford Roxo com a única finalidade de “homenagear pela última vez nosso pai” ou “agradecer tudo de bom que Joca fez por nós”.

O corpo de Joca chegou à praça central de Belford Roxo na manhã do dia 21 de junho. Durante boa parte deste dia o prefeito assassinado ficou disponível à visitação dos belford-roxenses que fizeram uma fila de aproximadamente dois quilômetros. À tarde o corpo foi acompanhado pela multidão por todo o centro do município de Belford Roxo e finalmente depositado sob aplausos, lágrimas e desmaios no cemitério público de Belford Roxo. Frutos eleitorais diversos foram colhidos da rápida carreira política pública de Joca. A transformação de sua esposa em prefeita de Belford Roxo, por duas vezes, e em deputada estadual foi o mais visível desses frutos.⁴⁴

Voltando a pensar em sua mitificação política, ela tornou-se possível também devido ao pequeno período de sua vida em que foi vereador e prefeito. Em tão pouco tempo Joca não errou ou “traiu o seu povo”. Facilitou mais ainda esse processo a sua morte violenta e inesperada, porém, mesmo vereador e prefeito, a sua prática política em poucos momentos deixou de ser semelhante a dos líderes comunitários baixadenses e a da própria população proletária resolver os problemas práticos imediatos.

gundo os belford-roxenses, se candidataria a governador. Como motivos pessoais Maria Lúcia era novamente lembrada, mas então como uma mulher que se sentia traída devido as quatro, cinco ou seis amantes do prefeito e também se atribuíu a ela o assassinato.

⁴³ As estimativas da polícia militar e dos vários órgãos de imprensa presentes em Belford Roxo diferiram muito e variaram entre 100 e 200 mil pessoas presentes na praça central da cidade onde o corpo ficou exposto até ser conduzido para o cemitério da solidão, localizado em dos bairros belford-roxenses.

⁴⁴ As eleições dos anos imediatamente seguintes ao assassinato de Joca foram marcadas pela transformação do prefeito morto em uma espécie de cabo eleitoral. Fotografias suas fizeram parte de panfletos e *outdoors* de candidatos de partidos opostos e além de sua esposa eleger-se prefeita de Belford Roxo e deputada estadual sucessivamente, diversos de seus antigos aliados tornaram-se vereadores e deputados estaduais. **Jornal de Hoje, 23 maio 2000.**

Sem dúvida, maiores são as relações entre o passado de liderança comunitária do primeiro prefeito de Belford Roxo e a sua popularidade sobrevivente ao assassinato e herdada por novos atores políticos visualizados como continuadores da forma de Joca entender que órgãos oficiais como prefeitura municipal e câmara de vereadores eram extensões dos vários serviços sociais mantidos por ele em Belford Roxo. O que foi chamado de “simplicidade” por diversos moradores de Belford Roxo em seus relatos, parece ser a característica de Joca que o transformou na pessoa “que não traiu seu passado de pobre” apesar de ter enriquecido e se transformado em “político”, significando ser político, para essa população, algo desmerecedor de qualidades, a todo o momento, atribuídas a Joca pelos belford-roxenses como honestidade, bondade e justiça.

Não é difícil entender a partir das falas de moradores de Belford Roxo que Joca era considerado como alguém diverso dos “políticos” sempre enxergados com reservas por serem aproveitadores ou traidores das esperanças daqueles que são “fracos” principalmente por não possuírem “nada”:

É muito fácil ser eleito aqui... pensa... se não tem nada no lugar... nada que faça a vida ser melhor pra gente... qualquer coisa que oferece eles pegam e aceitam votar. É tudo muito pobre e não dá pra escolher direito quando é pobre. Eles escolhe aquele que oferece alguma coisa que agrada. Pode ser para aqui ou para cada um mesmo. De um jeito ou de outro esses cara não presta porque ajudam você agora e nunca mais volta depois. Joca era outra coisa... não prometia. Vinha, via o que tava precisando, falava uma vez pra acertar como ia fazer e depois voltava pra ajudar a fazer ou pra fazer ele mesmo sozinho. Nada de enrolação. Se não dava pra fazer dizia logo e pronto. Não era político mesmo... era daqui e sabia do que a gente precisa.⁴⁵

Descobrir quais as razões que levaram Joca a transformar-se em líder comunitário e depois em “político” e em uma espécie de salvador mítico, exemplar único de homem público “honesto” e “competente”, pode funcionar como uma forma de conhecer mais detalhadamente

⁴⁵ QUEIROZ, Jorge. **Entrevista concedida** em 29 out. 1995.

as maneiras da população subalterna da Baixada Fluminense mais contemporaneamente transformar alguém em líder e na determinação das formas populares baixadenses tanto de resolver os diversos problemas provocados pela ocupação rápida e não planejada do solo da Baixada como na criação de meios eficientes de reivindicar alguma atenção para a vida neste local proletário de residência.

A tentação de enxergar no primeiro prefeito de Belford Roxo o representante mais perfeito da liderança comunitária baixadense é bastante grande e parece nascer exatamente da aprovação maciça das ações deste político, da constante comparação por parte dos belford-roxenses entre os dois tempos de atuação de Joca, ou seja, entre a época em que ele era “simplesmente” o líder comunitário e o período curto em que “serviu ao povo” como ocupante de cargos públicos eletivos. A diluição das diferenças entre o Joca político e o Joca comunitário enxergados pelos habitantes de Belford Roxo muito provavelmente favoreceu a sua mitificação política e o distinguiu de um mito criado pela população baixadense em décadas anteriores aos anos 1990. Refiro-me especificamente a liderança política capaz de interagir de forma muito forte com a população baixadense em épocas anteriores a Joca e é ela representada por Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque.

Tenório Cavalcanti, cuja ligação com a Baixada Fluminense iniciou-se no final da década de 1920, quando este nordestino fugiu do estado de Alagoas devido ao fato de ter assassinado o matador de seu pai antes que este também o matasse.⁴⁶ Na Baixada, ele enriqueceu e transformou-se em um importante e novo personagem político. Antes disto, porém, notabilizou-se como um pistoleiro e um facilitador da chegada dos migrantes nordestinos à região. Tenório criou ao longo de sua carreira política um sistema assistencialista e apoiou-se flagran-

⁴⁶ CAVALCANTI, Sandra Tenório. **Tenório, Meu Pai**. Rio de Janeiro: Global, 1996. p.p. 20-22.

temente na prática da violência como estratégia de ganho e manutenção de poder político.⁴⁷ Esforçou-se - e foi facilitado neste esforço pela intensificação da chegada de novos migrantes à Baixada Fluminense - para criar uma concreta rede de relações pessoais, tendo tal rede consolidado seu papel de agente político violento, exigente de lealdade e mantenedor de um grupo de servidores que eram protegidos pela sua fama e que ao mesmo tempo o auxiliavam nos embates em que se envolvia e que geralmente o colocava do lado oposto ao dos proprietários rurais do lugar e dos líderes políticos baixadenses que neste momento protegiam as suas terras da ameaça da “gente que vinha de fora” e que invadia a terra deixada vazia a espera de valorização urbana.

Particularmente Tenório Cavalcanti mostrou-se bastante elástico em suas relações sociais, uma vez que se aproximou de famílias tradicionais - inclusive casando-se com a filha de um dos representantes do poder político local - e ao mesmo tempo aprofundou as suas relações com os migrantes, bancando a vinda de diversos de seus parentes e conhecidos para a Baixada, onde eram alojados em terras conseguidas pelo político que após transformar-se em advogado, defendeu muitos nordestinos em causas de despejo ou por praticaram crimes enquanto lutavam para ocupar ou manter-se em terras vazias invadidas recentemente. Exatamente devido as suas aproximações tanto com as elites locais quanto com os milhares de proletários que mudavam a face da Baixada com a sua chegada em profusão, Tenório projetou-se como líder regional e conseguiu penetrar nas esferas da política nacional, conquistando votações expressivas para o Legislativo estadual e federal.

A figura de Tenório Cavalcanti por si só era capaz de gerar polêmicas e incentivar a criação de narrativas baseadas em fatos efetivamente vivenciados pelo político ou simplesmente criados pela população residente na Baixada nas décadas de atuação espetacular do

⁴⁷ GRZYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 14, ano 5, out.1990.

líder. A mitificação política de Tenório deu-se também, entretanto, através do jornal popular que criou na década de 1950 - A Luta Democrática - e que possibilitou a projeção nacional do político que passou a ser conhecido como o homem da capa preta, possuidor de um corpo fechado e sempre acompanhado de sua “companheira certa das horas incertas, a metralhadora ‘Lurdinha’ ”.

Comparações entre Tenório e Joca são tentadas continuamente por moradores mais antigos da Baixada, entretanto tais comparações terminam sempre demonstrando ser o estilo de liderança de Joca diferente da forma como Tenório atuava politicamente em Duque de Caxias:

Parecido com o Joca acho que só o Tenório Cavalcanti que também ajudava o povo pobre de Caxias. Só que ele não era igual o Joca porque o Joca era só daqui mesmo e o Tenório vivia fazendo política fora e atendia o povo de Caxias só que não era igual aqui que o Joca tava mais perto e não era político que vivia fora de Belford Roxo. Outra diferença é que Joca não andava amedrontando ninguém aqui e o Tenório era muito violento e encrenqueiro.⁴⁸

Parece que os dois só eram igual no respeito que eles obrigavam todo mundo ter deles. Joca ajudava a gente a fazer tudo aqui e era também um homem que dava assistência para os mais pobres. Não sei muito do Tenório, mas do que lembro ele brigava muito, não governava e dava comida, roupa... essas coisas para os moradores de Caxias. Mas também se enriquecia às custas do povo. Não sei se era bom, sei que era valente e tudo, mas não sei muito não dele.⁴⁹

O Joca não era tão parecido com o Tenório. O Tenório era um Lampião. O Joca era um político mais normal porque não saía aqui dando tiro pra todo lado. Pode até ser que ele era de grupo de matador, mas se era isso não misturava isso com a função dele na prefeitura. Mesmo quando não era político ainda, ele não fazia isso assim na frente de todo mundo, se fazia era escondido porque aqui no bairro eu mesmo nunca vi nada de mais mesmo estando aqui muito mais tempo do que ele porque eu tenho idade pra ser pai dele. Ouvia falar muita coisa, mas nunca vi nada e não estou escondendo porque tenho medo, porque eu não tenho motivo pra ter medo. Ele era normal e não um jagunço que também ajudava os pobres de Duque de Caxias, mas que fazia naquela época Caxias ser um fim de mundo que todo mundo dizia que era. Hoje eu acho que a Baixada tem essa fama tão ruim assim porque naquela época tinha muito jagunço e o povo lá de baixo [município do Rio de Janeiro] tinha medo daqui por causa dos tiroteio.⁵⁰

⁴⁸ MACHADO, Artur Souza. **Entrevista concedida** em 12 out. 2004.

⁴⁹ MESSIAS, Marcelino Francisco. **Entrevista concedida** em 15 jun. 2004.

⁵⁰ COSTA, Flávio Cardoso. **Entrevista concedida** em 02 nov. 2004.

Tenório era um pistoleiro, um capanga, jagunço sei lá o que mais. Fez muito por Caxias, mas na época dele era tudo muito difícil e ele foi muito forte mas acabou prejudicando muita gente inocente pra fazer política. O que eu acho dele é que ele ajudou mais ele e os amigos políticos dele e menos a gente pobre daqui. Acho que ele dava comida, protegia um ou outro, mas era muito preocupado em ficar mais importante como político e o que mais tinha aqui naquela época era tiroteio e emboscada.⁵¹

As falas transcritas acima pertencem a moradores de Belford Roxo e Duque de Caxias e correspondem a obediência ao pedido da comparação entre Tenório Cavalcanti e Joca. Fundamentalmente na fala dos moradores mais antigos da Baixada Fluminense, contemporâneos da vida pública de Tenório e ainda vivos na época em que Joca governava, este último diferenciava-se do primeiro por ser alguém que dava ordem ao caos, partindo daquilo já existente no antigo distrito iguaçuano e mesmo das próprias práticas populares de resolução de problemas. Tenório também é visto pelos entrevistados como ordenador de uma situação caótica, porém, ao contrário de Joca, que permaneceu muito pouco tempo em evidência, Tenório Cavalcanti parece ter deixado como lembrança principal de sua longa carreira legislativa, a sua instabilidade que em alguns momentos confunde-se na fala dos entrevistados com as incertezas existentes na vida da população proletária, na época em que chegavam do Nordeste brasileiro.

Em alguns momentos, as falas dos entrevistados conduzem-nos a pensar que eles gostariam que Tenório fosse fundador de uma outra realidade, diferente daquela existente em seus locais de origem ou pelo menos um participante das dificuldades iniciais de adaptação destes migrantes a essa nova terra ou um facilitador das maneiras próprias dos recém migrantes resolverem os seus problemas imediatos:

[...] Tenório... criticar... o que eu acho que dá pra dizer é porque ele não ficava presente sempre em Caxias... ele usava aqui mais para se promover e não pra ajudar os pobre. Acho que político não presta sempre, mas no míni-

⁵¹ BARBOSA, Carlos Aparecido. **Entrevista concedida** em 15 nov. 2003.

mo se alguém quer ficar muito tempo no lugar sendo votado, ele precisa ajudar os pobres do lugar mesmo e pelo menos auxiliar a gente na melhoria do lugar. Acho que ele não participava muito da vida daqui não [...] estava muito preocupado em fazer campanha para deputado e ganhar mais dinheiro [...]

⁵²

Muito embora sobreviva ainda a idéia de que Tenório é um dos responsáveis pela transformação de Duque de Caxias em um lugar menos inóspito, mais forte parece ser a visão popular dele como alguém que causou o surgimento da fama da Baixada como terra de pistoleiros e, portanto, em um lugar temido e extremamente mal visto externamente.⁵³

Não se trata de uma simples condenação à conduta violenta de Tenório Cavalcanti, que para alguns entrevistados é o único ponto de contato entre este último e Joca, aliás, em nenhuma das entrevistas há a idéia de que assassinar inimigos ou bandidos é algo condenável, sendo componentes dos discursos populares a valorização desta prática.⁵⁴ Os problemas pre-

⁵² SILVA, Fabiano Viana. **Entrevista concedida** em 18 jul. 2004.

⁵³ Esta idéia que se repete constantemente nas falas de diversos dos entrevistados coincide com as conclusões de Ana Lucia S. Enne (Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/enne1.htm>>). Neste artigo a autora analisa as visões de quatro grandes jornais cariocas ao longo das últimas cinco décadas do século XX e percebe que principalmente a partir da década de 1960 a quase indiferença da imprensa em relação à Baixada Fluminense é substituída pelo surgimento da idéia de que a Baixada constituía-se em um local muito violento, um “faroeste fluminense” ou comparada com um câncer presente na crescente Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Em um dos próximos capítulos desta tese dialogo com Enne ao expor de forma mais detalhada suas idéias.

⁵⁴ A positivação dos justicamentos presente na maioria dos depoimentos de moradores de diferentes municípios da Baixada Fluminense choca-se diretamente com a principal hipótese levantada pelo sociólogo José Cláudio Souza Alves, caracterizada pelo fato de considerar a Baixada Fluminense como o lugar onde o poder político estruturou-se a partir da prática usual da violência, sendo o conjunto da população mais pobre uma vítima indefesa dos justicamentos ocorridos ali. Segundo o autor, os matadores baixadenses são servidores dos agentes políticos que, principalmente após o golpe militar de 1964, manipulam a população da Baixada através de práticas “populistas” e de atos intimidativos responsáveis pela manutenção, naquela época, dos políticos tradicionais no poder e, a partir da década de 1990, destes próprios matadores, sendo para ele Joca e José Camilo Zito dos Santos os dois principais representantes dos “prefeitos matadores”. A hipótese fundamenta-se em dados corretos, pois os municípios da Baixada Fluminense encontram-se desde várias décadas entre os mais violentos do país quando se verifica o número de assassinatos ocorridos ali anualmente. Pena que na formulação de tal hipótese a população da Baixada Fluminense não tenha sido ouvida e fatos bastante palpáveis tenham sido desprezados, dentre estes se destacando a grande aceitação popular dos “prefeitos matadores” (Zito foi eleito duas vezes prefeito [1996 e 2000] e estendeu a sua influência a dois outros municípios baixadenses através da eleição de parentes diretos seus como prefeitos nas eleições municipais de 2000, além de ter conseguido transformar sua filha em deputada estadual e um de seus auxiliares diretos em deputado federal). O que torna complicado manter-se crente na hipótese principal de José Cláudio Souza Alves, porque isto obrigar-nos-ia ou pensar que cada um destes agentes políticos oficiais relacionados com os matadores exercia um controle violento das populações responsáveis pelas suas sucessivas e impressionantes *performances* eleitorais ou nos fariam retornar a antiga e não usual consideração das camadas socialmente subalternas como parceiros-fantasmas do processo político eleitoral. Cf. ALVES, José Cláudio Souza. **Baixada Fluminense: a violência na construção do poder**. Tese (doutorado

sos a figura de Tenório Cavalcanti relacionam-se diretamente ao seu desapareço a Duque de Caxias e a Baixada como um todo. O que nos faz perceber que para os baixadenses entrevistados, Joca foi um fiel cumpridor da condição mínima de valorização de um líder comunitário quando este chega ao “governo”, pois se esforçou - ao contrário de Tenório Cavalcanti - durante todo o tempo em manter-se próximo do “povo” o que é mais evidenciado pela sua ausência de preocupação em lançar-se candidato a cargos políticos estaduais.⁵⁵

Da comparação entre Tenório e Joca restam como produtos principais as diferenças entre os dois estilos de liderança e o fortalecimento da idéia de que as maneiras próprias da parte mais subalterna da população baixadense lidar com as ausências públicas resultaram em

em sociologia) programa de pós graduação em sociologia, USP/1998. Por fim, a posição dos baixadenses em relação aos justicamentos e aos seus agentes fica mais clara quando lê-se o lamento conformado de uma mãe pela morte de um filho adolescente eliminado por “matadores”:

[...] fazer o que. Eu avisava muito para ele que aquele tipo de vida não ia dar em coisa boa, mas não adiantava nada e ele continuava no meio de mau companhia que não prestava, aí o Pedro [nome do chefe do grupo de extermínio que eliminou o seu filho] veio aqui em casa conversou com o pai dele e comigo, falou pra gente mandar ele para fora daqui porque ele só não tinha morrido ainda porque a gente era considerado aqui porque é família antiga no lugar. A gente mandou ele pra Minas e ele voltou sem a gente saber. Aí ficou no meio só dos bandido, não voltou mais pra casa e começou a roubar aqui no bairro mesmo. Era uma vergonha só pra gente daqui de casa. As pessoa olhavam pra mim atravessado em tudo que era lugar. Eu mesma só ia para a igreja e evitava sair pra outro lugar porque tinha vergonha demais. Eu ficava pedindo a Deus para resolver a vida dele [...] não queria que ele morresse, mas pedia a Deus que fizesse a vontade dele e não a minha e um dia o Pedro mesmo veio aqui de novo e chamou o pai dele e avisou que não teve jeito mesmo e que ele foi morto longe daqui porque eles considerava a gente e os irmão que é trabalhador e não deixou ser aqui [...] falou que a gente não precisava se preocupar e sair daqui por que nada ia ser feito pra gente... não tinha nada a ver... que ele sabia que era gente de bem [...] foi triste mas foi a vontade de Deus [...] eu senti demais porque era meu caçula, mas não culpo eles não. É difícil porque era um menino, mas não tem nenhuma segurança mesmo e se alguém faz alguma coisa ruim aqui eles é que resolve sempre [...] não que a gente queria a morte dele mas... não sei... (SILVA, Joracilda Costa. **Entrevista concedida** em 04 jul. 2005)

⁵⁵ Esta visão popular não corresponde ao caminho político traçado por Joca e acompanhado pelos órgãos regionais de imprensa, mais notadamente o Jornal de Hoje. O prefeito procurava utilizar a sua intimidade com os setores socialmente subalternos do seu eleitorado na pavimentação de uma carreira política de maior fôlego. Isto fica evidenciado pela sua iniciativa de criar a Associação de Municípios da Baixada Fluminense e Adjacências, através da sua aproximação com o deputado federal Nelson Bornier, dos seus sucessivos movimentos de migração partidária e da pressão exercida por ele como presidente da Associação de Municípios da Baixada Fluminense e Adjacências a fim de criar a Secretaria Especial da Baixada Fluminense, que foi criada pelo governador Marcelo Souza Alencar e que foi ocupada inicialmente pelo deputado Nelson Bornier por indicação de Joca.

um estilo de liderança política bastante diferenciado, tanto das formas de se fazer política nos tempos anteriores à existência dos migrantes, como diverso do estilo Tenório Cavalcanti.

Joca sintetizou um tipo diferenciado de liderança por diversos motivos, sendo a sua pequena e restrita carreira política oficial que não ultrapassou os limites da Baixada Fluminense bastante responsável pela sua cristalização como o exemplo superior de líder comunitário baixadense.

Mas qual contexto possibilitou a gênese dos líderes populares representados aqui por esse carismático prefeito baixadense? Uma resposta direta a isto pode residir nas características políticas da Baixada Fluminense ao longo dos anos de maciça chegada dos migrantes aos bairros proletários dali, mas também há a possibilidade de se procurar respostas nas realidades políticas nacionais das décadas que sucederam o período ditatorial. Para Sento-sé,⁵⁶ que partiu da figura de Leonel Brizola para analisar a “figura” do “líder popular” no “imaginário contemporâneo brasileiro”, lideranças populares estão radicalmente relacionadas com os elementos populares e somente escoradas em instituições formais nas quais circulam, podendo deixar marcas profundas, sem, entretanto, destas instituições participar efetivamente. Infere-se dessa constatação que esses líderes habitam o “mundo da política real” no qual a expansão dos direitos civis, políticos, econômicos e sociais não se acompanhou de uma efetiva integração da imensa massa popular à nação, significando que o despersonalismo que aproximou o Brasil das sociedades avançadas politicamente, nas últimas décadas, se foi capaz de estabilizar nossa economia, mostrou-se ineficiente na correção das injustiças sociais várias acumuladas ao longo de toda a nossa história. Injustiças reveladas pelas enormes desigualdades presentes na sociedade brasileira onde a crença no poder da economia traduz-se na hipótese de que a inclu-

⁵⁶ Op. Cit.

são das massas marginalizadas far-se-á através de algo mágico como o controle inflacionário, ou o crescimento da renda *per capita*.

Concretamente, proletários, moradores de periferias como a Baixada Fluminense, não percebem a macroeconomia como algo definidor de seus destinos. Suas necessidades de reconhecimento e inclusão relacionam-se de forma ineficiente com algo complexo e distante como uma democracia liberal idealizadora de um mundo onde as leis são universais e instituições impessoais embasam ações individuais. Para uma gente possuidora de necessidades básicas e imediatas, o lugar de um agente político aceitável é ocupado por alguém intimamente relacionado com a eliminação dessas necessidades nascidas das injustiças acumuladas, evidenciadas na Baixada pelo abandono estatal dos proletários que é algo repetitivo nos depoimentos nativos.

1.4. Proletários *versus* “políticos”

Algo não se esclarece em tais depoimentos, entretanto, e é este algo o rosto daqueles que conduziam a vida política baixadense principalmente nos anos 1960-1980, época máxima de chegada dos migrantes à região da Baixada Fluminense segundo Beloch⁵⁷.

Partindo do testemunho dos proletários originais é possível imaginar um quadro para a Baixada colonizada entre a década de 1930 e 1980 composto por uma enorme quantidade de terras planas divididas em lotes com aproximadamente 360 metros quadrados em que nada além de uma casa modesta se eleva entre a vegetação que ocupa também os lotes ainda vazios e a própria rua não mais trabalhada pelas máquinas responsáveis pela derrubada das laranjeiras e pela criação de vias urbanas que separam os quarteirões de um loteamento. Tal como

⁵⁷ BELOCH, Edith Maria. **Loteamentos Periféricos**: Algumas considerações sobre essa forma de moradia proletária. 1980. Dissertação (mestrado em Planejamento Urbano) - Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980.

frisado anteriormente, todo o conjunto de aparelhos necessários à vida urbana será construído pelos próprios proletários. Pedro Pinchas Geiger e Míriam Gomes Coelho Mesquita⁵⁸ fornecem informações preciosas para a percepção das razões que conduziram à configuração do Estado como omissor. Em primeiro lugar apontam eles para o fato de quase toda a Baixada Fluminense ou o que poderíamos chamar de seu núcleo urbano atual, ou seja, os municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Nilópolis, Mesquita, Queimados, Japeri e Nova Iguaçu, serem durante o início da colonização proletária um único e grande município chamado Nova Iguaçu.

Durante os anos 1930 e 1943 quando os primeiros proletários “invadiam” a Baixada Fluminense, era de fundamental importância para os proprietários de terras agrícolas que fracassavam e para as autoridades municipais representadas exatamente pelos donos de terras agrícolas e quase todos vivendo no primeiro distrito desse grande município (hoje a cidade de Nova Iguaçu) ou na capital federal o parcelamento da terra, resolvendo dois problemas a sua transformação em urbana. O primeiro e mais urgente: a cultura citrícola precisava de novos espaços uma vez que na região da Baixada os prejuízos se acumulavam e o loteamento da terra agrícola iguaçuana possibilitava a abertura de novas áreas citrícolas principalmente nos arredores do município de Niterói. Apontam os autores diversas vezes na obra citada o fato de antigos proprietários iguaçuanos lotearem suas terras iguaçuanas e comprarem fazendas promissoras nos novos locais de produção citrícola.

O segundo problema resolvido relacionava-se a necessidade desta mesma elite proprietária de produzir novos impostos e novos consumidores para o comércio local que surgiu a partir do ganho de importância das cercanias de estações ferroviárias exatamente pela transformação de tais locais em centros de beneficiamento de frutos e venda de produtos (sobretu-

⁵⁸ GEIGER, Pedro Pinchas, MESQUITA, Míriam Gomes Coelho. **Estudos rurais da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

do agrícolas) para a periferia das estações. A migração das laranjeiras levaria as verbas geradas pelo comércio, transformando Nova Iguaçu em um “deserto”. O incentivo à “invasão” de migrantes em todo esse período indesejáveis às autoridades cariocas pareceu uma solução aceitável principalmente porque estes novos personagens nada exigiram das autoridades municipais que unicamente deveriam permitir a criação dos loteamentos e receber as verbas originárias da expansão de taxas e impostos do tipo urbanos. O resultado desta política materializou-se nas primeiras divisões distritais de Nova Iguaçu e em 1943 e 1947 Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti passaram a existir como municípios independentes graças a grande quantidade de novos moradores existentes ali.

A qualidade da presença pública não se alterou, nas décadas seguintes às subdivisões municipais dos anos 1940. O grande crescimento demográfico em nenhum momento equivaleu a alguma mudança positiva nas maneiras como os governos municipais enxergavam os baixadenses proletários recém-chegados a estes municípios agora mais habitados pelos migrantes vendedores de sua força de trabalho na cidade do Rio de Janeiro e compradores dos produtos oferecidos pelas elites municipais nos centros de cada cidade baixadense, aliás, em lugar de visibilidade, nos anos 1960 as chances de alguma participação dos proletários na vida política da região adotada por eles extinguiram-se a partir do golpe militar daquela década, isto porque os novos administradores, agora militares, parecem ter enxergado a Baixada Fluminense e a sua nova população tal como visualizaram as favelas cariocas. Nestes últimos locais proletários de moradia, eles perceberam a necessidade de controlar qualquer possibilidade de manifestação popular neutralizando as lideranças de associações de favelados, reforçando a proibição de construções definitivas e fazendo renascer a prática de remoção de moradias.⁵⁹ De todas estas medidas aplicava-se à realidade baixadense unicamente o controle

⁵⁹VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 36 et. seq.

sobre as associações de moradores que nas cidades baixadenses nunca foram algo forte o suficiente para merecer uma repressão grandiosa.⁶⁰ A interferência dos militares deu-se então na Baixada Fluminense de uma forma pouco sentida pelos proletários, mas capaz de reconfigurar a estrutura política local e fazer surgir uma nova elite governante identificada quase toda ela com a atividade econômica principal das cidades-dormitórios que se desenvolveram rapidamente a partir da chegada dos proletários-migrantes: o comércio varejista.

Alessandra Siqueira Barreto⁶¹ identifica os anos em que o Brasil foi governado pelos militares como aqueles em que os municípios baixadenses principais (Duque de Caxias e Nova Iguaçu⁶²) estiveram sob o controle de interventores. Duque de Caxias foi declarado área de segurança nacional devido à presença ali da Refinaria Duque de Caxias (REDUC) e da rodovia federal Washington Luis. Nova Iguaçu experimentou a cassação de prefeitos e vereadores e a indicação de novos políticos que assumiram a prefeitura sem serem legitimados pelo voto popular e sim por decretos autoritários. Um resumo da situação política baixadense durante os governos militares mostra-nos que ao longo dos anos 1960 a região transformou-se politicamente e não diretamente devido à presença dos habitantes de loteamentos proletários.

Tomando como exemplo o grande município de Nova Iguaçu tal transformação resultou na “[...] nomeação de/ou na eleição de oito prefeitos diferentes, fato que, diante da situação política conturbada que se estabeleceu após a instauração do regime militar, culminou na

⁶⁰ COSTA, Marta Bebianno. **Loteamentos na periferia do Rio de Janeiro**: Um espaço de luta. 1979. Dissertação (mestrado em planejamento urbano), Programa de pós-graduação em planejamento urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.

⁶¹ BARRETO, Alessandra Siqueira. **Cartografia política**: as faces da política na Baixada Fluminense. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

⁶² É interessante não nos esquecermos que Nova Iguaçu durante estes anos abrangia toda a área hoje ocupada pelos municípios de Belford Roxo, Mesquita, Queimados e Japeri.

interferência direta sobre o poder local, com cassações de prefeitos e vereadores da oposição e a imposição de interventores na região.”⁶³

A situação nos municípios menores da Baixada não era muito diversa dessa experimentada por Nova Iguaçu. Duque de Caxias, conforme adiantei acima, tornou-se área de segurança nacional após 1968, tendo como primeiro interventor Carlos de Medeiros e sendo governado por interventores até 1985. Em São João de Meriti, José Amorim foi cassado e substituído por João Batista Lubanco, nomeado interventor em 1970.

Também em 1970 a cidade de Nilópolis perdeu o seu prefeito, João Cardoso, do MDB, “[...] como resultado de um processo judicial movido contra ele - e cujas testemunhas foram Miguel Abraão e Aniz Abraão David, parentes do sucessor de Cardoso, Jorge David. Já em São João de Meriti, Denoziro Afonso elegeu-se o único prefeito de oposição (MDB) nas eleições de 1972.”⁶⁴

Os anos em que o Brasil foi governado por presidentes militares significaram, então, a saída de cena da antiga elite política, possuidora de propriedades rurais na Baixada Fluminense e a ocupação dos legislativos e executivos municipais, por comerciantes locais que prezavam a ligação íntima com os militares no poder, o aproveitamento privado das verbas estatais e iniciaram o processo de manipulação do voto popular através de práticas assistencialistas. Notabilizaram-se ao longo destas décadas líderes políticos como Ruy Queiroz⁶⁵, interventor e

⁶³ BARRETO, Alessandra Siqueira. **Cartografia política**: as faces da política na Baixada Fluminense. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006

⁶⁴ Idem. Op. Cit.

⁶⁵ João Ruy de Queiroz Pinheiro (nascido em 30 de novembro de 1934) foi interventor do Regime Militar na prefeitura de Nova Iguaçu, assumindo o cargo (equivalente ao de prefeito) em 25 de fevereiro de 1969. Em 8 de maio do mesmo ano, decretou o recesso da Câmara de Vereadores da cidade com base no Ato Complementar nº 53. Entre seus atos como prefeito de Nova Iguaçu, está a construção da atual sede da Prefeitura e a oficialização do brasão de armas do município. / Vinculado ao partido ARENA, Ruy de Queiroz foi deputado na Primeira Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (criada após a fusão dos Estados do Rio e da Guanabara). Eleito deputado estadual em 15 de novembro de 1974, tomou posse em 15 de março de 1975, até o término do mandato, em 21 de janeiro de 1979. / Ruy

prefeito iguaçuano ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980 e proprietário de uma rede de colégios chamados todos “Liceu Presidente Médici” abertos próximos de escolas públicas que eram fechadas e onde as crianças eram matriculadas pagando uma mensalidade muito pequena, em decorrência de tais colégios receberem verbas federais em forma de bolsas de estudo.

Ruy Queiroz possuía também alguns motéis e lojas no centro do município que governava. Junto com esse passou a ter também sucesso um grupo de políticos ligados a uma família chamada de o “clã Raunheitti”. Entre 1960 e o ano de 2007 membros desse “clã” sempre estiveram ocupando vagas seja nos executivos baixadenses ou nas diversas casas legislativas locais, estaduais e na câmara federal. Os políticos que mais se destacaram nessa família foram Darcílio e Fábio Raunheitti, ambos eleitos deputados federais algumas vezes e ambos frequentemente acusados de corrupção, tendo sido Fábio Raunheitti cassado em 1994 no episódio que ficou nacionalmente conhecido como “anões do orçamento”. Em 1969 estes dois políticos inauguraram em Nova Iguaçu uma faculdade de medicina que ganhou o status de universidade durante os anos 1990 e que monopolizou ao longo de três décadas o mercado de ensino superior na região.

Políticos como os Raunheitti ou o prefeito Rui Queiroz passaram a pulular na Baixada Fluminense a partir do golpe militar da década de 1960, não sendo incomum o domínio de grupos semelhantes ao clã Raunheitti por longo tempo em alguns municípios como os Cozolino em Magé ou os Abrahão David em Nilópolis. Estes últimos aliaram-se aos militares, dominaram a política local e sofisticaram as suas bancas de contravenção à sombra da impunidade permitida sempre pelos militares governantes.

Queiroz se notabilizou pela falta de higiene pessoal (andava com as roupas sujas e encardidas) e por ingerir grandes dosagens de bebidas alcoólicas (provável causa de sua morte prematura). WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em < http://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Igua%C3%A7u>. Acesso em 15 nov. 2006.

Pois então, enquanto a Baixada experimentava uma verdadeira “explosão demográfica”, a nova elite administrativa regional forjada pela interferência dos militares na dinâmica política destes municípios garantiu um duplo isolamento: 1) dos membros da própria elite, todos eles protegidos do mundo “desenraizado” dos migrantes em suas mansões localizadas no centro do município de Nova Iguaçu, no sopé da Serra de Madureira, em ruas fechadas onde a presença de seguranças particulares é constante e o patrulhamento da polícia militar - inexistente nos bairros proletários - uma realidade efetiva; 2) dos proletários migrantes para os quais foi negado desde o início da colonização popular até mesmo a possibilidade de organizarem-se a fim de reivindicarem alterações em sua situação, uma vez que nessa região caracterizou-se a era dos militares no poder também pelo controle das ações da oposição conforme relatou a Alessandra Siqueira Barreto o político iguaçuano Jorge Gama que ao longo da ditadura militar era filiado ao MDB e que era importunado constantemente porque incentivava a formação de associações de bairros em vários municípios da Baixada.⁶⁶ Qualquer cheiro de mobilização popular importunava os militares que ainda em 1964 cassaram o político caxiense e udenista Tenório Cavalcanti.

A qualidade das ações do Estado na Baixada Fluminense ao longo dos governos militares maximamente aponta para a condução da criação de uma atmosfera política capaz de evitar a organização popular formal. Pensando a Baixada como algo semelhante às favelas cariocas, os gestores públicos desse período trataram de sufocar ali o grito ainda na garganta, algo não possível nas favelas onde a repressão precisou entrar em cena a fim de garantir a ordem tão prezada pelos governantes militares e ameaçada pelas centenas de organizações populares locais. Reclamos populares sufocados, começo do processo de invisibilidade social dos proletários baixadenses e início das relações monológicas entre Estado e “povo” da Baixa-

⁶⁶ BARRETO, Alessandra Siqueira. **Cartografia política**: as faces da política na Baixada Fluminense. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006

da, eis o saldo dos governos militares para os baixadenses percebidos somente como eleitores pela elite local.

As ações dos políticos tradicionais restringiram-se ao atendimento não daquilo que significaria uma melhoria da qualidade de vida dos proletários, mas sim um resultado eleitoral positivo para os vários indivíduos vinculados às famílias responsáveis pelo controle político da região. Atos semelhantes à distribuição de bolsas de estudo em colégios particulares - aqui apresentados como exemplo da forma de atuação de Ruy Queiroz - tornaram-se comuns e garantiram a eleição dos políticos vinculados aos grupos políticos locais. Assim, a infraestrutura responsável pela melhoria da qualidade de vida dos proletários-migrantes nasceu privatizada e com poucas famílias controlando serviços básicos como os ligados à saúde e à educação através da posse de hospitais particulares, do controle administrativo dos raros hospitais públicos e da propriedade dos colégios e da única instituição de ensino superior existente em toda a extensa região. Evidencia a importância destas famílias o fato de qualquer acordo para o estabelecimento de candidaturas nas prefeituras passarem pela concordância de seus chefes, que mesmo após o final do regime militar continuaram controlando a política baixadense até serem desgastadas pela forma mais popular de representação pública caracterizada pela ascensão ao poder dos líderes populares, originários todos eles dos bairros proletários.

O conhecimento da realidade política existente à época de chegada dos proletários-migrantes à Baixada Fluminense revela, então, uma situação em que inexistem diálogos entre a elite política regional e os novos colonizadores que continuavam se deslocando para essa periferia do Rio de Janeiro. Distantes dos proletários e sem depender de seus votos para se manterem no poder, decorrência do acordo entre a elite regional e os militares, as disputas políticas restringiram-se a acertos entre os poucos grupos políticos controladores da política na região da Baixada Fluminense até a redemocratização do país em meados da década de

1980, época que coincide com a chegada efetiva da democracia aos municípios baixadenses alguns dos quais até então por poucas vezes experimentaram eleições diretas para escolha de seus prefeitos⁶⁷.

1.5. A rede de resolução de problemas práticos

Foi exatamente neste mundo político monologal que a maior parte da população proletária original chegou à região da Baixada Fluminense. Excluídos antes mesmo de chegar, res- tou aos novos moradores conviver com o ambiente rude criado pelas empresas loteadoras, e distantes de qualquer esfera do poder público, unicamente preocupado com a coleta dos im- postos originários da dinamização comercial dessa região agora habitada pelas famílias prole- tárias.

Neste cenário é que surge o que designei Rede de resolução de problemas práticos que se constitui em uma noção pensada por mim em um trabalho anterior.⁶⁸ Pretendia eu naquela ocasião englobar a gama variada de resolução de problemas levados adiante pela população dos bairros periféricos baixadenses em uma teia invisível que eu designei dessa forma. Assim, tanto o ato simples de manter a frente de sua própria casa limpa até o assassinato de bandidos por bandos de justiceiros, que eu identifiquei como consstituídos por moradores dos próprios bairros proletários baixadenses, foram colocados dentro de um mesmo cenário e categoriza- dos como elementos componentes dessa rede marcada fundamentalmente pelo fato de serem constituintes dela quaisquer ações populares destinadas a amenização das agruras componen-

⁶⁷ Exemplo superior dessa realidade é o município de Duque de Caxias criado em 1943 e cuja população escolheu somente metade dos quatorze prefeitos que administraram o município até 1985. Desde a sua criação o município foi gerido por interventores determinados pelo governo estadual, sendo quatro desses interventores oficiais do exército. Cf. Anexo C: Prefeitos caxienses da fundação ao ano de 2006.

⁶⁸ MONTEIRO, Linderval Augusto. **Baixada Fluminense**: ausência e informalidade. Soluções práticas da população baixadense a partir da ineficiência do poder público. O caso Joca. 1996. Monografia (Bacharelado em História), graduação em história, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

tes da vida proletária na região da Baixada Fluminense. Vida marcada sobretudo por desenvolver-se bastante distante de qualquer presença do Estado.

A noção nasceu em um momento em que eu percebia ser necessário encontrar alguma maneira de dar ordem ao que sabia ser um caos epistemológico. Não era muito difícil juntar casos flagrantes de ausência do poder público na vida de “comunidades” baixadenses e menos difícil era também perceber que moradores de bairros periféricos construíam caminhos próprios para a resolução de problemas imediatos sempre crescentes devido ao próprio desenvolvimento demográfico da região e também pela diminuição relativa da original, já insignificante, presença estatal. Assim, na base de minha rede figurava exatamente a ausência pública existente já no processo descuidado de ocupação da terra baixadense, e geradora do que chamei de resolução de problemas práticos. Na medida em que o Estado não se materializava, pareceu ser necessário ao conjunto de moradores dos bairros proletários baixadenses organizarem-se de maneiras diversas a fim de substituir de forma minimamente eficiente o Estado. Por isso compõem a rede tanto coisas muito simples e presentes em tantas periferias como construir um precário serviço de esgotamento sanitário, que se inicia quase sempre com a abertura de uma vala negra e com a manutenção das frentes dos lotes por onde passam as valas, limpos, até ao processo comunitário, através das fofocas, de escolha de quais serão as vítimas dos justicamentos levados adiante pelos grupos de “matadores de bairro”, diferentes dos grupos de exterminadores formados quase sempre por policiais e bombeiros militares, policiais e seguranças civis.

Esta explicação sobre a Baixada Fluminense e sua população proletária seria inadequada se não levasse em consideração causas externas para a ocorrência dos fenômenos sociais presentes ali desde a proletarização da antiga terra agrícola. Fechada dentro de si, vendo o Estado como o responsável único pelas agruras e endeusando o papel dos proletários invisí-

veis, a teia de atitudes práticas dos colonizadores migrantes e de displicências estatais estaria fadada a receber críticas dificilmente defensáveis. Mas uma noção destinada a estabelecer alguma ordem teórica pode ser simples, explicativa, sem entretanto, deixar de ser elástica o suficiente para evitar o risco da idéia da causalidade, que para Alba Zaluar, é inadequada para se pensar a complexidade dos problemas relacionados a fatos gerados em processos sociais simultâneos e variados, para os quais essa idéia, tão cara a jornalistas e diversos acadêmicos, e baseada em eventos sucessivos, é inadequada.⁶⁹

A partir das conclusões de Zaluar é possível qualificar a rede de resolução de problemas práticos como possibilitadora do que percebo ser algo carente nas análises sobre a vida cotidiana dos proletários migrantes baixadenses: a idéia de envolver os fenômenos sociais vivenciados em uma estrutura de tempo longo e denso o suficiente para demonstrar como os momentos anteriores da vida desses homens, quase todos migrantes, influenciaram em suas atitudes também pautadas pelos novos tempos globalizados.

O momento de nascimento da rede coincide com a colonização proletária, sendo a base desta exatamente o que designei “ausência do Estado”. O caráter de tal ausência não se localizou unicamente nos anos de chegada de novos migrantes à região. Ao longo do tempo a ausência se manteve o que é confirmado por grande parte das narrativas nativas contidas acima. A visão do migrante-proletário que construía sozinho ou ajudado por seus vizinhos ou parentes uma casa no lote comprado por um preço baixo, em um dos bairros formados pela junção dos loteamentos originais sobre o Estado foi sempre a de que embora próximo dele existissem interferências públicas, essas ações estatais possuíam nenhuma ou pouquíssima relação com a vida dos migrantes, afinal a construção de refinarias, rodovias e até mesmo da

⁶⁹ ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In SCHWARCZ, Lília Moritz. **História da vida privada no Brasil, v.04**. São Paulo: Cia das letras, 1998. p. 252, 253.

Fábrica Nacional de Motores (FNM)⁷⁰ serviram como formas de desenvolver o município do Rio de Janeiro, os proletários baixadenses continuaram, apesar da proximidade geográfica de muitas obras públicas, vendendo sua barata mão-de-obra na capital do estado. O fundamental para a melhoria de vida dos novos moradores nunca chegou a partir de um planejamento estatal. Hospitais e escolas públicas com alguma qualidade continuaram existindo somente na capital, até hoje visualizada como a primeira opção para atendimentos emergenciais simples ou para a satisfação das necessidades educacionais, culturais ou de lazer.⁷¹

Mas se a intenção é perceber as ausências estatais através de dados que chamam a atenção imediatamente, é preciso saber que é a Baixada a região fluminense em que o número de policiais, de leitos hospitalares e cadeiras escolares se apresenta em flagrante desacordo com o número de habitantes.⁷² Não advogo, por exemplo, que a segurança pública possua alguma inquestionável vinculação com a maior quantidade de policiais, porém os números revelam uma discrepância gritante e capaz de fazer com que o baixadense morador dos bairros proletários não perceba a polícia como importante para a manutenção da ordem. Acostumados a somente verem policiais no centro dos seus municípios ou “quando tem algum defunto no bairro”, esses baixadenses não encaram a polícia como inimiga, mas tampouco a

⁷⁰ A Fábrica Nacional de Motores foi fundada durante o Estado Novo, dentro do plano estatal de tornar o Brasil em uma economia industrializada. A FNM foi erguida com dinheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico em 1942, como uma empresa estatal, em Xerém, na cidade de Duque de Caxias. Os primeiros motores produzidos ali foram de aviões com tecnologia licenciada da empresa norte-americana *Curtiss-Wright*. Ao final da Segunda Guerra Mundial a fábrica foi obrigada a diversificar a sua produção e licenciou a tecnologia da empresa italiana *Isotta Fraschini Spa* para fabricação de caminhões da mesma marca. Em 1949, após a falência da empresa italiana, a FNM fez um novo contrato com a empresa Alfa Romeo para o desenvolvimento de um novo caminhão com motor e cabine criados no Brasil. Os caminhões fabricados pela empresa, chamados de Fenemê, alcançaram relativo sucesso na época. Foram fabricados aproximadamente 15.000 veículos pela empresa. Em 1968 a empresa foi vendida para a Alfa Romeo que posteriormente foi incorporada pela Fiat. Em 1985 a Fiat encerrou as operações da Fábrica Nacional de Motores. Cf. RAMALHO, José Ricardo. **Estado patrão e luta operária: o caso FNM**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

⁷¹ Ao longo de várias notas, no corpo do texto e em alguns anexos apresento dados sobre as carências baixadenses relacionadas diretamente as ausências estatais.

⁷² Cf. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Segregação, desigualdade e habitação: a metrópole do Rio de Janeiro**. Disponível em <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/anpur_luiz_cesar.pdf> Acesso em 12 out. 2006. / RIBEIRO, Eduardo; CANO, Ignacio, SENTO-SÉ, João Trajano; LÁZARO, Márcio. A Incidência da violência na Baixada Fluminense. **Impunidade na Baixada Fluminense**. Disponível em <<http://www.global.org.br/docs/relatoriobaixada.doc>> Acesso em 10 fev. 2006.

visualizam de alguma forma que não se assemelhe àquelas impressões deixadas pelas ações policiais vistas através da mídia, representando bem a relação fria entre moradores de bairros e policiais a forma como o Estado é percebido pelos primeiros. A propósito, foi exatamente tal desvinculação baixadense entre problemas de segurança pública e importância das forças policiais que me chamou a atenção e me fez pensar na rede de resolução de problemas práticos. A indiferença dos moradores ante a grande quantidade de assassinados e a não eleição destes crimes como algo preocupante e digno de atenção.

Na verdade os assassinatos incomodam os moradores das periferias baixadenses muito mais por solidificarem a visão de selvageria detida pelos bairros populares e por seus moradores cotidianamente colocados em contato com os cariocas, muitos dos quais percebem a Baixada Fluminense como um lugar ao qual se deve evitar devido à violência, ou, pior ainda para quem mora na Baixada, pensam ser os municípios baixadenses algo próximo das favelas, que, na percepção dos baixadenses, correspondem a um lugar que deve ser evitado, ao invés de ser comparado com o seu lugar de moradia. Atitudes bairristas à parte, a presença do Estado na região da Baixada, se verificada de uma forma mais microscópica, pode ser considerada menor até que nas favelas cariocas, cujos habitantes perceberam a existência do Estado pelo menos como um fator desestabilizador da vida comunitária, quando proibia a construção ou melhoria das residências, interferia nas organizações faveladas ou invade os morros atirando ou chamando todos os favelados de bandidos.

A violência estatal presente nas favelas não atingiu os bairros periféricos baixadenses, onde nenhuma ação estatal existiu, porém onde os problemas mais pragmáticos próprios de uma região urbana recente, rápida e não planejadamente ocupada foram resolvidos de uma forma precária, mas de qualquer forma eficiente, através da ação dos próprios migrantes colonizadores dessas terras quase todas planas e inundáveis.

1.6. Colonização e solidariedade proletárias

Exposto o caráter da ausência estatal, resta ainda verificar as maneiras como os migrantes-proletários efetivamente colonizaram a região auto-resolvendo problemas dentro do que designei rede de resolução de problemas práticos, organismo surgido da certeza por parte dos baixadenses de que as reivindicações populares não surtiriam efeitos, como também da longa experiência proletária de autoconstruir suas casas dentro dos lotes.

As primeiras interferências populares nesse novo espaço urbano foram marcadas pela manutenção das vias comuns transitáveis, uma vez que, conforme visto, as empresas loteadoras restringiram seu trabalho à delimitação dos lotes a serem vendidos e a abertura das ruas. A vegetação abundante nos lotes mantidos à venda retornava rapidamente para as ruas, onde o trânsito de pessoas era também complicado pelo excesso de buracos constantemente inundados pela ação das chuvas e, conforme o loteamento se adensava demograficamente, pelos detritos originários das cozinhas e banheiros das casas. Urgia resolver tal problema e a sua solução exigiu a repetição da forma como as casas foram construídas, e vizinhos mantiveram a solidariedade destinada agora à limpeza das ruas e abertura das primeiras valas construídas quase sempre em frente aos lotes proletários que deveriam a partir de então serem mantidos livres de vegetação para evitar o entupimento das valas e o desvio do seu curso novamente para as vias urbanas. A complexidade dessas soluções populares aumentou na proporção em que mais pessoas chegavam aquele espaço, assim, cavar coletivamente poços - quase sempre a única fonte de água “potável” dos bairros proletários baixadenses - improvisar iluminação pública através de “gambiaras”, construir abrigos nos locais de espera dos ônibus, canalizar as valas-negras abertas no início da ocupação, e mais um sem número de ações passou a fazer parte do cotidiano desses proletários-migrantes-construtores responsáveis diretos pela dinamização da rede de resolução de problemas práticos, sempre entendida aqui não como uma or-

ganização comunitária popular de caráter emergencial e por natureza provisória, como um mutirão do qual participam os moradores de uma rua ou de um bairro. Diferente disto abarca essa ampla resposta da população à ausência do poder público quaisquer atividades que tenham a ver com a construção e manutenção de obras infra-estruturais de caráter público, pois na gênese da rede encontra-se a ineficiência do poder público em resolver quaisquer problemas.

Fundamental é verificarmos como a população baixadense articula-se na construção de suas identidades⁷³, ou seja, agindo dentro desse organismo o baixadense faz moverem-se os meios de amenização da situação desvantajosa ocupada por ele em sua relação com o poder público, fundando uma maneira ímpar de pensar-se em relação aos órgãos públicos oficiais e à maneira como se espera que a interação entre cidadão e Estado deva ocorrer.

Na verdade, abandonando as esperanças de tornarem-se perceptíveis, mulheres e homens obrigados a se deslocarem para um lugar marcado por dificuldades inúmeras como as presentes na Baixada Fluminense à época de sua colonização proletária, perceberam que além das atividades individuais voltadas para o atendimento de suas necessidades básicas, seu destino incluía a obrigatoriedade de interferir nos espaços públicos a fim de construí-los e mantê-los funcionando:

[...] agora que você fala disso eu vou lembrando da época que eu era novo e cheguei aqui com esperança de ter uma vida melhor. Era igual eu disse já e aqui não tinha nada mesmo. A gente tinha que descer pra trabalhar e também a gente trabalhava aqui na rua. Assim no início era mais ruim porque as rua a gente tinha que arrumar, se não não dava nem pra andar por causa da lama e das vala que ia pra rua. **Isso era da gente.** Ninguém ia mudar mais daqui e se não tinha as coisa, os morador é que ia fazendo mesmo. [...] depois que a rua já tava melhor, que já não ficava muito esburacada e que não tinha mais tanta coisa assim pra resolver, quer dizer, que o que tinha que resolver não era uma coisa assim tão urgente, a gente foi ajeitando as outra coisa porque

⁷³ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, FGV, v. 10, 1992. p. 200-215.

Idem. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, v. 02, n.03, 1989. pp. 03-15.

todo mundo aqui não tinha a idéia de sair mais, era destino ficar aqui. A gente sabia que tinha vindo pra ficar dentro até morrer e se a gente não arrumasse como é que ia ser a vida aqui? Com vala nas rua, lama demais e lixo jogado em todo lugar?⁷⁴

A fala desse morador antigo de um bairro proletário traz à luz alguns aspectos da maneira local de lidar com os vários problemas derivados da ocupação rápida e marginal da antiga terra agrícola. Não há nessa fala nada de essencialmente diferente daquilo que outros moradores dali dizem, porém alguns trechos que destaquei ensejam uma espécie de dissecação das formas populares de resolução de problemas. Em primeiro lugar, a posse do lote, e a construção de uma casa neste novo local, positivou o que era até então visto como “terra de ninguém”. O “antes” e o “depois” da “minha chegada” é parte freqüente das falas nativas e o papel da chegada assemelha-se aquele em que algo novo é fundado em uma terra que evoca sempre o vazio expresso por palavras como “nada”, “caos”, “solidão”, “deserto”, dentre algumas outras. Na seqüência vem a descrição da construção da casa, onde o papel dos vizinhos quase sempre é ressaltado, iniciando essa nova época centralizada na casa, a era em que a coletividade supera o indivíduo e em que o trabalho passa a ser socializado. Seus frutos são colhidos por indivíduos orgulhosos de sua capacidade de construção de algo “meu”, porém o trabalho pertence a vários e nessa descrição do passado é raro flagrar alguém dizendo “eu fiz”, porque sempre “a gente fez” e este discurso que vale para a casa centralizadora das preocupações, orgulhos e vista como recompensa pelo esforço, vale mais ainda para o conjunto de “obras” localizadas nos espaços públicos.

Partindo de ações inicialmente individuais e isoladas, o novo morador terminou por ser convencido pelas circunstâncias de que não seria possível sobreviver ali sem a união das ações isoladas e a desindividualização de tudo que estivesse relacionado com o espaço contido fora do lote proletário. Conflitos certamente existiram e estas relações entre vizinhos prole-

⁷⁴ ALVES, José da Costa. **Entrevista concedida** em 09 jun.1998.

tários não significaram o abraço a alguma ideologia pronta. O conjunto de idéias que inspirou moradores a interferirem nos espaços comuns, como se viu, sobretudo foi pragmático. Necessidades básicas estiveram sempre na origem do trabalho mudo, realizado pela população dentro da rede de resolução de problemas práticos, sempre imperceptível pelo seu caráter espontâneo.

Dizendo-se de uma maneira diversa: moradores de bairros periféricos de cidades da Baixada Fluminense convivem com o fato de precisarem construir e manter as mínimas condições urbanas presentes nesses bairros, porém essa ação cotidiana somente se torna explícita em momentos de crise, de agudização dos problemas. Nesses momentos, os problemas oriundos da baixíssima infra-estrutura urbana ensejam o surgimento de movimentos caracterizados por emprestarem às práticas solitárias e cotidianas um caráter extraordinário.

Pode-se encontrar em diversos jornais regionais exemplos de movimentos surgidos a partir da agudização do abandono de um determinado bairro baixadense. Porém esses não tiveram um caráter permanente deixando antever, entretanto, um conjunto de soluções pre-existent (e pós-existente) à constituição do "serviço".⁷⁵ É exatamente a essa ação pré-existente e pós-existente a esses movimentos concretos que designamos rede de resolução de problemas práticos.

⁷⁵ Os seguintes artigos do Jornal de Hoje de diferentes datas tratam de agudizações de problemas decorrentes da baixa infra-estrutura urbana e da conseqüente formação de grupos comunitários destinados ao protesto ou a resolução dos problemas:

"Moradores criam grupo para resolver problemas da região":

Cansados de buscar inutilmente nos órgãos públicos a solução para os seus problemas, moradores dos bairros Jardim Tropical, Ulisses, Margarida e Monte Líbano decidiram se unir e criar o grupo comunitário geração 2000...." 11 maio 1989.

"Moradores de Austin fazem manifestação contra abandono", 22 jan.1990.

"Manifestação em Lote XV acaba em tumulto" - Jornal de Hoje, 02 jun.1998

"Comunidade em mutirão faz reforma de escola em Moquetá", 13 fev.1990

"Comunidade constrói nova ponte no bairro Aliança ", 14 jul.1993

"Moradores Juntam lixo e espalham na rua principal de Miguel Couto como protesto", 10 maio 1992.

Os serviços comunitários ou os mutirões formados para resolver problemas imediatos distinguem-se dessa rede na medida em que surgem unicamente em momentos de crise ou nascem do desejo de alguns líderes locais de se destacarem politicamente através do aproveitamento do serviço já comumente realizado pelos moradores de bairros periféricos. Não são esses serviços, por assim dizer, espontâneos, surgem com uma finalidade determinada e deixam de existir tão logo atinjam o seu objetivo. Diferentemente desses serviços, a rede de resolução de problemas práticos pode ser adjetivada como muda por revelar uma forma *sui generis* de convivência urbana: a cotidianização de problemas e a transformação de suas resoluções em algo inerente à vida do conjunto de uma população de proletários. Em fim, a informalidade de resolução dos problemas é algo estrutural e não fortuito ao contrário dos diversos serviços comunitários baixadenses.

Deparamo-nos com uma população que utiliza dados memoriais para conviver com um meio urbano inóspito o que pode ser constatado nas diversas entrevistas que realizamos e em outras entrevistas realizadas para a confecção do trabalho *"Da coleta do lixo a cidadania ativa? Estudo sobre o grupo de representantes de rua de Rancho Fundo"*⁷⁶ de Janecleide de Aguiar que se propôs investigar um movimento comunitário baixadense e que utilizo por não terem sido realizadas intencionando confirmar questionamentos semelhantes aos meus, porém, pretendendo demonstrar a possibilidade da população baixadense organizar-se formalmente a fim de pressionar órgãos públicos. Citado um trabalho que tem exatamente a intenção de estudar um grupo comunitário formal, torna-se necessário dizer que o fato de identificarmos uma rede de resolução de problemas que caracterizaria a maneira como a população baixadense se organiza a fim de resolver questões relativas ao arranjo do seu microcosmo, não equivale exatamente a uma negação da existência de grupos comunitários formais constituí-

⁷⁶ AGUIAR, Janecleide Moura de. **Da coleta do lixo a cidadania ativa?** Estudo sobre o grupo de representantes de rua de Rancho Fundo. 1997. Dissertação (mestrado em sociologia) – Programa de pós-graduação em sociologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

dos com a intenção final de resolver uma ou mais questões específicas. A rede de resolução de problemas práticos, entretanto, não é temporária e gradua a sua ação informal de acordo como se apresentem os problemas de uma determinada área da Baixada Fluminense. É nesse sentido que ela é muito mais ampla que qualquer grupo comunitário formal: independente de querer ou não, o morador dos bairros periféricos baixadenses participam de tal rede porque necessariamente ocupam os lugares deixados vagos pela ação estatal, o que ocorre quotidianamente na vida do morador baixadense, independentemente quase sempre da sua vontade de participar ou não da resolução de problemas.

Incluir nessa rede a ação de grupos de extermínio baixadenses, demonstra a amplitude de tal organismo social incorporador até de certas atitudes mentais, uma vez que seria difícil pensar no morador médio da região da Baixada, geralmente trabalhador e religioso, como um membro de grupos exterminadores que geralmente matam, após um julgamento particular, os suspeitos de cometerem crimes. É, porém, perceptível que o baixadense comum encara tais grupos como a mais eficaz - talvez a única - forma de se manter a “paz” em bairros da periferia das diversas cidades dali. Essa atitude mental justificaria a ação dos matadores justiceiros que dominam uma “área” tendo a certeza de que sua ação criminosa encontra-se dentro dos limites do código de valores que orientam o cotidiano dos moradores desses bairros populares.

Na memória da população estudada solidificou-se algo ímpar traduzido pela idéia principal da declaração a seguir:

[...] não passa lixeiro, tem uma rua aqui e não passa lixeiro, ruas que passam carros, tá entendendo? Eu achava isso daí incrível. Eu comecei a conversar com os vizinhos: nunca passou lixo? Não, nunca tinha passado lixo aqui, em trinta, quarenta anos que moram ali. ‘Mas vocês nunca se juntaram?’ ‘Ah, nós tentamos, mas não adianta, sabe? Saneamento básico, não sei o que lá.’ Também não adiantava ir lá na Prefeitura, porque os políticos não têm nada. Não era possível continuar daquele mesmo jeito...o lixo tinha que ir embora de algum jeito e aquelas vala fedorenta... a gente tinha que mudar e juntando

a gente passou a fazer por a gente mesmo, porque se não ajeita a gente mesmo os político é que não vai arrumar, entendeu? [...] você perguntou sobre grupo de extermínio. Conheço gente que participa desses grupos e que matam sem nenhuma dó. Não concordo porque sou cristão. Mas por outro lado bandido é que nem mato: quanto mais arranca mais aparece. O jeito é matar mesmo.⁷⁷

A auto-resolução não é, portanto, uma escolha. Antes, ela se apresenta como uma reação não sentida e tende a configurar novas maneiras da população baixadense relacionar-se com o poder público e mesmo a solidificação de um novo entendimento de como devem ser administrados os municípios da região da Baixada Fluminense. Mais até do que isso ela configura identidades e os capítulos seguintes podem ser lidos como esforços no sentido de decifrar tais identidades nascidas à sombra da rede de resolução de problemas práticos .

⁷⁷ QUEIROZ, Jorge. **Entrevista concedida** em 29 out. 1995.

CAPÍTULO 2

O caso Ilda do Prado

Falar em cidadania, nos últimos tempos, tornou-se uma espécie de moda acadêmica no Brasil, talvez por isso tenha passado a dispensar apresentações o conceito cidadania, significando algo sólido, assemelhado a um bem a ser desfrutado, ainda mais porque é bastante raro vincular-se a luta por direitos a algo que não seja consciente, racional até, e como qualquer bem, deve ser alcançado, conquistado ou doado. Assistir à luta pelo alcance deste bem tem sido mais viável através do acompanhamento de grandes conjuntos sociais (o conjunto dos brasileiros, os trabalhadores, as mulheres) ou de pequenos, porém engajados grupos (os negros, os homossexuais, etc.), quase sempre representados pelas organizações não governamentais, expressão clara da nossa época, que José Murilo de Carvalho classifica como aquela em que ocorre a “expansão final” dos direitos políticos e civis⁷⁸, mas quando deparamo-nos com um grupo aparentemente desorganizado, absolutamente não incluído e quase completamente ignorante de seus direitos e por isso também desconhecedor do que chamamos formalmente cidadania?

Ora, o problema estaria resolvido se esse grupo não se movesse politicamente, ou seja, se ele não mudasse as situações desvantajosas componentes de seu cotidiano. Ocorre que, diferentemente disto, o grupo do qual aqui me ocupo foi o responsável pela alteração total de várias situações desvantajosas ante as quais o Estado não se colocou presente de forma efetiva, interferindo esporadicamente e em momentos emergenciais somente.

O relato a seguir visa, portanto, dar voz a um grupo incomum, absolutamente informal, invisível, e corresponde a uma tentativa de verificação da ordem existente nas sombras, par-

⁷⁸ Cf. CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2005. p. 199 et. seq.

tindo do princípio de que apesar da sobrevivência caótica, grupos subalternos socialmente também desenvolvem estratégias próprias de luta para o alcance do que a opinião geral chama de cidadania e que os habitantes das periferias sociais preferem entender como sobrevivência.

2.1. O Capivari

Capivari é o nome de um bairro periférico pertencente ao quarto distrito de Duque de Caxias. Os seus quase dez quilômetros quadrados o transformam em bastante diverso da grande maioria dos bairros populares caxienses, uma vez que na Baixada Fluminense um bairro geralmente não é tão amplo. Muito provavelmente o grande tamanho deste local tenha sido o primeiro responsável pela sua divisão em áreas distintas que auxiliam os moradores a se localizarem na extensa e escassamente povoada área.⁷⁹

É difícil para alguém que pela primeira vez chega ao Capivari não se espantar com as suas condições ímpares: o visitante de primeira viagem provavelmente penetrará no bairro a partir de sua entrada principal, localizada no entroncamento de duas importantes rodovias que ligam o município do Rio de Janeiro aos principais municípios da região serrana do estado (rodovia Washington Luiz e rodovia Rio-Teresópolis). De início ninguém percebe grandes diferenças entre a entrada do bairro e as margens das rodovias: logo na entrada existem casas de proletários e fábricas margeando avenidas e ruas pavimentadas e com um médio tráfego de automóveis, ônibus, carroças e caminhões. Essa dinâmica urbana mingua abruptamente após alguns metros de distância das rodovias. Cerca de um quilômetro após o acesso principal do bairro, o casario contínuo desaparece, restando então, poucas fábricas, algumas residências

⁷⁹ Em média existem entre 300 e 500 habitantes por quilômetro quadrado em Capivari. Isto faz com que a população do bairro varie entre 3000 e 5000 habitantes. Estes números, muito imprecisos, foram obtidos junto à Prefeitura Municipal de Duque de Caxias.

transformadas parcialmente em pontos de venda de bebidas alcoólicas, casas humildes e dispersas, ruas de terra batida esburacadas e em alguns lugares ocupadas pelo mesmo tipo de vegetação que enche os inúmeros lotes baldios que sem dúvida constituem a parte mais freqüente da paisagem deste bairro visualmente perturbador.

Ao longo da estrada principal que corta o Capivari, a monotonia se mantém. Muita vegetação inútil comprova que a maior parte do bairro não é demograficamente bem ocupada, e que os lotes vazios preenchem quase a totalidade dos quarteirões inundados constantemente por água empossada pelas chuvas, ou pelos diversos cursos d'água assoreados em alguns pontos.⁸⁰ Manchas de povoamento existem em poucas áreas mais altas, no geral, entretanto persiste a pequena quantidade de gente que se espreme em faixas curtas do bairro que recebem nomes diferenciados. Assim, nomes como Figueira, Vila Mirim, Morro Grande, Ponte Preta, etc., compõem o que alguns moradores chamam de “núcleo Capivari”, termo criado para confirmar não ser tudo ali, igual, e que é possível pensar em uma espécie de sub-bairros que juntos constituem a grande região do Capivari:

Isto aqui é muito grande... grande demais e o pessoal de fora que conhece aqui... o que pouco que conhece aqui, pensa que é tudo a mesma coisa, só que não é não... não é a mesma coisa não. Aqui é muito grande e essa parte... esta parte daqui mais perto aqui da igreja é mais velha e mais igual roça. Agora fora daqui tem muita terra até Xerém [bairro de Duque de Caxias pertencente ao 4º distrito e vizinho do município de Petrópolis] e até a estrada pra Petrópolis [Rodovia Washington Luiz ou estrada Rio - Petrópolis] e cada um desses lugar tem um jeito seu mesmo e não tem nada com a gente. Tem muito mato e sítio e favelinha cheia de casa, barracão de gente muito pobre que veio pra cá há pouco tempo.⁸¹

De verdade não é um bairro é um núcleo de bairros com tudo muito diferente. Tem lugar com algum comércio e ônibus passando, tem lugar mais retirado e sem nada ainda. Não pode chamar de bairro um lugar desse tamanho e todo diferente. Tem favela até e mato em muito lugar. Tem água, natureza.

⁸⁰ O bairro de Capivari localiza-se em alguns pontos abaixo em outros ou ao mesmo nível do mar. Diversos rios e riachos cortam o lugar o que faz com que principalmente em época de chuvas o local seja invadido pelas águas que transbordam destes cursos d'água antes de atingirem os maiores rios da região ou a Baía de Guanabara, dez quilômetros distante deste bairro. Uma visão panorâmica do bairro está disponível no Anexo D: Bairro de Capivari.

⁸¹ CARLOS FILHO, Amadeu da Silva. **Entrevista concedida** em 05 out. 2004. As falas propositalmente não foram corrigidas.

Tem bicho ainda e muita fábrica aqui. De verdade é um monte de bairro e muito lugar que não dá pra chamar de bairro ainda porque não tem nada ainda e é rural ainda.⁸²

Mas o fato é que o grande arquipélago popular que é Capivari não é socialmente tão diverso como os moradores das áreas menos recentes deste “núcleo” conformam-se pensando. Certamente esses sub-bairros não foram ocupados ao mesmo tempo, sendo os mais antigos detentores de mais habitantes e de indivíduos geralmente menos instáveis socialmente. Ao contrário disto, algumas regiões muito recentemente ocupadas possuem indivíduos economicamente mais instáveis, desempregados, subempregados ou dependentes da agricultura que praticam em lotes abandonados. Algo une, entretanto, os moradores destas duas zonas distintas: todos se originam do exterior do bairro, sendo muito comum tanto a presença de migrantes nordestinos, mineiros e capixabas e filhos destes migrantes, originários já de municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, cujos pais nunca habitaram o Capivari, mas que se destinaram àquele “núcleo” devido à sua pauperização e a necessidade de manterem-se distantes de aluguéis dispendiosos para estes indivíduos, mesmo em outras áreas periféricas da própria Baixada Fluminense.

Compõe-se, portanto, a população de Capivari de indivíduos mais pobres que a média da população de bairros mais populosos e menos periféricos de Duque de Caxias, fato que surge como a consequência de ser esse bairro um exemplo detalhado do fracasso de iniciativas loteadoras na região da Baixada Fluminense.

Em Capivari o destino dos loteamentos foi diverso daquele seguido em tantas áreas da Baixada onde os grupos de loteamentos evoluíram demograficamente até se tocarem e constituírem bairros proletários. Aqui os moradores mais antigos não chegaram em uma época posterior há 40 anos, uma vez que antes desta época as terras que compõe hoje o Capivari não se

⁸² PEÇANHA, Álvaro de Souza. **Entrevista concedida** em 15 jan. 2005.

prestavam à agricultura e eram ocupadas unicamente por donos de gado que na sua maioria não residiam ali, mas que soltavam os seus animais nas regiões menos alagadiças, sem muitas preocupações com a delimitação das áreas que seriam ocupadas pelos animais.

O passado de tradições agrícolas tão glorificado em outras regiões da Baixada não existiu em Capivari e seus moradores mais antigos somente conseguem lembrar-se deste lugar como aquele em que árvores e arbustos foram derrubados para serem transformados em carvão na época da construção das rodovias vizinhas ao bairro e onde caçadores circulavam procurando principalmente capivaras que viviam próximas das vastas áreas inundadas.

Os primeiros loteamentos chegaram unicamente em finais da década de 1960 e não impactaram a rotina deste lugar imediatamente, pois, embora muitos tenham sido os indivíduos atraídos pelo valor ínfimo dos lotes e que atenderam à propaganda feita pelas empresas loteadoras, poucos resolveram construir, um número menor ainda decidiu mudar-se para o Capivari e enfrentar as dificuldades infindas existentes ali. A começar pela possibilidade de inundação das casas construídas, passando pela inexistência de serviços elementares, sendo a mais evidente das carências, a falta de energia elétrica e culminando com a ausência completa de meios fáceis de vencer os doze quilômetros existentes entre Capivari e o centro do município de Duque de Caxias, fato que dificultava em muito a chegada dos primeiros habitantes proletários ao Rio de Janeiro, onde trabalhavam, pois para deslocarem-se de qualquer ponto do Capivari até a estação, em que embarcavam em trens que os levavam ao centro do município do Rio de Janeiro, necessitavam vencer a pé distâncias superiores a três quilômetros até às margens da rodovia Washington Luiz, onde ônibus serviam aos trabalhadores⁸³. Em épocas de chuvas, chegar à rodovia era praticamente impossível devido aos alagamentos e aos lamaçais existentes nas ruas.

⁸³ Entre Capivari e o centro do município do Rio de Janeiro há cerca de 30 quilômetros.

A desistência de permanecer no Capivari parece ter superado constantemente a vantagem inicial que continuou sendo ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990 o pequeno valor do lote urbano. O resultado de tudo isto foi o abandono dos loteamentos por seus potenciais ocupantes e a permanência das diversas quadras repletas de terrenos vazios de construções proletárias.

A transferência para o bairro de algumas pequenas fábricas ao longo das últimas duas décadas e o surgimento de poucos conjuntos de casas populares garantiu uma intensificação da ocupação humana, entretanto tal ocupação permanecia tímida em 2006, sendo o crescimento demográfico deste bairro bastante pequeno quando comparado com a aceleração demográfica do município de Duque de Caxias.

Em fim, as principais características presentes nos loteamentos baixadenses recém constituídos - incluídas nestas todos os problemas inerentes a essa forma de ocupação do solo baixadense - foram acentuadas pelas condições geográficas e mantidas permanentes em Capivari.

Na inexistência de um passado rural tão comum na Baixada Fluminense, a memória dos moradores mais antigos de Capivari destoa bastante da forma como os habitantes da maior parte das populações de bairros proletários visualizam seus bairros na época em que eles os ocuparam.

Geralmente as falas dos entrevistados de outras regiões da Baixada revelam em suas narrativas de vida a idéia de que é a Baixada um “mundo particular” e em vários aspectos um “mundo melhor que os outros”. Os dois outros mundos conhecidos pelos moradores da Baixada Fluminense são o local de origem (interior agrícola do Brasil) e o município do Rio de Janeiro. O primeiro localiza-se longe demais no espaço e no tempo e às vezes é considerado ótimo porque é a terra dos sonhos e, às vezes, é enxergado como local de sofrimento e diversas privações. Já o segundo é visto como “aquele local de onde se deve tirar o sustento, mas

que não é lugar pra pobre viver” porque “pobre no Rio vira morador de favela e é visto como bandido”. É claro que é o município do Rio de Janeiro um “lugar maravilhoso”, porém, por mais estranho que isto pareça, para quem mora há muito tempo ou nasceu na Baixada Fluminense, “a cidade” é um lugar “violento demais e muito cheio de covardia”.

No Capivari as lembranças mais antigas remontam principalmente à década de 1970 e dizem respeito ao passado de dificuldades e às conexões entre este local suburbano e à “roça”, mas também aos episódios repetidos de encontro de cadáveres em meio aos lamaçais e a vegetação de altura média que surgiu após a derrubada das árvores e arbustos que se encontravam ali na época de abertura dos loteamentos:

Quando a gente chegou era muito difícil viver, mas era mais roça e tinha uma vantagem que era poder ficar com tudo aberto porque não tinha violência igual hoje em dia. Depois foi chegando gente e tudo... e ficou mais difícil viver e criar filho. Ta certo que melhorou por causa de condução que tem hoje lá pra baixo. Também é melhor por causa de coisa como hospital e asfalto que já não... que já é até perto daqui agora mas não é mais tranquilo igual antes porque a gente nunca sabe o que pode acontecer na rua e em casa mesmo. Ainda é melhor que no Rio, mas não é mais roça mesmo e dá medo a covardia. Ta certo que aqui sempre foi lugar de muito corpo jogado na rua... desova... mas era pior quando a gente chegou. Tinha muito corpo mesmo nesse mato e virava mexia a gente achava osso. [...] Era 70 e pouco quando eu vim morar aqui mais ou menos e tinha muita desova. Bandido tinha também, mas não era tráfico não. Mas ladrão de galinha era muito mesmo.⁸⁴

Eu vim pra cá em... 1974. Tinha nada aqui não, era mato puro mesmo. Pouca casa, pior do que é hoje em dia. Eu sei que é difícil acreditar que era pior que isso, mas era pior porque não entrava ônibus. Não tinha escola nenhuma. Não morava ninguém nessa rua, não tinha luz e aparecia muito corpo aqui. Às vezes morria aqui mesmo porque ouvia tiro, mas às vezes... mais era que morria fora e jogava aqui. Também não entrava polícia que tinha medo de ficar agarrado na lama e não adiantava chamar não porque eles não vinham e apodrecia aqui mesmo. Urubu e cachorro comia até vira caveira. A gente ia ver primeiro e depois deixava pra lá por causa da catinga. Acabava sem ninguém vim buscar. Eu acho que morria muito mais e ficava sem ninguém ver aí pra dentro nos brejo. A gente só sabia desses que ficava mais pra fora. Lá pra dentro não tinha ninguém mesmo e devia ser mais fácil jogar defunto lá.

⁸⁴ MEDEIROS, Severino da Silva. **Entrevista concedida** em 16 jan. 2005

Tem história aí de gente que pisou em barriga de defunto podre, mas eu nunca entrei nesses mato alto aí de dentro.⁸⁵

Muito freqüentemente escapam dos depoimentos dos moradores de Capivari sobre os seus locais de moradia, considerações expressas através de adjetivos como abandonado, esquecido, largado, etc. Tais qualificações, muito presentes também em bairros melhor estruturados da Baixada Fluminense, revestem-se neste local de uma concordância com a realidade visível bastante acima daquela encontrada em qualquer outro bairro baixadense.

Em Capivari ações do poder público efetivamente nunca chegaram até o dia de hoje e a sua existência tal como é, revela partes de épocas diversas da história de ocupação proletária da Baixada através do loteamento.

Ali é possível enxergar como a terra foi repartida pelos agentes loteadores, testemunhar hoje dificuldades semelhantes às aquelas que os primeiros habitantes proletários migrantes chegados à Baixada experimentaram, visualizar a resolução informal e solitária dos inúmeros problemas tornados naturais em regiões destinadas a proletários migrantes nas periferias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, assistir ao mesmo tempo a ação de bandidos cruéis que agem isoladamente e que praticam principalmente crimes sexuais e assassinatos de mulheres e crianças e a ação de traficantes ligados a grupos criminosos organizados e liderados por bandidos detidos em prisões de segurança máxima, porém, responsáveis pela liderança de bandos que utilizam o Capivari como refúgio ou como novo local para a obtenção de viciados.

Em fim, é o bairro de Capivari um exemplo extremo de iniciativa loteadora fracassada e foi exatamente tal fracasso empresarial que prendeu o bairro de Capivari a sua situação atual e o manteve espacialmente próximo do centro do município de Duque de Caxias - doze quilô-

⁸⁵ BASTOS, Hélio Pereira. **Entrevista concedida** em 18 dez. 2004

metros - e mesmo do centro do Rio de Janeiro - trinta quilômetros - porém mais distante que qualquer outro local da Baixada Fluminense das condições mínimas de sobrevivência em uma área urbana: o transporte de ônibus até o centro dos dois municípios é recente, precário e existente unicamente a partir do momento em que alguns conjuntos habitacionais e pequenas fábricas ocuparam várias das diversas quadras tomadas anteriormente pelos matagais ou charcos, as ruas, em sua totalidade, não possuem calçamento e inexistente saneamento básico em qualquer parte do bairro. A água utilizada pelos moradores de Capivari vem geralmente de poços ou nascentes - chamadas de “minas” - existentes no bairro, as ruas, mantidas livres de vegetações unicamente pela ação dos moradores das mesmas, não possuem iluminação pública a não ser que ali se localizem fábricas ou conjuntos habitacionais em construção, inexistem postos de saúde. Somente três colégios municipais e cinco estaduais (todos eles em péssimas condições) atendem as crianças do bairro, e lojas comerciais localizam-se unicamente nas áreas do bairro que estão nas vizinhanças da rodovia Washington Luiz onde também se localizam as oito escolas públicas. Realidades que obrigam adultos e crianças do bairro, que também não possui linhas circulares de ônibus, a se deslocarem a pé, de bicicleta, em lombos de animais ou em carroças até a parte mais estruturada do bairro que se distancia pelo menos três quilômetros das áreas mais recuadas do Capivari.

O desenho simples traçado acima é uma consequência direta da maneira como boa parte da Baixada foi ocupada. Nesta região a ocupação deu-se principalmente através do loteamento da terra agrícola em uma época em que a atividade principal era a citricultura, que ocupava propriedades de porte pequeno e que nos momentos finais da atividade citrícola foram gradativamente sendo transformados nos bairros proletários. Por isso longas extensões de terras chamadas de bairros, nesta região, tendem a ser subdivididas, originando pequenas áreas designadas por nomes relacionados com algum acontecimento ocorrido no local ou mais usualmente por características geográficas próprias daquela pequena área pertencente a um grande

bairro. Assim é comum encontrar parcelas de bairros com designações como “esquina do pe-cado”, “curva do S”, “morro da galinha”, “coqueiro”, “mangueira”, “jaqueira”, etc.

Exatamente pelos motivos anteriormente expostos, os cerca de dez quilômetros quadra-dos de Capivari quase o qualifica como um distrito composto por bairros distintos, embora não muito diferentes entre si. Na verdade se o propósito é dissecar essa região, não há nada melhor que considerar suas diferenças e semelhanças e o que se destacará nesta descrição são as semelhanças. O fato de existirem subdivisões que poderíamos denominar aqui como sub-bairros, deve-se muito mais a algumas características locais que originaram nomes diferentes para denominar partes do grande conjunto de áreas possuidoras de problemas semelhantes que são enfrentados quotidianamente pela população do Capivari. Assim, a denominação “Figuei-ra” para a parte do bairro mais próxima da rodovia Washington Luiz muito mais que estabele-ecer diferenças, funciona como um meio dos moradores de Capivari se localizarem espacial-mente na região.

Portanto, ao primeiro contato, o núcleo de bairros genericamente chamados Capivari mostra-se bastante uniforme, sendo ele também - como tantos outros núcleos de bairros bai-xadenses - resultante da transformação da terra potencialmente agrícola em área urbana. Aqui, entretanto, o raquitismo da atividade agrícola estendeu-se aos loteamentos, o que resultou em uma escassa e desorganizadamente ocupada região. Tal situação de Capivari é resultante de motivos diversos. O primeiro e mais importante deles é o abandono dos lotes, comprados ali por valores irrisórios ao longo das últimas quatro décadas, quando o município de Duque de Caxias passou a ser ponto final de milhares das diversas famílias imigrantes principalmente do Nordeste brasileiro. Naquele momento, regiões mais próximas do centro de Duque de Ca-xias eram exploradas vorazmente por empresas loteadoras e transformavam-se rapidamente em bairros proletários.

Quanto ao Capivari, continuou a ser uma área ruralizada onde gado bovino era criado solto e onde alguns pequenos proprietários lutavam contra a malária e persistiam plantando culturas de subsistência em suas chácaras. A lógica que orienta a ocupação rápida de um loteamento baixadense não funcionou bem ali e mesmo com o surgimento dos primeiros lotes urbanos a área mantinha-se predominantemente rural. Ocorre que um loteamento baixadense somente é rapidamente ocupado e ganha o *status* de bairro ou de parte de um núcleo de bairros quando existem, em suas vizinhanças, motivos para que famílias de proletários migrantes ocupem imediatamente os lotes componentes do empreendimento imobiliário. A vizinhança de uma via férrea, ou de uma estação de trens, a construção de uma nova rodovia, o surgimento de uma fábrica são fatores detonantes ou incentivadores de crescimento e dinamização de um destes bairros. Largado a sua própria sorte, entretanto, um loteamento muito raramente sobrevive, sendo o reflexo mais claro desse fracasso exatamente a não construção de um significativo número de casas em seus lotes.

2.2. Ilda do Prado

Exatamente no cenário caótico retratado acima, encontramos a personagem principal deste relato, a líder comunitária, dona de casa e agricultora Ildacilde do Prado Lameu ou Dona Ilda⁸⁶ como era mais conhecida pelos seus vizinhos de bairro. Nascida em 1947, em Minas Gerais, e assassinada no portão de sua casa em nove de março de 2005, ela foi moradora da cidade do Rio de Janeiro entre 1959, quando saiu do distrito de Divino Carangola, hoje município de Divino, Leste do estado de Minas Gerais, e 1968, quando conheceu o bairro de Capivari, onde seus pais adotivos, que residiam no bairro de Copacabana, compraram uma chácara. A transferência definitiva de Ilda para a chácara da família adotiva, entretanto, não ocorreu

⁸⁶ Ildacilde do Prado era conhecida como Dona Ilda, Ilda do Facão e Ilda Furacão.

naquela época, mas unicamente após a morte de seus pais adotivos, o que ocorreu nos anos 1980.

Não são claras em seus depoimentos as razões para a migração, mas certamente seu deslocamento para o Rio de Janeiro não ocorreu por motivos semelhantes àqueles geralmente alegados pela maior parte dos moradores proletários da Baixada Fluminense. Afirmava ela que sua infância era pobre demais e que Divino Carangola a assustava muito devido à violência imperante naquela localidade, tendo sido um de seus tios (que era deputado, segundo ela) assassinado dentro de um de seus estabelecimentos comerciais, localizado no centro do distrito. A ausência de referências aos seus pais naturais em suas lembranças acerca da infância chamou a atenção, assim como se mostrou curioso o seu precoce desejo de residir no Rio de Janeiro para trabalhar como atriz.

Os sonhos da menina de doze anos não se concretizaram totalmente, muito embora o seu único trabalho realizado fora do bairro de Capivari tenha sido o de figurante da TV Globo, o que Dona Ilda relembra muito rapidamente, parecendo misturar orgulho e decepção. Talvez o nascimento de um filho aos dezoito anos tenha selado o seu destino e a conduzido para um casamento tradicional, para uma rotina de dona de casa e finalmente para o Capivari.

Sua atuação comunitária neste bairro, entretanto, não se iniciou unicamente com a sua transferência definitiva para ali, estando os fatos que foram transformados em lembranças importantes para Ilda quando o assunto era sua atuação comunitária localizados no final da década de 1960 e inícios dos anos 70. Naquela época as suas ações restringiram-se às tentativas de melhorar o bairro e a vida das pessoas que chegavam ali. Problemas de segurança pública em Capivari eram poucos, uma vez que se relacionavam unicamente ao aparecimento de corpos nas ruas e matagais do lugar recém ocupado por alguns poucos proletários e que servia como local de “desova” dos cadáveres produzidos por grupos de extermínio que atuavam

mais frequentemente no município do Rio de Janeiro e que eram jogados ali na certeza de que seriam encontrados somente após a decomposição ou que terminariam desaparecendo e se confundindo com as carcaças de animais que eram também abandonados lá principalmente por proprietários de abatedouros clandestinos.

Cadáveres estranhos ao bairro não incomodavam se não estavam nas proximidades de alguma casa habitada e exatamente por isto as ações iniciais de Ilda não se relacionaram com a resolução de nenhum conflito originário das atividades criminosas existentes no bairro. Apesar de Dona Ilda reforçar em seus depoimentos o fato de seu bairro ter sido bem diferente na época em que ela mudou-se para lá⁸⁷, o feito que escolheu para marcar o início de suas proezas a favor de seus vizinhos foi exatamente algo relacionado com a presença de cadáveres próximos de casas já habitadas no bairro de Capivari. Muito provavelmente as lembranças idílicas de Ilda sobre o seu bairro foram rapidamente embotadas pela sua luta cotidiana contra a violência que marcou o bairro nas décadas finais de sua vida:

[...]então daí pra cá... que a gente começou vim pra cá... prestar atenção, eu comecei agir na área... as pessoas matava a pessoa, apodrecia no meio do mato. Cachorro comia, urubu comia, ninguém tirava. Até que uma vez morreu um cara ali já tinha quinze dias que o cara tava morto, o povo pedindo pra tirar na beira do quintal de uma mulher cheia de filho e ninguém tirava. Chamava a polícia, não vinha, fui na prefeitura ninguém tomou as providências. Eu aluguei uma carroça, enrolei o cara podre dentro do lençol, joguei na porta da prefeitura e avisei: 'todos que morrerem lá dentro e vocês não ir lá tirar eu pago e jogo na porta da prefeitura'. Ficaram todo mundo em pânico [...] daí pra cá toda vez que eu chamo a polícia a polícia vem tirar, demostra, mas tira, não fica mais [...] mas aonde você anda...fosse caminhar aqui você dava de cara com ossada de gente morta e acabou tudo, não tem mais.

As lembranças de Dona Ilda remontam ao início dos anos 1970, e o aparecimento constante de cadáveres de homens desconhecidos em Capivari, relatado pela líder comunitária,

⁸⁷ Aliás, em seus depoimentos dizia ser motivo para a sua mudança de Copacabana para a Baixada Fluminense o seu desejo de estar próxima da natureza: “[...] este lugar não tem nada como você está vendo, mas tem estes arvoredos [...]”. LAMEU, Ildacilde do Prado. **Entrevistas concedidas** em 10 jan. 2004 / 18 jan. 2005 / 21 jan. 2005 (Todas as falas seguintes de Ildacilde do Prado Lameu originaram-se destes documentos).

parece relacionar-se com a atuação de esquadrões da morte ligados às ações exterminadoras das polícias cariocas que auxiliavam a repressão política levada adiante pelos governos militares existentes no Brasil daquele momento. A repetição no depoimento de Dona Ilda de que reclamava com os policiais e que isto não adiantava, parece reforçar a hipótese de que os cadáveres resultavam de justiçamentos promovidos por policiais ou por grupos ligados a estes policiais⁸⁸.

Ocorreu que o bairro evoluiu demograficamente apesar de seu ritmo de crescimento diferir em muito daqueles experimentados pelos demais bairros da Baixada, e enquanto isso ocorria, os problemas dos moradores proletários do bairro também se complexavam, se diversificando também a forma de Dona Ilda atuar. O que não se modificava, entretanto, era a presença estatal e durante as décadas de 1980 e 1990 as atividades comunitárias de Dona Ilda continuaram a traduzir sua inquietude frente aos problemas de Capivari, mas, no entanto, assemelhava-se sob vários aspectos às formas das lideranças populares regionais agirem na região da Baixada Fluminense, sendo possível encontrá-la nestas décadas incentivando os seus vizinhos através de um discurso desafiador e do seu próprio exemplo a melhorar as condições críticas do bairro, o que equivalia a capinar as ruas, abrir valas de esgoto, comprar entulho que era utilizado para diminuir os buracos das ruas e permitir a entrada de veículos. O fato de Dona Ilda, apesar de também ser migrante, ter residido em um apartamento no bairro carioca de Copacabana por um longo período antes de ter se mudado definitivamente para Capivari, parece ter transformado a líder em alguém que, diversamente dos outros migrantes moradores de Capivari, acreditava que os seus direitos de morar em um lugar “decente” eram exatamente iguais aos dos moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro e para ela a culpa pelo abandono de

⁸⁸ A partir dos primeiros anos da década de 1970 começaram a atuar na região da Baixada Fluminense, diversos grupos de extermínio. Alguns dentre eles abandonavam as suas vítimas em áreas mais urbanizadas e passaram a admitir denominações originais (“Mão-Branca”, por exemplo). Os matadores destes grupos deixavam sobre os corpos mensagens justificando os assassinatos e os ligando à prática de furtos, estupros, assassinatos, etc., por parte dos justiçados.

Capivari era “em primeiro lugar dos governos e dos políticos e depois do pessoal que comprou aqui e que nunca construiu e que fez isso ficar assim, sem nada, porque os governos não se importam mesmo, mas com pouca gente assim aí que não faz nada mesmo”.

Sua história de vida anterior ao Capivari pode tê-la dotado de idéias diversas daquelas geralmente tidas pelos baixadenses, apesar disto não há como deixar de considerá-la semelhante aos seus vizinhos, e essa conformidade surgia em aspectos diversos da vida de Ilda, destacando-se entre estes a sua defesa incondicional de princípios morais relacionados com o que chamava de “valores da família”, a sua necessidade de manter seus filhos próximos de si, a sua formação educacional incompleta e a consideração de que o bairro deveria ser cuidado por ela e pelos vizinhos como uma forma de garantir-se pelo menos um pouco de “dignidade” na vida. Entretanto, a figura de Ilda não chamava atenção exatamente pelas suas virtudes ordinárias, ou seja, aquelas características que a ligavam ao seu grupo social e aos seus vizinhos, mas sim pelos seus singulares atributos apontados, aliás, pelos seus vizinhos. Ousadia, desapego aos bens materiais, falta de ambição política, consciência, bondade, generosidade, rigor, sensibilidade, agressividade, dentre outras, são características da personalidade de Ilda que, segundo os seus vizinhos transformavam-na “na pessoa mais importante do Capivari”, “na mãe de todo mundo aqui” ou, menos apaixonadamente, “em uma mulher que luta e resolve tudo quanto é tipo de assunto porque não tem medo de nada”. De fato, a marca distintiva de Dona Ilda em sua última década de vida foi efetivamente a ousadia, tendo a sua casa se transformado em um ponto de referência dentro da enorme área carente do bairro.

Muito embora ela continuasse a ser uma espécie de bem-fazedora geral do lugar - fato denotado pelas suas ações assistencialistas como a distribuição de sopa para desempregados no quintal de sua casa, onde existiam bancos e mesas feitas de concreto para acomodar tanto os moradores carentes que lá se alimentavam, quanto crianças que não conseguiam vagas em colégios ou que apresentavam baixo rendimento escolar e que ali assistiam aulas de reforço -

inúmeros e variados casos de violência eram levados até o seu conhecimento a qualquer hora do dia ou da noite, esforçando-se ela para resolvê-los informal e rapidamente através de suas ameaças e conselhos e, muito embora admitisse como regra “registrar os casos mais graves na polícia e exigir ação por parte dos policiais”.

Suas ações assistencialistas - que se mantiveram desde a década de 1970 até 2005, momento do seu assassinato - foram sendo eclipsadas na medida em que mais habitantes chegavam ao Capivari e que tanto os antigos problemas mantiveram-se sem resolução quanto novas carências surgiram na medida em que a líder comunitária colocava em marcha seus planos para melhorar a vida ali.

Dona Ilda considerava que grande parte dos problemas inerentes aos bairros semelhantes ao seu era a pequena quantidade de gente que os habitavam. Sabendo ela que grande parte dos proprietários originais dos lotes existentes jamais retornaria a eles, passou a defender a idéia de que esses lotes fossem invadidos imediatamente por famílias dispostas a construir e cultivar as áreas ainda não ocupadas, a fim de poderem elas mesmas se sustentar, uma vez que o número de desempregados em Capivari era grande demais principalmente devido aos altos preços das passagens dos ônibus que ligavam o bairro ao centro do Rio de Janeiro, lugar principal de trabalho para os trabalhadores, pouco ou nada qualificados, primeiros ocupantes destes lotes abandonados. Esse plano de Ilda surtiu seus efeitos de forma imediata e ao longo dos últimos anos da década de 1990, e dos primeiros cinco anos da atual década o número de novos lotes ocupados em Capivari aumentou vastamente.⁸⁹

⁸⁹ Durante às vezes em que entrevistei Dona Ilda, no quintal de sua casa, várias foram às vezes em que homens e mulheres de aparência muito humilde interromperam as nossas conversas em busca de algum tipo de auxílio. Destacavam-se destes pedidos aqueles relacionados à busca por um “pedacinho de terra” como dizia a entrevistada sempre que retornava para a mesa onde narrava a sua vida e as suas ações comunitárias. Andando pelo bairro juntamente com a líder comunitária conheci diversos destes “assentamentos” proletários formados a partir da eliminação dos matagais que era o serviço ao qual Dona Ilda mais se dedicava nos últimos anos.

Na narrativa de Dona Ilda, a idéia de ocupação dos vários espaços vazios de Capivari surgiu exatamente no mesmo momento em que nasceu o grupo “As Justiceiras do Capivari”:

Aconteceu aqui o seguinte: sempre foi violento mesmo... Antes tinha um bandido aqui chamado Jorge Barbudo que matava as pessoa e jogava num buraco. Só que de um tempo pra cá as coisa se alterou muito e além de morte assim de gente desconhecida de fora, desova e essas coisa, passou a ter assalto na rua em casa e coisa pior, tipo morte de pessoa inocente e pior ainda morte de criança, mulher e estupro de criança e mulher aqui... foi piorando e quando começou a ser assim eu não fiz nada logo, mas me dava uma aflição cada vez maior e minha vontade era matar tudo quanto era bandido que esperava de tocaia menina e menino nos mato para agarrar. Aí eu comecei a limpar estes terreno e roçar estas ruas e pensar que se não fosse tudo jogado e sem ninguém não ia ter tanta covardia. Mas na época eu não botava ninguém na terra ainda. Eu passei mesmo foi a limpar as ruas e mato e a juntar mulher e fazer reunião e só depois é que veio esse negócio de justiceira e de líder que ajeita terra e dá para quem vem chegando agora.

O ponto inicial das ações mais notórias de Dona Ilda é exatamente o momento em que ela criou o grupo As Justiceiras do Capivari, tomando para si a incumbência de agir da forma mais enérgica contra as ações dos bandidos que atentavam contra a vida de crianças e mulheres dentro do Capivari.

2.3. As Justiceiras do Capivari

Isto ocorreu em 1998, quando Ilda foi procurada pelos pais de uma menina de oito anos chamada Priscila Silva que havia desaparecido a caminho da escola e não fora encontrada mais, apesar dos diversos apelos da família à polícia, continuando desaparecida sem que qualquer autoridade pública investigasse. Ilda tomou o problema para si imediatamente e sem esperar por melhor resultado:

[...] fui procurar sozinha no mato... nos brejo... no caminho que ela passava pra vim aqui pra estudar...aí acabei achando ela morta no mato, já decompondo a menininha pequena, magrinha. Peguei a menina lá no meio do matalgal e trouxe para a rua e aí chamei a polícia pra levar o corpo e chamei a imprensa toda e então decidi não parar mais e juntei as mulheres de perto e fizemos as justiceiras.

A menina Priscila Silva foi morta após ser sexualmente violentada e essa morte parece ter modificado radicalmente a forma de Dona Ilda pensar seu papel de líder comunitária:

[...] desde a morte dela eu vi que não dava pra ficar só ajudando os mais pobre ou incomodando polícia e prefeito e vereador, achando que reclamar só adianta. Continuei ajudando... fazendo tudo junto com os moradores, mas achei que era mais... certo colocar mão na massa e não deixar mas acontecer isto aqui. Reuni as mulheres... era eu e umas cinco no início e a gente ia capinar rua, roçar os matagais daqui... mais esses perto de caminho pra colégio, porque tarado é covarde e faz tocaia no mato. Sem mato eu achava que era mais difícil eles agir.

No ano seguinte, 1999, o assassinato de Milene Souza, de doze anos, violentada e morta também ao ir para o colégio, provocou a última mutação do estilo de liderança de Ilda e a configuração final de seu grupo de mulheres justiceiras:

Com a Milene a coisa mudou porque eu consegui aumentar muito o grupo. De cinco viramos vinte e eu vi que não dava para ficar só conversando mesmo. O negócio era partir para a briga mesmo e aí a gente acabou achando o tarado, indo atrás dele e prendendo ele dentro de uma favela lá em Lote XV [bairro caxiense localizado nos limites de Duque de Caxias com Belford Roxo] . A gente ia matar ele, mas a polícia chegou a tempo de não deixar e aí a gente acompanhou ele até a cadeia e ficou lá porque o delegado falou que ia soltar ele porque não tinha prova. Aí eu disse 'se soltar a gente mata esse desgraçado na porta da delegacia mesmo' Ele falou que ia prender a gente, eu falei que era direito nosso ficar lá esperando e se o tarado fosse solto a gente linchava ele ali mesmo ou trazia ele aqui pra dentro e matava o cara de tanta porrada.

Daquele momento pra cá nós passamos a andar assim de faca, facão, foice, espada, enxada, pedaço de pau, limpando o mato todo queimando o mato, abrindo estes caminho e vigiando gente diferente que anda aqui. Se acontece alguma coisa a gente logo aparece. Uma liga pra outra, reúne, junta tudo, foice, machado, enxada e vai atrás, prende, tortura e até mata. Eles pergunta se mata eu falo que mata. Só não falo quem e quanto já matamos. O trabalho das justiceiras depois foi esse: levar criança pra escola, limpar o matagal. Agora não que está tudo calmo e a gente não tá vendo nada porque é férias nos colégio. Mas tá voltando e quando volta você pode vim aqui e vai ver duas, três mulher nesses mato limpando mas elas tão mais mesmo é vigiando as criança e vendo se tem estranho na área.

Os casos dos estupros e assassinatos de Priscila Silva e de Milene Souza foram marcos fundamentais na vida comunitária de Ilda. Em primeiro lugar estes casos macabros foram

responsáveis diretos pelo surgimento e configuração final do grupo de mulheres lideradas por Ilda e, em consequência, pela modificação radical na forma como ela comportava-se frente aos seus vizinhos e principalmente na modificação das formas como esses vizinhos visualizavam-na.

Se anteriormente aos assassinatos ela era respeitada e procurada para resolver casos simples de desentendimentos familiares ou para coordenar soluções temporárias para os inúmeros problemas decorrentes das condições urbanas críticas de Capivari, na maior parte das vezes, entre 1998 e 2002, a tônica das suas ações passou a ser o combate à violência que com bastante frequência passou a atingir “as pessoas inocentes” de Capivari. Crianças e mulheres passaram a ser as suas principais preocupações e Ilda desde o início percebeu não ser possível para ela sozinha dar conta de proteger todas as mulheres e crianças do bairro:

O problema maior naquela época era como ajudar. Eu sabia que não dava para ficar do jeito que estava até ali e eu só podia contar com uns policiais que eram amigo da gente e vinha quando eu chamava e não dava pra contar com político mesmo porque é... eles não tomam vergonha na cara mesmo e só ajuda se isso rende vantagem pra eles. Apelar pra homem nem pensar. Eles são violento demais pra isso e depois não dava pra contar mesmo com homem de dia porque se está em casa sem procurar nada pra fazer é porque tem alguma coisa errada com eles. De dia e de noite que dá pra contar mesmo era com mulher. Como eu precisava apelei pra elas e um monte veio e a gente reuniu e formou isso.

A recorrência às mulheres parece ter nascido muito mais das razões práticas expostas por Ilda que por alguma causa ideológica, afinal, se era preciso que o próprio “povo de Capivari” cuidasse de sua segurança e se ali dia e noite eram igualmente perigosos e se na visão dessas mulheres, “homens desempregados deveriam estar procurando emprego durante o dia” ou senão eram “vadios”, restava como única alternativa para a formação das milícias, que deveriam proteger crianças dia e noite, as vizinhas de Dona Ilda.

A resolução dos problemas relativos à proteção de crianças e mulheres em Capivari, ficou, portanto, entregue ao grupo criado por Dona Ilda e a ação das justiceiras, de início, restringiu-se unicamente ao patrulhamento das ruas do bairro, patrulhamento que era realizado por grupamentos de aproximadamente dez mulheres, algumas delas com o rosto encoberto por um lenço e todas armadas com as ferramentas que elas utilizavam também para derrubar os matagais e desobstruir os diversos cursos d'água existentes em pontos variados do bairro. As mulheres revezavam-se a fim de garantir que tanto nos horários de entrada como nos horários de saída dos colégios diversas mulheres armadas pudessem conduzir as crianças através dos capinzais agora batidos e queimados, mas mesmo assim desérticos. À noite a escolta também se fazia e as adolescentes que estudavam no horário noturno também eram conduzidas por Ilda e pelas justiceiras que aproveitavam as viagens para acompanhar mulheres adultas que retornavam do centro do Rio de Janeiro e que precisavam caminhar dos pontos de ônibus até as suas respectivas residências.

Neste ponto é interessante apontar de que forma se estruturaram as ações das Justiceiras do Capivari e como Dona Ilda construiu uma imagem própria para si e para seu grupo, imagem que foi amplamente divulgada pela imprensa local e escassamente pela imprensa carioca.

A intenção tanto de Ilda como de suas mulheres era à intimidação dos bandidos e dos potenciais estupradores e homens que espancavam suas mulheres. Investigações de casos de violência contra mulheres e crianças, prisão de bandidos e entrega destes aos policiais eram atos comuns principalmente entre 1998 e 2002. Apesar da defesa do linchamento dos “tarados”, nunca houve sequer uma ação efetivamente violenta contra os alvos da fúria destas mulheres. A energia que nascia deste grupo efetivava-se inicialmente através da substituição integral do poder público dentro do bairro de Capivari e logo em 1998, Dona Ilda percebeu que uma das maneiras de se alterar a situação caótica do bairro era tornando visível aquele lugar

para os “de fora” e o seu apelo à imprensa regional visava, de fato, demonstrar que o Capivari era um bairro problema e que era preciso que ali “os governo” surgissem como agentes:

[...] de político eu não acho nada muito diferente do que todo mundo acha. Dos governo eu acho que eles precisava ver que a gente existe [...]que tem o mesmo direito de qualquer outra pessoa no mundo. Acontece aqui que ninguém vê a gente e eu não vou é ficar aqui esperando pra eles ver a gente não, vai dar não, porque eu acho que só dá pra mudar se a gente mesmo faz alguma coisa. Político... governo... pensa só neles e é normal isso mesmo. Rico cuida de rico. Se a gente não aparece ninguém vem levantar aqui quem tá embaixo do tapete igual lixo e ajudar ninguém não [...]a gente foi pro jornal e rádio pra isso pra mostrar quem a gente é e que a gente existe. Tem direito igual qualquer outro de Caxias ou do Rio de Janeiro mesmo.

Quanto ao modo ostensivo como as mulheres apresentavam as suas armas *sui generis*

Dona Ilda era enfática em afirmar que aquilo tudo era uma estratégia de ação e que a intenção real não foi em nenhum momento tirar a vida de ninguém. Dizia ela que:

Se eu apareço normal na imprensa igual você tá me vendo, preta, 1,60 m, quem vai ligar? Agora, armada com a foice e o facão e vestida de roupa diferente, dá ibope.⁹⁰ [...]de verdade no início eu tava revoltada e queria matar mesmo, mas depois que a gente resolveu tudo, eu esfriei o sangue e voltei ter a idéia de andar certo para não perder o nosso direito. De verdade matar eu não vejo como sujar a mão com sangue de bandido. Deus fez Deus leva.

A intenção de apresentar seu bairro surtiu seus efeitos e se desde 1998 era previsível que a ação de Ilda e suas mulheres alteraria substancialmente a rotina do bairro de Capivari, não era tão fácil supor, entretanto, que a simples circulação destas mulheres nas áreas mais abandonadas do bairro e a derrubada e queima dos matagais poderia resultar na diminuição expressiva de todos os casos de violência do bairro⁹¹. A partir dos resultados positivos, o ânimo das Justiceiras do Capivari parece ter aumentado e as reuniões semanais do grupo passaram a discutir assuntos diversos, porém todos eles relacionados ainda com os problemas imediatos da comunidade:

⁹⁰ Uma foto de Dona Ilda pode ser vista no Anexo E: Ildacilde do Prado Lameu.

⁹¹ O delegado da 60ª localizada em Campos Elíseos revelou que antes de 1998 os casos de violência sexual e assassinatos de crianças e mulheres em Capivari eram pelos menos dois a cada mês e que entre 1998 e 2004 os casos baixaram para zero. RUBEM, Luiz Carlos. **Entrevista concedida** em 10 jul. 2005.

De início elas discutiam muita coisa sobre o próprio bairro como que lugar que deveria ser limpo, qual o tipo de problema que existia e que deveria ser resolvido primeiro, como um colégio devia ser arrumado por elas. Também elas procuravam trocar entre elas informações sobre o bairro. Por exemplo, em uma reunião que eu assisti elas discutiram muito sobre um caso de suspeita de abuso sexual de um pai contra uma filha. A mãe suspeitava e levou o caso para uma das mulheres do grupo. Ilda na reunião resolveu chamar a mãe para ir com ela e a menina ao hospital e depois a delegacia para dar a queixa [...] não sei depois o que aconteceu porque não fui na reunião seguinte.⁹²

Este depoimento demonstra o que identifico como a terceira mutação das idéias de Dona Ilda e também o novo rumo das ações das Justiceiras. Ele se refere ao ano de 2003 quando a imprensa regional, e todos os habitantes do Capivari, já conheciam Ilda e até se admiravam dela continuar a se recusar a participar efetivamente da vida política de Duque de Caxias através do cargo de vereadora. Nesta época o grande chapéu de palha sobre um lenço de cabelo, o facão na cintura e a foice em uma das mãos eram utilizados muito mais frequentemente quando repórteres batiam em sua porta em busca de matérias ou atendendo seu convite quando desejava denunciar algo. “As coisas aqui passou a andar calma desde que a gente passou a agir e não tem mais tanta necessidade da gente como polícia. Só umas quatro ou cinco está de frente ainda comigo, mas a gente é mais de cem e quando acontece alguma coisa a gente junta rápido mesmo.” Na verdade a presença das justiceiras além de “impor respeito”, significou a aproximação de Ilda com os poderes públicos, destacando-se dentre estes a prefeitura de Duque de Caxias, a delegacia de polícia civil de Campos Elíseos e o 15º batalhão de polícia militar. Casos graves de violência passaram a ser denunciados imediatamente aos policiais e em seus relatos Ilda enumerava policiais que eram chamados diretamente por ela para resolverem casos em Capivari: “[...] agora é diferente mesmo, eu não reclamo mais de polícia não. Eu tenho o número de uns detetives e do comandante do batalhão e quando a gente precisa eu chamo e eles vêm rápido. A gente sobe no carro da polícia e vai buscar seja quem for.” Quanto às autoridades municipais, o diálogo entre Ilda e a “prefeitura” dava-se muito mais através

⁹² ALVES, Marta Mateus. **Entrevista concedida** em 03 jun. 2004.

da imprensa regional, na qual ela denunciava constantemente os secretários municipais e o prefeito José Camilo Zito que, segundo ela era:

[...] só uma farsa. A gente aqui acreditou naquele safado e ele nem voltou aqui depois que ganhou. Não fez uma obrinha aqui mesmo. Lá fora [centro de Duque de Caxias ou margens da rodovia, talvez] ele até mudou algumas coisas, mas nos bairro de dentro igual este nada fez. Eu tinha toda hora era que brigar com os secretário dele que vinha implicar com as casas que a gente faz aqui nestes assentamentos. Eu brigava e dizia que ia botar eles na imprensa e aí eles deixava a gente em paz, mas o secretário de habitação o Aroldo de Brito era implicante demais. Uma vez veio lá na Vila Mirim com polícia pra derrubar as casa de família que eu assentei lá. Eu digo: ‘você vai se arrepender porque a primeira casa que você derrubar eu dou um tiro nos seus cornos’. Botei eles pra correr e a família está lá assentada do mesmo jeito.

Portanto não era mais o grupo das justiceiras essencial para a manutenção da segurança do bairro, uma vez que instâncias específicas do poder público passaram a ser acessadas pela população através de Dona Ilda. A mutação final deu-se exatamente neste momento em que um plano de ocupação do bairro evoluía através dos assentamentos e em que algumas necessidades mínimas da população já eram atendidas devido às reivindicações e ameaças feitas por Dona Ilda e foi exatamente a partir desta última mudança que o desejo de Ilda de agir “pela justiça e pela lei” e não estar “fora da lei” pôde concretizar-se.

A partir do ano de 2003 as ações das justiceiras voltaram-se principalmente para a melhoria das condições de vida das mulheres e de suas crianças. O reconhecimento externo de Dona Ilda facilitou a ida ao bairro de Capivari de profissionais diversos que orientavam as mulheres em assuntos como amamentação, prevenção de doenças próprias das mulheres, educação infantil, direitos das mulheres e crianças. Embora em nenhum momento ao longo do relato das ações comunitárias de seus dois últimos anos de vida (2003 e 2004) tenha utilizado a palavra cidadania, repetia constantemente sua idéia de que ela e os moradores de Capivari - principalmente aqueles mais pobres - possuíam direitos que eles mesmos não sabiam que possuíam, mas que deveriam ser respeitados “pelos governos e por todo o mundo”. Fazer valer o

direito dos outros moradores de seu bairro passou a ser a cruzada de Dona Ilda, e um bom exemplo de ação voltada exclusivamente para isto foi a confusão que provocou em um dos cartórios eleitorais de Duque de Caxias quando conduziu um grande número de novos moradores de Capivari para que estes obtivessem os seus títulos eleitorais, sem os quais não poderiam trabalhar:

[...] aliás, no ano passado [2004] eu fui tirar... mudar título de pessoa que vem do Ceará, que vem de Minas ...transferir pra aqui. Só que eu tive que dar umas porradas em uma mulher lá da TRE porque eu cheguei lá com aquela turma de gente pra poder tirar voto, né, porque eu acho que o voto também é muito importante, eu não sou contra o voto, eu acho que todo mundo tem que votar com a consciência né? Não trocar o seu voto por qualquer coisa, por uma cesta básica, uma lâmpada, uma camisa, qualquer coisa, voto tem que ser uma coisa sagrada e não vendida. Então nós foi...eu fui levar as pessoa pra poder trocar o título e tirar aquelas pessoa que nunca teve. Quando eu cheguei lá a mulher começou a debochar da minha cara: 'Porque a Dona Ilda dá uma cesta básica'[...] as pessoa chegava lá, o que é que eles quer conta de luz e conta de telefone. Como as pessoas moravam aqui, não tem nem conta de luz nem telefone, eu dei a minha conta de luz e telefone pras pessoa tirar. Aí elas começaram: 'é porque essas conta de luz, é porque tudo é Dona Ilda, porque Dona Ilda dá cesta básica, porque Dona Ilda faz isso, porque Dona Ilda faz aquilo.' Começou a maltratar as pessoa. Entrou uma senhora grávida de oito meses e saiu de lá chorando. Eu perguntei porque ela tava chorando. Ela falou 'Poxa Dona Ilda, a mulher faltou pouco bater na minha cara. E eu atrás da porta ouvindo o que ela tava falando. Aí eu cheguei segurei digo: 'escuta aqui, você não tem o direito de fazer isto, aliás, quem tinha de fazer isto era vocês e não eu. Você não tem o direito. Você fica atrás dessa mesa no ar refrigerado, ganhando dinheiro do povo e humilhando as pessoa. Quem é você pra fazer isso. Se eu tô dando a minha conta de luz e a minha conta de telefone pra essas pessoa tirar os seus títulos é porque elas não tem e elas precisa de ter pra trabalhar e pra poder votar também. Então você não tem o direito de maltratar as pessoa. Aí ela virou pra mim: 'porque eu vou chamar o juiz pra te prender'. Eu digo 'chama, mas primeiro eu vou te dar umas porrada'. Meti a porrada nela mesmo. Eu ia quebrar tudo lá dentro [...] aí chamei a imprensa, meti na imprensa [...] eu não tenho paciência, eu meto a porrada.

Não mudando seus métodos heterodoxos nesta última fase de sua atuação comunitária, Ilda voltou a aparecer muito mais solitária e caracterizada por:

[...] se meter em todas as coisas e encher o saco de todo mundo. Neste último ano ela não pára mais aqui nunca. Faz de tudo, leva gente doente pro hospital com esse carro velho [um carro modelo Jeep ano 1966] a qualquer hora do dia ou noite. Chamar secretário de estado e prefeitura aqui e dá R\$ 40,00 num caminhão de entulho pra cobrir buraco nessas rua pro carro da polícia passar. Já falei que tinha que se candidatar a vereadora porque aí po-

dia gastar dinheiro da prefeitura pra ajudar os outros e não o dinheiro do aluguel que ela tem em Copacabana e o da minha aposentadoria pra arrumar rua. [...]eu nunca concordei com isso, ela faz isso porque é teimosa.⁹³

As narrativas de Dona Ilda, de seus vizinhos e parentes sobre seus últimos dois anos de vida caracterizam-se principalmente pela percepção de que ela mantinha a sua intrepidez, porém possuía alguns objetivos bastante sólidos e todos eles relacionados à defesa do que chamava de “direitos das pessoas inocentes”. É claro que é inútil encontrar dentro do conjunto de idéias tão pragmáticas de Dona Ilda e suas vizinhas, algo requintado e diretamente influenciado pelas conquistas políticas, sociais e jurídicas obtidas pela sociedade brasileira nas últimas décadas, através dos diversos estatutos de direitos de terceiro grau⁹⁴ resultantes tanto da Constituição de 1988 quanto das resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU)⁹⁵ voltadas para a efetivação dos direitos sociais, porém é fato que este conjunto de idéias que orientavam as atitudes de Dona Ilda e de seu grupo, diferiam sutilmente também das formas de se pensar na resolução de problemas na Baixada Fluminense através das lideranças comunitárias. É visível que em alguma medida o jeito de se resolverem os problemas práticos em Capivari assemelharam-se ao próprio modo informal da população baixadense lidar com as ausências públicas. Espalhar entulho nas ruas para permitir a passagem de pedestres e carros é um bom exemplo de resolução informal levada adiante com ou sem a presença, muitas vezes unicamente catalisadora de um líder comunitário, para Ilda o ato ordinário de pavimen-

⁹³ LAMEU, José Ferreira. **Entrevista concedida** em 18 jan. 2005.

⁹⁴ Direitos de terceiro grau constituem a consequência do que Norberto Bobbio chama de expansão geral dos direitos, o que é uma característica das sociedades do Ocidente nas décadas posteriores à segunda guerra mundial. Ainda segundo este autor os direitos de terceiro grau são consequências do surgimento dos direitos sociais e a garantia da sua aplicação depende da intervenção direta do Estado que precisa transformar-se e passar a ser um Estado Social. (BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p.86,87).

⁹⁵ Algumas das declarações da ONU acerca dos direitos sociais são as seguintes: Declaração de direitos das crianças, declaração sobre a eliminação da discriminação à mulher, declaração de direitos do deficiente mental. Há uma série de documentos recentes que visam proteger direitos de outros grupos minoritários ou historicamente desprotegidos como os doentes físicos, os homossexuais e os idosos.

tar precariamente as suas ruas significava em último caso facilitar o acesso seu e de seus vizinhos aos órgãos do poder público.

A eliminação dos matagais de Capivari era também algo sempre praticado por moradores de áreas proletárias da Baixada. Para Ilda, no entanto, este trabalho, inicialmente reativo perante os estupros e assassinatos de crianças e mulheres dali, transformou-se em um dos componentes da estratégia da líder de expor o seu bairro-problema através da imprensa e mais ainda como uma forma de transformá-lo através do assentamento de novos migrantes em terrenos delimitados diretamente por Dona Ilda e suas mulheres e da destinação de algumas destas áreas ao cultivo de frutos, destacando-se dentre estes o maracujá, a banana, a acerola, o coco e algumas verduras e ao implemento de criações de pequenos animais como, galinhas, coelhos, cabritos, rãs e minhocas. A preocupação de Dona Ilda era a de não permitir que a diminuição da área ocupada pelos matagais significasse o aumento do número de desempregados em Capivari e a formação de favelas ali. O retorno ao passado agrícola presente somente na memória de Ilda e de seus vizinhos parecia a ela uma solução adequada para alguns dos tantos problemas permanentes do Capivari.

2.4. Uma morte inevitável?

Acostumada, por toda a vida, “a falar alto e dar porrada” em autoridades públicas, homens que espancavam suas mulheres e filhos, estupradores e assassinos de criança, Dona Ilda parece não ter adaptado o seu estilo de liderança às mutações que seu bairro experimentava com a aceleração demográfica e o surgimento do que ela mesma classificava como um novo tipo de bandido:

De uns anos pra cá tem mudado os bandidos daqui. Sempre teve muito, mas de verdade eu não dava muito por eles não. Quando a gente pegava esses matador de mulher e criança aí e dava um pau eles se cagava todo com medo

de morrer mesmo e pedia pelo amor de Deus e tal. Eu não tinha medo mesmo e não tenho agora porque eu não sei o que é medo mesmo, mas eu sei que é diferente porque antes não tinha esse negócio de droga não. Eles até usava, mas buscava longe e nem tinha aqui na Baixada não. Agora... agora é aqui nas nossa cara mesmo e eles usa assim livre. Antigamente não a gente nem nunca via usando. Agora vive em bando também.

Tal constatação da existência de novos bandidos obrigava Ilda a negociar:

Eu por exemplo não sou amiga nem inimiga. Eu sou contra aquele bandido que mora na área e suja a área. Eu sou contra aquele bandido que vem pras portas das escola pra viciar as criança. E sou contra aquele bandido que mexe com a comunidade. A gente não se mistura com bandido. Mas quando a gente vê que a coisa tá demais do lado deles a gente vai a eles. Há pouco tempo eles tava assaltando cabo de telefone aqui. Nós fomos a eles pra saber se era eles que tava fazendo esse tipo de coisa: ‘não, não somos nós’. Eu digo ‘vocês vão ver quem é que a culpa vai cair em cima de vocês. Nós vamos botar os homem em cima’. Pararam. Tem uns dois mês que eles pararam com isso. Já morreu também uns seis.

Essa negociação parecia difícil porque Dona Ilda não mudava os seus princípios e possuía uma noção de territorialidade que entrava em conflito direto com o desejo dos traficantes de utilizarem-se das “pessoas inocentes” da forma como entendessem, viciando os seus filhos e utilizando parte da comunidade como funcionários do tráfico. Além de não perceber o perigo contido na disputa, Ilda insistia em entabular negociações ao seu modo e em não reconhecer os “direitos” de traficantes manterem seu comércio e atividades criminosas:

Nós não apoiamos bandido. Eles me respeita. O direito de um termina quando do outro começa. Então é o que eu falo pra eles: ‘seu direito termina quando o meu começa’ [...] então você não invade a minha área, não mexe com as pessoa inocente e pronto. E é assim que eu faço. [...] aqui quem comanda também é uma mulher. [...] a gente não dá confiança, a gente não quer se misturar. Nós estamos brigando pelas nossas crianças e pra melhorar o lugar. Inclusive a gente tá brigando sobre tudo isto, acabar com os bandidos. Também. A gente sabe que não vai conseguir, mas o que a gente pode fazer a gente tá fazendo. Porque os bandidos...enquanto eles estão na deles, não mexe com ninguém, mas o pior quando eles começa entrar na nossa área pra viciar nossas criança. A gente não aceita.

Exatamente a não aceitação da venda de drogas nas ruas próximas aos colégios onde as crianças de Capivari estudavam foi o que rendeu a Dona Ilda as primeiras ameaças de morte em sua longa carreira de líder comunitária. A partir da favela Vai-Quem-Quer, localizada nas cercanias do bairro de Capivari a chefe do tráfico de drogas, desta região, Merinália de Oliveira ou “Índia”, esposa de Carlos Brás Vitor Silva, ou “Fiote”- este um dos comandantes do grupo de Fernandinho Beira-Mar - ordenou a sua morte, acusando Dona Ilda de ser delatora⁹⁶.

Em Capivari há também a suspeita de que o fato detonante do assassinato de Ilda foi o seu envolvimento na procura por Maria de Jesus, de 73 anos, que desapareceu no dia 28 de fevereiro de 2005 e que através da ação de Dona Ilda foi encontrada morta no dia primeiro de março em um matagal do bairro. Ilda descobriu que um dos “novos bandidos” dali devia dinheiro àquela senhora que sobrevivia vendendo bebidas em uma “barraca”. Quando a senhora cobrou a dívida, foi morta pelo bando e jogada em um dos muitos locais ermos de Capivari. Ilda soube desta história, contou-a aos policiais e a partir daí acendeu a fúria da chefe destes bandidos que a assassinaram no dia nove de março de 2005 às 19:30 h., quando alguns desses novos bandidos com as quais ela mantinha um diálogo áspero, mas que ela acreditava que a respeitavam chegaram até o portão de sua casa, comunicaram o encontro de um cadáver no início da rua e pediram água à líder comunitária que ao virar-se para atender o pedido foi atingida por cinco tiros quatro dos quais em sua cabeça.

Seu enterro ocorreu no dia seguinte e, segundo os mesmos jornais que registraram sua trajetória comunitária, foi bastante concorrido sendo a líder homenageada por autoridades municipais, estaduais e até por um representante do governo federal. O prefeito de Duque de Caxias decretou luto oficial de três dias e as investigações policiais visaram desde cedo os traficantes de Capivari e de favelas não muito distantes dali. Finalmente em abril de 2005, a

⁹⁶ Após sua morte a casa de Dona Ilda foi pichada com as seguintes mensagens “CV (Comando Vermelho) e VQQ (Vai-Quem-Quer), depois de morta você revelou sua cara: X-9 [informante da polícia]”

chefa dos traficantes operantes nestes bairros foi presa e o caso Ilda do Prado esquecido pela imprensa e autoridades regionais.

Mas efetivamente essa morte era inevitável? A resposta a essa pergunta parece ser sim. O assassinato de líderes comunitários semelhantes à Dona Ilda é rotineiro tanto nos bairros proletários da Baixada Fluminense quanto em favelas e conjuntos habitacionais cariocas, onde estes precisaram conformar as suas ações aos desejos dos “donos” do tráfico a partir da globalização do comércio de drogas e da transformação dos locais de moradia das classes subalternas em redutos de bandos de traficantes. O habitual nestes novos tempos é que a liderança comunitária submeta-se aos desejos de traficantes, ocorrendo os assassinatos de líderes comunitários principalmente quando estes cometem erros estratégicos como se aliarem a inimigos de traficantes momentaneamente fortes, servirem como olhos e ouvidos de policiais, recriminarem publicamente e sem justificativas o comportamento de bandidos, levarem adiante projetos comunitários sem aval do tráfico ou, no extremo, perceberem-se como detentores do controle da “comunidade”, ou seja, competirem pela liderança diretamente com os traficantes.

As atitudes de Dona Ilda caracterizaram-se exatamente pelo enfrentamento direto com o bando de traficantes que mais se destacava nessa extensa região e que se comportava de forma semelhante aos bandidos de qualquer favela baixadense ou carioca, espelhando-se a chefe nas ações de Fernandinho Beira-Mar, traficante ao bando do qual Merinália de Oliveira originariamente estaria ligada através de seu marido.

Em fim, o visível não conformismo de Ilda, o seu apego ao que julgava ser uma tradição local de pouca importância do tráfico de drogas e a sua crença de possuir corpo fechado⁹⁷

⁹⁷ Não é incomum o encontro de líderes populares baixadenses que se imaginam possuidores de um corpo fechado. Além de Dona Ilda, o vereador e os justiceiros entrevistados por mim para a confecção de um dos capítulos seguintes ostentavam esta qualidade. A tradição do corpo fechado ali parece ter se iniciado com

e por isso localizar-se acima da possibilidade de ataque direto, levaram-na a subestimar a força de sua oponente e representante de um novo tempo em que às desgraças diárias das quais ela defendia a sua “gente inocente” era preciso acrescentar o poder das pesadas armas possuídas pelos bandidos desejosos de incentivar o consumo das drogas e para os quais não existia nenhuma outra forma de lidar com a população a não ser através da violência mais explícita, inexistindo ali em Capivari e nos bairros vizinhos razões para que traficantes mantenham uma relação tolerável com as comunidades. Vencida pela nova realidade, Dona Ilda saiu de cena da única forma possível para alguém tão radical e levando consigo um estilo de liderança popular provavelmente incapaz de ser reproduzido na Baixada Fluminense.

2.5. “Isso não pode continuar terra de ninguém, sem lei”

Parece ser recorrente na literatura clássica acerca de cidadania no Brasil o entendimento de que neste país os direitos sociais em grande medida não foram conquistados pelos cidadãos, porém doados pelas mãos das elites. Mãos mesmas estas que também se esforçaram por manter as massas socialmente subalternas habitantes tanto das periferias das cidades quanto das áreas rurais do interior, distantes da idéia de reivindicação de direitos através de mobilizações⁹⁸.

Foram as ações estatais favoráveis à extensão dos direitos sociais inspiradas, então, no perigo das reclamações populares potencialmente revolucionárias, tornadas possíveis principalmente pelas grandes migrações campo-cidade que marcaram a história nacional imediatamente posterior ao início do processo de industrialização do país inaugurado com o advento

Tenório Cavalcanti, atingiu Joca e foi tema de dois filmes ambientados na região da Baixada Fluminense, a saber Amuleto de Ogum produzido em 1974 e dirigido por Nelson Pereira dos Santos e O Homem da Capa Preta, produzido em 1986 e dirigido por Sergio Rezende.

⁹⁸ Surge como exemplo de direito social doado, o início, precário, na década de 1920 do nosso sistema de previdência social. É curioso que a instituição da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários tenha se dado a partir da iniciativa dos patrões (cf. LUCA, Tânia Regina de. Direitos sociais no Brasil. In: PINSKY, Jayme; PINSKY, Carla Bassanezy. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 475.

da era Vargas em 1930 e acelerado ao longo da década de 1970, em plena época do “milagre econômico”, quando abundantemente os migrantes chegaram às periferias das principais cidades do sudeste brasileiro.

A solidificação dos direitos sociais “doados” por Vargas ao longo dos seus governos e quase unicamente representados pelos direitos trabalhistas e previdenciários permitiu aos agentes políticos oficiais sucessivos lidarem com uma cordialidade tornada estrutural e que parece ter possibilitado a criação da tradição brasileira de tutelarem-se quaisquer ações populares, parecendo ser natural em vários momentos de nossa história recente as interferências estatais em associações populares mesmo minúsculas como as organizações de moradores de favelas cariocas, algo testemunhado hoje pelos antigos líderes comunitários de favelas cariocas⁹⁹, onde acordos eram firmados entre o governo do antigo Distrito Federal e as associações de moradores das diversas favelas cariocas em que todas as diretorias deveriam servir como braços estatais dentro das “comunidades”, zelando pela observância de regras moralizantes, pela manutenção da paz, pela execução de serviços informais e principalmente pela diminuição do número de barracos e pelo impedimento do surgimento de novas construções precárias, acenando o governo em contrapartida com ações pouco importantes para os favelados, porém intervencionistas como a supervisão da utilização dos recursos recolhidos pelas associações de moradores ou o comprometimento de não derrubar barracos ou remover moradores sem comunicar antes aos líderes das associações, não podendo estes intervir, entretanto, de nenhuma forma nas decisões governamentais¹⁰⁰.

⁹⁹ Em favelas cariocas não são poucos os líderes comunitários atuantes na década de 1960 que lembram em seus depoimentos as preocupações governamentais com a organização das associações de moradores. Cf depoimentos de antigos moradores de favelas cariocas disponíveis em <<http://www.favelatmmemoria.com.br/>> .

¹⁰⁰ LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978. p. 248,249.

A tutela constituiu-se na forma mais branda de desmobilização popular, acima desta paira a repressão pura e simplesmente violenta experimentada por líderes favelados nos anos piores do regime de exceção inaugurado em 1964, quando a antiga idéia católica de chegar ao alto dos morros antes que de lá os comunistas descessem modificou-se devido à crença dos novos governantes de que qualquer manifestação cheirava a perigo institucional ou para o entendimento de que as organizações populares eram pontos de partida para a sovietação dos guetos populares.

De início a repressão estatal restringiu-se a normatizar ainda mais o estabelecimento de associações, por exemplo, proibindo a existência de mais de uma dessas organizações por favela e transformando os líderes favelados em agentes governamentais integralmente responsáveis pela ressurreição da tradicional política remocionista. Desnecessário é dizer que não todos os líderes favelados concordaram com as suas novas e destorcidas funções e, chamados de “subversivos”, foram vários desses homens presos e mortos pela repressão política do sistema.

Apesar das décadas posteriores à segunda guerra mundial serem consideradas por Norbert Bobbio como a “era dos direitos¹⁰¹”, não significou essa percepção de novos direitos sociais como básicos uma automática tomada de consciência da necessidade de extensão desses “direitos do Homem” para o conjunto da sociedade.

Quando o alvo das análises são as classes populares é bem mais difícil verificar como tais novidades jurídicas foram percebidas e ofertadas e o desrespeito aos diversos novos direitos elencados por Bobbio tornou-se regra mais evidente em momentos de crise como aqueles em que as periferias urbanas fugiram da invisibilidade pelo aumento físico de seu tamanho, quando camponeses inseridos no mundo capitalista à força passaram a reivindicar proprieda-

¹⁰¹ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

des privadas ou a manutenção das suas tradições, quando trabalhadores urbanos não se conformaram com os direitos parciais “doados” e a tutela do Estado ou mesmo quando estudantes ousaram reivindicar a possibilidade de discordar das idéias oficiais.

Mais do que revelar que a população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro percebe de forma assaz, precária os seus próprios direitos, a pesquisa levada adiante em 1996 por pesquisadores do CPDOC/FGV (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas) e do ISER (Institutos de Estudos da Religião)¹⁰² que apontou serem os direitos sociais conhecidos por cerca de 26% da população, quando cerca de 57% da população não conhecia nenhum dos seus direitos, sendo por isso o somatório de pessoas que conheciam os seus direitos políticos e civis 17%, a vitória dos direitos sociais como percebidos pela população confirma a solidificação dos direitos trabalhistas e previdenciários no Brasil. Questões relacionadas à saúde ou educação, por exemplo, não são lembradas de forma tão comumente quanto as férias ou o fundo de garantia por tempo de serviço. Longe de significar que saúde e educação não se constituem em demandas sociais, o esquecimento desses direitos revela a pouca convivência da população com a reivindicação desses direitos. A tutela estatal parece ter tido como resultados mais visíveis não exatamente a desmobilização política e a apatia, como pretendem vários analistas, porém a não percepção dos direitos diversos como coisas que devem ser reivindicadas, porém efetivados a partir da substituição do próprio Estado em atividades diversas relacionadas todas elas com a vida diária das classes subalternas.

A carreira comunitária de Dona Ilda espelha de forma exemplar essa convivência com uma cidadania partida em que mesmo na época atual, quando a liberdade de expressão é total e a manifestação de insatisfações não é algo perigoso - pelo menos quando o interlocutor é o

¹⁰² LEI, Justiça e Cidadania. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV/ISER, 1997. P. 10-16.

Estado - inexistem espaços para a revolta ou para a reivindicação como maneiras de resolução dos problemas mais perceptíveis agora devido a democratização do Brasil em 1985.

Reivindicar foi uma estratégia acessória das ações de Dona Ilda e visava essa estratégia tão somente “fazer o Capivari existir para quem não mora aqui e que nem sabe que aqui tem gente de carne e osso”. Ao longo de toda a sua carreira, importante de fato era para esta mulher sua luta quase solitária para organizar o espaço comunitário “abandonado pelo governo”. Fundamental em suas falas foi sempre a inocentização dos moradores do Capivari, vítimas do esquecimento. Essa inocentização pode ser a expressão máxima do seu assumido papel maternal, facilmente interpretado como assistencialista por qualquer estudioso de fenômenos sociais. Prefiro entendê-la de forma diversa dessas convencionais porque a sua personalidade era diversa de todas as que eu já conheci e torná-la exemplo de práticas políticas tão comuns na Baixada, porém sempre componentes das estratégias de quem deseja ocupar algum cargo público através da aprovação eleitoral soa bastante fora de lugar. Em lugar disso a vida comunitária de Dona Ilda, todas as suas ações, extravagantes ou normais, se assemelham a um grito desesperado e distorcido de seres tornados invisíveis não pelas ações, mas sim pela inércia de um Estado ineficaz em sua missão de, funcionando como árbitro, finalmente tornar menos desigual o conjunto da sociedade brasileira.

Explica a originalidade de Dona Ilda e de seu grupo de mulheres exatamente o isolamento ao qual foram os habitantes desse bairro sujeitos. Desconhecidos atores surgiram nesse mundo isolado e caótico. A providência inicial de tais personagens parece ter sido sempre transformar o espaço onde a desordem era a regra. Por isso criar leis próprias nunca pareceu uma usurpação na medida em que “a terra de ninguém” era a única de propriedade desses proletários que precisavam sobreviver apesar das inundações, dos “tarados”, mosquitos, falta de casa, documentos, emprego, escola, polícia, postos de saúde, ônibus. Intimidar-se frente a

alguém que comprou um terreno “há um tempão” e que agora vem reclamar a sua propriedade ou perante um secretário municipal que ameaça derrubar casas construídas de forma irregular, ou respeitar uma funcionária pública que tem a “coragem de maltratar uma grávida” parecerá - mesmo para nós que não moramos no Capivari - ilógico quando descobrimos que as leis de Dona Ilda - hábil em vender a imagem de justiceira implacável e possuidora de um corpo fechado - visavam somente inserir os seus “inocentes”, destacando-se dentre estes as crianças e mulheres, uma vez que “homem é mais violento e sabe se defender sozinho” em um mundo menos sombrio que o vivido todos os dias por estas mulheres e crianças que precisaram antes de Dona Ilda e das suas justiceiras “andar pelas rua vigiando o mato para escapar das tocaia”.

Se a posição do brasileiro frente ao Estado revelou para José Murilo de Carvalho o que ele denominou “estadania”, sendo isso uma relação onde o cidadão se entende como tal unicamente porque visualiza o Estado como algo de sua propriedade e, portanto, destinado a produzir o seu bem estar individual e não algo coletivo e que pressupõe o cumprimento de obrigações também por parte do cidadão¹⁰³, a visão microscópica da vida de Ilda e dos seus vizinhos revela-nos uma relação radicalmente diversa em que personagens ativos, apesar de invisíveis, reagem ao modelo geral não propondo algo novo, porém denunciando constantemente a marginalidade popular experimentada por aqueles que vivem nas periferias baixadenses produzindo caminhos próprios para o alcance de uma cidadania possível.

¹⁰³ CARVALHO, José Murilo de. 1987. **Os Bestializados**. São Paulo, Cia. das Letras. p. 42-65.

CAPÍTULO 3

O caso Antônio Souza Leite

Quando Mesquita era ainda um dos distritos de Nova Iguaçu, o abastecimento de água era um dos graves problemas que afetava principalmente os bairros periféricos dali. Para a população daqueles lugares era este somente mais um dos problemas inúmeros enfrentados em seu dia-a-dia e que, mesmo não sendo responsabilidade da prefeitura de Nova Iguaçu, era juntado pelos proletários a todos os outros vividos por aquele distrito vizinho da sede do município, cuja prefeitura era responsabilizada constantemente pela coleção de problemas presentes nos diversos bairros componentes do local.

Em geral os moradores dos antigos distritos iguaçuanos transformados em municípios a partir do início da década de 1990, como quase a totalidade de moradores de áreas periféricas iguaçuanas, possuíam opiniões muito negativas em relação às ações oficiais originárias de quaisquer instâncias governamentais, porém quando o assunto era a prefeitura tudo era vista como ainda pior, sendo opinião mais freqüente a de que Nova Iguaçu era demasiadamente grande e que suas lideranças políticas oficiais eram incapazes de visualizar os distritos porque sempre se originavam da cidade de Nova Iguaçu, ficando as lideranças políticas distritais afastadas do centro do poder e obrigadas a disputarem com os políticos do centro do município vagas na câmara de vereadores e “mendigarem” assessorias ou no máximo cargos de chefia em secretarias executivas municipais.

De fato os distritos eram atendidos de forma deficiente pelos governos iguaçuanos, restringindo-se os poucos vestígios de benfeitorias urbanas em seus territórios a pavimentação das ruas próximas da estação, ou seja, ao “centro” do distrito. A urbanização das cercanias das estações atraiu para tais áreas as lojas comerciais únicas do distrito e também as poucas agên-

cias de serviços públicos ou privados como correios, agência do sistema nacional de previdência social, delegacia policial, agências bancárias, etc.

Atribuía os habitantes destes distritos o “esquecimento” do qual eram vítimas ao fato de estarem os componentes da “elite” municipal muito longe dali e também por existirem nestes distritos unicamente “pobres, trabalhadores e paraíbas”, estes não eram importantes para terem “voz”, “influência política” e por isso não havia jeito de que as coisas melhorassem a não ser que “Nova Iguaçu deixasse de existir”.

Mesquita era somente um destes distritos. Não se notabilizava por ser tão industrializado, como Belford Roxo, e nem era preconceituado por ser uma roça e por estar muito distante da cidade de Nova Iguaçu, como Queimados e Japeri. Ao contrário disto, era o mais próximo, o mais populoso e o menor dos distritos.¹⁰⁴ Na verdade ali existiam unicamente bairros, todos eles proletários, e quase todos muito cheios de casas e, portanto, de gente. O maior destes bairros pobres era sem dúvida a Chatuba, onde o senhor Antônio Souza Leite presidia a associação de moradores.

Chatuba era um bairro absolutamente ordinário dentro da Baixada Fluminense. Sua população era predominantemente originária de outros estados brasileiros, ou vinha das favelas cariocas, habitava casas construídas pelos próprios moradores que eram em sua maior parte, operários da construção civil. No bairro não existiam ruas pavimentadas ou residências servidas por rede de esgotos. Valas negras e “valões” recebiam dejetos humanos provenientes das casas, sendo poucos os lotes vazios e existindo, ao contrário, em cada um destes, mais de uma residência. Presos ao passado, diversos moradores teimavam ainda em guardar a pouca

¹⁰⁴ A sede do município de Mesquita encontra-se a cerca de 5 quilômetros do centro da cidade de Nova Iguaçu. No ano 2000 moravam em Mesquita, 180 mil habitantes espremidos em 41,6 Km² que é a área do município segundo dados do IBGE.

água que chegava ao local em cisternas localizadas muito próximas de valas, valões e fossas sanitárias, ou pior, coletava água dos poços “furados” em seus quintais.

Apesar de sua não originalidade, Chatuba era conhecida pelos moradores de toda a Baixada Fluminense, fato que se devia principalmente aos inúmeros e constantes incidentes violentos ocorridos ali nos anos 1990, mas, segundo os moradores mais antigos a fama era injusta porque ao longo das décadas de 1970 e 1980 o lugar era muito mais violento. Expressão desta notoriedade negativa do bairro é a música composta pelo sambista popular Dicró em 1979. Nela este antigo morador do bairro da Chatuba refere-se ironicamente ao bairro como “cidade modelo” e lugar seguro onde os moradores não são perturbados por ninguém, daí o desejo do cantor de mudar-se para a Chatuba.

Ironias à parte, os números da violência na Chatuba efetivamente impressionam e provocaram ao longo do tempo a desconsideração deste lugar como um bairro. Para grande parte dos moradores de Mesquita é aquele local uma favela localizada não em seu território, mas sim em Nilópolis. O que corresponde à maneira mesquitense de livrar-se da vergonha de ter em seu território um bairro tão pobre e problemático aproveitando-se da proximidade da localidade com o município vizinho que é Nilópolis.¹⁰⁵

Este *status* tão negativo parece ter se originado das suas condições de ocupação. Os lotes da Chatuba surgiram como o resultado da falência de uma antiga fábrica de explosivos, e do parcelamento de algumas fazendas localizadas no sopé da serra de Madureira. No momento principal da ocupação (anos finais da década de 1950) o distrito de Mesquita experimentava uma acelerada ocupação urbana, consequência do fracasso da atividade citrícola e do processo de urbanização experimentado pela Baixada Fluminense desde, pelo menos, 1930. As áreas mais próximas das estações de trens de Mesquita foram ocupadas primeiramente pelos

¹⁰⁵ Um mapa do município de Mesquita pode ser encontrado no Anexo F: O município de Mesquita.

lotes proletários. Na medida em que essa ocupação efetivava-se, mais operários chegavam a Mesquita preenchendo sempre as áreas muito próximas das três estações ferroviárias do distrito e as margens da rodovia Presidente Dutra, ficando o bairro da Chatuba destinado à ocupação de operários mais recentemente vindos principalmente do Nordeste do Brasil ou de operários da construção civil que anteriormente residiam em favelas cariocas e que migraram para a Baixada a fim de se manterem distantes dos gastos com aluguéis.

Depoimentos como os seguintes pertencentes a antigos moradores do local testemunham a ocupação inicial daquele bairro proletário:

Cheguei em 1950 aqui. Tinha a fábrica de pólvora ainda e também muita laranja plantada ainda, mas tava tudo acabando. Tava começando a ter loteamento mesmo em tudo que era lugar daqui mesmo. Lá no centro morava um pessoal de dinheiro e um pessoal mais ou menos morava ali no Edson Passos. Aqui não morava quase ninguém. Era terreno tudo vazio, máquina abrindo mais lote e tudo enchia ainda por causa do rio [Sarapuí] e por causa da água da serra que descia com força. O problema é que tiraram as laranjeiras e daí a água descia mais forte e levava tudo [...] Eu vim de Minas, mas depois da gente veio gente mais do Norte [Nordeste] e muita gente lá de baixo [Rio de Janeiro], mais gente de favela lá de baixo. Muito neguinho que morava nas favela de lá e foi enchendo e fez daqui uma favela também [...] os pessoal de fora chama aqui de favela e tem razão mesmo. Tem muito neguinho aqui. Parece favela mesmo. Muito virou ladrão, traficante. Antigamente era mais ladrão de galinha, agora é tudo de tráfico e morre muito mesmo. Antigamente morria muito por causa de briga e coisa e tal. Agora morre mesmo por briga por causa de droga. Antes tinha um respeito por gente do bairro, agora não. Entra em festa tudo drogado, pede dinheiro, comida, às vezes assalta até velho igual a gente. Tá feia a coisa aqui!¹⁰⁶

Eu cheguei do Ceará em 1947 no Rio. Morei na Tijuca cinco anos com a família e comprei este lote aqui quando fiquei desempregado depois disso e com o dinheiro da indenização comprei o lote e construí eu mesmo enquanto me recuperava do acidente que tive na obra. Quando vim de vez era 1952. Criei praticamente todo mundo da família aqui e vi este lugar crescendo cada vez mais. No início não tinha quase nada não. Era bem roça mesmo, tranqüilo e depois foi enchendo de gente que vinha de tudo quanto é lugar mas o que mais tinha era gente do Norte mesmo: Ceará, Paraíba, Pernambuco. Veio muita gente de Minas também e depois foi chegando também muita gente aqui do Rio mesmo. Gente que não conseguia pagar aluguel ou que não queria mais morar nas favela e veio pra Baixada, mas não queria ir pra uns cantão igual Japeri, Queimados aí veio ficar aqui porque lá fora no centro não dava pra pobre. Aí aqui dava e aí veio muita gente morar aqui, terreno era baratinho. Não tinha nada ainda mesmo, mas era barato aí dava pra

¹⁰⁶ SILVA, João Breder da Silva. **Entrevista concedida** em 09 jul. 2005.

gente mais pobre ficar. Depois até que cresceu, mas não mudou muito de lá para cá não. Aqui tudo que é rua continua sem asfalto até hoje. Tem lugar que falta água. Tem pouco comércio. De violência eu até nem reclamo porque já foi pior e tem lugar que é bem pior que aqui. Só que aqui é assim: um lugar sem nada, brabo.¹⁰⁷

Pois foi exatamente neste bairro que em 1995 o senhor Antônio Souza Leite, ou “Seu Souza”, iniciou juntamente com a sua comunidade uma espécie de cruzada destinada a “levar água para a Chatuba.”.

Havia ele, nos anos finais da década de 1950, criado a associação de moradores da Chatuba e após muitas insistências e fracassos, contava como a sua maior vitória, ter conseguido fazer linhas de ônibus atenderem os moradores do bairro, debatia-se, porém, com todos os problemas próprios de um lugar de proletários na Baixada Fluminense, destacando-se dentre estes a inexistência de água canalizada nas casas das pessoas. Em algumas áreas dali até existiam os canos, no entanto a água não chegava e em vários outros pontos sequer existiam as tubulações.

A estratégia adotada pelo presidente da associação de moradores da Chatuba tanto na questão da circulação dos ônibus urbanos nas esburacadas e perigosas ruas do bairro, quanto nas tentativas de estender para todas as casas dali água potável, levou em consideração a possibilidade de atingir os “governos” do município de Nova Iguaçu e o governo do Estado através da reivindicação de “direitos detidos” por aquela população e ao mesmo tempo “desrespeitados pelo governo”. Não equivalem estas estratégias a uma constante na vida comunitária do senhor Antônio, que praticamente desde o momento em que o bairro da Chatuba foi se transformando em urbano, ou seja, desde que os primeiros migrantes começaram a chegar ali, passou a ser um líder comunitário sobretudo preocupado com a organização do novo espaço urbano.

¹⁰⁷ SANTOS, José de Lima. **Entrevista concedida** em 01 nov. 2005.

Na visão do senhor Antônio era “obrigação dos governos” garantirem condições mínimas de vida para “os pobres”, porém não existia “consciência” nos políticos e por isso a única forma de resolver um problema qualquer na Chatuba era através do uso da própria força física dos moradores, nas horas de folga de cada um. Assim, perdeu ele no tempo quando, mas sabe o senhor Antônio que desde muitos anos a rotina daquele lugar é “tudo ser feito pelo próprio morador mesmo”:

Hoje não dá para dizer que não temos rede de esgoto aqui. Devagarinho manilha foi sendo colocada aqui e ali nas vala e hoje boa parte daqui tem esgoto encanado em vez das valas negras de antigamente. Só que foi pouco o esgoto feito pela prefeitura de Nova Iguaçu. A gente mesmo é que foi cavando e colocando aqui e ali esgoto nas valas negras que a gente mesmo abriu há muito tempo atrás quando a gente chegou aqui [...] o negócio é que não dava mesmo pra ficar esperando boa vontade de político não. Conforme isso aqui ia tendo mais gente aparecia também mais problema pra resolver e mesmo eu achando sempre que o certo era reclamar, reivindicar nossos direito de cidadão, tinha muita coisa urgente e o jeito sempre foi cair dentro e fazer a gente mesmo tudo que era preciso.¹⁰⁸

Substituir os órgãos públicos não é para o senhor Antônio algo equivalente a exercer seus “direitos” ou “obrigações”. Talvez por ter na juventude este operário se envolvido em greves diversas e ter se engajado na luta contra a ditadura militar de 1964, militando durante vários anos no Partido Comunista Brasileiro (PCB), para este senhor de 80 anos radicalmente defensor de um “mundo social sem classes”, a Chatuba foi sempre a antítese da sociedade ideal que ele acredita ajudar a construir através da conscientização dos moradores de seu bairro.

Quanto à realidade violenta da Chatuba, o senhor Antônio preferiu sempre se manter distante de tentativas de resolver algo relacionado a isto. Pragmático, ele não nega o problema do bairro, mas considerou sempre que líderes comunitários não devem interferir em “caso de polícia”. Sobre tal assunto ele crê que o envolvimento da associação de moradores com com-

¹⁰⁸ LEITE, Antonio Souza. **Entrevistas concedidas em** 21 ago. 1995 / 27 maio 2005 / 07 set. 2005. (Todas as falas seguintes do senhor Antônio originaram-se destes documentos).

bate à violência resulta na morte do líder ou no alinhamento da associação a alguma das facções que brigam pelo controle do tráfico de drogas ou a algum grupo de extermínio. Ficar ao lado da polícia também não é uma opção porque um líder comunitário deve ser respeitado “até por bandido” e a ligação entre um desses líderes e a polícia resultaria no desaparecimento do respeito. Há uma outra razão também e talvez seja até a mais prática:

Polícia só vem aqui em caso de necessidade absoluta. Por exemplo, eles vêm quando morre alguém, quando tem uma briga muito feia entre bandido de grupos diferente, quando descobre que tem uns garotos novinhos aqui vendendo droga de um jeito bem escrachado, até botando banca na rua pros viciado. Aí eles vêm, derruba as banca e prende os moleque pra depois soltar e pegar dinheiro deles. Bandido de verdade eles só enfrenta de vez em quando e já chega matando. Se você chamar eles não vêm nunca. Já teve caso de uma casa tá sendo pra ser invadida e alguém daqui chamar a polícia e eles nem vim e a casa ser assaltada mesmo sem polícia nem vim.

Não há exatamente uma relação de conflito entre o senhor Antônio e a polícia, mas para ele a instituição ocupa o mesmo “saco” de todos os outros órgãos públicos todos eles omis-

sos:

[...] existe só para servir os grande. Os grande não mora aqui, não tem voz política. Ouvido de governo só ouve quem tem voz política, influência. A gente aqui não tem nada além de pobreza. A gente trabalhou a vida toda, fez a riqueza dos grande e ficou a vida toda esperando favor em vez de exigir direito nosso. Perdeu tempo e não tem direito de nada, nem de reclamar. Vive agora aqui tendo que beber água mineral se não quiser ficar doente, porque a água da Baixada que a CEDAE [Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro] manda tem dia que fede de tão suja e nem chega nas casa da maioria daqui.

Repetidamente no relato do senhor Antônio as suas disputas com a CEDAE ressurgem, denotando isto a importância dada por ele ao seu ato de procurar os jornais regionais baixadenses em 1995 a fim de comunicar que juntamente com alguns moradores de seu bairro, iniciaria a construção de uma represa na serra de Madureira a fim de abastecer a totalidade da “comunidade”. Alguns destes jornais publicaram naquela época uma “carta aberta” que o líder comunitário destinou ao presidente da CEDAE comunicando a ele a sua decisão de

[...] processar a referida empresa que há quatro anos recusa-se a abastecer de água o meu bairro alegando que o crescimento demográfico na área esgota todas as possibilidades de abastecimento. O seu antecessor na direção dessa empresa disse-me saber como resolver este problema, no entanto não faz isto devido ao fato de os moradores do bairro da Chatuba não possuírem nenhuma ‘influência política’.¹⁰⁹

Em certa medida os planos de construção do senhor Antônio expostos nos jornais regionais durante os momentos de conflito com a companhia de água e esgoto destinavam-se muito mais ao chamamento da atenção do público que efetivamente à pretensão de construir uma represa, muito embora em um dos trechos mais incisivos de sua carta se expressa assim:

[...] utilizando recursos e mão-de-obra unicamente da comunidade desse bairro, canalizar água de nascentes da Serra de Madureira, que abasteceriam uma represa que seria a responsável pelo abastecimento do bairro através dos canos da própria CEDAE, que enterrou os tubos no chão, mas nunca se preocupou em fazer a água chegar às casas. Na verdade em uma eleição os caminhões da CEDAE somente serviram para fazer a campanha política de alguns candidatos que saíram pelo bairro com os canos prometendo resolver nossos problemas de abastecimento.¹²⁶

A fúria da “comunidade” representada pelas palavras e atos do seu líder devia-se exatamente ao fato de algo tão essencial como a água canalizada não passar, na Chatuba, de “arma eleitoral dos governos”. A revolta, pelo menos publicamente, solitária do senhor Antônio ligava-se ao fato de em seu bairro obrigações públicas dos governantes serem consideradas favores dos membros de governos ou de “amigos” que é o título que antecede o nome dos políticos quando estes não estão ocupando cargos oficiais, mas articulam a sua ligação a alguma obra que acreditam auxiliá-los no trabalho de retorno ao poder.

Nem sempre a Chatuba chamou a atenção dos políticos. Ocorreu que na medida em que o “local crescia” - algo que equivale na Baixada Fluminense ao aumento populacional de um bairro - aproximaram-se os políticos “como urubu na carniça” e em 1995, durante a preparação para as eleições municipais daquela época, foram diversos os veículos da CEDAE que

¹⁰⁹ LEITE, Antônio Souza. Carta ao Sr. José Maurício Nolasco, presidente da CEDAE. **Correio de Marabombas**, 24 nov. 1995, p. 2.

circularam com políticos iguaçuanos em suas “caçambas juntamente com os canos e dizendo para a gente da comunidade que o voto neles ia fazer água chegar nas casa”. Na visão tanto do senhor Antônio, quanto de moradores da Chatuba que vivenciaram aquela experiência, “os políticos eram todos homens desonestos, sem vergonha, que usava a água pra chantagear todo mundo na Chatuba, só visando voto e o lado deles. Povo é nada pra essa cambada.”¹¹⁰

A animosidade aos políticos iguaçuanos e aos representantes do governo estadual perpassa quase a totalidade das lembranças do episódio capitaneado pelo líder comunitário em 1995, levando facilmente o observador a concluir que não se tratava ali, tão somente, da obediência à visão universalmente negativa acerca dos agentes políticos oficiais e das suas estratégias de cooptação popular, ou uma crítica à forma de um determinado agente governamental lidar com o público.

Talvez para os proletários da Chatuba o “abuso” provocador da revolta fosse capaz de fazer retornar à memória imediata as agruras dos anos iniciais de ocupação do bairro, e essa reorganização e mistura de memórias antigas e novas os fizessem enxergar o pequeno progresso experimentado pelo bairro em tantos anos.

Água era um problema fundamental no início dos anos 1950 e continuava sendo após cerca de meio século, fazendo parte das memórias de pelo menos três gerações residentes ali, as lembranças relacionadas ao “sofrimento que foi sempre aqui arranjar água para beber”.

De fato as dificuldades parecem ter mudado somente de tom ao longo das gerações sucessivas, lembrando o senhor Antônio que no início da década de 1950 ainda existiam mananciais de “água pura” próximos da serra e eram estes mananciais às vezes canalizados e sua água reservada em “manilhas de poço” que serviam a todo mundo, sendo o problema maior ir

¹¹⁰ MORAIS, Alan da Silva. **Entrevista concedida** em 30 ago. 2005.

até lá e pegar a água com vasilhames diversos. Trabalho destinado principalmente às mulheres e as crianças:

Naquela época água encanada era coisa de pouquinha gente na Baixada toda e quem morava aqui vinha mais do Nordeste que nem água tinha e não ia ficar reclamando de um lugar cheio de água só porque tinha que carregar lata d'água na cabeça. Quase não tinha gente aqui também e água não era problema.

Memória diversa desta têm aqueles que naquela época carregavam as “latas d'água na cabeça”, mesmo assim vêem eles aquele como um tempo melhor que os anos 1990:

Era muito sacrificado ir buscar água muito longe igual era. Lá em casa não era muito bom pra mim porque eu era um dos mais velho de uma família de quatro e era bagunceiro demais e daí nunca ficava tomando conta dos mais novo porque minha mãe não confiava e era eu e minha irmã que ia buscar a água lá em cima na mina. Ia com uns latão de vinte, uns latão de óleo e enchia um tambor que ficava ali na entrada da cozinha. A água de beber a gente botava ali no filtro e o resto do dia a gente brincava aí pra dentro que era tudo mato. Lembro que a gente pegava rã pra comer e sumia nesses mato brincando. Não tinha gente nem maldade igual hoje.¹¹¹

Na medida em que o processo de migração campo-cidade responsabilizava-se pelo “enchimento de gente na Chatuba”, as áreas dos mananciais foram ocupadas, desmatadas juntamente com as fraldas da serra de Madureira e as “minas minguraram até sumir”.

Paralelamente ao aparecimento dos “primeiros matadores” e a entrada da energia elétrica vieram os poços cavados no quintal e os novos tormentos das crianças dos anos 1960 e 1970 passaram a ser “tirar água do poço com a caçamba” e tomar cuidado para não brincar longe dos olhos das mães:

Na minha época [de criança] o que eu não gostava de fazer era ficar no poço pegando água. Eu enchia um monte de balde e carregava para uma manilha, porque o poço que o meu pai furou... dos dois poço que ele furou... o que ficava perto da casa tinha água salgada e o outro que tinha água doce era mais fundo e ficava lá no fundo do quintal [cerca de 40 metros da casa]. Aí eu pegava a água e trazia pra manilha porque do outro poço não dava nem pra lavar a roupa porque a água salgada não deixava fazer espuma na roupa e minha mãe lavava só com a água daquele poço lá de baixo. Esse poço daqui a

¹¹¹ RODRIGUES, Carlos da Silva. **Entrevista concedida** em 07 set. 2005.

gente só deixava os vizinho pegar água e usava também para tomar banho e lavar roupa quando faltava água naquele lá. Depois que entrou a luz, bem depois da luz, meu pai comprou uma bomba e botou uma caixa de 250 litros e enchia a caixa e encanou a água na casa, aí eu já tava mais grande e nem pegava mais água porque eu comecei a trabalhar cedo com o meu pai na obra.¹¹²

Nessa época dos poço era f... A gente tinha que ficar brincando perto de casa porque a mãe gritava toda hora pra gente vim encher balde d'água que tirava do poço. Se a gente saía pra muito longe apanhava porque ela gritava, a gente não ouvia e apanhava duas vezes porque quando meu pai chegava também dava porrada. Mas eles dois botava muito medo na gente porque naquela época tinha uns matador aí já e estuprador de vez em quando e eles dizia pra ficar só aqui perto mesmo e só era difícil mesmo na época das pipa, porque aí a gente ficava doido e corria mesmo aí pela vizinhança toda. Mas era bom. Depois de um tempo, lembrando, era divertido.¹¹³

Ao longo dos anos 1990 a impressão dos moradores não é a de que seus problemas diminuíram em relação ao fornecimento de água limpa, a idéia geral daqueles que viveram as épocas anteriores é a de que seus dissabores mudaram na forma de se apresentarem, mas não houve da parte destes moradores a crença de que passou tudo a ser substancialmente diverso do tempo passado. Na estrutura, o problema da água continuou a encabeçar a lista enorme de reclamações populares, provavelmente porque a falta do líquido nestes últimos anos não pode ser improvisada tal como foi no passado.

Os poços de água potável, com o aumento demográfico, passaram a ser uma fonte de contaminação, uma vez que não houve um sistema adequado de condução dos esgotos domésticos no bairro e o conteúdo das fossas e das valas negras utilizadas desde o início da ocupação, porém aumentadas na proporção em que o bairro crescia, passaram a misturar-se com a água dos poços, inviabilizando a construção de novas destas fontes de água que desde o início da ocupação proletária apresentavam já o inconveniente de conterem produto salobro em grande parte dos casos e por serem muito complicadas de se construir, sendo bastante frustrante furar um poço fundo e após isso encontrar uma água difícil de consumir:

¹¹² MARTINS, Sebastião. **Entrevista concedida** em 03 ago. 2005.

¹¹³ AZEVEDO, João da Silva. **Entrevista concedida** em 04 ago. 2005.

Furar poço sempre deu muito trabalho e era sempre uma surpresa. Às vez furava dez metros e aparecia água boa. Às vez furava quinze metros e só achava pedra. Tinha vez que a gente quebrava as pedra e continuava furando e dava uns vinte, vinte e cinco metro até achar água e as vezes essa água era salobra. Tão salobra que estragava as resistência do chuveiro rapidinho. Tinha umas que tinha que trocar as resistência toda a semana e aí haja dinheiro. Tinha vez que furava uns poço e não dava nada e aí o buraco ficava lá aberto às vez no meio do mato e caía animal e até criança dentro e era um deus nos acuda.¹¹⁴

Em resumo, a ausência da água fornecida pela CEDAE tornou-se algo crônico na Chatuba e por isso destacou-se do conjunto das carências urbanas do bairro, transformando-se em um ponto constante de atrito entre a comunidade e “o governo”.

Acompanhar a vida do senhor Antônio para além dos seus atritos com a CEDAE, ouvir as suas memórias do período de chegada dos proletários ao bairro da Chatuba e verificar como nasceu a sua liderança comunitária, muito provavelmente funcione como forma de detalhar as maneiras populares baixadenses tanto de substituir as ações estatais na época da colonização proletária quanto de visualizar as razões pelas quais o processo de emancipação do distrito alcançou sucesso.

3.1. “Poder popular” *versus* poder público

As lembranças mais antigas do senhor Antônio Souza Leite referentes a sua vida no bairro da Chatuba remontam ao ano de 1952, que foi exatamente quando ele chegou à Chatuba vindo de uma peregrinação por lugares diversos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Nascido na cidade de Rio Bonito, interior do estado, chegou ainda criança à capital federal e quando se casou, em 1945, foi morar primeiramente no centro da cidade do Rio de Janeiro, para logo em seguida, não suportando pagar aluguéis elevados na capital com o seu salário de escriturário da companhia de iluminação carioca (LIGHT), mudar-se para o município de Duque de Caxias. No início da década de 1950 foi atraído pelo pequeno valor dos lotes na Cha-

¹¹⁴ RODRIGUES, Carlos da Silva. **Entrevista concedida** em 07 set. 2005.

tuba e comprou dois terrenos contíguos que juntos possuíam 600 m² e onde construiu um pequeno quarto que serviu a ele de casa, mesmo enquanto não possuía ainda um banheiro, para fugir do aluguel em Duque de Caxias. Ali, aos poucos, sua casa foi construída por ele mesmo ao mesmo tempo em que assistia sua família crescer.

Logo de início seu espanto maior com o novo local de moradia deu-se devido tanto à pequena presença pública nos loteamentos recém ocupados quanto com a voracidade da ocupação proletária. Sendo depois de poucos anos proprietário de algo muito maior que as pequenas casas construídas em anos seguintes nos lotes dali, o senhor Antônio, parece ter assistido atônito à chegada dos proletários que, segundo o senhor Antonio, sendo tão diferentes entre si por originarem-se de regiões muito distantes umas das outras, se irmanaram na construção de suas casas. Seu susto parece dever-se também à qualidade social de seus novos vizinhos:

Não é que eu tivesse preconceito, mas eu era muito novo. Não tão novo assim, mas tava acostumado com outras pessoas. Eu tava vindo do Méier e era operário, só que não era ignorante e pensava com uma cabeça de uma sociedade diferente, só que eles que vieram eram muito desorganizados, eram tudo muito pobre. Eu era pobre, só que não era miserável e a gente que vinha era de outro tipo. Simples eu era, mas não era ignorante e eles era tudo muito ignorante, bruto. Vinha tudo da roça e nem pensava igual operário não.

Na visão de testemunha do senhor Antônio:

Eles era de lugar muito diferente um do outro. Tinha gente demais do Nordeste, Minas, Espírito Santo, das favela, daqui mesmo da Baixada. Depois que eu cheguei foi virando um caldo de gente cada um com uma forma de pensar diferente do outro. Cada um fazia uma coisa diferente pra viver, uns bebia demais e não gostava de trabalhar e muitos não tinha vontade de crescer. Não valorizava estudo, trabalho, vida de família. Acho assim que o que não tinha naquela época era uma cultura no lugar. Era cada um por si. Muito crente, católico beato, um montão de macumbeiro. Eles arranjava umas briga por qualquer coisa e ninguém se unia não. Era difícil. Tava todo mundo sem raiz. Ninguém gostava daqui. Uns queria voltar pra o lugar deles. Outros queria ir pra o Rio por causa da condução que aqui não tinha nenhuma. Era isso mesmo. Ninguém tinha raiz e era uma bagunça só.

A desordem descrita localizou-se nos anos 1960 e 1970 principalmente. Coincidindo estas décadas com aquelas em que mais migrantes encaminharam-se para o centro de Mesquita e também para a Chatuba e os bairros vizinhos a ela, Santa Terezinha e Edson Passos. As razões para a ocupação inicial dos proletários foram já expostas acima e o comentário seguinte do senhor Antônio complementa algumas de minhas informações anteriores:

Quem foi chegando primeiro foi comprando lote perto das estações de trem. Acho que tinha muita gente querendo os lote lá de fora e aí quando foi acabando em volta das estação o pessoal foi se chegando porque os lote de lá era mais caro e daí eles vinham pra cá porque não é muito longe do centro de Mesquita e tá perto tanto da estação de Edson Passos e da estação de Mesquita e os pessoal ia de a pé ou de bicicleta pra lá antigamente pra poder ir lá pra baixo. Eu mesmo fazia isso, saía daqui de bicicleta quando não tava chovendo, por que quando tava chovendo não dava por causa da lama, e deixava a bicicleta na estação. Tinha um lugar lá pra deixar [...] aqui encheu antes que Nova Iguaçu. Aqui em Mesquita já tinha muita gente e lá tinha laranjal ainda no centro. Aqui não. Aqui é mais perto do Rio e aí os peão preferia. O trem era muito cheio e custava, quebrava toda hora. Daqui ficava mais fácil e muito peão trabalhava em obra de empreitada e atraso nos trem fazia eles perder a obra. Aqui era mais fácil [...] naquela época todo mundo trabalhava lá embaixo. Hoje ta mais fácil. Tem muita gente que trabalha aqui perto mesmo e depois agora tem mais condução. Trem anda vazio.

Exatamente porque estes loteamentos novos não ofereciam infra-estrutura alguma, o senhor Antônio inscreveu-se em um programa de habitação ligado ao sindicato do qual fazia parte e em finais dos anos 1950 retornou para o município do Rio de Janeiro, indo residir no bairro da Penha.

Sua militância política e o seu envolvimento com lideranças sindicais fizeram com que ele fosse demitido da LIGHT logo após o golpe militar, em 1964. Tendo a sua casa invadida pela polícia política, perseguido, desapareceu de cena ao longo dos anos 1960 e, desempregado, sem ter como sustentar sua esposa e seus dois filhos, vendeu o apartamento do bairro da Penha e “fugiu” para a Chatuba em meados dos anos 1970.

Sua ausência da Chatuba devido ao desejo de fugir das dificuldades da moradia em um local tão distante e de precisar trabalhar no centro da capital federal não o afastou de forma

total do bairro, porém. Porque não vendeu sua propriedade de Mesquita, retornava lá frequentemente e tentava manter a associação de moradores que fundara ao longo dos anos 1950 funcionando mesmo durante os anos em que residiu no bairro da Penha. Pensa ele que a associação não atuou bem durante sua ausência e somente após a anistia, quando “parou de ter medo dos militares” fez a associação funcionar adequadamente.

Na medida em que as lembranças do senhor Antônio aproximam-se dos anos 1990 suas idéias acerca de seus novos vizinhos modificam-se substancialmente. O desenraizamento desapontador percebido por ele nos tempos iniciais da ocupação proletária vai sendo substituído pela certeza da formação em seu bairro do que ele chamou de “espírito comunitário”:

Olha, eu senti que as coisas daqui podia melhorar só lá pra oitenta e tal. Naquela época já tinha parado aquele entra e sai de gente daqui. Continuou chegando gente, mas foi diminuindo. O povo daqui mesmo é que foi casando os filho e muitos deles foram saindo porque melhorava de vida e saía, mas uma parte muito grande foi ficando por aqui mesmo e tendo filho e aí foi mudando devagarinho mas foi mudando e o povo foi ficando mais unido. Parece que foi ganhando espírito comunitário e percebendo que a gente aqui era tratado pior que bicho porque era largado no meio da merda pelos político e não reagia. Não reagia porque tão preocupado em brigar que não dava mesmo pra reagir. A gente aqui perdeu muito tempo precioso sem se unir e eles aproveitou muito isso pra sacanear a gente. Agora eles têm consciência e fica mais difícil manipular. Isso eu to falando daqui de perto, porque a Chatuba é grande demais e os lugar mais lá pra dentro acho que não tem muita gente com consciência não.

Forjou-se a “consciência” dos moradores da Chatuba exatamente na “luta” que se constituiu a fixação destas pessoas em seus respectivos lotes. O processo de enraizamento levou um tempo considerável principalmente porque as condições econômicas daqueles que foram morar na Chatuba eram tão débeis que eles a muito custo estruturaram suas casas, as suas novas vidas e somente depois disto mostraram-se receptivos às preocupações com o preenchimento dos espaços deixados vazios pelos órgãos estatais “desde sempre” pouco preocupados em estender para o bairro carente os equipamentos urbanos já presentes no centro do distrito ou em bairros próximos das estações ferroviárias ou da Via Dutra.

As opiniões do senhor Antônio acerca dos moradores da Chatuba posteriores a ele vão se amenizando porém continuam revelando que este antigo líder comunitário atuante desde épocas em que não havia o que ele chama de “onda de serviço comunitário” na Baixada Fluminense considera-se parte do pequeno grupo de pioneiros dali e ufana-se tanto de não ter exatamente a mesma origem social que a multidão que encheu o lugar depois da década de 1950, quanto de não ser parte dos líderes comunitários que fundam serviços sociais ou que se aproximam dos políticos, até mesmo candidatando-se.

Apesar ou talvez exatamente devido a sua militância comunista, o senhor Antônio raciocina que a gente da Chatuba “precisava ter alguma coisa de sua”, ser proprietária e experimentar “as dificuldades de comprar um lote e construir nele” para poder tomar consciência da exploração e “começar a lutar”:

A gente aqui ficou atrás dos outro lugar por isso. Eles custaram a ver que era explorado. Você pode andar aí e perguntar que vai ver que eles antes de chegar aqui nunca tinha tido nada. Morava na roça, de meeiro ou terceiro, ou trabalhava de bóia fria ou vinha de invasão em favela lá de baixo e comprou o lote aqui, só que custou pra ver que tinha uma vida nova esperando ele. Custou pra ele ver que era proprietário agora e que não era só da casa, da rua também porque aqui a gente não era dono só do terreno. A gente tinha que fazer as coisa da rua também se não virava uma bagunça. Deu muita briga, até morte até eles acostumar com a realidade nova.

A despeito de seus orgulhos, os contatos entre este líder e os novos moradores remontam a própria época de chegada dele e de sua família ao grande bairro, quando pomares de laranjeiras tentavam resistir ao avanço definitivo dos loteamentos. Na medida em que os lotes eram comprados e as casas proletárias surgiam, juntamente com elas nasciam os espaços públicos. De início não havia para os recém-vindos a noção de um espaço que deveria ser compartilhado por todos e considera-se o senhor Antônio, juntamente com os outros antigos moradores do lugar, direto responsável pelo aprendizado que os novatos precisavam absorver:

Como eles vinha de uma vida em que eles podia fazer tudo sem se importar com os outros, chegava aqui querendo fazer tudo também. Pra você ter uma idéia eles nem fazia banheiro em casa. Os meninos e até adulto fazia tudo no mato do quintal e outros no máximo fazia uma privada fora da casa ou fazia no penico e jogava no quintal ou no lote vazio do lado da casa porque naquela época era fácil ter muito terreno vazio na rua e tudo que não prestava era jogado no quintal vazio do lado. Depois passou a ter muitos que fazia banheiro dentro de casa e que abria uma vala que ia da saída do banheiro até a rua e jogava a sujeira no meio da rua às vezes na frente da casa dos outros. Tinha uns mais cara-de-pau ainda que fazia a vala saindo no quintal do vizinho. Era isso que dava muito problema Não dava pra ser daquele jeito não. Eu mesmo passei a mostrar que ser pobre não é ser sujo não. Comecei a aproveitar hora de folga e fui abrindo valas maiores na rua e terminando as vala dos quintais e fazendo elas ir até a vala maior que eu tinha aberto. Também falava que vala no meio do quintal onde gente pisa, criança brinca é mais perigoso. Era melhor fazer num canto do quintal e cobrir com tábuas ou outra coisa porque senão acabava virando tudo uma vala só.

Depreende-se do que fala o senhor Antônio que sua liderança tenha nascido exatamente ali e no convívio constante entre ele e seus novos vizinhos. Com o passar do tempo, a aprendizagem que partia de alguém mais regular, possuidor de uma boa casa, de um emprego e de uma família estável transformou-se de forma autônoma em respeito e depois em liderança comunitária. Talvez o pragmatismo deste líder, sua ojeriza aos outros líderes “interesseiros” ou “políticos” de Mesquita e a sua dificuldade em determinar o início de sua liderança seja fruto da voluntariedade inicial:

O pessoal mais novo me respeitava. Eu tinha mais idéias e era mais corajoso. Ia pra rua e ficava no sol arrumando as coisa errada da rua. Abria vala, capinava, arrumava lugar pra gente jogar o lixo. Tinha que ser um lugar longe porque a gente tinha que queimar de vez em quando os lixo por causa dos rato, mosca. Também batia o mato dos lote vazio. Matava cobra. Aí quando foi aumentando o lugar eu continuei sendo respeitado e muito conhecido. Só que eu só fazia coisa aqui mesmo, não era esse negócio de ficar chamando gente de fora pra ajudar. Por que eu acho que se chamar gente de fora e querer ter influência você não tem mais o respeito dos outro. Por isso eu ajudava a fazer isso virar um lugar de gente, só que nunca fui atrás de político. Eles é que vieram atrás de mim.

A improvisação dos equipamentos urbanos, exemplificada pela construção das valas negras como uma alternativa ao esgotamento sanitário do bairro, facilmente poderia ser substituída por exemplos de improvisações maiores levadas adiante pelo senhor Antônio e por seus vizinhos nas décadas seguintes aos anos 1950. Desde a furação coletiva de poços e a or-

ganização da distribuição da água daqueles que não eram salobros, até a colocação de lâmpadas em postes após a chegada da energia elétrica ao bairro durante os anos 1970, tudo foi construído pelos próprios moradores sempre chefiados por alguém respeitado como o senhor Antônio. Presença pública:

[...] só em época de eleição, aí aparecia vereador pra jogar barro nas rua, máquina pra tirar mato e lama e um monte de promessa de candidato de olho nos voto desse mundo de gente. Fora disso nem uma passagem pra dizer ‘oi, trouxas’. Passaram muitos anos, mais de vinte sem ter um posto de saúde, um carrinho de polícia passando de vez em quando, uma gota de água, uma manilhinha de esgoto. Os cano da adutora da CEDAE passaram aqui em Mesquita e aqui tudo seco pegando água dos poço contaminado de esgoto e criança e mais criança morrendo de diarreia e desidratação por causa da água de poço suja. É por isso que eu digo que lugar de pobre não tem poder público não. Tem poder popular. Quem faz tudo é a gente e eles vem aqui alisar o barro e botar uma faixa fazendo de conta que a gente ta agradecendo eles. O máximo que a gente ta fazendo é mandando eles tomar no ...

Muito provavelmente o senhor Antônio expresse a idéia de que em seu bairro não há poder público e sim “poder popular” devido às lembranças dos anos iniciais de ocupação proletária da Chatuba quando a construção dos mecanismos mínimos de sobrevivência coletiva em um meio urbano exigiu empenho extremo dos moradores e a certeza de que “confiar em político e esperar algo de governo é perda de tempo”.

Em 1995 quando enviou a carta que endereçou ao presidente da CEDAE a alguns jornais da Baixada identificando-se como presidente da associação de moradores da Chatuba e finalmente apresentando sua revolta, o líder deixava bastante claro seu desprezo para com quaisquer instâncias do poder público e enfatizava sua certeza de que o Estado tal como se organizava naquele momento jamais poderia privilegiar o bem estar de pessoas pobres e moradoras de uma “periferia tão distante como a Chatuba”:

[...] basta você ver, a água passa aqui perto e segue pra abastecer o Rio e a gente até hoje tem que se contentar com dois dias de água na semana. Aí eu te pergunto: lá na Barra da Tijuca alguém ia ficar quieto se um supervisor da CEDAE chegasse e dissesse que ia ter água só dois dias da semana e que o resto do tempo a gente tem que se contentar com a água das cisterna aqueles que tem e pronto? Aí eu te falo: que diferença a gente aqui tem pra quem

mora na Barra ou na Zona Sul? A gente aqui é pobre, preto e fez tanta coisa que os governo não fizeram há cinquentas anos atrás que agora a gente é obrigado a ficar sem água, a não ter piscina pros rico poder gozar a vida. E o filho da puta vem falar pra mim que a gente não tem influência política. A gente não tem é dinheiro e só pode comer do que cai da mesa de rico. Entra governo e sai governo. Vem Baixada Viva e isso e aquilo e continua a mesma sem-vergonhice [...] é só falar que é político que eu tô longe. Eles é que são os verdadeiro bandidos. Fica falando que aqui tem bandido e coisa e tal. Tem uns pé de chinelo que tão nisso por falta de oportunidade. Eles rouba e mata a gente com doença e ainda vem pedir mais voto e vem falar que a gente tem que agradecer a eles.

A complexidade das relações sociais para o senhor Antônio desmistifica-se facilmente em um lugar como a Baixada Fluminense. Entendedor de que “o Brasil é um lugar muito injusto”, constitui-se em uma crença sua a certeza de que “não haveria riqueza no Brasil se não fosse os pobres” e a situação de miséria do seu lugar somente pode ser entendida como algo proposital:

Você acha que isso aqui é acidente? A gente não foi colocado aqui e isolado do resto do mundo à toa. Não foi não. Você vê notícia nossa em jornal tipo O Globo, Jornal do Brasil? Garanto que não. Você só vê notícia daqui em jornal daqui mesmo ou jornal tipo O Dia, O povo, A Notícia. E sai só umas coisa, a maior parte ninguém fica sabendo. Só a gente aqui mesmo sabe. Ninguém sabe como faz política aqui. Eles só fica sabendo coisa igual assassinato de político e depois todo mundo esquece porque todo mundo acha que aqui é um banguê-banguê mesmo. Agora você vai dizer que Baixada e favela não é igual aquilo que tinha na África do Sul... quando os negros não podiam viver no mesmo lado da cidade que os brancos... apartheid. A gente fica aqui sem direito a nada e eles que representa quem tem dinheiro e ganha eleição com o voto desse monte de bobo em troca de tijolo, ligação de trompa e mais outras coisas bobas... porque rico não elege ninguém não, é gente igual esses que você viu que elege eles...a gente aqui elege eles pra representar rico e manter a gente na ignorância e sem direito [...] depois vem falar que democracia é importante. Você acha? Nos governo militares a diferença é que os militares fazia tudo à força e agora é tudo no voto, mas é a mesma enganação de sempre.

Talvez uma opinião tão negativa acerca de governos, Estado e agentes públicos oficiais tenha inspirado o líder comunitário a não apoiar as várias campanhas de emancipação política que ocorreram em Mesquita.

Apesar de ser sua opinião que a prefeitura de Nova Iguaçu era incompetente para administrar qualquer um de seus distritos, não pareceu a ele que se separar de Nova Iguaçu fosse

solução. Para ele a emancipação seria unicamente a oportunidade para os “espertalhões políticos” existentes “às pencas” em Mesquita “se darem bem dando um jeito de roubar mais e botar todos os seus parentes e cabos eleitorais na prefeitura e na câmara de vereadores”:

Eu pensava que ia acontecer isso que tá acontecendo aí agora. Um monte de gente que fala que ajuda o povo, que é líder de comunidade em Mesquita ia virar vereador porque apóia o prefeito e ia colocar seus parente e amigo e ia exigir até parte do salário dos assessores e a câmara não cassou um bandido deste mesmo tendo gravação¹¹⁵. Aquilo lá é um covil. Não vou dizer que é todos eles que não presta, mas muito só ta lá pra se arranjar e foi por isso que eles apoiaram a emancipação. Agora me fala. Do que adiantou emancipar? A gente agora tem um gasto muito maior com prefeitura e secretaria e funcionário. Se tivesse tudo unido ainda, mas tivesse gente que prestasse na frente do governo de um município grande igual era Nova Iguaçu, com muita fábrica e muito comércio, mas com um governo só acho que era melhor. Agora tem um governo melhor aqui, mas é agora. Antes era muito ruim. Ser pequeno não é garantia nenhuma não. Mesquita só tem gente. Tem um comércio pequeno e quase não tem fábrica. De verdade eu não acho que merece ser município não.

A opinião do senhor Antônio sobre a emancipação é minoritária, apesar de representar adequadamente um dos lados da questão, sendo os outros ocupados por aqueles que o líder chama de “políticos espertalhões”, ou seja, diversos políticos que ocupavam a câmara de vereadores de Nova Iguaçu ou mesmo secretarias na prefeitura daquele município e percebiam na emancipação a possibilidade de diminuir a competição eleitoral e ao mesmo tempo aumentar as possibilidades de construir novas máquinas políticas devido exatamente ao fato insistentemente lembrado pelo senhor Antônio como o pior da emancipação, ou seja, a necessidade de montar em um novo município prefeitura, câmara e diversos outros órgãos possibilitadores

¹¹⁵ O senhor Antônio refere-se em sua fala ao seguinte caso ocorrido em Mesquita e anunciado pelo jornal O Dia:

VEREADOR QUE TAXAVA ASSESSOR É AFASTADO. A Câmara Municipal de Mesquita afastou o vereador Ricardo Fried (PMDB), investigado pelo Ministério Público por receber salário do assessor legislativo Cristóvão Reis, como mostra gravação de vídeo. A decisão foi do presidente da Casa, David Luz (PSC), que considerou a denúncia “gravíssima”. Uma comissão de investigação tem 90 dias para definir se Fried será cassado. Carlos Elias Freitas, o Pé de Bleck (PMDB), assumiu provisoriamente. O assessor Cristóvão Reis gravou fita em que o vereador recebe o cartão do banco e a senha do assessor para sacar dinheiro. Na denúncia encaminhada ao Ministério Público, Cristóvão conta que era obrigado a entregar parte do salário - de R\$ 415,00 - a Ricardo Fried. **O Dia**, 6 abr. 2005, p. 15.

O resultado das investigações foi a manutenção do mandato do vereador porque os seus pares não conseguiram ver nas filmagens uma prova forte o suficiente que justificasse o seu afastamento. **Jornal de Hoje**, 27 jul. 2005, p. 05.

da “manutenção da robalheira”, às custas daqueles que ele chama de “bobos”, ou seja, quem acreditou de forma ingênua que um município “seria para eles” e não para “os políticos” e que se inspiravam no exemplo do distrito vizinho de Belford Roxo que no início dos anos 1990 ganhou a emancipação e experimentou mudanças visíveis, por aqueles, que semelhantemente a ele, percebiam no processo emancipacionista unicamente uma maneira de “melhorar a vida dos políticos”, que poderiam se inspirar na emancipação dos distritos iguaçuanos de Japeri e Queimados que apesar de terem se tornado politicamente independentes ocupavam posições muito fracas no cenário econômico do estado do Rio de Janeiro, dependendo totalmente da cidade de Nova Iguaçu e do município do Rio de Janeiro para sobreviver e finalmente aqueles para os quais a emancipação era algo absolutamente indiferente.

Neste ponto creio ser necessário verificar mais detalhadamente as relações entre as idéias expressas pelo líder comunitário e o processo emancipacionista de Mesquita. Porém detalhar estas relações sem conhecer a história do processo de surgimento de novos municípios no Brasil da década de 1990, talvez seja algo imprudente, por isso abandono por ora a exposição das memórias do senhor Antônio e explico de forma rápida e despretensiosa como e por que entre 1988 e 2001, um mil e quinhentos e setenta distritos, Brasil afora, se transformaram em municípios. Aviso que minhas reflexões visam unicamente criar as bases para que as idéias tanto do senhor Antônio quanto dos demais mesquitenses sejam contextualizadas.

3.2. A criação do município de Mesquita

Em 1952, Mesquita passou a ser o quinto distrito do município de Nova Iguaçu. Apenas cinco anos após este momento surgiram as primeiras idéias de emancipação do lugar. Muito provavelmente naquela época a elite do distrito inspirava-se nos recém criados municípios de Nilópolis, Duque de Caxias e São João de Meriti, que se tornaram cidades entre os anos de 1943 e 1947. Porém essa tentativa inicial não seguiu avante, lembrando-se dela uni-

camente alguns antigos moradores. Somente em 1987 realizou-se o primeiro dos três plebiscitos que tentaram alcançar o *quorum* mínimo para a obtenção da emancipação. Os outros dois ocorreram em 1995 e 1997.

A marca principal destas consultas populares foi - apesar da mobilização política levada adiante por alguns líderes comunitários, vereadores iguaçuanos moradores do distrito, deputados estaduais, comerciantes, etc., fundadores de duas frentes pró-emancipação - a marca principal das consultas populares foi o desinteresse, não alcançando nenhuma das três consultas à população do distrito a quantidade mínima dos votos “sim” necessários à independência distrital. Segundo diversos dos membros das frentes emancipacionistas, as autoridades políticas iguaçuanas foram as responsáveis únicas pelos fracassos sucessivos na medida em que se repetiu em Mesquita, algo também presente nos processos emancipacionistas de outros distritos iguaçuanos: a “prefeitura iguaçuana”, contrária ao processo de esfacelamento municipal interferiu ali através de manobras emergenciais como a expansão dos limites do distrito para regiões muito próximas da sede, fato que prejudicava a emancipação porque os moradores destas áreas percebiam que pertencer a um novo município seria prejudicial a eles, optando pelo “não” ou pela abstenção, também a prefeitura promovia a transferência maciça de eleitores moradores da sede ou de outros distritos para aquele que desejava emancipar-se a fim de impossibilitar o alcance do *quorum* mínimo exigido por lei. Aliás, foi exatamente alegando irregularidades semelhantes a estas que o Comitê Pró-Emancipação de Mesquita conseguiu fazer com que o Supremo Tribunal Federal se decidisse pela emancipação do distrito que foi instalado em setembro de 1999.¹¹⁶

Mesquita foi o último distrito a transformar-se em município no estado do Rio de Janeiro e também foi um dos últimos em todo o Brasil a conquistar a autonomia que entre o ano

¹¹⁶ **Jornal de Hoje**, 25 set. 1999, p.1-5.

de 1988 e 1996 era conseguida com bastante facilidade principalmente porque a última constituição brasileira liberalizou em demasia a abertura de processos destinados a criação de municípios ao transformar de forma mais acabada estas unidades administrativas em entes autônomos da federação¹¹⁷ e ao transferir a questão da regulamentação final da repartição municipal aos legisladores estaduais, responsáveis a partir daí pela criação das regras para a realização dos plebiscitos emancipacionistas, significando isto na prática o surgimento de legislações diversas e quase todas elas destinadas a facilitar as independências distritais. Somente no ano de 1996 uma emenda constitucional instituiu normas mais restritivas, exigindo, por exemplo, que os plebiscitos somente se realizassem após um estudo da viabilidade econômica do potencial novo município e sendo ouvida toda a população residente nos locais envolvidos no processo emancipacionista.¹¹⁸ Estas duas novas exigências foram capazes de frear a disseminação de municípios que marcou os anos 1990, encerrando o processo disseminado de formação de novas municipalidades.

Estudiosos do fenômeno de criação de municípios no Brasil observam que tais episódios deram-se principalmente em épocas de maior abertura ou mudanças políticas radicais, evidenciando-se como épocas de emancipações municipais da nossa história o final do pri-

¹¹⁷ “O contexto político pós - militar, propiciando uma redistribuição de poder, notadamente a partir de 1985, favoreceu um novo processo de criação de novos municípios, acentuado com o reforço da Constituição de 1988, que deu base legal a esse movimento. Diz o seu artigo primeiro: “[...] A República Federativa do Brasil [é] formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal [...]”¹¹⁷, ou seja, os municípios passam a ser membros da federação, com responsabilidades e deveres, mas também beneficiários de direitos e status de poder. O reconhecimento do município como unidade político - administrativa autônoma é, portanto, recente; sua inclusão como membro efetivo da federação em nosso país, ao lado dos estados e territórios, data da constituição de 1988.” SILVA, Maria Fátima Souza. *Memória, identidade e poder em disputa: Tentativas de emancipação do município de Mesquita/ RJ - Baixada Fluminense*.

¹¹⁸ A partir da emenda constitucional n.º 15, editada em 12 de dezembro de 1996, o surto de emancipações foi novamente estancado, impingindo medidas bastantes limitadoras ao desmembramento de municípios, tais como:

definir o período para que se inicie o processo de emancipação de um município;
 definir os critérios para a elaboração e divulgação de um “Estudo de Viabilidade Municipal”, que será requisito para a autorização de um plebiscito;
 que a consulta plebiscitária deverá envolver as populações dos municípios envolvidos no processo

meiro reinado, os momentos seguintes à proclamação da república, o início dos anos Vargas, o final da ditadura do estado novo e os anos seguintes ao final da última ditadura militar.¹¹⁹

Mas pensando mais especificamente, quais motivos levaram tantas regiões a desejarem autonomia político-administrativa ao longo dos últimos anos? A verificação do conjunto de emancipações no Brasil conduz-nos a encontrar razões diversas, sobressaindo-se dentre estas o descaso das autoridades da sede para com as populações dos distritos, o surgimento de atividades econômicas transformadoras do distrito em mais importante que o conjunto do município-mãe, a estagnação econômica que faz as autoridades municipais abandonarem um distrito, a distância muito grande entre uma região e a sua sede e, finalmente, o desejo de elites locais de sobreviverem politicamente através da construção de novos organismos estatais.

Sustentando as aspirações da elite política distrital, geralmente elementos deflagradores do processo emancipacionista, esteve em todos os casos a política fiscal implementada a partir dos anos 1970 e consolidada nos anos posteriores à redemocratização do Brasil, sendo o FPM (Fundo de Participação dos Municípios)¹²⁰ o principal motivador fiscal das emancipações.

Formado por uma parcela dos impostos federais, os recursos disponíveis para a composição deste fundo foi enriquecido, aumentando consideravelmente entre 1975 e 1993. De

¹¹⁹ NORONHA, Rudolf de. **Movimentos de Emancipação Municipal no Estado do Rio de Janeiro a partir de 1985**. Monografia, Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993, p.19.

¹²⁰ A história do FPM começa nos anos de 1940. A Constituição de 1946, no § 4º art. 15, determinou a transferência, “em partes iguais” aos municípios do interior, de 10% da arrecadação do Imposto de Renda. A Emenda Constitucional n. 5 de 1961 ampliou a participação dos municípios nesse imposto para 15% e incrementou o fundo com 10% da receita sobre o imposto de “consumo de mercadorias”. O regime militar, por meio da Emenda Constitucional n. 18 de 1965, instituiu uma nova ordem tributária que criou o FPM, diminuindo a participação dos municípios para 10% do IR e do IPI, além de determinar a forma de aplicação da maior parte desses recursos. Em 1969, por meio da Constituição imposta pela junta militar, o FPM foi reduzido para 5% do IR e IPI. A partir de meados da década de 1970, a participação do FPM sobre esses tributos foi sendo paulatinamente aumentada, até atingir 22,5% em 1993, conforme norma estabelecida pela Constituição de 1988 (BARRETO, Carlos Eduardo (org.). **Constituições do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1971 / BRASIL. Senado Federal (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.)

seu total, 10% são destinados às capitais dos Estados, 3,6% formam um fundo adicional para os municípios do interior com grande população (mais de 156.216 habitantes) e o restante, 86,4%, é destinado a todos os municípios do interior.¹²¹

Independente da motivação porque a população distrital desejava tornar-se político-administrativamente livre, não é difícil concluir que a região transformada em município mesmo quando não possuidora de mínima estrutura econômica própria, sobreviveria principalmente devido ao FPM, sendo os impostos próprios do município incapazes em grande parte das vezes de garantir até os vencimentos dos funcionários públicos.¹²²

Atentando para o caso fluminense, entre 1985 e 1999 foram 28 os distritos que se tornaram independentes¹²³, salientando-se como motivo para os processos emancipacionistas deste estado a estagnação econômica de alguns municípios que passaram a privilegiar, na decadência, unicamente as áreas pertencentes às sedes ou, ao contrário, o destaque que algumas regiões obtiveram, desenvolvendo-se elas muito mais que as sedes ou os outros distritos municipais¹²⁴. Porém os principais e mais densamente povoados municípios surgidos após 1988 localizavam-se na região da Baixada Fluminense e os motivos para as suas elites políticas terem desejado a emancipação não diferiram dos motivos de várias dessas elites municipais espalhadas pelo estado e mesmo de outras regiões do país, ou seja, por via de regra, as elites

¹²¹ Essa divisão do FPM é determinada pela Lei federal 5.172 (25/10/1966) e pelo Decreto Lei 1.881 (27/08/1981).

¹²² A receita tributária própria é incapaz de sustentar sequer os cargos políticos gerados pela emancipação (prefeitos, vereadores, secretários municipais). Além disso, em geral, a atividade econômica nesses municípios é incipiente e sem fontes geradoras de impostos, tornando inexpressiva a participação direta nos tributos estaduais e federais. Em resumo, menos de 10% dos municípios emancipados recentemente são capazes de sobreviver com as suas próprias receitas, sendo o FPM a garantia de sobrevivência da maior parte das unidades emancipadas. (GOMES, Gustavo Maia & MacDOWELL, Maria Cristina. **Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios**. Brasília: IPEA, [200-].

¹²³ BREMAEKER, François E. J. Os novos municípios brasileiros instalados entre 1980 e 1990. Rio de Janeiro: Ibm. p. 05.

¹²⁴ NORONHA, Rudolf. Emancipações municipais: como ficam os municípios de origem. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 214, p. 67-80, abr./dez. 1995.
NORONHA, Rudolf. Criação de novos municípios: o processo ameaçado. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 219, p. 110-117, abr./dez. 1996.

desejam a criação do novo município com a finalidade de “ganhar mais ar” e “explorar mais o povo”, conforme relatou o senhor Antônio. Quanto ao “povo”, suas razões na Baixada Fluminense pareceram passar longe da ingenuidade julgada pelo senhor Antônio:

Nosso povo é muito imaturo ainda. Vai atrás de qualquer conversa fiada. Não presta atenção no papo furado de político que só pensa em ganhar mais ar criando cidade em lugar que não tem fábrica mais e que tem só duas lojas boas e três bancos igual aqui. Político pensa só em explorar mais o povo e emancipação serve pra isso. Povo é ingênuo. Falta educação aqui. Isso preocupa só a gente. Quem manda no Estado não tá preocupado com isso não. Que se dane o povo. Se educar vai ser mais difícil explorar mesmo. Melhor ficar assim e servir pra enriquecer eles.

Respondendo ao longo do ano de 2005 a pergunta “*Qual a razão para você ter votado sim no plebiscito emancipacionista do seu município?*” os moradores de todos os municípios surgidos após 1988¹²⁵ alegaram principalmente que a sua escolha afirmativa deveu-se ao pequeno número de obras realizadas pelos antigos governos em suas regiões (85%) e secundariamente que fizeram isto para poderem ter um acesso mais facilitado aos seus representantes que passariam a ser elementos da própria comunidade e poderiam ser cobrados mais facilmente (10%), surgindo em terceiro lugar - com respostas dadas preponderantemente nos distritos de Queimados e Japeri - a grande distância entre o distrito e o centro do município (5%)¹²⁶. Tais respostas conformam-se com as constatações de François Bremaeker¹²⁷ que em 1997 verificou que os prefeitos de regiões emancipadas recentemente reelegiam-se muito mais facilmente que os prefeitos dos municípios originais, estando os habitantes das novas cidades mais satisfeitos com a qualidade dos serviços oferecidos pelos novos órgãos públicos, sugerindo esses cidadãos que a criação do município equivaleu a inauguração de uma outra época

¹²⁵ Belford Roxo, 1990; Queimados, 1990; Japeri, 1991; Mesquita, 1999.

¹²⁶ SILVA, Péricles Augusto da. Resultados de pesquisa sobre a satisfação dos moradores de municípios emancipados com o governo de suas cidades. **Correio de Maxambomba**, 20 jan. 2001.

¹²⁷ BREMAEKER, François E. J. Limites à criação de novos municípios: a emenda constitucional. n. 15. **Revista de Administração Municipal**, v. 43, n. 219, abr./dez, 1996, p.118-128.
BREMAEKER, François E. J. Limites à criação de novos municípios: a emenda constitucional. n. 15. **Revista de Administração Municipal**, v. 43, n. 219, abr./dez, 1996, p.118-128.

em que é possível sentir a presença estatal e diversa radicalmente dos tempos passados, quando no máximo o que se podia perceber era a “incompetência da antiga prefeitura”:

Virar cidade foi muito bom para Belford Roxo. Não é que aqui tudo tenha melhorado da água para o vinho. Nós temos muitos problema ainda. Um monte de problema. Só que a gente não é mais considerado estrangeiro aqui dentro. A gente não está jogado fora não. Você nem tem como saber porque você não é daqui e não é igual a gente, mas antes tinha gente em Nova Iguaçu que se espantava de saber que Belford Roxo era de lá. O contrário também. Tinha criança daqui e até gente adulta também que não sabia que Belford Roxo era de Nova Iguaçu. Ninguém sabia aqui quem era vereador. Ninguém sabia nem onde era a prefeitura e a câmara de vereador. Também a câmara ninguém sabe onde é mesmo, porque aquilo não é lugar de câmara ficar não.¹²⁸ Depois que o Joca morreu não dá pra dizer que a gente teve governos muitos bons não. Mas mesmo quando era um cara igual o irmão do Zito que era um bêbado que nem morava aqui e que não fez nada mesmo, dava pra gente pressionar um vereador aqui outro ali e saía alguma coisa. Quer dizer, sem ninguém a gente não tava não mesmo assim.¹²⁹

Contraria a opinião popular na Baixada o que quase unanimemente diz-se acerca do recente processo emancipacionista brasileiro. A partir dos depoimentos de moradores das novas regiões emancipadas da Baixada não é difícil visualizar tal processo como a

[...] melhor forma dos pobres terem voz e obrigar os políticos só fazer o que a gente precisa. Antes quando aqui pertencia a Nova Iguaçu vivia tudo jogado fora, era um lixo só, nenhum lugar tinha asfalto, não tinha esgoto direito. Tinha pouca escola. Se eu disser que agora ficou tudo perfeito vou tá mentindo também, mas tem diferença demais e aqui é um município novo. Vê só: Nova Iguaçu tem mais de 100 anos e nesse tempo não mudou nada aqui. A gente ficou livre em 1990 [município de Queimados] e de lá pra cá melhorou bem. A gente sabe com quem reclamar. Antes nem tinha vereador que se elegia por aqui lá em Nova Iguaçu. Lá é muito longe. Tem pouca condução e é cara. Tem gente que não vai lá nunca. Não tinha sentido ser de Nova Iguaçu.¹³⁰

Ao contrário disso, acadêmicos de áreas diversas, jornalistas e alguns políticos consideraram, com base em vários exemplos práticos, que a vulgarização das emancipações distri-

¹²⁸ O entrevistado chamou a atenção para o fato de que a o legislativo municipal iguaçuano localiza-se no centro comercial da cidade, ocupando os andares superiores de um prédio também ocupado por profissionais liberais e clínicas médicas, não existindo no andar térreo ou na fachada do prédio nenhuma referência de que ali se reúnem os vereadores.

¹²⁹ QUEIROZ, Jorge. **Entrevista concedida** em 09 ago. 2004.

¹³⁰ PEÇANHA, Álvaro Souza. **Entrevista concedida** em 15 jan. 2005.

tais contribuiu sobretudo para enfraquecer “o pacto federativo” ao criar cidades economicamente fracas e por isso impossibilitadas de promover a cidadania plena de seus munícipes.

Talvez uma visão menos ampla possibilitasse a separação dos novos municípios em categorias diversas, estando situadas as novas cidades da Baixada Fluminense dentre aquelas em que várias das grandes necessidades amenizaram-se a partir de uma administração mais localizada. É provável que a opinião seguinte esclareça melhor a última idéia expressa:

Dá pra ver agora que quando era de Nova Iguaçu os políticos tinha que olhar pra muito lugar ao mesmo tempo e também eles tinha preocupação que não tinha nada a ver com a melhora do lugar, por exemplo, eles tinha que preocupar com fazer maioria na câmara, ver quem ia ser o outro prefeito depois dele [...] se o cara fosse do lugar da gente até melhorava alguma coisa. Se não fosse... não dava nada pra cá. Agora você olha. A diferença é que eles continua brigando, mas as vez eles brigar até ajuda a gente, porque é tudo daqui e só pode fazer coisa pra cá. Aí mudou.¹³¹

Mesquita é um exemplo claro de emancipação ocorrida devido à junção das duas causas básicas de repartição administrativa na Baixada Fluminense. Se o distrito era muito próximo da sede municipal, não funcionando como razão a alegação da grande distância entre os bairros e a sede administrativa, sua grande população sentia-se preterida pelos políticos iguaçuanos e enxergava a emancipação como uma maneira de participar de uma forma mais direta da administração dos recursos através da abertura de novos caminhos entre população e autoridades públicas. Ali não houve a idéia de que o distrito deveria tornar-se independente por ser mais rico que o restante do município tal como se alegou em Belford Roxo devido à existência de algumas empresas de grande porte em seu território, ao contrário disso, os habitantes parecem ter percebido a sua insignificância econômica, repetindo-se nos relatos a constatação de que “Mesquita não tem muita coisa além de muita gente e muito problema”, entretanto enfatizaram constantemente mesmo os contrários à emancipação, que a administração iguaçuana destacava-se por sua ineficiência, ao passo que a partir dos governos mesquitenses o aces-

¹³¹ SOUZA, Jorge Martins de. **Entrevista concedida** em 30 de dez. 2005.

so popular às autoridades públicas, principalmente através dos líderes comunitários, transformou-se em habitual:

Depois que teve a emancipação ficou muito mais fácil conversar com o prefeito, secretário e com vereador. Não é que eles sejam outros não porque continua agora os mesmo políticos de antes da emancipação. Tá certo que tem uns novos, mas não é tanto assim. Continua quem já concorria antes pra Nova Iguaçu. Só que agora eles não pode mais dar desculpa que eles pede e não são atendidos. Agora eles é que tem que fazer mesmo. Uns ainda coloca serviço comunitário aqui em época de eleição pra tentar ganhar. Não vou dizer que não ajuda eles eleger, só que quem é mais esclarecido não vota e prefere cobrar do político cumprimento das promessa feita nas eleição.¹³²

Ouvindo-se mais detalhadamente moradores do novo município de Mesquita não é difícil descobrir que é uma opinião geral aquela que considera os resultados da emancipação como compensatórios principalmente porque passa a ser perceptível para o habitante do novo município alguma presença estatal, existindo uma tendência a diluírem-se as razões daqueles que, conforme o senhor Antônio, desconfiavam dos efeitos da independência do distrito à época da campanha emancipacionista:

Eu continuo achando que não deveria ter tanto município assim aqui na Baixada, acho que foi uma saída pra falta de respeito dos governo de Nova Iguaçu que foi deixando distrito crescer sem se preocupar em dar estrutura pra eles. Faltou visão pra prefeitura de Nova Iguaçu e aí os distrito foram se emancipando. Só que eu, mesmo achando isso, tenho que reconhecer que melhorou. Não é que a prefeitura de Mesquita seja melhor, é que agora tem a presença do governo aqui. Antes não tinha. Agora dá para chamar a atenção pra os problemas daqui. Antes não dava. Você falava e ninguém ouvia.¹³³

Especificamente raciocinando sobre o processo de repartição municipal que se responsabilizou pela diminuição considerável do município de Nova Iguaçu entre 1990 e 1999, é possível dizer que as duas principais razões alegadas, ou seja, a despreocupação da prefeitura de Nova Iguaçu com a estruturação de serviços públicos nos distritos e a necessidade sentida pelos moradores de proximidade entre eles e os órgãos e agentes públicos oficiais, podem ser

¹³² Idem.

¹³³ FELICIANO, Flávio da Costa. **Entrevista concedida** em 23 jul. 2005.

consideradas como faces de uma mesma realidade, a saber, a pequena percepção popular da presença do poder público nos municípios da Baixada Fluminense.

Seria incoerente afirmar-se que o Estado está integralmente afastado da Baixada Fluminense. Desde o momento da ocupação proletária, na primeira metade do século passado, foram diversas as iniciativas estatais direcionadas às cidades baixadenses, destacando-se dentre estas além da construção da Fábrica Nacional de Motores, da instalação da Refinaria Duque de Caxias, pertencente à PETROBRAS, a constituição de uma secretaria estadual destinada originariamente a resolver especificamente demandas dos moradores da Baixada e a implementação de projetos de melhoramentos dos bairros como o Baixada Viva que saneou e pavimentou parte do bairro da Chatuba nos anos finais do século passado.

As interferências estatais, entretanto, não ocorreram na direção da integração da população às iniciativas econômicas, não se deslocando para a região iniciativas estatais destinadas a melhoria das condições estruturais de vida da população destes municípios que, previsivelmente, experimentariam ao longo da metade final do século XX uma verdadeira explosão demográfica, quadruplicando em poucos anos. A consequência imediata do não acompanhamento do crescimento da população e da não integração destes migrantes à vida das cidades através da manutenção de bairros não pavimentados e saneados, através da não construção de escolas e hospitais, etc., foi a manutenção destas regiões da Baixada Fluminense como apêndices do município do Rio de Janeiro e a transformação das cidades baixadenses em locais onde as carências superabundam tal como o número de pessoas miseráveis.¹³⁴

¹³⁴ A tabela seguinte que relaciona os municípios da Baixada Fluminense segundo os seus graus de carência na ordem inversa, ou seja, em primeiro lugar estão os municípios com maior índice de carências, deriva de um estudo desenvolvido por técnicos da CIDE (Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro), que estabelece o índice de carências dos municípios fluminenses. O estudo baseou-se em dados fornecidos por diversos institutos de pesquisa e para o seu cálculo foram considerados indicadores relativos aos seguintes temas: educação, saúde, habitação, saneamento, mercado de trabalho, rendimento do trabalho, comércio, segurança, transportes, comunicações, esporte, cultura, lazer, participação comunitária e descentralização

Há, portanto, como razão fundamental para o movimento emancipacionista baixadense o desejo popular de ser representado efetivamente, criando um Estado finalmente garantidor do seu direito à cidade. O fato de na Baixada Fluminense ter persistido a existência do “poder popular” em lugar do poder público foi algo incômodo o suficiente para provocar o desejo da população proletária das periferias baixadenses de ser substituída pelos órgãos estatais inexistentes antes das repartições municipais:

Desde que eu cheguei aqui que a coisa continua a mesma. Quando eu cheguei tinha que fazer a minha casa e ajudar os outros na melhora da rua. Agora tudo foi evoluindo menos o governo. Quando a gente chegou, por exemplo, o esgoto ia pra rua igual saía lá do banheiro. Depois foi melhorando. Todo mundo foi botando fossa e só ia pra rua o esgoto líquido porque na fossa a sujeira se desfaz e só vai a água suja pra vala. Também foi melhorando porque a gente foi comprando tubo de cem e botando no lugar das vala. Aí sem vala o cheiro ruim que você sente em uns lugar mais atrasado daqui acabou. Mas do governo o que mudou? De verdade a diferença é que agora eles recolhe o lixo e tem uns posto de saúde, delegacia e mais escola. Só que não tem coisa assim básica, que nem mais ônibus, água todo dia, hospital, uma rua sem lama. Condição melhor pra gente. Você pensa bem, meus filhos

administrativa. O município de Mesquita não está relacionado porque não existia ainda na época de coleta dos dados.

Classificação dos municípios, segundo o Índice de Carências

Classificação	Município	Índice de carências (%)
1	Japeri	64
3	Guapimirim	63,5
24	Magé	59,6
31	Queimados	58,3
45	Belford Roxo	55
46	Paracambi	54,8
59	Itaguaí	52,4
73	Nova Iguaçu	48,2
75	São João de Meriti	47,5
77	Duque de Caxias	45,9
81	Nilópolis	45,3

Ao final deste trabalho, nos anexos (Anexo G: Índice de carências dos municípios fluminenses), há uma tabela hierarquizando todos os municípios fluminenses segundo o seu índice de carências.

tudo estudou em colégio particular porque não tinha colégio público. Hoje eles tá tudo formado, graças a Deus, mas eu penei. A gente aqui não é igual morador de favela não. A gente comprou o terreno. Pensou que ia evoluir e foi enganado.¹³⁵

Solucionadores involuntários de problemas práticos surgidos ao longo do processo de ocupação proletária e provocados quase todos pelo não acompanhamento estatal da forma como a terra proletária foi colonizada, os moradores de Mesquita não negam as “razões políticas” da criação de seu município, o discurso mediado pelas falas dos entrevistados, no entanto, revela a percepção do processo de emancipação como a oportunidade de alteração de um *status* desfavorável que os transformou em uma espécie de cidadãos de segunda categoria afastados da luz pelas “autoridades omissas” desde os momentos iniciais de chegada dos migrantes nos loteamentos da Baixada Fluminense. Surgem então as emancipações facilmente, como um dos lances do processo continuado nesta região de substituir-se o Estado. Lance radical, entretanto, porque se trata da própria reorganização deste Estado através da esperança de que “dias melhores” possam nascer através do descarte da realidade antiga representada pelo município de Nova Iguaçu.

Inexistem razões para considerar-se o processo de emancipação e a desqualificação do município-mãe Nova Iguaçu como uma causa para conflitos regionais. Na realidade, afora algumas manobras levadas adiante por prefeitos iguaçuanos governantes à época dos três plebiscitos, não ocorreu reação muito forte à independência político-administrativa de Mesquita por parte dos políticos iguaçuanos. Diversos deles consideraram até que era vantajoso livrar-se da concorrência de políticos distritais alguns deles às vezes compartilhadores dos votos de eleitores dos distritos restantes de Nova Iguaçu.

Razões máximas para a pouca reação iguaçuana foram exatamente a pequena importância econômica de Mesquita, a grande quantidade de bairros repletos de moradores existen-

¹³⁵ SILVA, João Breder da Silva. **Entrevista concedida** em 09 jul. 2005.

tes ali e a pouca participação do distrito na arrecadação de impostos territoriais urbanos. Aliás, as administrações municipais de Nova Iguaçu nas últimas décadas distinguiram-se por não valorizarem o IPTU (imposto predial e territorial urbano), reconhecendo algumas autoridades municipais que menos de 15% das casas localizadas nas periferias dos distritos iguaçuanos existiam de forma oficial até os anos finais do século passado,¹³⁶ fato esse derivado da dinâmica de construção das casas populares nos loteamentos, parecendo, para os administradores, muito mais dispendioso manter a fiscalização das construções constantemente alteradas através da autoconstrução endêmica nos loteamentos da Baixada Fluminense. Parece terem optado, portanto, os representantes do poder público baixadense pela desistência da legalização das construções diversas nas periferias dos distritos, restringindo-se a fiscalização e a legalização dos imóveis aos centros distritais e, em menor medida, nas novas construções realizadas em periferias de distritos mais densamente povoados.

Tomando como exemplo especificamente a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, os impostos sobre casas eram raros nos bairros periféricos de quaisquer distritos, restringindo-se os órgãos de arrecadação da prefeitura a emitir documentos de cobrança dos impostos sobre o terreno unicamente para aqueles moradores que procurassem a sede da prefeitura com o fim de retirá-los. Desnecessário é dizer que poucos eram os moradores que procuravam a prefeitura com a finalidade de pagar seus impostos territoriais ou prediais e menor ainda o número de pessoas que procuravam os órgãos administrativos municipais para legalizar as suas construções antigas ou mesmo recentes.

¹³⁶ Em 10 de setembro de 1995, no jornal *Correio de Maxambomba* o prefeito Altamir Gomes, de Nova Iguaçu, afundado no que ele chamou de “a pior crise vivida por Nova Iguaçu” desabafou:

A prefeitura não tem condições de sustentar-se. Nenhum governo até hoje se preocupou em verificar quantos moradores pagam os seus impostos. Nossos levantamentos apontam para uma inadimplência de mais ou menos 85%, e nesse exato momento estão construindo mais casas que nós sequer sabemos que existem. Com as emancipações ficamos com todos os funcionários e perdemos metade da receita. Não temos condições de sobreviver. (*Correio de Maxambomba*, 10 set. 1995, p. 03).

Provavelmente por estes motivos não ocorreu uma reação enérgica de autoridades iguaçuanas aos lances determinados pelos comitês pró-emancipação de Mesquita, reduzindo-se as disputas àquelas provocadas por alguns poucos iguaçuanos e mesquitenses opositores políticos dos principais incentivadores da emancipação, inexistindo discursos favoráveis à unidade territorial, uma vez que não era difícil para as autoridades iguaçuanas apostarem na possibilidade do distrito transformar-se em mais um dos seus municípios satélites, principalmente, por não existir em Mesquita atividade comercial e industrial capaz de fazer com que a sua população deixasse de freqüentar o centro comercial do antigo município para fazer compras ou trabalhar, fato que fazia da repartição municipal uma vantagem, uma vez que Nova Iguaçu deixava de ter responsabilidades sobre cerca de 200 mil pessoas, porém tanto os seus comerciantes quanto industriais podiam ainda contar com um aumento de seus rendimentos através da constante vinda dos mesquitenses para o centro de Nova Iguaçu, ou seja, os valores arrecadados pela prefeitura iguaçuana através dos impostos pagos por comerciantes e empresários do setor industrial não sofreram diminuição, não sendo tão desvantajosa a diminuição dos valores referentes ao FPM, mas sendo significativa a redução das demandas provocadas pelo conjunto de moradores não contribuintes do distrito de Mesquita.

Independentes do município-mãe, restava aos mesquitenses efetivarem a oportunidade de inaugurar um “novo estado de coisas” sendo finalmente substituídos, em sua prática cotidiana de gerenciar o espaço público, pelos órgãos estatais surgidos juntamente com o novo município. A começar pelas primeiras eleições, que também ali preponderantemente foram vencidas por políticos envolvidos com o longo processo emancipacionista iniciado em 1987 e somente efetivado em 1999, repetiu-se ali um início semelhante aos primeiros tempos dos demais distritos baixadenses nos anos anteriores tornados em municípios.¹³⁷ As primeiras a-

¹³⁷ As primeiras eleições mesquitenses ocorreram no ano 2000, consagrando-se vencedor o deputado estadual José Paixão. (**Jornal de Hoje**, 01 jan. 2001, p. 03).

ções do prefeito José Paixão, em janeiro de 2001, não foram tão espetaculares como aquelas levadas adiante pelo prefeito Joca de Belford Roxo, cerca de dez anos antes e relatadas, de forma tosca, no primeiro capítulo dessa tese, porém variaram tais ações sobre os mesmos temas daquelas e também se caracterizaram pela preocupação imediata de “mostrar serviço”, estendendo para os bairros mais carentes, alguns serviços básicos como a coleta de lixo, a iluminação pública, um serviço emergencial de aplainamento das ruas a fim de que veículos maiores pudessem transitar carregando botijões de gás, móveis, materiais de construção, etc.

Paralelamente ao surgimento do cuidado com as periferias mais recuadas do ex-distrito, o centro de Mesquita começou a ser remodelado “para virar cidade” e o natural esforço da nova prefeitura começou a ser feito, a fim de normalizar a ocupação do solo urbano bem como a atividade comercial e industrial. O fim elementar era a criação das condições mínimas do município sustentar-se através dos recursos advindos da voraz ocupação urbana e possibilitar o plano seguinte que era a fuga da construção das obras de emergência e o início da estruturação do município a partir da montagem das escolas de ensino fundamental, das creches, dos postos de saúde, ou seja, daquelas “obras que ficam em cima da terra e que aparecem”.

Se neste novo município da Baixada Fluminense não se repetiu o fenômeno de sua transformação em um canteiro de obras tal como ocorreu em Belford Roxo, isto se deveu não às ausências de pressões populares ou ao não entendimento dos apelos por parte do novo poder executivo. Efetivamente não existiam disponíveis os mesmo recursos que serviam ao prefeito Joca do vizinho município de Belford Roxo. Mesquita, na prática assemelhava-se muito mais aos demais ex-distritos iguaçuanos, ganhando destes unicamente por atrair mais habitantes devido ao fato de estar encravado entre Nova Iguaçu e Nilópolis, cidades menos pobres que as que rodeavam Queimados e Japeri e também por estar não muito distante do centro do Rio de Janeiro.

Semelhantes nas razões de seus habitantes para se descontentarem com o município-mãe, diversos nas suas características econômicas, Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita voltam a confraternizarem-se tanto nas ações públicas iniciais de seus prefeitos quanto nas reivindicações e conclusões dos munícipes sobre os seus novos governantes.

As falas seguintes do senhor Antônio e de um vereador iguaçuano atuante em uma região que reclamou também autonomia ao longo dos anos 1990 sem obter sucesso sintetiza diversas das idéias externadas por moradores vários dos distritos transformados em municípios na Baixada ao longo dos anos 1990:

Sobre leite derramado não tem que chorar. Depois que passou a ser município o que eu vi é que a bobeira do povo foi diminuindo cada vez mais e cada vez mais eles passaram a reclamar. Era até engraçado porque antes eles ficava meio desanimado de ir correr atrás dos direitos da gente e logo assim que passou a ser Mesquita e largou pra lá Nova Iguaçu passou todo mundo a exigir demais do prefeito novo. Eu não era favorável a ele e até achava legal aquilo, mas eu reconheço que devia ser difícil governar pra ele. Todo mundo ia em cima, queria ver tudo pronto logo e ele se via numa embrulhada só, porque não tinha recurso que desse pra organiza as coisas da prefeitura e ainda fazer tudo que tava precisando. Mas como ele fez força pra emancipar, problema dele [...] vereador também sofria. Eu tinha contato com um monte deles e também era difícil porque o povo queria que eles resolvesse e eles pedia para o prefeito e quando não dava mais pra agüentar eles resolvia do próprio bolso. Esse defeito esse povo tem e não vai deixar de ter não. Eles é que sustenta este fisiologismo de político.

Vereador de região igual esses distritos que virou município é muito solicitado mesmo e é mais atuante por isso. O povo chega junto mesmo. Você sabe como é que é. Você vê o cara toda hora. Você ta em casa ou no comitê ou na câmara e eles tão ali juntinho, pedindo. Tem muita coisa pessoal que é pedida, mas tem também muita coisa que é pra comunidade. Se o cara tem autoridade ele separa as coisas e atende mais aquilo que tem a ver com a comunidade. Aí o cara vira um vereador comunitário. O lance é este e estes vereadores de Belford Roxo, Mesquita e tal eles são mais comunitário. Não dá pra ser igual aqui em Nova Iguaçu que ninguém nem sabe quem é você. Eu mesmo sou conhecido mais lá onde eu moro que é o meu reduto. Aqui eu ando tranqüilo porque ninguém nem sabe quem eu sou. Mas lá nego chega junto mesmo. Pra quem é conhecido assim porque teve serviço social até antes de ser político como eu não deve ser problema ser vereador assim nessas cidades novas da Baixada. Mas quem é mais de gabinete e coisa e tal que nem aqui em Nova Iguaçu acho que não dá pra se eleger lá não. Eu tiro isso pelo meu trabalho lá. Se eu não fosse um vereador de rua não ia dar em na-

da. Eu só ganho eleição porque atendo o povo. Se não fosse isso não ia funcionar não.¹³⁸

Confirma-se, com as falas anteriores, a idéia de que a criação de novas cidades na região da Baixada por si só aproximou munícipes de autoridades locais, efeito esse que era uma pretensão dos habitantes dos distritos periféricos de Nova Iguaçu. O germe dessa aproximação, entretanto, não vai ser encontrado nesse momento excepcional em que o movimento emancipacionista fez se evidenciar desde os diversos antigos políticos em atividade em Nova Iguaçu ou no legislativo estadual e também vários líderes comunitários atuantes nos bairros periféricos dos distritos, ambos os grupos interessados nos futuros votos ou desejosos de tornarem reais as ambições de independência político-administrativa através da exposição provocada pelo processo de emancipação distrital que parece ter provocado, além do surgimento de novas lideranças políticas, a diminuição do que o senhor Antônio insiste em chamar de “alienação do nosso povo” e o surgimento de uma novidade que é a esperança de validade das reivindicações:

Antes eu pensava que não valia a pena reclamar nada com autoridade nenhuma de Nova Iguaçu não [...] Falam sempre que a gente é sem consciência e tal, mas não é isso não. Quem fala isso não vive a vida da gente. Geralmente a gente trabalha muito e ganha pouco demais. A gente já tá satisfeito se consegue morar no que é nosso e se não passa tanta necessidade. Ainda vai se preocupar com política, com reclamação. Ainda mais que reclamar não adianta mesmo. Você vai perder tempo pra não resolver nada [...] Isso continua assim? Eu acho que algumas coisas mudou. Se você reclamar e ver que isso mudar alguma coisa você passa a reclamar sempre pra tentar mudar. Isso passou a existir aqui. Tem sempre um cara que é líder comunitário, uns que quer ser político, outros que tem serviço comunitário aqui, vereador, e aí você reclama. Você vê que tem um monte de problema. Você pergunta e todo mundo vai responder que aqui falta tudo. Os problema é tudo grande e aí eles leva adiante e resolve alguns. Não vou dizer que tudo é resolvido, mas alguma coisa é e por isso reclamar agora pode valer um pouco pelo menos.¹³⁹

¹³⁸ SOUZA, Marcelo. **Entrevistas concedidas** em 26 maio 2005 / 16 jul. 2005 / 19 jul. 2005 / 06 nov 2005 / 15 dez. 2005

¹³⁹ MARTINS, Sebastião. **Entrevista concedida** em 03 ago. 2005.

A inexistência da noção de alguma reivindicação mais elaborada e a restrição dos apelos populares à resolução das carências públicas mais flagrantes parece denotar existir ainda em germe um ideal reivindicativo, sendo mais comum, conforme constatado por líderes comunitários que planejaram em algum momento a construção de uma carreira política, que boa parte das reivindicações populares não visa o atendimento de necessidades sentidas coletivamente, mas sim a amenização de algo relacionado à resolução de problemas pessoais. Aliás, para alguns líderes impossibilitou tal realidade a sua eleição, sendo a ansiedade popular pela resolução de problemas pessoais também uma garantia para as “elites” de que somente podem ocupar o poder aqueles que possuem recursos para doar:

Eu me candidatei uma vez só pra nunca mais. Primeiro que eu fiquei sozinho. Falaram que iam me ajudar e depois me largaram sozinho até pra fazer camiseta e panfleto ninguém ajudou. Eu tive que pegar dinheiro em banco. Depois quando você é candidato aparece gente de tudo quanto é lado achando que você pode dar emprego, material de obra, colégio, creche pra criança, manilha, comida e mais um monte de coisa. E depois é pior porque se você é candidato você não tem mais o respeito daquelas mesmas pessoa que te ajudava antes. Uma comparação: antes você como líder comunitário, você chega no sujeito que é um médico seu amigo e encaminha alguém da comunidade. Se você é candidato o médico já não atende mais, dá uma desculpa, não atende o telefone. Depois que você perde, ele também não vai te atender pensando que você ta pedindo pra depois voltar candidato. Você perde o respeito e perde a eleição porque não tem dinheiro pra bancar, porque você não se elege só com aquelas pessoas que você atende na comunidade, você precisa de outras pessoa e mesmo a sua comunidade as vez não ajuda você na eleição.¹⁴⁰

As memórias dos personagens deste relato revelam as dificuldades do morador de bairros periféricos de qualquer cidade baixadense conviver com a idéia de que é parte integrante de uma vida cidadã reivindicar para si e para os de suas comunidades direitos usualmente reclamados por pessoas componentes de outras classes ou mesmo por grupos subalternos habitantes dos demais locais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

¹⁴⁰ DAMASCENO, Daniel. **Entrevistas concedidas** em 20 jul. 2004 / 24 jul. 2004 / 19 Jan. 2005

Talvez a convivência com problemas urbanos sérios e extremamente básicos tenha mantido as carências elementares, coletivas ou pessoais, como únicas visíveis, sendo ainda pouco significativo para estas mulheres e homens quaisquer idéias e ações relacionadas com o atendimento de necessidades não tão imediatas.

Na Chatuba, por exemplo, ainda são poucas as vozes exigentes de melhores colégios, hospitais e espaços de lazer, em lugar disto é uma unanimidade as exigências de assistência às necessidades básicas que em sua maioria dizem respeito a coisas como a eliminação da fome ou com o alcance de um nível de segurança capaz de colocar os proletários a salvo de perigos sérios como “a falta de um teto” ou a obrigatoriedade de despender grande parte dos seus parcos rendimentos com habitação, saúde ou educação.

A valorização de uma ética do trabalho e da honestidade, assemelhada religiosamente ao alcance de uma vida casta, parece fazer parte desta estratégia popular de convivência com diversas outras carências não tão essenciais, mas mesmo assim importantes como aquelas ligadas à manutenção de algo como um auto-respeito, sendo bastante importante para estes homens que suas famílias sejam “estáveis”, significando isto geralmente criar filhos “trabalhadores”, que “odeiam drogados e bêbados”.

Verificar como se vive cotidianamente na Chatuba pode servir como forma de entender melhor o ponto de vista dos proletários habitantes dos bairros proletários tão comuns na região da Baixada Fluminense.

3.3. Morar na Chatuba

Meu ponto de partida é um de meus entrevistados. Trata-se ele do senhor Flávio da Costa Feliciano. Nascido em 1958 no Rio Grande do Norte, ele chegou em 1980 no bairro da Chatuba. Primeiramente morou na casa de parentes com os quais aprendeu a profissão de pe-

dreiro. Em 1982, quando tinha 24 anos, “aceitou Jesus” na igreja Assembléia de Deus, segundo ele, para se casar com uma “moça” que conhecera na estação de trens de Edson Passos. Após o casamento “desviou-se da igreja” mesmo antes do nascimento do primeiro de seus dois filhos. Neste momento já possuía uma “casinha”, trabalhava como pedreiro e começava a “pegar” as primeiras empreitadas, que davam a ele um padrão de vida superior ao de seus vizinhos, tanto que somente em dois anos conseguiu transformar sua “casinha” em uma confortável residência de vários cômodos e que até hoje apresenta com orgulho enfatizando que é mais bem estruturada que as casas de seus vizinhos.

“Voltou para Jesus” em 1988 e de lá para cá se dedica basicamente ao seu trabalho de mestre de obra, a sua família, formada pela esposa e um casal de filhos “criados” que cursavam - no momento da entrevista - cursos superiores e aos cultos de um dos muitos templos da igreja Assembléia de Deus presentes no bairro e onde exerce o cargo de presbítero.

Autônomo, responsável por empreitadas, o senhor Flavio ocupa um lugar privilegiado no universo dos trabalhadores habitantes da Chatuba tanto pela quantia que ganha (em média dois mil e quinhentos reais mensais) quanto pela qualidade de sua vida: sem vícios, sem problemas sérios de saúde, com um bom nível “de leitura”, o que se deve, segundo ele, ao fato de ser professor da Escola Dominical de sua igreja e chefe de uma família estável.

Apesar de ocupar o alto da pirâmide social de seu bairro, o cotidiano do presbítero Flávio não é tão diverso daquele vivido por seus vizinhos. Ele sai muito cedo para trabalhar no município do Rio de Janeiro, onde até a pouco tempo seu destino principal eram os bairros da Zona Sul, acessados através do trem e de um ônibus. No momento da entrevista, a Zona Sul continuava sendo importante, porém os bairros mais ricos da Zona Oeste carioca, como Barra da Tijuca e Recreio, entraram no rol de locais onde chefiava obras para as quais levava seus pedreiros em um veículo de sua propriedade movido a gás natural.

A intensidade de seu trabalho não permite que lazer seja algo importante em sua vida, pois precisa “entregar a obra” dentro do prazo acertado e grande parte do serviço mais nobre, que chama de “acabamento”, fica por sua conta. Assim, com bastante frequência, parte das noites, feriados e finais de semana são usados para encurtar os prazos de entrega das obras. Mesmo assim considera que as horas que consegue passar na igreja diferenciam-se das que passa trabalhando e substituem a necessidade de lazer. A explicação para essa conclusão sua, leva em consideração diversos aspectos “espirituais” fundamentais para o bem-estar pessoal do senhor Flávio. Porém atitudes como esta parecem compartilhadas pela maioria dos habitantes da Chatuba, o que é confirmado pela presença maciça dos moradores do bairro nos templos evangélicos ao longo de todos os dias da semana.

Além dos templos assiduamente freqüentados, a população proletária da Chatuba parece divertir-se nas “barracas”, onde muitos homens bebem, discutem sobre coisas quaisquer e jogam sinuca, e nos vários campos de futebol espalhados pelo bairro.

Espaços destinados preferencialmente a discussões políticas como a associação de moradores do “Seu Souza” somente recebe poucos visitantes e mais em “épocas de emergências” e o seu discurso de quem “tem o partido comunista como um filho” pelo qual ele já sofreu muito é ouvido por pouquíssimos moradores que, quase sempre, estão interessados em comprovantes de residência expedidos pela Associação ou em conseguir auxílio nas disputas freqüentes que confrontam vizinhos próximos.

Tal fuga de uma situação ideal, representada pela presença dos moradores na Associação, reforça a opinião ainda negativa possuída pelo Senhor Antonio que advoga para si a “consciência” e o espírito “coletivo” que não consegue descobrir em seus potenciais associados:

Se tem uma coisa que eu tenho é consciência. Eu sonho com o que eu sei que não vou ver porque sou velho demais. Sonho com o dia que esse povo vai ter mais esclarecimento. Saber lutar junto, sem esse individualismo de resolver uma coisinha aqui e outra sua coisa ali e não pensar no coletivo. Eu passei a vida toda lutando pelo coletivo. Nunca pensei em nada pra mim e agüento essa gente querer coisa só pra eles. Eu sou conhecido porque estou a muito tempo aqui e porque ajudo do jeito que dá. O pessoal ouve a minha voz, me respeita. Nem bandido nunca mexeu comigo. Morar aqui pra mim é seguro, mas eu vou morrer descontente. Acho que ajudei um pouco, mas não foi grande coisa não. Acho que precisa de mais educação nesse povo. Isso ninguém vê.

Relativizando até mesmo “a maior conquista da Chatuba” que foi o asfaltamento de diversas das suas ruas e a canalização de várias valas negras e valões, o senhor Antônio defende-se das idéias contrárias às suas mostrando que

no máximo o que este asfalto fez foi ajudar você a andar pelas ruas daqui e permitir que os carros passem mais fácil. Ninguém tá melhor empregado ou tem mais saúde por causa dessa obra de maquiagem. Quando o Marcello Alencar [governador do Rio de Janeiro entre 1990 e 1994] veio aqui inaugurar essas obra do Baixada Viva eu subi no palanque. O Bornier [Nelson Bornier, prefeito de Nova Iguaçu entre 1994 e 2002. Antes disso era deputado federal] não queria deixar não. Mandou os policiais me segurarem, mas o Marcello Alencar mandou eles me deixar subir e me ouviu. Eu disse que tinha escrito um discurso pra falar em nome da comunidade e ele deixou eu ler. Eu tinha operado o olho de catarata e gaguejava muito porque também tava nervoso e ele ficou por trás de mim me ajudando quando eu tropeçava, mas depois eu não conseguia ler mais nada e aí dei o papel pra ele ler e ele leu pra mim [...] eu falava contra eles. Falava que a gente ali precisava de coisa mais importante que não ter mais lama, que a gente não tinha água, que a gente não tinha saúde, educação que o esgoto dali tava sendo jogado no Sarapuí sem tratar e que isso ia dar mais doença ainda, falei demais. Ele leu pra mim e ficou tudo por isso mesmo [...] Mas eu tinha razão. Agora a gente tá aqui. Nem metade asfaltada. Esgoto entupindo, sem água, um monte de gente indo pegar água pra beber lá no cano que a gente naquela história de lutar contra a CEDAE deixou lá em cima onde eu te levei, desemprego, tráfico pior que antes quando não tinha asfalto mas não tinha esse negócio de comando sei lá das quantas contra terceiro comando, sem educação direito. Asfalto cobre a lama e facilita pra esses político de direita. Mas aqui no Brasil cidadania é para rico. Pra pobre sobra enganação.

A leitura de que “no Brasil cidadania é para rico” presente no discurso do senhor Antônio parece tomar como base as relações monológicas estabelecidas entre poder público e população proletária baixadense, aliás os monólogos parecem ter também como fruto a dubiedade de que vários entrevistados moradores da Chatuba demonstram quando o assunto é a sua ima-

gem comparada com a daqueles que moram em locais diferentes dali, “onde existe asfalto, saneamento, policiamento ou qualquer outra coisa de lugar de gente rica”.

Na Chatuba o *status* daqueles que “conseguiram sair” é sempre elevado e se alguém “melhora de vida” parece ser obrigação sua mostrar isso ao “deixar de amassar o barro” indo morar em outro lugar, sendo diminuídas as conquistas daqueles que, apesar de “terem vencido na vida”, continuaram morando ali. A fama de “barra pesada” há muitos anos acompanha o lugar e parece influenciar tanto que não somente uma vez foi possível ouvir depoimento semelhante a este:

Eu não entendo bem o filho da dona Zefinha. Ele fez faculdade. Formou médico e continua morando aqui. Um médico aqui? Ninguém que melhora de vida vai querer continuar aqui porque se você fala aí fora que mora na Chatuba todo mundo vai pensar que você é igual favelado. Aqui o pessoal é muito bruto, ninguém tem estudo direito não. Os que consegue alguma coisa e vence vai embora, porque o destino de quem fica aqui é virar coisa que não presta ou passar a vida ralando.¹⁴¹

Aqueles que saíram confirmam a “maldição” do lugar, ocupando os episódios violentos e as péssimas condições urbanas dali em suas lembranças um espaço destacado. A transcrição aqui da letra da música do sambista e ex-morador da Chatuba Dicro revela a maneira como este morador via o bairro do qual havia saído recentemente em 1979 época desta composição:

[Trecho inicial narrado] É uma pena, é uma pena. Mas o que tem de policial perdendo emprego por que na Chatuba não tem ladrão não tá no gibi, meu irmão! Chatuba: cidade modelo!

/ Preciso morar no lugar que ninguém me perturba / Ah! Vou morar na Chatuba / Lá ninguém fecha janela / Porque não existe ladrão / A polícia anda desarmada, apertando mão em mão / Em todas as casas do bairro têm sempre um jardim florido / E as mulheres casadas têm muito respeito ao marido / Os crioulos da Chatuba quando vão para a cidade / vai direto na delegacia pra cumprimentar as autoridades / Um neguinho da Chatuba também saiu pra passear / achou um cordão de ouro e deixou lá no mesmo lugar... vou me mudar / Os caminhões de entrega quando calha de atolar / os crioulos com

¹⁴¹ SILVA, João Breder da Silva. **Entrevista concedida** em 09 jul. 2005.

enxada correm logo pra ajudar / Por que lá só tem gente boa / Nunca deu mau elemento / Quando nego entra em cana: excesso de documento. Preciso morar.

[Trecho final narrado]. Parece brincadeira, mas não é. Acredita que até o camburão tirou a sirene e deu para um hospital? Não precisava usar mais! É uma tranquilidade. Nem banco precisa na Chatuba. Pode guardar o dinheiro em casa. Tá duvidando? Passa lá meia-noite pra tu vê! Que tranquilidade! É uma segurança total! O delegado que tinha lá foi aposentado por falta de serviço.

Não ironizando a situação, mas revelando aspectos do passado violento reconhecido por grande parte dos residentes, mas considerado hoje algo amenizado pela diminuição da ação dos grupos de extermínio, é este outro relato de um ex-morador que inclui em suas lembranças da infância as disputas entre bandos de traficantes rivais:

Recordo que em 1985 quando eu morava em um lugar muito pobre chamado Chatuba (uma região entre os municípios de Nilópolis e Nova Iguaçu, hoje faz parte de Mesquita), os traficantes rivais lutavam muito pouco entre si, mas havia conflitos seriíssimos, como quando eles interditaram uma ponte que unia Nilópolis à Chatuba, uma ponte que passava sobre um dos veios do Rio Guandu [O autor se equivocou. A ponte em questão se estende sobre o rio Sarapuí que não possui nenhuma relação com o rio Guandu, cruzando o Sarapuí, após servir de ponto divisório de Mesquita e Nilópolis, os municípios de Belford Roxo, São João de Meriti e Duque de Caxias onde se encontra com o rio Iguaçu um pouco antes de eles desaguiarem na baía da Guanabara próximo ao Aterro Sanitário de Jardim Gramacho]. De um lado um grupo de traficantes defendendo o seu território, todos munidos de escopetas e revólveres, de outro, os invasores tentando tomar para si uma parte da região. O combate levou algumas horas nas quais uma farmácia e uma padaria foram incendiadas, com alguns dos funcionários dentro. Foi um choque na população que, de alguma forma, convivia com aquele clima doentio da disputa entre as quadrilhas. Ali ainda não havia o peso do Comando Vermelho, ou de nenhuma outra organização criminosa forte. Eram um bando de moradores que traficavam, estupravam, assassinavam e roubavam por ali mesmo, na Baixada Fluminense. Era a quadrilha da *Chatuba* contra a do *Buraco Quente*.¹⁴²

A maldição do lugar violento habitado por “paraíba ignorantes” e “pretos favelados” sobreviveu ao asfaltamento e saneamento de várias de suas ruas, ao sucesso profissional de alguns moradores e até à emancipação política de Mesquita, alimentando-se hoje dos quinze

¹⁴² O PACHA URBANO. O mal se alastra. Disponível em <<http://www.transeuntes.blogspot.com>>. Acesso em 16 jan. 2006. Grifos do autor.

cadáveres¹⁴³ mensais gerados pelo bairro e pelas várias prisões de “elementos” dos bandos de traficantes que “infestam o bairro” hoje estratégico para bandidos interessados em abastecer a “Zona Sul da Baixada” que é Nilópolis e a parte habitada pela elite iguaçuana no centro daquele município. Tal sobrevivência faz com que a maior parte dos moradores conforme-se com o estereótipo ditado pela “fama do lugar”, criando sobre si próprios imagens de tal forma negativas que imobilizam qualquer ação no sentido da mudança pessoal, parecendo o bairro e as suas desgraças cotidianas serem as justificativas ótimas para fracassos individuais:

Quando a gente mora num lugar igual esse aqui a gente tem pouca oportunidade das coisa. Geralmente a gente não estuda muito bem porque as escola daqui não dão muita base, depois você sem estudo vai trabalhar mais cedo pra ajudar em casa e depois de velho é que não vai estudar mesmo e então a gente não vai ter oportunidade de trabalhar num negócio melhor. A gente vai batalhar aí ne obra ou ne serviço tipo faxina e não vai ter outro jeito de ganhar a vida se não for ganhando salário¹⁴⁴

Se você nasceu aqui você vai ter que ter muita sorte pra não ficar aqui a vida inteira ou pra não ir pra lugar pior ainda que aqui. Não dá pra ter muita coisa quem nasce pobre. As vez você começa a trabalhar cedo, seu pai e sua mãe não tem muita instrução aí não passa pra você uma idéia melhor da vida, é só trabalhar desde cedo e você cai na vida muito cedo e depois como é que você vai arranjar alguma coisa diferente de serviço brabo? Aí vem família, filho e você vai só se enrolando mais e não dá pra sair dessa lama não. Fazer o que? Acho que eu vou ficar aqui mesmo e fazendo esses serviços de burro a vida toda mesmo.¹⁴⁵

Apesar dessa visão negativa sobre si mesmo que parece decalcada da negatividade do próprio bairro, também são freqüentes depoimentos diversos destes e relacionados todos com a percepção da Chatuba como um lugar de “gente pobre”, porém como moralmente superior exatamente àqueles apontados repetidamente como “de gente rica”:

Eu não nego que aqui é um lugar ruim, que a gente aqui tem pouca coisa, que tem muita provação só que isso aqui tudo é lugar de gente pobre morar e tudo que é lugar de pobre morar é assim mesmo. Eu não conheço nenhum lugar de gente pobre morar que seja muito diferente disso aqui. Nós achava antes de entrar asfalto e esgoto que quando entrasse ia mudar tudo só que não muda nada não. A gente que é pobre vai morar sempre assim do jeito

¹⁴³ Fonte: Registros de ocorrências da 63ª Delegacia Policial (Mesquita) Títulos: ENCONTROS DE CADÁVERES-HOMICÍDIOS/1995-2004.

¹⁴⁴ PEÇANHA, Álvaro Souza. **Entrevista concedida** em 15 jan. 2005.

¹⁴⁵ SILVA, João Breder da Silva. **Entrevista concedida** em 09 jul. 2005.

que a gente mora mesmo. Tem asfalto, mas é o mesmo povo que mora aqui. Quando dá buraco na rua volta a lama, ninguém vem arrumar e aí você vê que quem mora aqui é pobre e pronto. Você não vai ser tratado igual rico mesmo. [...] só que eu não troco aqui por outro lugar não. Eu sei desses problema a muito tempo. Eu to aqui tem mais de vinte e cinco anos e eu sei que é assim, que não muda nada não que é violento e isso e aquilo mais, só que é o lugar que eu criei filho que eu fiz casa, que eu tenho os meu amigo, que eu conheço todo mundo, que eu sei dos perigo, sei como é que vive. Eu não ia mudar pra outro lugar muito mais mundano que esse. Aqui o povo é mais pobre, mas conhece mais das coisa certa que os outro de lugar de rico. Você vê muita coisa errada aí, mas você vê as coisa certa também e fora daqui você vai ver coisa mais errada ainda. Violência você vai ver em qualquer lugar hoje em dia. Tem lugar que não é violento? Aqui ninguém nunca mexeu comigo e com a minha família e a maior parte dos povo daqui trabalha o dia todo e não tem nem tempo de fazer coisa errada. Eu mesmo to encostado, mas trabalho ainda e chego aqui tardão todo dia. Você vai ver muita molecada aí sem fazer nada só que não é a maior parte do povo daqui. A maior parte ta trabalhando, chega tarde e nem tem tempo de ver as coisa errada que tem aí.¹⁴⁶

Nesses lugar igual aqui as pessoas trabalha o tempo todo porque isso é obrigação de todo mundo. Quem é pobre vai viver direito como se não trabalhar? [...] Quem trabalha muito não tem tempo de ficar vendo as coisas errada não. Eu não fico cuidando da vida de fulano e sicrano eu to trabalhando o tempo todo e quando eu não to trabalhando eu to na igreja me edificando. Aqui todo mundo é assim. Antes era mais os homem, agora as mulher também trabalha muito, tem vez que mais que os homem. Sobra pouco tempo pra outra coisa porque eu saio cedo e você leva muito tempo na condução tanto pra ir quanto pra voltar e você acaba chegando muito tarde. Tem vez que eu volto e vou direto pra igreja e ainda chego atrasado. Tem vez que nem dá pra ir pra igreja e outro irmão é que dirige o culto lá.¹⁴⁷

A valorização do trabalho revelado neste último depoimento do senhor Flávio surge em muitas falas nativas como marca distintiva de quem mora na Chatuba onde grande parte dos moradores ouvidos percebe estarem as suas vidas unidas exatamente pelo fato de serem trabalhadores em oposição aos que são ociosos, vivendo “na miséria por causa da preguiça” ou, pior, “vivendo no mundo do crime”, “fazendo coisa errada”, que é a maneira usual de definir atos criminosos em geral, nesse bairro.

Dois mundos distintos parecem subsistir quando ouvimos os proletários da Chatuba e a fronteira entre esses mundos diversos é exatamente o trabalho, relacionando-se tudo que se

¹⁴⁶ MARTINS, Sebastião. **Entrevista concedida** em 03 ago. 2005.

¹⁴⁷ FELICIANO, Flávio da Costa. **Entrevista concedida** em 23 jul. 2005.

considera como bom ao trabalho que é sempre lido, além de meio honesto de sustentar-se, como uma espécie de atividade ordenadora do mundo, fato exemplificado pela audição dos sermões cotidianamente ministrados nos inúmeros templos pentecostais existentes na Chatuba. A interseção destes sermões é a exortação constante do envolvimento do crente com a “obra de Deus”, “o serviço do Senhor” ou “a seara do Senhor”.

Se a teologia popular pregada em modernas seitas pentecostais é marcada pela ênfase na participação direta do indivíduo como algo fundamental na “transformação” de sua vida, que somente ocorre através da “materialização do sacrifício” individual representado em alguns casos por algum valor monetário, vê-se que para a melhoria da “vida da comunidade”, a atitude prática e individual é também fundamental quando ouvimos as falas dos moradores a fim de resolverem algum problema. Talvez por isso Seu Souza reclame bastante de seus vizinhos que não participam efetivamente das reuniões de “sua” associação. Para o líder comunitário é bastante incômodo o fato de as “pessoas na Chatuba irem cada uma resolver as coisas sem passar pela associação”. Significa isso para ele que a “velha mania de não reclamar nada não acaba” o que faz com que os moradores sejam percebidos sempre como “pessoas que não reivindicam nada”.

Não exatamente se defendendo dessa acusação, porém se justificando, falam os moradores que a convivência continuada com problemas muito sérios e que não se resolveram a não ser com a ação direta dos interessados, auto-identificados como construtores silenciosos de seu espaço urbano, a falta de tempo e as experiências traumáticas vivenciadas também por Seu Souza e que motivaram suas disputas com o presidente da CEDAE, explicam o silêncio e a atitude pragmática de aceitar a ajuda de qualquer candidato tanto para o atendimento das necessidades individuais quanto no fornecimento de materiais para os mutirões ou na troca de

seus votos por obras não tão essenciais, mas que diminuem as carências tão próprias desse lugar onde “falta tudo”:

O Seu Souza acha que a gente é alienado porque a gente não reclama. Eu até entendo ele porque ele tem lá o passado dele de partido e vem político aí de partido comunista pra falar com ele e tudo, mas eu não acho que ele tá certo de falar isso não. Ele nem vê que a gente aqui reclama sim e já reclamou muito mesmo, mas a gente aqui cansou de reclamar e nunca adiantou nada. A gente não tem voz não porque a gente é pobre. Aí você vai ver que o que a gente faz é a gente mesmo arrumar as coisa errada e se a gente não tem dinheiro a gente vai procurar outros jeito e se o cara chega aqui pra oferecer coisa pra você arrumar as rua você vai dizer que não? É claro que a gente vai aceitar qualquer coisa que é oferecida. Aí eu ia fazer assim: o cara chega aqui quer colocar manilha nas vala e eu ia falar assim: ‘não coloca não cara, porque você não é do meu partido, porque você é de direita e eu sou de esquerda e isso aí é assistência e a gente aqui não aceita assistência de político não, se fosse de esquerda eu aceitava, mas de direita eu não aceito não’. Não tem cabimento não. Ele vive aqui e ele mesmo sabe que não dá pra dispensar ajuda porque é assistência. Eu não voto porque é de partido esse ou aquele, eu voto porque o cara fez isso ou aquilo e eu pego sim o que eles dão e uso aqui na rua, no bairro.¹⁴⁸

Eu não tenho tempo de ficar reclamando de nada não. Eu só trabalho e eu sempre ajudei os pessoal aqui da rua. Eu nunca fui de tomar a frente de nada não. Eu arrumo as coisa da minha rua e tudo, mas eu não sou líder de nada não porque eu nem tenho tempo. Eu pego obra e levo os cara daqui pra trabalhar comigo. Ai eu nem tenho final de semana não porque quando a obra ta atrasada eu tenho que dar conta que eu tenho prazo de entregar. Só que eu me preocupo com isso daqui sim. Eu vivo aqui a muito tempo mesmo. Isso aqui é meu, eu gosto desse lugar que todo mundo diz que não presta só que eu acho que presta porque eu ando tudo quanto é lugar e eu não acho que é ruim porque se você vai olhar hoje é todo mundo morador de lugar perigoso e eu não sei de lugar mais barra pesada agora que lá no Rio. Só porque é lugar de pobre não quer dizer que tem ser uma bagunça não. Se político não vai ligar pra você reclamar você tem mesmo que botar a mão na massa e mexer nas coisa errada. [...] agora esse é o único jeito das coisa ser aqui. Se você ficar só achando que vai reclamar e pronto você vai ficar rouco de pedir e ninguém vai vim aqui te ajudar não. Aí você aceita a ajuda de qualquer um, é claro. Só que o cara vem pedir voto e eles pensa que vai dar e vai ganhar muito com isso só que cansa de acontecer deles vim dar e depois ninguém votar neles.¹⁴⁹

O pragmatismo parece ser uma regra para estes moradores desconfiados de políticos e que negam a sua identificação como “sem consciência”. Se acreditarmos em nossos entrevis-

¹⁴⁸ SILVA, João Breder da Silva. **Entrevista concedida** em 09 jul. 2005.

¹⁴⁹ FELICIANO, Flávio da Costa. **Entrevista concedida** em 23 jul. 2005.

tados, concluiremos que sequer são significativas as ações assistencialistas e o que existe de fato é uma utilização dos “políticos” em lugar do contrário.

Os vereadores de Mesquita são percebidos, então, como agentes a serviço da “comunidade” da Chatuba, confirmando a regra baixadense das relações políticas se caracterizarem pela sua pessoalidade, excentricidade e pela alteração de sentido na medida em que a ênfase no papel executivo do agente legislativo acelera a resolução dos problemas próprios dos locais proletários, porém inviabiliza o surgimento do que Seu Souza chama de “consciência”.

Will Kymlicka e Wayne Norman¹⁵⁰ ao apresentarem e discutirem obras recentes que tratam do tema cidadania e exatamente após exporem o ponto de vista de teóricos segundo os quais a participação política deve compor o centro das preocupações de um verdadeiro cidadão, modelos dos quais seriam os homens da antiga Grécia, argumentam que este pensamento está em perceptível desacordo com a forma como as pessoas vivem na atualidade, fato que não equivale a uma passividade característica dos cidadãos atuais e sim a uma mudança estrutural na forma de se viver, mudança que transformou a política em um campo profissional e a participação política em uma atividade ocasional e desvantajosamente colocada em relação a outras atividades como aquelas relacionadas ao consumo de bens econômicos, religiosos, culturais, ao convívio familiar, profissional ou mesmo ao desprezo pelas disputas violentas e a valorização do individualismo.

Kymlicka e Norman argumentam que a vida pessoal, profissional e social em nossos tempos é muito mais rica que na antiga Grécia e que os atuais cidadãos provavelmente não estão equivocados em preferir atividades menos tediosas que a política, principalmente porque vivem de acordo com o nosso tempo.

¹⁵⁰ KYMLICKA, Will; NORMAN, Wayne. Return of the Citizen: A Survey of Recent Work on Citizenship Theory, In **Ethics**, n. 104, Chicago, The University of Chicago Press, 1994.

Estas idéias nascidas do comportamento de cidadãos anglo-saxões se aplicadas aos habitantes da Chatuba, casam-se com o ponto de vista exposto pelas duas últimas falas transcritas. Estas falas nativas expressam não que direitos são dádivas, que reivindicações são inúteis, ou que os proletários são partes de uma grande platéia. Antes, revelam que no bairro há uma posição ativa, valorativa do trabalho e estratégica, porém não se expressando através dos meios participativos clássicos, mas sim através da inserção das atividades políticas como ações importantes, porém não mais fundamentais que a convivência familiar, o desempenho de uma atividade profissional ou a busca do contato com a divindade. Por isso a aceitação do assistencialismo parece simplificada aqui, significando uma apropriação popular dos benefícios distribuídos por agentes políticos oficiais ou mesmo candidatos a cargos públicos e uma maneira de dinamizar as maneiras populares já consagradas de serem resolvidas todas as questões relacionadas com o que Seu Souza chama de omissão estatal provocada pela dificuldade que é para os moradores da Chatuba tornarem-se visíveis:

O negócio aqui é que a gente ninguém enxerga a gente pelo lado positivo. Todo mundo que olha pra gente só vê pobre que não sabe fazer valer os seus direito e que mora num lugar perigoso que ninguém quer nem saber de ir fora de eleição. Aí o que tem é um Estado que é omissão que é propriedade de um punhadinho de cara que não tá interessado em ver a gente daqui e de qualquer lugar de pobre. Agora qualquer um que olha pra gente só vê voto e pensa que este aqui é um lugar que não tem jeito, que é uma bagunça que não tem vida própria, só que isso não é verdade não. É que brasileiro só olha pra uns lugar e esquece de outros que na minha opinião é mais importante que esses que aparece na novela. Você imagina se tudo quanto é pobre morador aqui da Baixada fizesse uma greve um dia e não fosse trabalhar lá no Rio? Ia ter um problemão lá embaixo porque é a gente que move o Rio. Se a gente não fosse lá fazer esses trabalho mais bruto que é o que quem mora aqui faz o Rio ia parar. Em troca o que a gente tem? Nada. A gente nem é visto. Ninguém nem sabe o que é um bairro igual esse. Quem é que sabe o que é Chatuba? Ninguém.

Serão as questões lançadas pelo líder comunitário e militante comunista Antônio Souza Leite ao falar em nome de seus vizinhos e ao reivindicar vida própria para a sua “comunidade” formas de afirmar que sobrevive sob a desordem urbana caracterizadora desse bairro

um ideal de alcançar-se a visibilidade social própria daqueles que sabem fazer valer os seus direitos através da luta pela cidadania?

CAPÍTULO 4

O caso Marcelo Souza

Difícil analisar a violência do Brasil urbano sem que faça parte das explicações para a perturbadora situação desse início de século a intensificação do tráfico e consumo de drogas principalmente nas grandes metrópoles da região Sudeste, tornando-se o tráfico principalmente de cocaína o motivo mais visível de quase todos os nossos problemas.¹⁵¹

É elementar que fatos como a enorme diferença entre pobres e ricos, o crescimento exagerado e rápido de nossas principais cidades, as condições climáticas adversas da região Nordeste do país, a longa ditadura militar que colocou em contato nas prisões do país bandidos comuns e opositores políticos do regime de 1964, sejam elementos de fundo das explicações sobre a violência urbana brasileira. No Rio de Janeiro diversas explicações adicionam a estes elementos pré-existentes à insegurança urbana deste início de século a existência das favelas que exatamente localizadas nos locais para os quais a cidade expandiu-se e teimando em crescer mais rapidamente que toda a Região Metropolitana,¹⁵² inviabilizou todas as medidas preventivas ao seu desenvolvimento, possibilitando desde o início do século passado a criação de um universo social próprio nos morros e planícies vazias da cidade, fato que terminou por significar a sujeição de grande parte da população desses locais periféricos da cidade, transformados em reféns dos traficantes que hoje gerenciam violentamente seus negócios e a vida dos moradores proletários com a finalidade de manterem o isolamento de suas áreas, fato

¹⁵¹ LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 233-276.

¹⁵² Cf. VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 139.

que possibilita a ínfima estabilidade do comércio de drogas constantemente ameaçado por outros traficantes ou autoridades policiais.¹⁵³

Mas quanto à Baixada Fluminense? Este modelo geral aplicável, com certas adaptações, a qualquer periferia urbana brasileira desse início de século XXI. Pode ser exemplificada por episódios ocorridos ali?

Sem dúvida a aceleração geral da violência urbana refletiu-se na forma como tradicionalmente os próprios moradores da Baixada enxergam as relações entre a sua região e os inumeráveis episódios violentos que marcaram tão profundamente a opinião nacional acerca da Baixada Fluminense. Para os moradores, entretanto, não existe a percepção desta como uma região violenta ao extremo. Ao contrário disso, o município do Rio de Janeiro é o local ao qual se deve temer:

Você vê só como a coisa é: usar um banco aqui é f... Se fosse lá em baixo [Rio de Janeiro] tinha um monte de caixa, mas aqui é isso. Você tem que ficar nessa fila e só tem a caixa, mas nenhuma funciona. A única vantagem daqui é a violência que não tem. Pelo menos isso a gente é melhor que eles lá de baixo por enquanto.¹⁵⁴

De certo não são muito precisas hoje as informações sobre como os moradores percebiam a região quanto à violência em tempos passados, na época mesma da colonização proletária, porém o novo *status* da Baixada Fluminense como um local “tranquilo” parece dever-se tanto ao maior destaque que a partir dos anos 1990 o município do Rio de Janeiro passou a ter na mídia nacional como um “cenário de guerra civil”, quanto com a desaceleração do ritmo de assassinatos na Baixada. As falas de moradores de bairros periféricos revelam quase sempre a crença de que violência é algo traduzível por número de corpos pelas ruas. Um menor número de cadáveres, aliado a inexistência de disputas cotidianas entre bandos de traficantes e a não

¹⁵³ Cf. ALVITO, Marcos. Um bicho de sete-cabeças. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 181-208.

¹⁵⁴ ALMEIDA, Geraldo Magela. **Entrevista concedida** em 21 fev. 2006.

ocorrência de vítimas de balas perdidas, parece opor o início do século atual à época do encontro diário de muitos corpos pelas ruas dos bairros proletários, muito embora os números oficiais continuem a informar que a região possui um índice de assassinatos elevado¹⁵⁵:

Se eu vejo diferença? É assim. Antes quando eu cheguei [1961] era muita tranquilidade. Com o tempo foi chegando mais gente e aí é que foi mudando. Foi aparecendo mais gente e aí foi aparecendo covardia. Gente morta aí por nada por uns animal que matava assim sem motivo mesmo. Depois começou a aparecer muito defunto desconhecido por aí. Você saía pro serviço e deparrava com morto aí nas rua... era uns cara que ninguém nunca tinha visto aqui. Isso era em 1970, setenta e pouco. Agora não. Agora é tranqüilo mesmo. Quer dizer, tem uns morto aí de vez em quando, mas tem mês que passa sem nenhum morto. Agora o que morre num ano é o que morria num final de semana. Num carnaval eu já vi morrer aqui uns doze só nos dias da festa.¹⁵⁶

Neste outro depoimento a sequência “tranquilidade”, “covardia”, “tranquilidade” mantêm-se, relaciona-se, porém, com o número de habitantes do bairro. A idéia parece ser a de que a pequena quantidade de pessoas em um bairro faz com que ele se assemelhe com o local

¹⁵⁵ Cf. RIBEIRO, Eduardo; CANO, Ignacio, SENTO-SÉ, João Trajano; LÁZARO, Márcio. A Incidência da violência na Baixada Fluminense. **Impunidade na Baixada Fluminense**. Disponível em <<http://www.global.org.br/docs/relatoriobaixada.doc>> Acesso em 10 fev. 2006. / WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência dos municípios brasileiros**. Brasília: Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura: 2007.

Esta última obra apresenta vários dos municípios baixadenses como contidos dentre os mais violentos do Brasil, entre 2002 e 2004. A tabela abaixo lista os municípios da Baixada e também a capital do estado:

Posição do município	Nome do município	Número de Assassinados por 100 mil habitantes
12	Itaguaí	92,7
19	Duque de Caxias	80,9
23	Nova Iguaçu	78,5
46	Seropédica	69,0
57	Nilópolis	65,9
62	Queimados	64,8
69	Guapimirim	63,4
71	Belford Roxo	63,1
107	Rio de Janeiro	57,2
173	Japeri	48,9
185	São João de Meriti	47,9
196	Magé	47,1
449	Mesquita*	32,8

* Os números positivos de Mesquita devem-se ao fato da fundação desse município ter ocorrido em 2000 e a coleta de dados sobre ele ter somente ocorrido em 2004. / O município de Paracambi não entrou na tabela porque sua taxa de homicídio não se encontra entre os 10% mais violentos do Brasil.

¹⁵⁶ FERREIRA, Carlos Luiz. **Entrevista concedida** em 11 jan. 2006.

de origem dos migrantes que tentam reconstruir suas vidas nesse novo e estranho local. Longe no tempo, esse momento pioneiro de ocupação surge como idealizado e oposto aos anos em que o bairro já possuía um número maior de moradores, mas em que sobressaíam ainda os terrenos vazios. Neste momento - localizado pelo entrevistado nos anos finais da década de 1970 e em toda a década de 1980 - a novidade surgida é a presença de grupos de homens ostensivamente armados e responsáveis pelos assassinatos constantes de ladrões que invadiam as casas pouco protegidas e furtavam objetos essenciais como botijões de gás de cozinha, rádios e aparelhos televisores. O início do consumo de maconha aparece como a principal causa desses furtos e todos os envolvidos nos episódios são moradores do próprio bairro, menores de idade ou indivíduos jovens geralmente chamados de “vagabundos”:

A minha família é a mais antiga desse bairro aqui. Quando a gente chegou não tinha nada ainda não, era tudo mato e não dava nem mesmo pra gente ver assim as ruas que tinha passado a máquina. Isso era em 1957, tem quase 50 anos. Eu tinha vinte e poucos anos... 24 anos. Como era tudo mato eu fui dando um jeito de plantar no meu lote e nos terreno do lado e fiz horta grande, dava pra alimentar a gente tudo e também fui criando criação, assim, galinha, porco, tinha um cavalo e umas vaquinha. Eu fazia de tudo um pouco, vendia verdura, leite e eu tinha uma carroça pra levar as coisa assim pra esses bairro aí de fora que tinha mais gente que aqui e dava o meu jeito [...] Nessa época aqui era tranqüilo, era roça mesmo. Só dava de vez em quando um ladrão de galinha ou menino que roubava as fruta, mas era só. Depois foi aumentando muito o bairro, eu fui perdendo os terreno pra plantar, fiquei plantando só no meu e em outro aqui de perto. Vendi as vaca, matei umas e passei a fazer frete com os cavalo porque não dava pra ninguém entrar aí dentro de carro e carro só de carroça. Aí sim a coisa foi ficando violenta. Era muito malandro, tudo junto e fumando fumo e fazendo as covardia. Se não era as polícia mineira que tinha sempre, era difícil aquestar. Eles matava, mas aparecia mais e aí aparecia muito defunto. Só foi melhorando mesmo quando foi crescendo mais e foi aparecendo mais coisa, assim asfalto, clube, posto de saúde, aí foi acabando os roubo demais e também foi normalizando esse negócio de extermínio. Agora morre, mas a gente nem sabe quem mata. Um dia desses eu fiquei bobo. Mataram um ali em cima do morro ali pra cima e botaram fogo. Eu só fui saber depois de uma semana pelo jornal. Não é mais que nem antes que a gente conhecia o matador, a gente sabia que era gente daqui mesmo, as vez trabalhador, pedreiro, que também matava. Agora eu nem conheço mais os morador, muito menos os bandido e os matador de bandido. Ficou mais inseguro, você pode ser assaltado a qualquer hora e nem tem pra quem reclamar. Antes não, você era roubado, ia reclamar e o seu bujão, sua televisão voltava. Agora você não vê nunca mais.¹⁵⁷

¹⁵⁷ PRADO, Manoel da Silva. **Entrevista concedida** em 30 nov. 2005.

As “polícias mineiras” ou grupos de extermínio entram pela primeira vez em cena, segundo este entrevistado, em finais da década de 1970. Perceptível é nesta e em tantas outras respostas as questões relacionadas aos grupos de extermínio e o entendimento de que os “matadores de bandidos” não são também bandidos. A visão dos corpos baleados, esfaqueados ou estripados e espalhados pelas ruas não pavimentadas, amarrados a mourões de cercas, queimados ou esquartejados em terrenos vazios, habita ainda as memórias destes moradores mais antigos.

Os justicamentos surgem, apesar das lembranças incômodas, como inevitáveis e a única maneira de controlar o estoque dos “ladrões” e “fumadores de maconha” que ameaçavam a tranquilidade do antigo microcosmo rural construído pelos migrantes. Se nos outros dois locais de moradia de proletários - nas favelas e conjuntos habitacionais cariocas invadidos - as memórias dos mais antigos moradores sobre o seu local de habitação relacionam-se com a luta contra os perigos da remoção e, portanto com a presença incômoda do Estado, na Baixada Fluminense, um mundo à parte formou-se desde a colonização proletária e compôs este mundo isolado a figura do justiceiro-matador-de-bandidos.

Enquanto nas décadas de 1950, 1960 e 1970 um favelado carioca preocupava-se com a invasão, queima ou derrubada de seu barraco - necessariamente feito de papelão, resto de madeira ou folha de flandres - pelas forças policiais, em nossa região o proletário migrante construía sua casa precária - mas de alvenaria e sobre seu próprio lote - distante de quaisquer ações estatais, e preocupado em não deixar seus filhos desviarem-se do “caminho do bem”, fumando maconha ou praticando pequenos roubos, porque isso seria a senha para que “matadores da área” entrassem em ação eliminando o “mal pela raiz”.

Eu vim do Nordeste na década de 1960. Eu fui pra favela do Caju, só que me expulsaram de lá assim que eu cheguei. Eles botaram fogo no meu barraco quando não tinha ninguém lá, graças a Deus. Até hoje eu não sei quem foi o filho da puta que fez isso. Eu queria me vingar, levantar outro barraco e tudo, mas minha mãe me convenceu e eu vim pra cá. Aqui eu casei e tive os meus filhos todos. Aqui era diferente demais de lá de baixo. Aqui eu vi muita covardia, mas também a gente vivia mais junto no início. Não tinha nada de ninguém querendo derrubar a sua casa, querendo te vender um pedacinho de terreno por um preço não. Aqui se você ocupava um terreno sem ter escritura, isso não dava em nada não. Você tinha seu direito respeitado e você só tinha que tomar cuidado pra não falar mal da vida dos outro e de não deixar seus filhos se desencaminhar porque aqui se seu filho perde a linha e se desencaminha tem sempre um pra cortar o mal pela raiz. A vida é mais fácil aqui, mas você tem que tomar mais cuidado só com a criação dos seus filhos.¹⁵⁸

Presentes em todos os municípios da região, os grupos de extermínio ou justiceiros isolados contribuíram sobremaneira para dar à região através de suas ações geralmente exemplares e, por isso profanadoras dos corpos que deveriam mostrar o resultado da fuga ao “bom caminho” através das marcas de tortura que fazem equivaler um cadáver a uma mensagem. “Matar é pouco”. Um corpo precisa carregar em si “recados” para os outros “malandros”:

Você não acha que eu ia matar alguém só por matar. Eu não sou nenhum mostro não. Se eu matava era pra livrar o lugar de malandragem, de safadeza. Por isso você tem que matar e botar fogo, abrir o sujeito, enfiar pedaço de madeira no c... do cara, ou arrancar o p... pra mostrar que ele era um filho da puta que não prestava. Estuprava criança e tal. Se você só dá um tiro você não dá recado pros outro e o serviço não tem o mesmo valor. Você tem que ver que matar é pouco. Eles têm que sofrer. Eu só dava tiro quando não tinha jeito, quando tinha gente por perto e não dava pra pegar o cara vivo pra fazer o trabalho, aí era só [imitação do barulho dos tiros] e pronto.¹⁵⁹

Ana Lucia Silva Enne¹⁶⁰ acompanhou as visões da imprensa sobre a Baixada Fluminense entre os anos 1950 e 2000, sendo a exposição de suas conclusões válidas aqui por coincidirem quase totalmente com as memórias dos proletários mais velhos sobre a Baixada Flu-

¹⁵⁸ ALMEIDA, Geraldo Magela. **Entrevista concedida** em 21 fev. 2006.

¹⁵⁹ AZEVEDO. **Entrevista concedida** em 21 fev. 2006. (Neste capítulo os nomes dos entrevistados diretamente envolvidos ou próximos dos grupos de extermínio serão suprimidos e substituídos por sobrenomes fictícios).

¹⁶⁰ ENNE, Ana Lucia Silva. **“Lugar, meu amigo, é minha Baixada”**: memória, representação social e identidade. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

minense durante todos estes anos de ocupação, reforçando as memórias e as notícias da imprensa carioca a opinião de que não há como visualizar de forma satisfatória a região da Baixada sem levar em conta a prática rotineira dos justicamentos.

Segundo Enne, nos anos iniciais da década de 1950, a percepção dos jornalistas sobre a região era a de que a Baixada não passava de uma “roça” próxima ao Rio de Janeiro, confirmando os crimes ocorridos ali esta condição: poucas eram as referências à região e todas elas diziam respeito a crimes passionais ou acidentes como as quedas dos passageiros dos trens que transportavam a população até aos seus locais de trabalho. A idéia da Baixada Fluminense como microcosmo rural - que, aliás, surge em diversos relatos nativos impressos aqui - é perturbada rapidamente ao longo da década pela ocorrência de conflitos constantes pelas terras subitamente valorizadas através do surgimento da empresa loteadora. Desse modo o surgimento de designações pejorativas na mídia carioca, como “faroeste fluminense” ou “Nordeste sem seca” iniciam o processo de desqualificação crescente da Baixada, desqualificação acentuada pelo surgimento da figura de Tenório Cavalcanti, que possuía como base eleitoral a massa de migrantes que inundava principalmente o novo município da Baixada Fluminense, Duque de Caxias. Ele, com a sua inseparável metralhadora lurdinha, popularizou os tiroteios e atentados sofridos ou promovidos pelo político enquanto construía, defendia ou fazia crescer o seu capital político, conforme mostrei no primeiro capítulo.

Percebido hoje por boa parte da população baixadense como um líder negativo, Tenório Cavalcanti parece ter sido o responsável mais visível pela solidificação da idéia nascida na década de 1950 da Baixada Fluminense como um “faroeste fluminense”, sendo a década de 1960 marcada - se acreditarmos nas manchetes dos principais jornais cariocas - como aquela em que a solidificação se processou tanto devido aos embates entre Tenório, seus capangas e seus inimigos políticos às vezes protegidos pelas autoridades policiais locais, como pelo sur-

gimento de grupos responsáveis pela segurança dos comerciantes que se sentiam ameaçados pelos saques promovidos pelos novos moradores proletários da região. Se estes grupos evoluíram e transformaram-se nos esquadrões da morte típicos da Baixada Fluminense é impossível afirmar-se, apesar de ser uma hipótese sustentada por vários dos analistas dos episódios de violência na região,¹⁶¹ entretanto, sempre seguindo os órgãos principais da imprensa escrita carioca, a década de 1960 é marcada pelo surgimento de matérias que retratam de forma explícita a violência na região da Baixada Fluminense, transformada a partir do final desta década principalmente em área de recebimento de cadáveres produzidos pelas ações repressoras das polícias fluminenses à serviço do governo de exceção atuante no país desde 1964. Manchetes relatando o aparecimento de dezenas de cadáveres na Baixada Fluminense passaram a ser comuns durante as décadas de 1970 e 1980.

A não discriminação da origem dos corpos pela imprensa carioca e a atribuição dos morticínios ao fato da Baixada Fluminense possuir uma “fauna criminosa” e ser um “câncer vizinho” ou um local onde “a lei do gatilho é tão natural quanto a lei da gravidade [...]”, parece possuir pouco embasamento real. De fato as investigações policiais sobre os assassinatos não permitiram jamais alguma afirmação concreta, categorizando quase todos os mortos como

¹⁶¹ São trabalhos recentes sobre a história da violência na Baixada Fluminense além do já citado de Ana Lúcia Silva Enne:

ALVES, José Cláudio Souza. **Baixada Fluminense**: a violência na construção do poder. São Paulo, tese de Doutorado em Sociologia, USP, 1998.

ALVES, José Cláudio Souza. Baixada Fluminense: o código genético social de uma periferia. **Revista FEUDUC/CEPEA/PIBIC**, n. 1, ago. 1999.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões ao Extermínio**: Uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, APPH-CLIO, 2003.

SOUZA, Josinaldo Aleixo de. **Os Grupos de Extermínio em Duque de Caxias Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro, dissertação de Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1997.

SOUZA, Marlúcia S. Imagens da cidade de Duque de Caxias. **Revista FEUDUC/CEPEA/PIBIC**, n. 2, 2000.

SOUZA, Marlúcia; PIRES JÚNIOR, Roberto. **Terra de muitas águas**. Duque de Caxias: papelaria Itatiaia, 1994.

“desconhecidos” e os seus casos como de “autoria desconhecida”¹⁶². Concretamente o que se estabeleceu foi a identidade entre Baixada e mortes violentas, levando-me a pensar que não houve hiato entre o momento em que a região era um depósito de cadáveres originados da repressão oficial dos anos de chumbo e o tempo em que os justiceiros de bairro começaram a “espalhar defuntos pelas ruas” ao eliminarem jovens criminosos comuns. Por isso ao longo dos anos 1980 a exposição diária de cadáveres nas primeiras páginas de jornais populares cariocas e em alguns jornais locais tenha se consolidado sob a percepção de que “na Baixada Fluminense a coisa mais comum era encontrarem-se assassinados”. Impossível saber quem morria, “mas se eram assassinados alguma coisa deviam”.

Poucos dados podem ser analisados quando o assunto é determinarmos o começo da “cultura de violência” ligada aos grupos de extermínio na Baixada Fluminense. Certo é que os assassinatos se intensificaram na década de 1980 e tantos eram os cadáveres e matadores anônimos, que personagens foram criados para personalizar os justiceiros que agiam na Baixada.

Dentre esses justiceiros estilizados o mais famoso foi sem dúvida o “Mão Branca” que, bem ao estilo dos justiceiros entrevistados por mim, entendia a sua missão como pedagógica e higiênica, violando às vezes os corpos e sempre deixando recados que relacionavam o assassinado a algum tipo de crime. Sabe-se hoje que o personagem “Mão Branca” foi uma criação de profissionais da seção policial do jornal carioca Última Hora e que a partir da criação do personagem ele ganhou vida própria, passando os componentes de grupos de extermínio a escreverem cartazes que jogavam sobre suas vítimas, identificando o assassino e desqua-

¹⁶² Chamo a atenção para alguns dos relatos presentes no capítulo segundo (O caso Ilda do Prado), onde são vários os moradores mais antigos do bairro de Capivari que lembram dos corpos que se decompunham em meio a vegetação sem chamarem a atenção de ninguém. Acompanhando Dona Ilda pelo bairro ela me apontava locais onde ossadas podiam ser encontradas e dizia que algumas estavam ali há mais de 30 anos.

lificando o assassinado além de ligarem para as redações de jornais populares informando sobre os locais onde corpos poderiam ser encontrados¹⁶³.

O fato do criador do personagem Mão Branca ter perdido o controle sobre a sua criação logo após as primeiras aparições do justiceiro anônimo no jornal Última Hora é bem evidenciado pelas inúmeras cartas que chegaram à redação ao longo do ano de 1980. Cartas em que os leitores apoiavam a ação do matador e também pelas ameaças que os profissionais desse jornal passaram a sofrer quando decidiram não mais publicar manchetes referentes às ações do personagem ficcional que de posse de um discurso “próprio”, passou a sintetizar a necessidade da “limpeza” da Baixada, povoando as conversas diárias sobre a violência na região que durante os anos 1980 experimentava um crescimento populacional constante e acompanhado pelo aparecimento de justiceiros atuantes em bairros populares onde a oposição “vagabundos” *versus* “trabalhadores” aumentava a olhos vistos, funcionando o “justiceiro do bairro” como o substituto imediato do Estado nas questões referentes à segurança pública.

Nenhum “trabalhador” imaginaria reclamar por um assalto ou pela cobrança de “pedágio” aos policiais porque simplesmente não havia policiais. O primeiro e quase sempre único acionado era o “justiceiro do bairro” que atuando sozinho ou em grupo cuidava da “limpeza do lugar”, não deixando “vagabundo se criar” e afastando dali “qualquer coisa errada, tipo maconha e estupro”. Enfim, não é difícil perceber que para os baixadenses a vida nos bairros sem a presença dos justiceiros seria “muito mais difícil” principalmente por que os “vagabundos” ameaçavam tanto os bens quanto a vida dos “trabalhadores” e a intermediação dos justiceiros sempre foi vista como “necessária”. Não se trata então de uma relação de submissão da população pelo medo aos grupos de matadores ou uma relação em que, sem críticas, os moradores mitificaram seus “protetores”. Bastantes diversas são as relações quando o foco de ob-

¹⁶³ LOUZEIRO, José. **Mito em chamas**: a lenda do justiceiro Mão Branca. São Paulo: Moderna, 1997.

servação é afastado das várias visões panorâmicas existentes sobre o fenômeno justicamentos baixadenses.

Sob luzes mais fortes algumas realidades são mantidas, porém surgem matadores percebidos de formas várias pelos baixadenses. Surgem membros da própria comunidade que se notabilizam por eliminarem bandidos e que usam a notoriedade advinda dos justicamentos para consolidarem-se como líderes comunitários locais preocupados em resolver questões mais presentes como a improvisação de serviços básicos ou a criação de estratégias de resolução dos problemas diversos inerentes ao precário gerenciamento popular dos espaços públicos.

Percebi ao longo dos anos de pesquisa sobre a Baixada Fluminense que existe uma tendência de justiceiros (ou ex-justiceiros, segundo os envolvidos em justicamentos entrevistados por mim que admitiam a prática, mas nunca no presente) transformarem-se em líderes comunitários ou o costume de alguns líderes comunitários de se aproximarem de justiceiros ou de se afirmarem como tal mesmo que seus vizinhos não testemunhem afirmativamente sobre a sua condição de matador. Tais comportamentos surgiram para mim como sinais de que a grande reprovação aos grupos de extermínio não partia das próprias pessoas que conviviam com estes mesmos grupos ou com os justiceiros isolados, sendo muito comum que moradores de áreas subitamente atingidas por um excesso de opressão de bandidos lamentem a inexistência de justiceiros, agindo alguns deles no sentido de atraírem a ação de matadores atuantes em bairros vizinhos como exemplifica o relato abaixo:

De uma vez a gente passou aqui a ter muito assalto, invasão nas casa e teve uns vagabundo que passou até a cobrar pedágio em frente a padaria ali de baixo. Isso até acontece porque é sempre assim aqui: vem uns tempo ruim e depois morre os vagabundo e volta tempo tranquilo. Só que tava demorando e era bandido covarde, tinha tráfico e tudo no meio. De repente morreu seis dos malandro de uma vez só. Aí eu soube que o meu vizinho aqui foi falar com o Tião Medonho que era um negão forte que cuidava da área de cima lá e que não deixava bandido se criar e ele veio pra cá e matou um monte logo.

Depois disso acabou esse negócio de maconha e de assalto por um tempo [...] Depois sempre que tinha mais coisa aqui aparecia morto a balde e voltava o normal.¹⁶⁴

Uma ligação tão estreita entre “trabalhadores” e “matadores” parece ser a chave para a compreensão do fenômeno do justicamento na região da Baixada onde os justiceiros não são exatamente percebidos como “bandidos sociais” conforme foram considerados os traficantes das favelas cariocas em algumas épocas, porém as suas ações são desejadas, não interferindo tão fortemente na vida dos moradores proletários e utilizando o código moral dos próprios moradores, o que faz com que eles tenham em comum um grande ódio pelos “vagabundos” que “infestam” os bairros proletários.

De “vagabundos”, moradores e matadores chamam viciados em drogas, ladrões e estupradores. Estes últimos são os mais odiados e a sua morte deve ser sempre exemplar como relatou acima um dos justiceiros entrevistados por mim. Apesar do ódio não é incomum nos dias atuais encontrarmos justiceiros envolvidos com traficantes, algo não encontrado em outras épocas, de acordo com relatos de moradores mais antigos:

Agora é meio bagunçado esse negócio de grupo de extermínio. Você acha polícia no meio. Tem uns que é traficante. Tem até caso de matador que é estuprador. Antes não. Antes era um cara que vivia aqui mesmo e que matava. Eu mesmo conheci um assim porque ele morou aqui do lado. O nome dele era Marinho, era pedreiro, trabalhava muito bem, era de Pernambuco e de repente deu a louca, dizem que matou a mulher. Eu não sei. Ele batia muito nela, mas paraíba bate na mulher mesmo. Depois deu a louca e passou a matar bandido. Ele trabalhava de dia e matava gente de noite. Matava muito mesmo. Juntou uns cara com ele e eles não deixava bandido viver. Só que ele as vez matava inocente, mulher, garoto e todo mundo morria de medo. Quando ele virou matador mudou o nome. Todo mundo chamava ele de Maicon e ele passou a brigar com os bandido do outro bairro, se ligou com um comerciante daqui. Aí começou a ter muita guerra aí entre o grupo dele e o grupo dos traficantes, muita gente morreu dos dois lados, ele até foi preso e tudo, ficou muito tempo preso. Acho que ficou maluco e quando saiu os traficantes que já mandava em tudo aí mataram ele.¹⁶⁵

¹⁶⁴ ALMEIDA, Geraldo Magela. **Entrevista concedida** em 21 fev. 2006.

¹⁶⁵ CARVALHO, Márcio Monteiro. . **Entrevista concedida** em 09 jan. 2006.

Eu não conheço bem polícia mineira. Não conheci muito nenhum matador. Sabia quem era antigamente e eles falava comigo e tudo, sabia que eu não era vagabundo. Antes tinha menos gente aqui e eles matava quem perturbava o bairro que não tem polícia mesmo. Agora eu não conheço também ninguém, mas acho que tem gente que vende maconha aí mais do que antes. Antes era só o matador. Tinha maconha e tudo, mas não tinha o traficante igual agora. Tem menos morte e tudo agora, mas tem mais maconha e cocaína agora.¹⁶⁶

O fenômeno dos justicamentos baixadenses parece surgir para os moradores como um sinal claro da ineficiência do Estado, incapaz tanto de evitar o ataque aos proletários por parte da “vagabundagem” quanto da prisão desses bandidos locais praticantes de pequenos delitos, principalmente, mas mesmo assim punidos com a morte:

Como eu escolhia quem vai morrer? Assim, eu vivo aqui mesmo. Eu sei quem é o que aqui. Eu sei quem se mete com o que não presta. Eu vejo o jeito do cara e aí eu aviso pra ele, pra família se eu conhecer bem eles. Às vez eu mando sair daqui, às vez eu dou umas porrada só, tiro na perna, mas quando eu não conheço direito, mas o cara tem jeito de malandro eu mato de uma vez. Eu sempre ouço gente me falando de coisa errada e vou seguindo os boato e acabo sempre achando os malandro [...] teve um garoto aí que me disseram que tava mexendo nas coisa dos outro. Eu não conhecia ele direito. Ele vivia numa avenida de casa ali. Aí eu fiquei vendo, ele não trabalhava, só ficava soltando pipa e jogando bola aí, perguntei pra ele o que ele fazia, se trabalhava, aí ele disse que era camelô em Nova Iguaçu, na passarela, depois fui ouvindo mais reclamação dele e não deu outra. Quando eu reparei que ele tava todo arrumadinho, com tênis de marca e tudo e vi que tinha aumentado o roubo aí no bairro, matei ele um dia quando ele tava jogando bola. Depois parou os roubo.¹⁶⁷

Ao contrário de uma favela ou de um conjunto habitacional popular carioca, o Estado não é percebido como opressor. Talvez porque aqui os moradores proletários não experimentaram ações como a remoção, o incêndio de casas ou o controle governamental das associações populares.¹⁶⁸ A presença tão pequena do Estado, entretanto, favoreceu o surgimento de controles internos da criminalidade através dos justicamentos. As tentativas de enquadramento dos grupos de extermínio ou dos matadores individuais baixadenses sob um mesmo modelo

¹⁶⁶ SILVA, Elias. **Entrevista concedida** em 04 fev. 2006

¹⁶⁷ VIEIRA. **Entrevista concedida** em 03 fev. 2006.

¹⁶⁸ VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 22-73.

parecem não resultar em sucesso devido ao fato de serem variadas as origens, composição e formas de atuação desses grupos cujos membros se entendem substitutos das forças policiais.

Mas evidente hoje é a participação de policiais e bombeiros militares nos grupos. Suas motivações são várias, mas geralmente se entende que eles agem a partir da solicitação de comerciantes que contratam policiais com a finalidade de coibir ações de ladrões e assaltantes nos estabelecimentos comerciais. A “limpeza da área” através dos assassinatos surgiria para estes policiais como forma de facilitar o seu trabalho extra como seguranças das lojas de um bairro ou mesmo do centro de alguns municípios da Baixada. Policiais e bombeiros são também utilizados por políticos da região em busca de reforço da sua segurança pessoal. O grande número de atentados a políticos locais pode possuir como razão a facilidade desses políticos de lançarem mão dos grupos de assassinos formados por policiais e bombeiros que atuam como guardas privados.¹⁶⁹

Os grupos de extermínio que atuam nas periferias das cidades baixadenses possuem configuração diversa. Nestes bairros proletários os matadores fazem parte da comunidade e não são profissionais da área de segurança. Não quer isto dizer que não existam policiais envolvidos, a maior parte dos justiceiros, entretanto, são proletários transformados em matadores sem abandonarem as suas atividades regulares conforme relata um depoimento localizado acima. Assim não é raro encontrar justiceiros baixadenses ocupados como pedreiros, motoristas, ou mesmo pequenos comerciantes. A sua atuação dá a eles alguma notoriedade principalmente quando passam a ouvir os apelos dos moradores atingidos pela ação dos “vagabundos”. Quando são percebidos como benfeitores, é possível aos justiceiros de bairro transfor-

¹⁶⁹ Entre janeiro de 2004 e julho de 2006, segundo o Jornal de Hoje (08 jul. 2006), o número de vereadores que sofreram atentados na região da Baixada Fluminense foi de 18. Somente em Duque de Caxias foram atingidos por tiros oito vereadores. Nem todos os atingidos morreram e diversos deles foram atingidos próximos de seus centros sociais, alegando alguns deles que foram atacados por seus opositores porque esses centros incomodavam os seus adversários. Um vereador mesquitense sofreu nesse período duas tentativas de assassinato, levando 15 tiros, porém continuando vivo. A hipótese de policiais participarem desses atentados é reforçada pelo fato de nenhum atirador jamais ter sido capturado.

marem-se em líderes comunitários, porém dificilmente um destes indivíduos conquista a confiança de seus vizinhos somente ostentando a fama de eliminar bandidos.

Como é muito tênue a separação entre matadores e aqueles considerados pelos “trabalhadores” como criminosos, o caráter de mal necessário transforma mesmo os justiceiros considerados líderes comunitários em potenciais inimigos. Isto faz com que estes indivíduos ao se transformarem em agentes políticos oficiais se apressem em tomarem distância física das práticas de justiça e iniciarem a escalada rumo à construção da imagem de benfeitor e “amigo da comunidade”. Ser um líder comunitário identificado com grupos de extermínio constitui-se em uma vantagem até, porém não parece factível a hipótese de que as eleições na Baixada Fluminense sejam vencidas através do medo dos justiceiros, sendo exemplo disso a campanha política fracassada de um famoso matador atuante no município de Queimados. No ano 2000 o policial militar conhecido como Beto Capeta apresentou-se perante os seus potenciais eleitores fazendo uma propaganda singular em que se aproveitou do apelido para confeccionar panfletos destinados a sua eleição ao legislativo municipal. Nestes panfletos o candidato, fantasiado de demônio, segurava um tridente sobre o qual havia uma mensagem que o apresentava como “protetor dos trabalhadores queimadenses”. Menos de cem eleitores acreditaram ser necessária a proteção oferecida pelo policial que, até ao seu assassinato ocorrido alguns meses após as eleições, foi sempre temido por ser considerado extremamente violento.

O caso tratado neste capítulo envolve diretamente dois indivíduos. Um é vereador por um município da Baixada Fluminense desde meados da década de 1990. Ele também é comerciante em um bairro periférico do município e admite a sua participação em grupos de extermínio no passado. O outro é um militar, líder comunitário e, embora não afirme categoricamente, participante ativo de grupos de extermínio, segundo moradores do seu bairro. Chamaremos aqui o vereador pelo nome de Marcelo Souza e o militar será chamado Edu-

ardo Silva. Desnecessário é dizer que tal como os participantes de grupos de extermínio entrevistados, esses dois homens tiveram os seus nomes alterados. Os bairros onde os fatos ocorreram não serão nomeados. Porém as características que não permitirem alguma identificação tanto dos bairros como dos personagens serão apresentadas. Quanto aos demais entrevistados eles serão identificados corretamente, a não ser quando pediram para que seus nomes verdadeiros fossem omitidos.

Constitui a essência do caso uma disputa ocorrida em 1998 em uma das partes mais pobres de um grande município da Baixada Fluminense. A disputa surgiu porque o militar resolveu criar um movimento comunitário destinado inicialmente a manter a limpeza do conjunto de bairros onde o vereador morava, possuía comércio e atuava politicamente controlando postos de saúde, colégios e serviços sociais que funcionavam como comitês eleitorais permanentes. A criação do “movimento comunitário campos limpos” surgiu para o vereador Marcelo Souza como um desafio, uma vez que o militar Eduardo justificava os seus atos como resultantes do abandono dos bairros pelo vereador. Ameaçado politicamente, o vereador iniciou seus ataques através da imprensa, informando que o líder comunitário na verdade não era visto assim pela população dos bairros e se tratava de um justiceiro que pretendia candidatar-se a um cargo público e por isso o atacava. Por sua vez o militar dizia-se ameaçado pelo vereador, este sim, participante de grupos de extermínio. Para reforçar essa afirmação, o criador do “movimento comunitário campos limpos” registrou queixa contra o vereador na delegacia policial da região, informando as ameaças sofridas. Na imprensa regional o vereador Marcelo Souza contra atacou informando que o militar constrangia os moradores dos bairros ao pagamento de taxas que seriam usadas para levar adiante as obras emergenciais que não eram feitas, segundo o militar, devido ao fato do “vereador da área” ser “omisso”.

Em comum os dois contendores possuíam a acusação de serem justiceiros, defeito que ambos imputavam ao adversário e informação que quem morava nos bairros confirmava. Também os moradores confirmavam a existência das cobranças feitas pelo militar aos membros da comunidade como maneira de remunerar os trabalhadores encarregados da desobstrução dos cursos d'água abundantes na região, vizinha de uma serra onde nascem alguns dos rios que cortam a Baixada Fluminense, a fim de eliminar as constantes enchentes que ocorriam nos bairros.

A descrição do caso dos embates que duraram alguns meses do ano de 1998 e as entrevistas com os dois envolvidos permitem nessa tese a exposição e análise da forma como se entrelaçam a prática dos justiçaamentos na Baixada Fluminense e o surgimento, desenvolvimento e consolidação de algumas lideranças comunitárias.

Porque um militar e um vereador protagonizaram o caso, surgiram os incidentes para mim como a oportunidade ótima de testar algumas hipóteses acerca das circunstâncias em que surgiu e se tornou comum o fenômeno dos justiçaamentos também presente em outras áreas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, porém mais comum na Baixada Fluminense, onde a ação dos justiceiros assegura a sedimentação de algumas carreiras políticas, seja de forma direta quando alguns destes transformam-se em candidatos bem sucedidos, ou indireta, quando justiceiros são contratados com a finalidade da eliminação dos oponentes políticos em ações de pistolagem.

Talvez por sua própria natureza criminosa, o fenômeno dos justiçaamentos baixadenses foi extensamente tocado sem, entretanto, ser identificado em sua essência. Assemelhar um justiceiro de bairro a um matador profissional de aluguel não é algo difícil de fazer até porque o resultado da ação é a eliminação de pessoas consideradas por alguém indesejáveis. A indistinção, se permite boas visões panorâmicas, produz conclusões difíceis de serem admitidas,

como a de que figuras políticas importantes eleitoralmente na Baixada Fluminense, como Joca ou Zito, foram eleitos ao acionarem suas máquinas repressivas, intimidando os seus eleitores ao ponto de serem aceitos. Considerando o culto político do qual esses dois ex-prefeitos considerados justiceiros por grande parte da população da Baixada Fluminense são objetos, considero insuficientes as explicações fornecidas por aqueles que enxergam a Baixada como um local onde a cultura política caracteriza-se por conter em sua base a prática planejada da violência como estratégia.

O medo dos justicamentos deve ser levado em consideração, mas a personalização dos justiceiros, de suas vítimas e dos “trabalhadores” provavelmente é algo necessário para a montagem de um retrato menos genérico sobre a vida política dos baixadenses.

4.1. Campos limpos

O bairro onde o militar Eduardo mora é parte de um dos locais mais pobres do município. Apesar de ser uma região antiga, ou seja, pertencer as primeiras áreas ocupadas na Baixada Fluminense, permaneceu esse local, desde finais do século XIX até os anos 1980, pouco povoado, o que pode ser entendido como consequência desses bairros estarem muito próximos da Serra do Mar, correndo pelas planícies sobre as quais estes bairros surgiram diversos cursos d’água que partem da serra e que no passado serviram como pontos de desembarque ou embarque de mercadorias que seguiam daí para as regiões das Minas Gerais ou para o porto do Rio de Janeiro.

Hoje esses cursos d’água são os responsáveis por um grande problema que afeta o conjunto de bairros, invadindo em épocas chuvosas muitas casas e desvalorizando os lotes vazios, existentes em grande quantidade em virtude da ocupação humana, ali, ter se originado

de loteamentos pouco procurados pelos migrantes principalmente por serem os meios de transporte até o centro do município ou da capital escassos.

A dinamização econômica da Baixada Fluminense no final do último século e o aumento das pressões por novos locais de moradia terminaram por viabilizar a ocupação efetiva da região antes considerada prioritariamente rural e também destinada ao lazer devido à existência de sítios cujos proprietários aproveitam-se da abundância de água para manter piscinas que servem aos moradores de alguns municípios da Baixada Fluminense.

Em 1998, quando Eduardo criou o movimento comunitário campos limpos esses bairros experimentavam uma aceleração de sua ocupação, fato constatado por moradores mais antigos que vinculavam a aceleração da ocupação ao surgimento de novos problemas:

Antes aqui tinha sítio só. Você tinha os centro dos bairro que tinha umas lojinha e tudo, e rapidinho acabava as casa, as loja e começava os sítio. Depois de uns dez, quinze ano pra cá é que começou a encher de gente de fora assim. De repente foi chegando cada vez mais gente e foi até aumentando as condução lá pra cidade e tudo. Você vê que agora tem muito sítio ainda aí pra dentro, mas você vê que tem também muito mais casa e muito mais loja [...] De um lado é bom ter esse monte de gente aqui porque tem umas facilidade que antes não tinha, por exemplo, agora tem bem mais ônibus e também tem mercado e tudo. Antigamente tinha ônibus de três em três horas para o centro, agora é toda hora e ainda tem as van. De outro lado é ruim esse monte de gente. Agora tem coisas como crime, tem mais lixo, os rio tão poluindo porque não tem esgoto, e por causa do hospital da posse tem muito engarrafamento lá perto da Dutra. Mas tá progredindo e tem gente que pensa até em emancipar isso daqui.¹⁷⁰

As circunstâncias de criação do “movimento comunitário campos limpos” relacionam-se exatamente com o surgimento destas modificações provocadas pelo repentino povoamento da área, tendo inspirado ao militar Eduardo o nome da sua associação a percepção de que crescia em seu bairro a quantidade de lixo espalhado pelos lotes vazios e no leito de um riacho que corta o bairro, fato que provocava inundações inexistentes nas épocas anteriores ao processo de chegada dos novos moradores, sendo a primeira ação do militar a distribuição por

¹⁷⁰ LIMA, Paulo Souza. **Entrevista concedida** em 15 nov. 2005.

pontos estratégicos do bairro de vasilhames grafados com o nome da associação e destinados todos eles a receberem o lixo das casas. A providência seguinte do líder comunitário foi alugar um caminhão destinado a conduzir os detritos oriundos dos vasilhames e da limpeza das margens do riacho e dos lotes vazios até um vazadouro de lixo localizado na vizinhança do bairro.

Isto posto, restava ao líder comunitário para atingir seus objetivos imediatos, estabelecer um valor que deveria ser pago por cada morador a fim de manter o bairro limpo e também convocar órgãos da imprensa regional para mostrar o trabalho realizado e de alguma forma chamar a atenção para os problemas que afetavam o local e que inspiravam movimentos de emancipação distrital desde finais dos anos 1980.

Segundo o líder comunitário Eduardo, a sua convocação da imprensa provocou os problemas iniciais, na medida em que ele foi questionado sobre o papel do “vereador da área” e então falou sobre Marcelo Souza e a sua falta de ação efetiva sobre os problemas e isto iniciou a “guerra”:

Eu não comecei guerra nenhuma não. Ele ficou ofendido por que eu mostrei os problema. Eu nem lembrava dele não. O repórter que lembrou dele e me perguntou se o vereador da área era omissor. Eu nem sabia direito quem era vereador de área. Eu sei que ele tem comércio aqui dentro e que ele tem esses serviço social também, mas que ele é que tinha que fazer obra aqui eu não sabia direito não. Depois do primeiro jornal veio mais um monte até O Globo e aí é que o caldo entornou porque ele foi ficando com ódio e me ameaçou aqui de cara. Eu não sabia direito da vida dele de político, só que eu sabia que ele matava. De bobeira é que eu não ia ficar. Ser pego de surpresa não ia dar não. Ele é covarde. Até o prefeito resolveu falar no jornal. Disse que só bobo ia dar dinheiro pra mim que a obrigação das obra e da limpeza era da prefeitura. Engraçado, era da prefeitura, mas eles nunca fez.

Para o líder comunitário Eduardo o “ódio” de seu oponente era injustificado também porque suas intenções não diziam respeito “à política”. Afirmando nunca ter querido exercer

cargos públicos, o militar chama ao seu socorro sua vida anterior e posterior ao episódio, quando sequer filiou-se a qualquer partido, tendo somente mantido o que já fazia antes:

Eu depois disso continuei fazendo tudo que eu já fazia antes, porque você pode achar que eu comecei a me preocupar com o bairro assim desse jeito só nessa hora aí do campo limpo, mas não foi não. Eu sempre agitei aqui dentro, sempre dei uma mão pra comunidade aí. Se governo não faz nada o jeito sempre foi esse aí. Você pode perguntar aí que você vai ver que eu era alguém preocupado com o bairro antes disso. Depois eu não concorri a nada não. Eu nem sei direito o que é isso. Eu nem parte de associação de morador faço, imagina política, partido. Eu não sou ladrão não. Eu tenho muito defeito, mas ladrão não.

As suas próprias ações no sentido de “limpar” o bairro, Eduardo junta como forma de justificar sua liderança a alegação de ser honesto, o que equivale a não ser político. A necessidade dessa afirmação talvez tenha nascido do fato deste morador ter se lançado por si mesmo à condição de líder comunitário em um local onde sequer existiam associações de bairro e onde os habitantes cuidavam de uma forma improvisada e quase sempre solitária da manutenção das condições urbanas mínimas que um recente local proletário de habitação possui. Ouvindo os demais moradores do bairro não é difícil concluir que eles desconfiaram dos esforços do militar em “ajudá-los”:

Em primeiro lugar o que ele estava fazendo e mandando a gente fazer era coisa que a gente fazia já desde a hora que chegou aqui. Aqui ninguém nem lembra que tem prefeitura. Aqui todo mundo limpa a frente da casa, arruma as vala, capina quintal vazio do lado de casa.¹⁷¹

Tal desconfiança era maior porque:

[...] tinha esse negócio de pagar pra ele. Você pensa bem, por que que eu ia pagar pra alguém fazer o que eu já estava cansado de fazer? E não era nem pagar pra ele fazer porque a gente ia ter que trabalhar do mesmo jeito. Não era igual pagar o imposto e o governo vim e fazer não, você ia ter que ajudar do mesmo jeito. Um negócio igual mutirão. Não tinha porque pagar não.¹⁷²

¹⁷¹ BASTOS, Fernando. **Entrevista concedida** em 02 nov. 2005.

¹⁷² ELIAS, Joaquim da Silva. **Entrevista concedida** em 21 out. 2005.

As tentativas de impor sua liderança não eram bem-sucedidas provavelmente porque faltava ao currículo do militar, uma trajetória comunitária e o seu reconhecimento nascia de uma atividade útil, porém desconfiável segundo os moradores, ou seja, os justicamentos:

Ele queria arrumar tudo, mas ele não tinha tradição. Eu nem sei se ele é antigo aqui. Porque aqui a maior parte de morador é de novo morador. Agora tem gente muito nova aqui, a gente nem conhece mais o pessoal dos bairro. Ele é conhecido do pessoal aí porque diz que ele corre atrás de ladrão aí e mata. Só isso que o pessoal diz dele aí. Quando ele começou a correr aí atrás de gente pro negócio do serviço comunitário, quem ficou com ele foi o pessoal que tinha medo dele. Ele forçou, sabe. O cara chega e fala pra fazer o serviço aí de limpar, aí o cara é matador, os vizinho sabe. Se ele chegar na sua casa falar pra você ir limpar a rua e você sabe que é perigoso, você vai fazer o que? Você fica com medo e segue. Só que você não vê porque fazer nada, você ta forçado com medo, é só isso.¹⁷³

Enfim, a liderança do militar pareceu sempre negativa. Carecia de sustentação da “comunidade” tanto porque exigia pagamento por aquilo que os próprios moradores já faziam e continuariam a fazer, quanto porque se baseava no medo. Principalmente não havia uma trajetória do militar na direção de serviços normalmente realizados pelos moradores, ou seja, em momento algum a sua carreira se assemelhava àquela que se deveria atribuir a um líder comunitário, não tendo ele se destacado no auxílio aos moradores que há muitos anos buscavam meios de amenizar a ausência de ações oficiais através de atos mais contundentes, sendo o mais importante deles a tentativa de emancipar o conjunto de bairros que compunham aquele distrito, cujos moradores foram ouvidos em novembro de 1995, optando a maior parte dos cerca de 18 mil votantes¹⁷⁴ pela não emancipação, devido ao fato desses mesmos moradores não conseguirem visualizar estrutura nos bairros sequer para a criação de um centro administrativo:

Quando teve o plebiscito eu fui contra porque a gente nem sabia onde ia ser a cidade. Você conhece esses bairro? Não tem nada! Nem comércio, nem banco, nem mercado direito. Vai todo mundo para o centro pra fazer tudo. Ia

¹⁷³ LIMA, Paulo Souza. **Entrevista concedida** em 15 nov. 2005.

¹⁷⁴ Pouco mais da metade desses eleitores compareceu aos locais de votação, sendo o total de votantes efetivos 10.748. **Jornal de Hoje**. 21 nov. 1995, p. 1.

adiantar o que emancipação? A gente ia continuar tudo indo para o centro porque não dá pra fazer nada aqui.¹⁷⁵

Os que acreditaram na possibilidade de criação de um novo município atribuíram o fracasso a pouca capacidade de organização dos moradores, sempre percebidos como “sem consciência”, e culpados por serem “novos no lugar” e por serem “fáceis de manipular”:

Quando teve o movimento de emancipação esse povo não teve consciência não. Eles não votaram porque eles não são consciente da nossa situação daqui. A gente aqui é abandonado de tudo. Mas eles são tudo gente nova aqui. Eles não importa com nada ainda não e eles não viram que ia ser bom pra gente ser uma cidade. Eles foram fácil de manipular porque eles não tinha amor por isso aqui.¹⁷⁶

Se os habitantes do conjunto de distantes e pobres bairros baixadenses foram fáceis de manipular por aqueles que eram contrários à independência distrital, foi o medo que fez existir, por diversos meses do ano de 1998 um grupo de moradores que consumiram parte dos seus dias de folga na reabertura de valas, limpeza das margens dos riachos e recolhimento do lixo e até a formação de um grupo de homens responsáveis pela escolta de mulheres e crianças em pontos de ônibus durante os horários de chegada do trabalho e da escola:

Você pensa só, eu tenho família e já fazia aquilo mesmo aqui na rua. Eu limpava meu quintal e o do lado porque era vazio naquela época e tinha vala que você tinha que limpar. Eu ou meu filho ia buscar a mãe e a irmã quando voltava do colégio tarde porque tem muita covardia aí. Aí chega o cara todo valente e chama pra ajudar as coisa que ele tava organizando. Eu não gostava daquilo, só que ele tinha fama e ameaçava os outro. Ele não falava assim ‘eu mato’ mas você ficava na dúvida e se fosse mesmo? Era melhor não arriscar. Ele era amigo de uns polícia e falava tanto de bandido que você ficava com a pulga atrás da orelha.¹⁷⁷

A existência de justificações constantes na região por si só fazia as insinuações do militar parecerem reais ainda mais por que se juntava às ameaças, o temor gerado pelo encon-

¹⁷⁵ ALMEIDA, Geraldo Magela. **Entrevista concedida** em 21 fev. 2006.

¹⁷⁶ SILVA, Flávio Moreira da. **Entrevista concedida** em 19 dez. 2005.

¹⁷⁷ COSTA, Edmundo da. **Entrevista concedida** em 12 jan. 2006.

tro freqüente nas diversas áreas desabitadas vizinhas aos bairros de cadáveres desconhecidos, provavelmente originados do que os moradores chamam de “desovas”:

Aqui sempre teve muita desova. Acho que porque aqui tem muito mato, o pessoal ripa em outro lugar e joga aqui mesmo. Desde que eu moro aqui, que tem uns trinta ano, que aparece defunto [...] você fica assustado com os morto. Você não conhece e tudo. Você vai ver os corpo que até apodrece no mato aí, mas isso fica na sua cabeça, você tem medo assim de morte. Você sabe que não é com você o negócio. Mas você também não sabe quem matou os cara e porque morreu. Sabe lá se era um trabalhador?¹⁷⁸

Na memória desses “trabalhadores” de uma área caracterizada tanto pela atuação de grupos de extermínio sobre os “bandidos da área” quanto pelo encontro de cadáveres, provavelmente originados de justiçamentos ocorridos em bairros mais populosos da Região Metropolitana, não seguem as certezas acerca da origem dos mortos a consideração geral sobre assassinados na região da Baixada, aquela que apresenta os mortos sempre como “devedores”:

Se o cara morre desse jeito, alguma coisa ele devia. Não tem essa de alguém levar um monte de tiro e não dever nada não. Eu já vi muito morto nessas rua aí e no mínimo o cara tava fumando maconha na porta dos outro.¹⁷⁹

Os corpos de “bandidos do bairro” confirmam a regra geral e facilitam a generalização que faz de todos os assassinados por exterminadores “devedores”. Dúvidas, entretanto, entram em cena quando o assunto extermínio aproxima-se mais do cotidiano dos trabalhadores e os cadáveres desconhecidos encontrados nos matagais, caso em que estes anônimos podem ser percebidos como “inocentes”:

De verdade você não sabe quem é que é jogado aí nos mato. Pode muito bem ser inocente. Ainda mais que eu já vi mulher e criança morto aí no mato. Pode ser que seja inocente. Você não sabe. Pouca vez aparece quem era eles. Uma vez eu vi um que foi morto aí e só acharam podre. A família veio com a polícia e ele era trabalhador. Tinha pegado dinheiro de férias na fábrica dele, foi seguido, roubado, arrancaram a cabeça dele e jogaram aí. Uma mulher apareceu lá pros lado de Adrianópolis quando só tinha esqueleto. Ela tinha

¹⁷⁸ SILVA, Flávio Moreira da. **Entrevista concedida** em 19 dez. 2005.

¹⁷⁹ COSTA, Edmundo da. **Entrevista concedida** em 12 jan. 2006.

sumido no natal e apareceu agora no início de março só. Ela era inocente. Disseram que ela foi estuprada e jogada lá pro urubu comer.¹⁸⁰

Na mentalidade popular os assassinatos são, portanto, quase sempre obra de justiceiros “que são pelo certo”, porém, admitido está que algumas vítimas podiam não merecer o destino que tiveram, o que significa não entender os justiceiros como todos eles “pessoas que são pelo certo”. A inexistência de apurações mantém as dúvidas sobre as razões dos assassinatos e facilita a estadia dos matadores na linha tênue que os divide dos “vagabundos” sempre odiados pelos “trabalhadores”.

Mais até do que a ausência de tradição comunitária, e do que um efeito das ameaças veladas de Eduardo, o insucesso do movimento comunitário campos limpos deveu-se a identificação de seu criador com os grupos de extermínio e a percepção popular de que os contatos com ele era algo perigoso:

Não tinha como a gente ficar tranquilo com ele. Todo mundo sabia que ele matava. Ele diz pra você que não matava, mas diz pra você. Pra gente ele sempre falava que fazia e acontecia e corria atrás de malandro. No bairro todo aí ele é conhecido por isso. Tudo bem, se ele matasse só bandido tava bom, mas se ele ameaça a gente você fica cabreiro. Mesmo se ele não ameaça a gente desconfia. O cara tem arma e tem coragem de matar. Quase ninguém tem coragem disso não. Se o cara vai matar ele pode matar gente ruim, mas gente boa também pode ser morta. Ele tem coragem. Que que garante que ele não vai matar você só porque está com raiva de você?¹⁸¹

Fadado ao fracasso antecipadamente por ser liderado por alguém reconhecido unicamente como justiceiro, o movimento comunitário campos limpos agonizou definitivamente quando seu líder aprofundou os contatos com os órgãos regionais de imprensa e deixou-se fotografar dentro de riachos recolhendo lixo, ou ajudando a encher caminhões com os detritos antes depositados nos vasilhames espalhados pelo militar por diversos locais do bairro. Tal

¹⁸⁰ MOTA, Eduardo Pereira. **Entrevista concedida** em 12 jan. 2006.

¹⁸¹ COSTA, Edmundo da. **Entrevista concedida** em 12 jan. 2006.

estratégia acendeu a ira do vereador Marcelo Souza sempre chamado omissos nas notícias de jornais onde o militar Eduardo era personagem.

A partir dos depoimentos dos dois oponentes é difícil concluir o que provocou efetivamente a rusga, alegando o vereador que se sentiu obrigado a interferir porque precisava defender os moradores ameaçados pelo militar, indo ele procurar Eduardo para mostrar que aquele seu procedimento era criminoso e ele, como “representante do povo”, agiria contra a “situação” procurando a polícia para denunciar tanto a cobrança de “propina” quanto as ameaças sofridas pelos moradores.

Concretamente é possível afirmar que durante umas poucas semanas alguns dos jornais regionais da Baixada Fluminense trouxeram matérias em que o vereador relatava o caso chamando a atenção para os “abusos” praticados pelo militar, relacionando Eduardo com grupos de extermínio do local, defendendo-se das acusações de ser omissos como político e afirmando que Eduardo criou aquele movimento para atacá-lo “[...] porque esse era o único jeito dele se candidatar a vereador e ganhar algum voto.” Para provar que não era omissos, nos jornais regionais, o vereador Marcelo Souza mostrou o grande número de obras que “fez” na “área”, frisando sempre ele que a maior parte das obras foram realizadas diretamente com o seu dinheiro, que o seu salário de vereador era todo usado para “servir o povo”, o que na opinião dele era algo também comprovado pelo seu grande índice de aprovação em todas as eleições das quais participou.

Em nenhum de seus depoimentos, o vereador deixou de enfatizar a criação do movimento comunitário campos limpos como algo solitariamente levado adiante pelo militar, como uma maneira de ocupar espaços até então aceitos por todos como pertencentes a ele “vereador da área”. A aparição em jornais e a pressa em mostrar as “coisas ruins do bairro” seriam, então, modos do militar Eduardo “cortar caminho para virar político”. A estratégia, entretanto,

“não deu certo” porque “o povo percebeu a armação” e preferiu acreditar no vereador que prometia na época continuar aumentando o número de serviços sociais para poder “atender o seu povo”. Não se tratava do vereador negar a existência de problemas sérios no bairro. Ocorria que ele “era sozinho pra resolver tudo” e isso exigia a paciência dos moradores que o escolheram para ser o “vereador da área”.

Do ponto de vista do vereador, as ações de Eduardo Silva significaram uma “invasão injustificada da sua área”. Idéia que exige que procuremos saber qual o papel de um vereador baixadense e determinar exatamente o que ele considera como “a sua área”.

4.2. O “vereador da área”

O comerciante Marcelo Souza conseguiu eleger-se vereador de seu município em 1996 pela primeira vez e desde então em todas as eleições municipais foi escolhido por “seu povo”. Proprietário de algumas lojas do setor de alimentos em bairros diversos do distrito mais pobre de seu município, caracterizou-se ele, desde o início de sua vida pública, por entender que a proximidade com a população é fundamental no cumprimento de sua “missão”. Tal proximidade foi efetivada pela construção de um número bastante grande de serviços sociais que visaram atender a “população carente” garantindo desde alimento para aqueles que estão “passando necessidade” até profissão para os jovens da região:

Os meus centros social são variados. Nuns eu mantenho médico, dentista, em outro eu recebo o povo que vai pedir coisa igual comida, material de escola, melhoria pro bairro deles. Tem um que é só pra ensinar os menino a mexer em computador. Lá tem quadra também e o pessoal usa pra salão de festa. Nas loja eu também atendo e ajudo aqueles mais necessitado dando comida. Eu não posso ajudar muito dando comida porque senão eu quebro, mas eu faço o que dá.

Tentando traçar para si um perfil diverso daquele que o militar Eduardo Silva desenhava durante as disputas de 1998, o vereador define-se sempre como “atuante”, orgulhando-

se de ser o único que naquela região “faz o serviço social” e definindo-se como “vereador da área”, portanto, querendo isto dizer que ele além de morar ali junto com os seus eleitores, também atua na região, mantendo seus “serviços sociais sempre de portas abertas”¹⁸² e conseguindo levar “melhorias para a área” através de seus contatos com a prefeitura ou com algum deputado estadual ou federal, o que obrigou o vereador a sempre estar atento para os “movimentos políticos”, a fim de manter-se “próximo do prefeito” para “conseguir obra”. As constantes mudanças de partido político teriam como causa essas necessidades de se conseguir obras através das negociações com a prefeitura ou com o que ele chama de “grupo político”:

Aqui não tem outro jeito não, se você não tá ligado num deputado ou no prefeito da época você tá f... Você não consegue obra nenhuma pro povo e você não tem jeito de se eleger se não dá satisfação pro povo com obra, porque não dá pra usar só o seu dinheiro pra fazer as obras e pra dar a assistência. [...] Partido? Não faz diferença se você tem um partido A ou um partido B não, você vai para aquele que tem a ver com o seu grupo político com o movimento político na época e aí você vai vendo como conseguir as coisa do seu grupo político.

A “área” corresponde a um conjunto de bairros de tamanhos diversos dentro dos quais vivem eleitores do vereador mantidos fiéis devido as suas ações diretas como a distribuição de comida, roupas, emprego, obras ou favores àqueles atendidos na rede de serviços sociais que têm como principal finalidade compensar na região a inexistência de postos de saúde, formando-se nas proximidades deles em dias de atendimento médico uma grande fila que diminui nos dias em que médicos não comparecem, mantêm-se, entretanto a grande presença de moradores que se encaminham até aos serviços sociais principalmente nas horas em que o vereador lá se encontra com a finalidade de ouvir as reclamações ou cumprir promessas feitas.

Invariavelmente estes serviços ou centros sociais funcionam em casas ou galpões, alguns de propriedade do vereador outros alugados, sendo administrados por pessoas chamadas

¹⁸² Segundo o vereador, é muito comum, na região, serviços sociais serem abertos por candidatos somente em épocas de eleição e depois serem fechados.

líderes comunitários unicamente pelo vereador, “líderes” que em épocas de eleições mostram a sua verdadeira função que é a de cabos eleitorais do “grupo político” a que pertence Marcelo Souza. Recebem eles um salário pelos seus serviços e em alguns casos são também administradores de postos de saúde construídos pela prefeitura, diretores de escolas municipais, funcionários públicos comissionados, revelando estas coincidências entre a administração dos centros sociais do vereador e a ocupação de cargos públicos a participação do prefeito e deputados na política de trocas de favores em que o “vereador da área” é considerado “dono” dos órgãos públicos contidos dentro de sua região:

Se eu sou o vereador dessa área o prefeito me dá os colégio, creche, posto de saúde que tem aqui. Aí eu coloco aqui pra trabalhar aqueles que me ajuda nas eleição. Os médico, dentista, enfermeira, professora tudo eu indico pra o prefeito e ele nomeia o meu pessoal aqui. Uma mão lava a outra. Isso me ajuda e isso ajuda ele a se eleger. Geralmente os pessoal que trabalha no meu serviço social são os que me ajuda na campanha e eu chamo eles pra administrar os meus colégio e posto de saúde. Isso é aqui tudo igual. Você vê, quando fez a guarda de trânsito não fez concurso porque a gente que indicou. Eu fui indicando os pessoal que me ajudava nas campanha.

A sua eleição contínua é atribuída além de aos seus esforços no sentido de melhorar a vida da “comunidade” ao fato de sempre ter conseguido manter-se em evidência política através da formação de um “grupo forte que se dá bem usando os meus centro social”. Procura o vereador Marcelo Souza demonstrar que não é ele “o lado mais fraco da corda”, na medida em que todos se beneficiam de sua figura, porém é ele que garante “fidelidade do povo da sua área”, sendo importante em qualquer aliança a sua participação. A existência dos seus centros sociais é também algo estratégico, protegendo-o de qualquer mudança política repentina:

Aqui é assim: se eu vejo que não vai dar pra fazer acordo com ninguém, eu continuo tendo voto porque o povo não enxerga prefeito, deputado se não for por mim. É eu que indico e falo em quem eles vai votar e eu uso os meus centro social pra fazer isso. Se eu não faço aliança com quem vai ganhar eu assim mesmo ganho porque o povo tem medo de eu sair daqui da área e não dar mais assistência porque o povo sabe que eu penso nisso aqui 24 horas e eles ia se arriscar votando em outro?

A “área” da qual o vereador Marcelo Souza é “dono” possui cerca de dez bairros habitados por cerca de 65 mil pessoas distribuídas de forma não uniforme em 31 Km², exercendo também influência ele nos dois distritos vizinhos, sendo habitados estes outros bairros por cerca de 70 mil pessoas. Seu eleitorado potencial localiza-se, então, em uma população de 135 mil pessoas espalhadas em uma região bastante grande para ser dominada unicamente pelo vereador Marcelo Souza, fato que leva a interrogação de como ele consegue evitar a penetração de políticos adversários seus.

Ao responder a tal questionamento o vereador é obrigado pela primeira vez em seu longo depoimento a lembrar-se do início da carreira política, recuando mais ainda até o momento em que chegou ao bairro vindo de outro ponto da Baixada Fluminense para - aproveitando o dinheiro recebido como resultado de uma indenização trabalhista - abrir o “primeiro comércio” que o tornou tão conhecido a ponto de seu nome político ser formado pelo seu prenome seguido pelo tipo da casa comercial do qual é dono.

Era essa época o meado da década de 1980 e os bairros do distrito para o qual se mudou experimentavam uma rápida ocupação provocada pelo surgimento ali de um número bastante grande de novos loteamentos cujos terrenos eram vendidos por valores baixos o suficiente para atrair proletários de vários outros locais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, geralmente desejosos de possuir uma casa própria. Tal necessidade da fuga do aluguel também atraiu Marcelo Souza que aproveitou sua indenização para construir sua casa e comprar diversos outros terrenos, sobre um dos quais edificou a primeira casa comercial.

A saga da transformação do “trabalhador” filho de migrantes nordestinos em comerciante não se diferencia demasiadamente das diversas histórias de superação de dificuldades que os migrantes proletários relatam em seus depoimentos. O que chama atenção em suas

aventuras são suas confissões de envolvimento com grupos de matadores logo após a montagem da primeira loja:

O que eu vou dizer pra você eu só to dizendo porque você está me falando que não vai escrever que foi eu que disse. Isso é uma coisa que as pessoa mais antiga daqui sabe, os mais novo não sabe, só sabe de ouvir os outro contar. Eu quando abri a primeira loja fui assaltado um monte de vez. Aqui era muito perigoso e os comerciante reclamava muito porque não tinha nada de segurança aqui. Aí eu e outros comerciante daqui de perto pagamos uns cara que fazia a segurança daqui. Uns era polícia outros não. Eles ficava por aqui bebendo, ficava sabendo das coisa e depois matava os malandro que vinha aqui assaltar.

Não admitindo de início uma participação direta, o vereador justificou o financiamento dos grupos de extermínio como única forma de manter a sua loja em uma época marcada pela aceleração da violência contra os comerciantes:

Naquela época não tinha segurança nenhuma manter um comércio. A gente era assaltado toda semana, três quatro vez às vezes. Eu não tinha outro jeito não. Eu até passei a andar armado pra assustar por que era muita bandidagem. Eles matava os malandro e isso ajudava tanto eu quanto os morador que era assaltado também aí nas rua que não tinha luz nenhuma e também em casa que eles era covarde e entrava na casa dos pobre pra carregar o pouco que eles tinha. Era covardia pura.

O uso da arma e o discurso contra os bandidos parecem ter dado notoriedade ao comerciante em seu bairro, pois foram exatamente pedidos de extermínio de bandidos feitos por moradores que conduziram Marcelo Souza a sentir-se útil à comunidade:

Eu passei a ter fama de matador acho que por causa das arma e porque eu andava com os cara que matava e que vinha aqui. Aí os morador começaram a trazer caso pra mim: ‘olha tem um cara assim assim. Ele ta fazendo isso e isso, você podia dar um jeito’. Eu ouvia, via quem era e tinha vez que mandava eles ia lá e fazer o serviço.

A execução dos “serviços” fez sucesso e transformou o comerciante em alguém respeitado como aquele que faz a “área ficar limpa”, não demorando muito para que o futuro vereador percebesse que a fama repentina poderia ser politicamente útil:

Assim uns dois anos depois da loja ta aberta as pessoa vinha me procurar pra resolver esses problema de segurança, mas os pessoal vinha também pra tentar resolver outras coisa tipo ajuda pra arrumar rua, emprego e mais coisa tipo alimento e roupa pra os mais necessitado. Eu não fiz nada pensando em política não. Eu só fui fazendo as coisa pra ter segurança no meu comércio. Os morador foram me procurar e eu fui ajudando do jeito que dava. Eu mesmo não tive a idéia de ser candidato não. Conforme eu ia ajudando é que os outro ia dizendo que eu podia ser político, que eu era bom pra isso, aí eu fui vendo que dava pra ser isso e aceitei candidatar pra vereador em 96 e ganhei da primeira vez.

Seu *status* de matador serviu como forma de afastar os demais competidores ao mesmo tempo em que fizeram dele alguém conhecido como aquele que “auxilia o povo”. A aceitação da vinculação aos grupos de extermínio e a negação, pouco enfática, de participação direta nos justicamentos muito provavelmente vincule-se ao desejo de que alguma dúvida persista sobre o seu real papel, sendo muito mais vantajoso do ponto de vista eleitoral arriscar-se a ser conhecido como matador que se misturar ao conjunto de candidatos indistintos que buscam eleitores às vésperas das eleições:

Se eu fosse um político que é conhecido só porque eu sou justiceiro eu não tinha me elegido sempre. Eu só sou escolhido porque faço serviço social daqui desses bairro pobre. Mas se eu sou conhecido como matador eu prefiro isso, porque isso ninguém pode provar nada e eu não desminto os boato porque isso faz os político aventureiro não chegar perto de mim. Faz eu ficar mais esperto também porque aqui tem muita covardia e eu tenho a segurança pra evitar as covardia daqui. Só que tem o seguinte se você for perguntar as pessoa daqui, ninguém vai te falar que tem medo de mim porque eu sou matador. Todo mundo sabe aí do passado pelo menos por que ouviu dizer, só que o pessoal sabe que o que eu sou mesmo é o cara que ajuda o povo. Meus centro social são exemplo de que eu sou lembrado mais porque eu ajudo. Eles tão sempre cheio e ninguém vai lá hoje me falar dos bandido porque isso ta resolvido aqui. O povo vai lá pra pedir porque tem esperança na minha ajuda. Eu fui eleito pra ajudar e eu ajudo mesmo.

A legitimação do vereador Marcelo Souza, portanto, não ocorreu porque ele era matador, porém devido ao seu grau de comprometimento com o auxílio aos necessitados do bairro ou a substituição do poder público exemplificada pela expansão da rede de seus serviços soci-

ais e ao fato de por todos os bairros existirem obras cujas placas de anúncio apresentam o seu nome como aquele que indicou:

Eu não sou conhecido porque sou matador. Eu sou conhecido por ser trabalhador. Eu corro atrás e atendo todo mundo. Eu perco muito mais com isso do que ganho. Se eu tivesse me dedicando para os meus comércio eu tava rico, só que eu tive que largar muita coisa minha pra ajudar os outro. Se você andar por aí vai ver que as obras foram tudo indicada por mim. Agora eu nem ia ter sossego se eu visse o monte de covardia e coisa errada aqui e não fizesse nada pra ajudar.

Elevado à categoria de líder comunitário antes de transformar-se em vereador, Marcelo Souza provavelmente baseava-se em sua experiência comunitária para opor-se a Eduardo Silva que em sua visão era um oportunista na medida em que “[...] queria imitar um líder de verdade só que do jeito errado, forçando a barra e só querendo ficar na aba do povo”. Torna-se evidente tanto pelas palavras de Marcelo Souza como pelos depoimentos dos moradores do conjunto de bairros, o fato de não ser possível para alguém na região alçar-se à categoria de líder comunitário a partir unicamente da fama de matador.

A convivência do potencial líder com a sua comunidade, ao contrário, dá autenticidade as suas ações, mesmo que estas incluam os justicamentos, uma vez que esses líderes não são assemelhados em nenhum momento ao que o vereador Marcelo Souza denominou “políticos aventureiros”, que são bastante comuns na Baixada Fluminense e não podem ser reconhecidos por seus “serviços prestados em prol dos eleitores de sua área”, sendo familiar aos moradores dos bairros periféricos da região a convivência com candidatos a vereador, ou vereadores em busca de reeleição, que em vésperas de eleições municipais surgem “do nada” com a finalidade de “proteger” bairros que passarão a ser “seus”. Eleitos, quase sempre esses “estrangeiros” decepcionam os moradores após algum tempo e perdem eleições futuras, devido ao que estes candidatos chamam de traição dos moradores.

Um exemplo típico de uma dessas aventuras políticas mal sucedidas envolveu o vereador Iguaçuanos Maurílio Manteiga ao tomar “posse” de uma “área” doada para ele pelo prefeito de seu município durante os anos 1990. Cabos eleitorais locais, escolas, uma creche e um posto de saúde foram doados a ele na condição de que, gerenciando-os ganhasse a confiança dos moradores e os votos necessários para a eleição sua e dos membros do grupo político do prefeito. Tudo funcionou bem para o empresário nas eleições de 1996 no conjunto de bairros iguaçuanos denominado Jardim Nova Era, época em que se deu a conhecer pelos doze mil moradores da “área” pela qual passou a circular juntamente com alguns “líderes comunitários”, fornecendo manilhas destinadas a eliminar algumas das várias valas negras do bairro cujas ruas não são saneadas e pavimentadas.

O empresário conseguiu, fazendo desaparecer algumas valas negras, reformando as escolas e colocando em funcionamento o posto de saúde e a creche do bairro, eleger-se vereador principalmente com os votos dos habitantes desse antigo bairro periférico localizado a cerca de seis quilômetros do centro de Nova Iguaçu e às margens de uma estrada que liga esse município à Zona Oeste do Rio de Janeiro. Após as eleições daquele ano o empresário, agora vereador, não visitou mais o bairro e seus moradores que não foram mais ouvidos diretamente e passaram a comunicar-se com o “dono da área” somente através dos “líderes comunitários” locais, todos eles administradores de escolas, creche e do posto de saúde do bairro até o momento em que o vereador Maurílio Manteiga deixou de apoiar o prefeito, vinculando-se a um outro grupo político, fato que significou em primeiro lugar a destituição dos “líderes comunitários” que chefiavam os órgãos públicos localizados no bairro e logo depois a entrega da “área” para um novo vereador este fiel ao prefeito e ao seu grupo político, mas que não precisava de votos naquele momento e por isso não se importou com a manutenção do funcionamento da creche e do posto de saúde ou com o fornecimento de alimentos para as escolas municipais do bairro.

A consequência dessa mudança de “dono” entre 1996 e 2000 principalmente significou para os moradores a manutenção das ruas do bairro “sem saneamento e pavimentação” e a confirmação de que “o problema de Nova Era é não ter um vereador morador daqui” e, portanto, estar sempre sendo “entregue” aos vereadores “de fora”. Em 2000, as eleições municipais em Nova Era transcorreram sem a presença de um candidato oficialmente considerado “dono da área”, sendo diversos os candidatos que criaram serviços sociais ali e que reivindicaram o posto de vereador da “comunidade”. Maurílio Manteiga foi um desses e o número de votos conseguidos por ele foi ínfimo, levando-o a afirmar que em “Jardim Nova Era existiam somente traidores”.

Casos como este são bastante comuns em bairros periféricos baixadenses e revelam aspectos microscópicos do mundo político da região onde, segundo o vereador Marcelo Souza, somente é possível “ser político sendo amigo do grupo do prefeito” a quem interessa contato unicamente com aqueles vereadores vistos positivamente pelos moradores dos locais onde se encontram os seus eleitores. Os métodos de sedução e fidelização dos votos populares não interessam ao prefeito, que sempre troca a fidelidade pelos recursos que são direcionados à manutenção dos órgãos públicos sob a administração dos vereadores de área.

A relação descrita antes e existente entre vereadores e prefeitos baixadenses torna bastante instável a carreira política do vereador que passa a depender excessivamente da vontade dos prefeitos, sendo uma forma de estabilizar a carreira a manutenção dos centros sociais. São esses centros sociais também uma forma de tornar independente o vereador que naquelas épocas em que acordos políticos afastam-no da órbita do prefeito, utiliza seus centros sociais como locais estratégicos para manter o seu estoque de votos. Isso é perceptível no depoimento do vereador Marcelo Souza quando revela o desconforto de depender completamente da vontade do prefeito de seu município:

Os meus centros sociais me deixam tranqüilo como político. Você não precisa se preocupar com as coisa de política que isso dá volta toda hora e você não é fraco se tem serviço social. Se você não tem mais o grupo do prefeito a seu favor você não vai ter obra sua feita e o pessoal daqui vai ver isso, só que sem isso de obra da prefeitura você continua fazendo as coisa, atendendo as pessoa do povo, ajudando. Não vai ter rua sendo asfaltada porque você pediu, mas vai ter o pessoal do povo sendo atendido por você e qualquer candidato a prefeito que vim depois vai querer compor com você se você faz trabalho social. Não da certo ser político aqui na Baixada se você não faz serviço social. A gente é assessor do povo desses bairro mais pobre. Não tem esse negócio de fazer lei só não. Você pede pro prefeito e ele te dá as obra, só que o povo não ta interessado só nisso, você tem que fazer você mesmo o seu trabalho social seja ele lá qual for.

O microcosmo político baixadense revelado nos relatos do vereador Marcelo mostra que é importante nas estratégias dos políticos envolvidos nos esquemas eleitorais baixadenses a sedução do eleitor através de práticas assistencialistas claras, aparecendo os serviços sociais dos vereadores como elementos fundamentais na distribuição da assistência imediata necessária ao atendimento do sem número de problemas enfrentados cotidianamente pelos moradores da grande quantidade de bairros que circundam os centros municipais baixadenses. Logicamente não são unicamente os centros sociais as molas propulsoras do esquema apresentado em detalhes pelo vereador Marcelo, não sendo nem sequer necessário que um candidato possua estes centros, limitando-se em alguns casos o candidato a fazer a manutenção de aparelhos públicos de alguns bairros, em outros distribuir comida em caminhões, apresentar programas radiofônicos em que a ênfase é o atendimento das necessidades básicas dos ouvintes-eleitores, etc. Comum a todas essas práticas, encontramos o atendimento direto das necessidades dos moradores, não sendo uma surpresa que o justicamento de bandidos possa compor uma lista de “serviços sociais” oferecidos por políticos na região da Baixada Fluminense.

4.3. “[...] matar bandido não é serviço social?”

Revelando o problema de como se eleger sucessivamente vereador de seu município, seguindo o que ele visualiza como uma prática política comum na Baixada Fluminense, Mar-

celo Souza sente-se relativamente à vontade quando o assunto é extermínio de bandidos. Afirmo o vereador que oficialmente sua opinião sobre tal assunto é a de que os justicamentos são crimes e que como tal eles devem ser combatidos não importando se os mortos são ou não bandidos. Dentro de “seus bairros”, entre a “sua gente” a sua opinião sobre os justicamentos e sobre os bandidos difere radicalmente daquela expressa através dos discursos, programas televisivos destinados à população baixadense, jornais e rádios regionais, justificando sua aceitação das mortes de bandidos como algo necessário e entendido pelo “povo” como correto:

Eu sou parte do povo mesmo. O povo aceita essas morte tranqüilamente. Eles não se espanta com bandido morrer. De verdade eles até espera que os bandido morre porque não tem outro jeito [...] eu penso igual eles. Eu sou a favor das morte também. [...] esses cara chega no bairro ou nasce ali mesmo e vira vagabundo. Aí eles passa a atacar os morador, rouba, estupra, mata. Você vai fazer o que? A gente não tem polícia mesmo, não tem prevenção. O jeito é esse remédio de matar mesmo. Você não tem o que fazer mesmo.

Compartilhando suas idéias com o que diz que é a idéia de “todo mundo que mora na Baixada”, o vereador consegue visualizar dois tipos distintos de justicamentos, enfatizando que o que geralmente a imprensa noticia como eliminação por grupos de extermínio é o resultado das ações de policiais que atuam em suas horas de folgas como seguranças. Esses matadores podem “agir” em qualquer lugar porque eles não são diferentes de um matador de aluguel, “eles matam quem é apontado pelos patrões deles”, não fazendo diferença se o morto é ou não um “vagabundo”. O ataque sucessivo a vereadores baixadenses e os assassinatos aleatórios ocorridos em 2005 na “chacina da Baixada” constituem parte das ações de pistolagem disso que a imprensa chama de grupo de extermínio:

Que tem cara que se junta com outros e faz quadrilha pra matar isso todo mundo aqui sabe que tem. Nessa Baixada toda tem pouca polícia. Você anda aí você vê que tem muita gente, mas tem quantos batalhão de polícia? Tem um em Mesquita, outro em Caxias, um em Magé e agora querem um em Belford Roxo. Esses polícia se junta e faz quadrilha pra fazer segurança. Só que eles não faz só segurança. Eles mata quem é apontado pelos patrões deles. Eles não tem moral assim de saber quem é quem não, eles mata por dinheiro e só. Você vai ver que eles não tão procurando só vagabundo não. Pra eles se você pagar, eles vai lá e faz o trabalho e se alguém ficar na frente eles

mata também. Vai mulher, vai criança, vai trabalhador, que se dane quem é. Pagou eles mata. Aí os outro de lá de baixo vai falar que aqui é violento, que a política daqui é assim e tal. Os vereador daqui morre de medo porque você pode morrer a qualquer hora. Um inimigo seu chega e paga pra te matar. Você vai fazer o que? Você faz inimigo na política mesmo e se você trabalha, tem serviço social, nego te inveja, nego quer invadir a sua área e chamar um matador desses é fácil, aí vem um monte num carro passa por você e te fuzila. Você vai fazer o que? [...] se alguém não sabia que grupo de extermínio é formado por polícia, descobriram isso naquela chacina do ano passado. Por que que fizeram aquilo? Matar qualquer um na rua à toa. Eles tava revoltado porque o comandante deles tava dando em cima. Se antes eles não mataram desse jeito deve ser porque os chefe da polícia aceitava que eles matassem do jeito que eles mata.

Em seus bairros, matadores assim também existem, sendo o criador do movimento comunitário campos limpos, segundo o vereador, um dos componentes de tais grupos de policiais e bombeiros. Mais “autêntico”, entretanto, é o que o vereador chama de “matador de bairro”. Quase sempre esse é um morador do local, pode ser um policial ou bombeiro, mas pode também ser um “trabalhador normal revoltado com a bandidagem”. Diferentemente do primeiro tipo de justiceiro este último é um “agente social” porque de acordo com o vereador matar um bandido é um serviço social, surpreendendo-se ele quando se contesta a validade desse pensamento:

[...] matar bandido não é serviço social? Você tem que ver como as coisa funciona aqui! Aqui não tem lei não! Aqui você é obrigado se virar pra tudo e você ta na mira de marginal mesmo porque não tem ninguém por esse povo não. Se aparece alguém entrando nas casa e barbarizando os pobre daqui você não acha que é certo um deles se revoltar e sair matando os malandro antes dele ta na sua frente te sacaneando? [...] se eu te falei que até pra gente que é vereador a situação é de ninguém te garantir e você ficar aí por conta de qualquer matador, você imagina como é que é pra esse povo todo daí de dentro. Os malandro chega e eles não tem como se defender. Agora vai dizer que se eles mata pra se defender que isso é crime? Crime é o governo não proteger o cara e a família dele e deixar acontecer esse monte de covardia que tem aqui. Se o morador mesmo não se defender ele é que dança porque aqui não tem dono igual tem em favela não. Aqui se não tem o matador era cada um por si mesmo.

O tom irado ao falar dos “bandidos do bairro” e a defesa de seus opositores diretos que são os “matadores de bairro” devem-se, talvez, a convivência íntima que Marcelo Souza experimentou com “as covardias dos vagabundos”. Vítima direta das ações de ladrões que assalta-

vam seus estabelecimentos comerciais, ele tentou em sua narrativa justificar a ação dos moradores que resolvem “fazer justiça com as próprias mãos”, usando-se como exemplo de alguém que “nunca deixou de ser do bem”, mas que participou de justiçamentos como forma de proteger-se da “malandragem”. Afirmando que fez o que fez no passado junto com mais alguns outros “trabalhadores”, mas que nunca participou de grupo de extermínio, o vereador reforça a sua crença de que grupos de extermínio são “coisas de policial, segurança e bombeiro”. Nos bairros existem “de verdade anjos da guarda que vigiam todos, separa o joio do trigo e limpa o lugar”:

Não é a mesma coisa de sair matando os outro porque disseram pra você que fulano é bandido e te pagaram pra matar. Eu aqui e todos os justiceiro que eu conheço em bairro eles não fazem nada disso não. Eles vive aqui, eles vê o que acontece e aí eles mata só aqueles que sai da linha. Porque o certo é você ser um trabalhador. Pra ser sincero você nem mata tanto assim. Você chama a atenção e coisa e tal e na maioria o pessoal sai daqui, se emenda e você as vez só dá um susto, o cara pára porque sabe que a gente não ta brincando. Eles [grupos de extermínio] não tão nem aí pra comunidade. Eles são mercenário. Paga, eles ripa e pronto. Não tem essa dele ver quem eles ta matando não. Taí porque eu te falei que matador de bairro faz um serviço social e justiceiro de grupo de extermínio não. As pessoa de fora não sabe das coisa e aí fala demais.

Falar demais para Marcelo Souza é confundir grupo de extermínio com justiceiros de bairros. Os “anjos da guarda” dos bairros não formam grupos fixos dispostos unicamente a matar. A ação deles é restrita a alguns bairros ou parcelas de bairros e não são capazes sequer de acabar com toda a covardia que separa a Baixada, das favelas cariocas, lugares que possuem donos definidos e onde tanto os bandidos quanto os trabalhadores sabem como se conduzir a fim de não infringirem “as leis” do lugar. Reagir às covardias protegendo “trabalhadores” são as únicas funções dos justiceiros baixadenses dos quais o vereador Marcelo aceita ser porta-voz.

Sua lembrança idealizada da estrutura de poder nas favelas cariocas repete-se demasiadamente e permite-nos comparações, sobressaindo destas o fato de não serem os “matadores de bairro” um grupo à parte tal como os traficantes que “comandam” as favelas. Nesse microcosmo que é a Baixada Fluminense a cultura dos matadores não equivale à cultura dos traficantes que se impõe ao conjunto dos habitantes de uma favela, determinando regras e norteando comportamentos através da força, conforme nos mostra Marcos Alvito em um estudo antropológico realizado durante a década de 1990¹⁸³ na favela de Acari.

Ao tomar contato com o mundo retratado por Alvito é possível verificar que o tráfico e seus chefes e soldados não controlam somente militarmente a “comunidade”. A economia da favela e de sua área de influência depende da saúde do comércio de drogas existente ali, significando uma ocupação policial a falência de pequenos comerciantes e o desemprego de grande parcela da população. Não é possível participar da direção de algo como a diretoria de uma associação de moradores ou pastorear uma igreja evangélica sem que os chefes do tráfico interfiram, não sendo uma questão recente esta que retornou aos jornais às vésperas das eleições do ano de 2006, quando os candidatos ao governo do estado do Rio de Janeiro discutiam a viabilidade de se fazer campanha nas favelas da capital, uma vez que tal somente é seguro através de negociações com os traficantes.

Na região da Baixada Fluminense nem o esboço de algo semelhante existe nas relações entre “matadores” e “trabalhadores”, sendo possível que um ou mais matadores se imponham ao conjunto de habitantes de um local, determinando regras como horário de circulação pelas ruas, velocidade máxima dos veículos ou até mesmo o pagamento de alguma taxa, ou a participação em algum mutirão. Todo morador sabe, entretanto, que é esta uma situação ex-

¹⁸³ ALVITO, Marcos. **As cores de Acari**: uma favela carioca. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

traordinária e, portanto passageira, nenhum deles considera que a troca do “matador” significará a manutenção dessas regras “estranhas” ao local:

As vez acontece de um cara querendo aparecer virar matador aqui e querer criar regra dele. Aí ele diz que você não pode chegar em casa depois de tal hora, proíbe baile, diz que você daqui não pode passar para o bairro de lá e teve um até que fez umas faixa e pendurou aí pelos poste dizendo que ninguém podia chegar depois de nove da noite. Só que a gente aqui tudo sabia que primeiro não ia dar pra seguir essa regra estranha, que ia ter que ser na base da conversa porque você não pode dizer pro peão que ele não pode fazer hora extra e chegar em casa meia-noite. No início as rua ficou vazia, só que depois foi ficando difícil e terminou o pessoal saindo. Quando ele [matador] morreu ninguém mais respeitou isso.¹⁸⁴

Não se assiste, então, na Baixada Fluminense uma relação em que os matadores são respeitados e imitados pelas “comunidades” sendo mais próprio pensarmos, com o vereador Marcelo, que os seus atos refletem o que “o seu povo pensa” atribuindo ele aos baixadenses a responsabilidade final pelas mortes de bandidos através dos “matadores de bairro” tanto porque os justiceiros, tal como ele, seriam membros da própria comunidade - algo de difícil comprovação documental uma vez que são poucas as detenções de componentes de grupos de extermínio - quanto porque as mortes são provocadas pela própria população de um local, hábil em pré-selecionar aqueles que merecem a morte através da “fábrica de fofocas”¹⁸⁵:

Como eles [matadores] chega a saber quem é vagabundo? Isso é assim: se você vive aqui você ouve falar das coisa. Tem aqueles caso de cara que vem de fora perturbar e que não precisa ninguém dizer nada. Eles tão ali pra tocar o horror e você já sabe que o jeito é matar. Só que na maior parte das vez é cara daqui mesmo que faz as merda. Aí você vai ouvir falar deles, das coisa que eles faz e você procura se informar porque você não vai aceitar qualquer boato, né? Você vai ver e tudo e então vai decidir. Não é assim alguém falou eu acreditei não porque tem muita gente maldosa. Aqui mesmo [em um dos seus centros sociais] vem sempre gente falar dos outro aí ‘assim ‘fulano ta fazendo isso’. ‘O filho de fulano faz aquilo’. Só que as vez é só fofoca. Vizinho que briga e inventa pra se vingar. Você tem que prestar atenção, se não roda inocente.

¹⁸⁴ MOTA, Eduardo Pereira. **Entrevista concedida** em 12 jan. 2006.

¹⁸⁵ ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000. p. 121-133.

Levados a reboque pelos “trabalhadores”, os justiceiros de bairros não se impõe até por não habitarem um universo único tal como os traficantes de uma favela. Seguem eles a cultura nascida dos próprios bairros, sendo percebidos como um “mal necessário” e ocupando um limbo que talvez explique a rápida derrota do “matador” Eduardo Silva pelo “ex-matador” Marcelo Souza. Então por que eles são eleitos vereadores e até mesmo prefeitos na região da Baixada Fluminense? A resposta a tal questão talvez se torne mais fácil quando lembramos que a primeira providência de alguém evidenciado politicamente na Baixada Fluminense devido ao fato de ser percebido como matador é construir para si a história de ter iniciado sua carreira “limpando o bairro dos vagabundos”, porém em algum momento ter se redimido, abandonando ou mesclando a prática dos justicamentos com os serviços comunitários mais comuns como aqueles prioritariamente levados adiante pelos demais líderes baixadenses, não sendo incomum encontrar “ex-matadores” presidindo associações de moradores ou liderando habitantes de bairros periféricos em seus protestos ou na auto-resolução dos incontáveis e costumeiros problemas imediatos.

Falta, a fim de completarmos esse quadro, entender como os personagens principais desse jogo o vivenciam. Os moradores dos bairros da “área” do vereador Marcelo Souza percebem-no não tão essencial às suas vidas como o próprio vereador parece pensar ao afirmar que o medo de seus centros sociais se fecharem move todos a votarem nele e em quem ele indica. Um caráter bastante utilitarista possui os discursos populares, parecendo para eles que os vereadores e os candidatos são simples viabilizadores do atendimento das demandas presentes de forma crônica nos bairros periféricos, sendo muito comum ainda a percepção de qualquer candidato ou político em campanha como a esperança de atendimento de problemas pessoais, importando pouco a melhoria do bairro, o que faz com que o vereador Marcelo faça bastante sucesso nos locais mais pobres dos bairros de sua área, provavelmente porque ali a quantidade de moradores pessoalmente atendidos seja superior aos que são diretamente aten-

dados em outras partes desta área. Nesses locais o vereador parece ser lembrado sempre pelos mesmos serviços assistenciais, sendo auxílio em operações de esterilização feminina, fornecimento de alimentos, remédios, materiais de construção, roupas, passagens, vestimentas, uniformes para times de futebol os itens mais lembrados pelos moradores que têm nos postos de atendimento do vereador, o primeiro local para “onde correr quando a coisa aperta”. Todos admitem, porém, que não é somente o vereador Marcelo que assiste às necessidades várias dos moradores e do próprio local, afirmando que políticos e candidatos possuem como função a diminuição das agruras diárias de “quem é pobre”:

A gente aqui precisa demais das coisa. Quando você não vê um jeito de resolver você vai recorrer pra político. Tem coisa que você só consegue na época da política. Se você procurar em outra época você não vai conseguir nada, só que na época da política você tem mais chance porque o político serve mesmo pra resolver problema da gente. Se a gente procura em outra época só consegue com uns que vem mais aqui, mas na época da política vem um monte e você pode conseguir coisa difícil tipo operação pra mulher, vaga no colégio de perto de casa. [...] a gente vai procurar aquele que pode ajudar. Você não fica preso nesse ou naquele político. Qualquer serve. Eles vêm fazer campanha e se você não pedir você é bobo porque se ele quer voto tem que ajudar mesmo.¹⁸⁶

As partes habitadas por pessoas mais pobres da área do vereador, onde depoimentos semelhantes a esse facilmente são ouvidos, são também aquelas onde um número muito pequeno de aparelhos urbanos existem, parecendo serem as moedas eleitorais unicamente os serviços assistenciais oferecidos por candidatos e vereadores. Se essa forma dos eleitores se comportarem não incomoda de forma definitiva o vereador Marcelo, não parece ser este o tipo de eleitor que ele considera como ideal, uma vez que a sua experiência determina que somente importa aos eleitores mais pobres o oferecimento dos serviços pessoais, entendendo ele que é mais fiel o morador dos locais onde não residem pessoas muito pobres, vinculando aos moradores das regiões menos pobres preocupações com o próprio bairro como mais importantes que àquelas que dizem respeito às necessidades pessoais:

¹⁸⁶ ALMEIDA, Geraldo Magela. **Entrevista concedida** em 21 fev. 2006.

Eu acho que fazer política nos lugares mais pobres aqui da área é bem mais complicado porque aí você não pode contar com ninguém. Você tem que tirar dinheiro do seu bolso e dar pra essa gente. Você tem que ficar pedindo pra médico favor tipo operação, falar com polícia que as vez você não conhece pra liberar alguém e você fica na dependência de muita gente quando vai atender esse povo. Mas aí eles não vota em você assim mesmo. Quando eu vou olhar os voto eu vejo que lá eu tenho menos voto e gasto muito com atendimento o ano todo. Só que quando eu deixo de atender alguém, se eu digo um ‘não’ eles não lembra tudo que eu fiz antes. Lá qualquer um é votado porque não dá pra controlar lá quem entra e faz campanha. Ninguém bota serviço lá, só que qualquer um procura voto lá e não dá pra controlar.

Relações ideais com os eleitores pressupõem, então, que estes exijam principalmente o atendimento às necessidades coletivas relacionadas com modificações nas condições urbanas dos bairros. O investimento nesse caso não é todo ele feito pelo vereador que pode amalgamar o seu papel de executivo com o de interlocutor entre a população a prefeitura e algum deputado integrante de seu “grupo político”. A fidelidade eleitoral desse segundo tipo de morador é acentuadamente maior, confirmando a percepção do vereador de que seus investimentos devem beneficiar principalmente aqueles que habitam os locais mais “antigos”:

Nos lugares mais antigos aqui da área quem mora é geralmente gente que tem uma profissão, que trabalha todo dia as vez mais um da casa. Eles são pobre, mas tem uma casinha deles mesmo e tem tudo dentro. Eles também procura a gente quando eles tem um problema tipo desemprego, uma operação deles e tal, mas eles te procura mais porque tem um problema lá na rua deles e aí eles diz ‘isso aí é um problema da prefeitura, só que a prefeitura não vai vim fazer. Tem que falar com o Marcelo que eles ele ouve’. Aí eles vem falar, eles liga e eu vou ver e tem vez que eu resolvo sozinho ou eu falo lá com um secretário ou com o prefeito e a obra é feita [...] Quando eu vou ver os voto desses lugar é muito pra mim, aí eu vejo que tenho que continuar ajudando porque o trabalho que eu faço é mais bem recebido nesses lugar aqui e é mais fácil fazer trabalho social onde você pode contar com o morador que ele não tá só interessado numa sopa ou no tijolo que você vai dar pra ele. Ele ta querendo ver como é que você vai ver o problema da rua dele.

Se o vereador prefere os moradores “mais antigos” a visão destes sobre o político é também mais seletiva, sendo estes moradores responsáveis pela distinção entre os candidatos que atuam na “área”, assumindo o vereador Marcelo a posição de alguém identificado com os

próprios moradores e responsável direto pela transformação da “área” de uma roça para um bairro onde existe “luz” e “asfalto”:

Tem muita diferença entre o Marcelo e outro candidato qualquer. Aqui era uma roça mesmo. Tinha muito mato mais do que tem agora e não tinha nenhum político aqui que ajudava. Você toda eleição tinha um monte que vinha aqui, pegava o nosso voto, prometia tudo e ia embora sem fazer nada. Depois do Marcelo não. Você vê as coisa que vai aparecendo o bairro vai mudando e vai ficando diferente da época que não tinha nem luz. Agora tem lugar com asfalto, esgoto. Tem mercado até.

De forma geral os moradores da “área” do vereador Marcelo não se distinguem da maioria dos proletários baixadenses em suas opiniões sobre “os políticos”, revela, entretanto, a percepção destes sobre o “ex-matador” transformado em líder comunitário e depois vereador, que existe uma personalidade grande o suficiente para que Marcelo Souza distinga-se a tal ponto que se afasta da opinião comum de que os políticos interessam-se somente pelo seu enriquecimento.

Para seus vizinhos, Marcelo Souza é também alguém que está pensando em si quando exerce seu cargo político, porém ele é também o único do município interessado “nas coisas do bairro”, importando pouco se ele ficou mais rico após ser eleito vereador. O sentimento prevalecente é o de que ele “pertence ao lugar”, sendo isso um indício da solidariedade não percebida nos demais políticos e doador da certeza de que as condições do lugar continuarão se alterando na direção da transformação da “área” em algo diferente da “roça” que ela era até a pouco tempo.

Parece surgir para o habitante da “área” do vereador Marcelo Souza, ele, como uma espécie de herói salvador semelhante ao primeiro prefeito de Belford Roxo - Joca - ou ao ex-prefeito Zito de Duque de Caxias?

A resposta a esta pergunta é não, devendo-se a negativa ao papel não tão extraordinário deste pequeno comerciante transformado em vereador, porém não possuidor do carisma pessoal detido por Joca que em sua época de vereador iguaçuano além de espalhar centros sociais inúmeros por todo o distrito de Belford Roxo, conseguiu vincular a si e a sua figura a marca de organizador do mundo caótico que era o antigo distrito de Belford Roxo.

Tão semelhantes em suas origens e práticas, Marcelo e Joca distanciam-se consideravelmente se percebermos que o primeiro carrega em si a marca da normalidade. Nenhuma proposta de revolucionar a Baixada partiu das palavras e práticas de Marcelo que se conformou até o momento em somente concorrer à câmara de vereadores de seu município, apesar do seu considerável sucesso eleitoral. Ser vereador parece ser uma nova profissão para o comerciante agora, completamente enredado pela profusão de pedidos que atende em seus centros sociais ou em seu gabinete de vereador. Para alguém que acompanha um dia de trabalho desse vereador baixadense, escolhido por mim exatamente pelo seu caráter médio, ordinário, é difícil não surgir a impressão de estar lidando com alguém que parece ter se transformado em uma espécie de Sísifo preso à resolução impossível de serviços quase todos eles de responsabilidade dos órgãos do poder executivo, porém desde muitos anos realizados pelos baixadenses e agora sob a responsabilidade do “vereador da área” que possui como obrigação primeira fugir da acusação de ser omissos e levar para “o seu povo” tudo que a proximidade com o Estado pode proporcionar.

CAPÍTULO 5

O Caso Adriano Vianna

5.1. Um efeito?

No dia 6 de julho de 1999 os policiais militares do 15º batalhão, localizado em Duque de Caxias surpreenderam-se ao receberem telefonemas anônimos informando que os moradores da favela de Nova Jerusalém, armados com paus, pedras, ferramentas de trabalho como foices, enxadas e cavadeiras, expulsaram dali um grupo de bandidos.

Responsáveis pelo policiamento de boa parte da Baixada Fluminense e se localizando na área de atuação do batalhão uma grande quantidade de favelas e uma miríade de bairros populares com elevados índices de violência¹⁸⁷, era inédito para os policiais deslocarem-se até uma favela para verificar a veracidade de uma informação daquele tipo. Aquilo, na visão dos policiais, nem sequer constituía uma verdadeira ocorrência. Invariavelmente as populações de favelas baixadenses compartilham suas vidas com os bandidos, o que faz com que policiais entendam ser o bandido e o “trabalhador” dos locais ocupados por pessoas pobres duas faces de uma mesma moeda.

Seguindo alguns depoimentos de policiais percebe-se o entendimento de que “a lei do silêncio” é imposta muito mais pela “amizade com a bandidagem”, por uma espécie de “solidariedade entre vizinhos de infortúnio” do que pelo medo de alguma repressão “marginal”. Exceções sempre existem, segundo alguns policiais, porém na maior parte dos casos, bandidos e “populares” não se estranham, sendo sutis as diferenças entre eles. Isto porque em bair-

¹⁸⁷ O 15º Batalhão de polícia militar possui um efetivo de 650 policiais que atuam somente no município de Duque de Caxias. Isto significa que estes policiais são responsáveis pelo patrulhamento de um município cuja área é de 465,7 Km² e que possui 775,456 habitantes. Fontes: IBGE, censo 2000.

ros carentes e em favelas, o crime não é unicamente um meio de vida. Trata-se de um “estilo”. Não querem dizer com isso os policiais que o crime é algo pelo qual se opta. As pessoas são transformadas em criminosas invariavelmente respondendo a necessidades materiais extremas, porém passa a se constituir em algo distintivo o uso das armas e a possibilidade de alcançar poder e afirmar-se através da violência. No final de tudo o crime, ou a vida criminosa, passa a ser algo invejado e por isso manifestações populares são comuns quando os principais criminosos são mortos ou por policiais ou por bandidos “estrangeiros”.

Mas o fato é que os bandidos daquela favela, ao contrário do que era considerado normal, “atormetavam” a vida de todos os moradores através de atividades como a cobrança de “pedágios” para a entrada e saída do local, cobrança de comissões pela venda de barracos, criação de taxas destinadas à compra de munições pelo bando, expulsão de moradores que se negassem a auxiliar aqueles elementos não desejados que também organizavam um serviço de venda de drogas e providenciavam com uma certa frequência o incêndio de barracos e a eliminação de moradores, aparentados com crianças ou adolescentes, que se recusassem a manter relações sexuais com os bandidos.

Para alguns policiais o fato detonante daquela “revolta inédita” era provavelmente o assassinato de uma das moradoras da favela e de um de seus filhos que era um doente mental. Os dois foram mortos por ordem de alguém que ocupava o posto de chefe do bando desde o ano de 1998, quando expulsara o antigo “dono do lugar”, ao qual era subordinado, passando a impor “o terror”. A troca de “dono” na favela revelara-se um verdadeiro desastre. Não que o antigo chefe dos bandidos fosse um aliado dos moradores, mas pelo menos não era considerado tão “prego”¹⁸⁸ por eles. O atual chefe, Pedrinho (Pedro Moura Cardoso), diferentemente de

¹⁸⁸ Na linguagem típica do mundo criminoso carioca e baixadense é considerado “prego” o bandido que não auxilia a comunidade onde ele vive. O auxílio dos bandidos visa unicamente conseguir aliados passivos e assim impedir a facilitação da invasão da favela por outros bandos ou pela polícia.

alguns dos antigos bandidos, especializou-se em oprimir cruelmente os moradores de Nova Jerusalém. Suas ações revestindo-se de um horror não justificável.

Conviver com bandidos era algo “naturalmente” enquadrável no cotidiano daquelas pessoas extremamente pobres. Enfrentar um “gigolô”¹⁸⁹, entretanto, correspondia a algo inusual no elenco de precariedades diárias. A eliminação de uma mulher sozinha e indefesa unicamente porque ela se negara a ceder aos desejos sexuais de Pedrinho e, fato fundamental porque traumático, a eliminação do jovem filho dessa mulher que além de “inocente” era também um doente mental e o posterior despejo dos dois cadáveres em um canal infecto que delimita um dos lados da favela, onde esses corpos decompuseram-se até serem resgatados posteriormente juntamente com outros dois cadáveres masculinos¹⁹⁰, significou para os moradores de Nova Jerusalém a confirmação de algo até então não percebido como normal, porém aceito como parte do cotidiano de incertezas de uma população pobre e desassistida.

Era bastante clara para qualquer morador de Nova Jerusalém a impossibilidade de existirem regras fixas para o comportamento daquelas pessoas que direcionaram suas vidas para a prática de crimes, fossem tais crimes praticados dentro ou fora da favela. Justiceiros, ladrões e traficantes são elementos minoritários, porém destacados dentro de uma favela miserável como Nova Jerusalém. É óbvio que os elementos expulsos pelos moradores não eram os primeiros bandidos gerados ou recebidos pela “comunidade”. Relatos de moradores deram conta de que nos poucos anos de existência daquela favela, diversos foram os bandos ou elementos isolados que interferiram na vida dos habitantes. Alguns desses grupos e elementos isolados foram muito benéficos ao conjunto dos moradores e a sua saída de cena, geralmente

¹⁸⁹ Segundo alguns policiais entrevistados, muito dificilmente um bandido baixadense é preso ou condenado por crimes de ordem sexual. Faz parte do conjunto de regras dos bandidos baixadenses não atentarem sexualmente contra as mulheres e as crianças da comunidade. Mesmo quando uma mulher de qualquer idade ou uma criança infringe as regras determinadas pelos bandos, as punições sofridas por estes infratores não incluem castigos de ordem sexual. O temo “gigolô” é geralmente atribuído aos bandidos que fogem dessa regra e abusam sexualmente de seus “protegidos”, ou seja, dos membros da comunidade.

¹⁹⁰ As circunstâncias da descoberta e resgate dos quatro corpos serão apresentadas abaixo.

através de assassinatos ou expulsões, transformou-se em motivo de pesar e apreensão. Outros grupos e, principalmente, elementos isolados, sempre foram vistos como desagregadores e, portanto, como perigosos.

A fala de algumas das moradoras da favela revela essa relação recheada de admiração, medo e respeito:

[...] viver perto de marginais não é uma coisa ruim ou boa. Depende muito de como é o marginal. Sendo cria daqui mesmo ele geralmente respeita todo mundo e ninguém se mete com eles. Faz os negócios deles e a gente vivemos nossa vida sem se meter na deles. Uns até ajuda quando temos precisão [...] tem uma vez... um caso que eu lembro que foi de uma parenta minha... dois filhos dela bebiam e se drogavam e batiam nela. O dono daqui na época era o Beto Baiano que era um sujeito bom. Ela reclamou com ele que foi até os dois filhos e avisou que aquilo devia parar. Quando um dos filhos bateu nela, o Beto nem foi avisado, mas foi até a casa e deu uma surra no filho dela.¹⁹¹

Olha só, quem mora aqui desse jeito que nós mora não dá pra não dar com bandido não. Eles é normal nesse lugar todo daqui, nessas favela. Eles não são ruim não. É gente igual a gente mesmo. Ajuda quem precisa aqui e só ataca aqueles que vacila no lugar. Eu não reclamo não porque é tudo mesmo assim e quem faz covardia aqui com a gente é muito mais polícia que ladrão. Eu não acho que tem porque fala[r] mal de bandido daqui não. A gente respeita e tudo porque quem manda é eles, mas não tem medo deles não. Às vez não dá pra viver bem com eles quando uns fica maluco, mas mais certo é não dar problema com a gente não.¹⁹²

O depoimento seguinte revela, ao contrário da admiração e gratidão, o medo e o desprezo que um morador da favela demonstra ao relembrar episódios antigos envolvendo um justiceiro isolado que atuou na favela durante algum tempo:

[...] foram anos de horror. Era difícil viver com aquele sujeito aqui. A gente não tinha idéia de porque ele era tão ruim e vivia o tempo todo com medo de ser morto pelo monstro. Às vezes ele banhava cavalo com gasolina, botava fogo e ficava rindo da dor dos bicho correndo e derrubando barracos enquanto morria desesperado. Isso era constante e matava qualquer um geralmente sem ter motivo. O negócio dele era mostrar que era ruim e para isso atirava sem motivo e sem olhar quem passava. Aqui naquela época era quase tudo barraco feito de madeira e papelão. Quando começava tiro era um Deus nos acuda. Enfiava minha família embaixo da cama e ficava esperando passar. Não lembro de época pior. Tinha que chegar em casa antes das nove da noite

¹⁹¹ SILVA, Maria Pereira. **Entrevista concedida** em 04 jan. 2004.

¹⁹² MACHADO, Isaura. **Entrevista concedida** em 22 jan. 2004.

porque ele escreveu em tabuleta e pendurou aí a ordem de chegar cedo. Depois das nove corria o risco de levar tiro.¹⁹³

Inútil procurar nas falas de moradores de Nova Jerusalém indícios da existência de uma organização criminosa assemelhada às maneiras como os criminosos se organizam em favelas cariocas ou mesmo em favelas maiores da Baixada Fluminense. Na realidade tanto os depoimentos de habitantes da favela quanto o testemunho de policiais civis e militares conhecedores de ocorrências criminosas que possuíram como cenário aquela favela, revelaram que os bandidos dali sempre se caracterizaram pelo uso extremo de violência seja contra inimigos - o que se constitui em um comportamento regular - seja contra os componentes da própria “comunidade favelada”. Para alguns entrevistados é muito provável que o pequeno tamanho de Nova Jerusalém e o fato daqueles bandidos atuarem muito localmente e não correrem muitos riscos dentro do local,¹⁹⁴ os tenha levado a não refrearem seus atos animalescos:

[...] você tem que ver que isto aqui é muito pequeno quando compara com outras favelas daqui de Caxias mesmo. Bandido daqui nem tem muito pra fazer não e uns acaba querendo sacanear a gente mesmo que mora aqui e que não tem como se defender. O difícil é que você não tem pra quem reclamar, mesmo porque se um começa a fazer covardia os outro não liga e sua família fica assim sem amparo de ninguém porque não adianta mesmo chamar polícia porque ninguém nem entra aqui. E aí a gente fica sozinho aqui esperando não enfrentar bandido maluco. É um inferno e já foi pior quando aqui era menor porque nem sabia quem era dono daqui. Chegava um matava o que tava mandando e sobrava pra gente sempre. Vai fazer o que né. É tudo tão ruim e não tem mesmo pra onde ir. O jeito é ir vivendo aí com medo das covardia deles.¹⁹⁵

O assassinio da mulher e de seu filho surgiu para os moradores de Nova Jerusalém como a confirmação de algo até então percebido, porém não admitido: era insuportável continuar a viver dentro daquele clima de horror. Ainda mais que aquela situação não era recente.

¹⁹³ PEREIRA, Mário da Silva. **Entrevista concedida** em 01 fev. 2004.

¹⁹⁴ O risco de invasão da favela por outros bandos ou pela polícia é pequeno. Os primeiros não se interessam por Nova Jerusalém porque é pequena a sua importância em termos “comerciais”. Embora possua muitos viciados, são todos eles muito pobres e instáveis, e a sua posição não incentiva visitas de viciados externos. Para os últimos a favela é unicamente um local de esconderijo para criminosos demasiadamente semelhantes ao conjunto da população favelada. Os policiais justificam em boa parte a sua ausência dizendo que suas ações são tópicas, não cabendo a eles realizar ações preventivas com o, relativamente, pequeno efetivo que possuem.

¹⁹⁵ PIRES, José da Silva. **Entrevista concedida** em 08 fev. 2004.

Pelo menos há três anos os bandidos da favela se aproveitavam da fragilidade de seus habitantes e mesmo sendo parte integrante da vida dos moradores de áreas pobres da Baixada Fluminense a íntima convivência dos “trabalhadores” com traficantes, ladrões e justiceiros, e não existindo na maior parte dessa região preceitos muito bem definidos para regular tal convivência, para as “comunidades” sempre existem maneiras de antecipar o comportamento dos bandos e a ação individual de seus componentes. A vida pode se transformar em um “inferno” quando um desses bandos ou alguns indivíduos isolados resolvem fugir das tênues regras estabelecidas e se aproveitar da situação de vulnerabilidade que é inerente à vida das pessoas das regiões pobres.

Em uma vida marcada por carências extremas, a impossibilidade de possuir pelo menos “paz” é algo totalmente assustador e apesar de todas as crises que circundam a vida dos moradores dos bairros periféricos e das favelas baixadenses é possível observar que na maior parte do tempo existe a “paz” característica das áreas controladas por um bando ou por um protetor seja ele um morador policial, bombeiro, segurança particular, traficante ou um exterminador de bandidos. A exacerbação da inversão das relações existentes entre “trabalhadores” e bandidos na comunidade de Nova Jerusalém preparou lentamente o terreno que permitiu o surgimento da revolta aqui descrita.

Não se poderia considerar como totalmente previsível as ações contrárias aos bandidos “pregos”. Um conjunto de fatos, entretanto, terminou por catalisar o processo de expulsão de todos os traficantes da favela e a formação dos grupos armados que, a partir daquele momento, passaram a circular pelas ruas da favela durante todas as horas do dia, a fim de impedir a volta dos componentes do bando de Pedrinho.

A polícia ocupou a favela no dia 9 de julho de 1999. Apesar disso os moradores não desmontaram seus grupos de patrulha. Armados de paus, foices e facões continuaram circu-

lando pelas ruas escuras onde os policiais não andavam. Na verdade o termo “ocupação” não é totalmente adequado. Para “garantir a segurança dos moradores” o comando do 15º Batalhão de Polícia Militar escalou dez militares que se revezariam em duas viaturas durante todo o dia. Uma das viaturas deveria simplesmente circular pela Avenida Presidente Kennedy que delimita a favela e a outra teria como posto fixo a entrada do lugar, tendo os ocupantes desta segunda viatura ordens expressas (e desnecessárias) de não circularem pelas ruas de Nova Jerusalém.

De fato seria estrategicamente inviável para uma viatura policial patrulhar as ruas estreitas, esburacadas e enlameadas da favela. Sendo impossível manobrar naquelas vielas, em uma emergência a ação policial ficaria comprometida, por isso a natureza incompleta da ocupação.

A presença policial não fez com que as ameaças de Pedrinho e seu bando cessassem e moradores eram avisados quando saíam do local que o bando retornaria reforçado e que colocaria fogo em todos os barracos e mataria aqueles que ainda insistissem em viver por ali.

Em junho de 1999, a recordação dos três últimos anos e principalmente dos três últimos meses fazia com que qualquer habitante da favela entendesse não serem somente bravatas os avisos dos bandidos. Vivo na memória estava o conhecimento dos nove assassinatos de “trabalhadores” ocorridos na favela durante os três últimos meses. Dois destes nove “trabalhadores” estavam sendo retirados do “valão” naquele momento. Os outros sete mortos sequer seriam enterrados, uma vez que foram também lançados ao canal ou rio, mas devido ao longo tempo que permaneceram ali provavelmente já não poderiam ser resgatados.

As lembranças do terror, o medo desesperador e a certeza de que os policiais “mesmo se quisessem” não poderiam fazer muito para protegê-los convenceu aqueles moradores - sem

que existisse a necessidade de nenhuma reunião formal - de que o único meio de defesa era representado pela reação violenta contra o que profissionais do jornal carioca *O Dia* chamaram de “ditadura do pó”.¹⁹⁶

A reação popular não era de forma alguma orgânica no sentido de que era encabeçada por alguma organização existente dentro ou fora da favela. A associação de moradores não possuía formas de ação contra os bandidos, algo comprovado pelo fato de um de seus líderes também estar ali no “valão”, assassinado pelos bandidos meses antes daquele momento e jamais resgatado¹⁹⁷.

A inexistência de lideranças catalisadoras não tornava em menos efetivas as decisões populares. Ainda mais que tais decisões inspiravam-se em um exemplo de reação que ocorria naquele mesmo local no dia anterior. A expressão daquele exemplo constituía algo tão forte que se tornava difícil não o seguir mesmo que tal significasse colocar em risco a própria vida:

Não é que a gente não tivesse o que perder. É claro que todo mundo lá tinha o que perder. Por mais miserável que a pessoa é tem pelo menos parente, família [...] se arriscar é difícil quando você é pai, filho, esposo. Ninguém com consciência deixa mulher, mãe, filho em casa e sai pela rua caçando malandro que não tem o que perder. Só maluco ia fazer isso sem ter motivo e mesmo tendo esse motivo eu pensei muito antes de participar daquilo. Só me envolvi quando percebi que se não fizesse isso ia seguir o mesmo caminho dos outro e sair da favela. Só que sair era ruim também. Pior que esse lugar é, eu gastei aqui e deixar família sem ter onde morar é difícil. Eu não tinha pra onde correr e passei a participar do negócio porque não dava de encontrar outro jeito de resolver. A única esperança é que os bandido morresse logo porque bandido morre cedo. Mas naquela hora não tinha o que pensar. O jeito era vigiar rua e torcer para não acontecer nada [...] pra eles não voltar, porque eu não sei como ia ser enfrentar eles com revólver e nós com pau e pedra. Ia ser um massacre dos dois lado e ainda bem que o pior não aconteceu.¹⁹⁸

¹⁹⁶ Jornal *O Dia*, 7 jul. 1999, p.08.

¹⁹⁷ A história do líder da associação de moradores assassinado é confusa e se repete sob formas diferenciadas em muitos dos relatos que eu ouvi. Um resumo dessa história que é difícil de ser verificada é a de que esse líder era também pastor de uma igreja pentecostal e que ao subir no telhado de sua casa para verificar a antena da televisão, foi mal interpretado pelos bandidos que já não gostavam dele e que pensaram estarem sendo espionados. Foi atingido por tiros, seu corpo quebrou as telhas do barraco de dentro do qual foi arrasado pelo bando que arrancou sua cabeça, jogou futebol com ela e logo depois lançou cabeça e corpo no rio.

¹⁹⁸ PEREIRA, Marcos Damião. **Entrevista concedida** em 01 fev. 2004.

Já não era possível a impassibilidade frente ao que ocorria e a partir da madrugada do dia quatro para o dia cinco de julho, a explosão tornou-se impossível de ser contida. Segundo alguns jornais regionais e o jornal *O Dia*, durante aquela madrugada um jovem por nome Adriano Vianna insuflou a população de Nova Jerusalém contra os bandidos e mobilizou a favela, sendo o resultado disso a morte de dois bandidos.

Na realidade o caso não ocorreu exatamente da forma como descrita pelos jornais, porém é certo que naquela madrugada decisiva dois bandidos foram mortos, o chefe deles fugiu atirando contra os barracos e seus comparsas procuraram refúgios em favelas e bairros vizinhos temendo, não o jovem Adriano que já estava preso no dia seguinte, mas a própria população que prometia defender-se através de qualquer meio.

Exatamente pela sua força, considero o caso Adriano como detonador da revolta popular, porém não o considero como somente mais uma das causas, mas aquela que enseja melhores oportunidades de explicar o que ocorreu em Nova Jerusalém durante o início do mês de julho de 1999. Por isso ele é relatado a seguir.

5.2. Uma causa?

No quarto dia do mês de julho do ano de 1999, em Duque de Caxias, um jovem chamado Adriano Vianna deu entrada na condição de “conduzido” na 59^a delegacia policial.

O jovem Adriano fora “conduzido” à delegacia para ser inquirido devido a alguns crimes que ocorreram durante a madrugada em uma pequena favela localizada em um dos diversos bairros do segundo maior município da Baixada Fluminense: ele confessara horas antes ter assassinado dois indivíduos que, tal como ele, moravam na favela de Nova Jerusalém e logo, após ter cometido os dois assassinatos, Adriano teve uma de suas pernas atingida por

um disparo de arma de fogo quando procurava uma outra pessoa que também ameaçara, como os assassinados, alguns de seus parentes de morte.

A história do crime se iniciara na madrugada de sábado para domingo (duas e meia da manhã) do dia 4 de julho de 1999 quando Adriano e alguns amigos seus (Maurício, Marcelo Souza, Fábio e André) pararam em uma “barraca” no interior da favela de Nova Jerusalém para beber cerveja e quando chegaram dois homens que passaram a comentar em voz alta a intenção de eliminar um cunhado e algumas sobrinhas de Adriano. Reconhecendo aquelas pessoas como bandidos que “infernizavam” a vida dos moradores da favela já há algum tempo e percebendo que os dois encontravam-se bêbados, Adriano e seus colegas aproveitaram-se da oportunidade que surgia inesperadamente e atacaram os elementos. Tomaram a arma que estava em posse de um deles, levaram os dois para um terreno baldio e Adriano e um de seus amigos revezaram-se nos disparos contra os corpos dos dois. Logo em seguida os cinco encarregaram-se de arrastar os corpos sem vida até as margens do canal Sarapuí, tendo sido os dois bandidos arremessados sobre a vegetação que cobre as águas fétidas e quase imóveis.

Logo após a prática do duplo homicídio, Adriano, agora sozinho, correu para a casa de um outro morador conhecido como Pedrinho e que era chefe do bando de traficantes a que pertenciam os dois recém assassinados. Invadindo a casa e sendo atendido por uma menina, Adriano terminou sua aventura noturna tendo uma das pernas atingida por um tiro que partiu do bandido refugiado sob a cama. Avistou-o fugindo pela janela do barraco e logo em seguida escondeu em um matagal a arma com a qual matara e caçara traficantes. Só após encaminhou-se para o Hospital Geral de Duque de Caxias onde confessou aos policiais militares os crimes que cometera durante aquela madrugada. A arma foi recuperada com facilidade, pois estava exatamente onde Adriano disse que deixara. Os corpos não foram imediatamente encontrados uma vez que o leito do canal Sarapuí se constitui em uma espécie de depósito lamacento de

lixo, sendo impossível em alguns pontos descobrir a água que o forma, tal o grande volume de galhos, garrafas plásticas e restos de móveis e animais que assoreiam o canal que possui águas totalmente enegrecidas devido ao grande volume de esgotos domésticos e industriais que são despejados nesse “afluente” do rio Sarapuí.

Na segunda feira (5 de julho de 1999), às doze horas e cinquenta e cinco minutos, a delegacia foi informada através de um telefonema anônimo da presença de dois corpos presos na lama que margeia o canal do rio Sarapuí exatamente na parte em que esse limita a favela Nova Jerusalém. Eram dois homens de cor negra aparentando o primeiro 40 e o segundo 35 anos. Os dois foram identificados por moradores da favela como sendo os bandidos mortos entre sábado e domingo por Adriano e Maurício. Um deles era conhecido como Maninho (Edno Teixeira de Lima) e outro tinha como apelido Seu Boneco (João Pereira). Confirmavam-se na segunda-feira às 18h 55min todas as informações que o jovem Adriano Vianna dera para a polícia desde a madrugada de sábado quando de uma maneira para ele mesmo surpreendente comandara os dois assassinatos.¹⁹⁹

Na mesma ocasião em que esses dois corpos masculinos foram encontrados, os policiais e homens do corpo de bombeiros localizaram outros dois corpos. Um deles pertencia a uma mulher e outro a um jovem. Os populares presentes ao resgate dos cadáveres além de auxiliarem os soldados bombeiros na localização de todos os corpos, ainda informaram que eles pertenciam a mãe e filho assassinados, alguns dias antes, pelos componentes da quadrilha de Pedrinho. Os habitantes de Nova Jerusalém disseram que o nome dessa mulher era Irace-

¹⁹⁹ Todas as informações anteriores foram retiradas dos seguintes documentos:
 Registro de ocorrência de número 0035672/0059/99 da METROPOL XI (TÍTULO: FLAGRANTE 689/99 - BEM ARRECADADO).
 Registro de ocorrência de número 003590/0059/99 da METROPOL XI (TÍTULO: ENCONTRO DE CADAVER - DUPLO HOMICÍDIO).
 Auto de prisão em flagrante número 689/99 da METROPOL XI - 59º delegacia policial.

ma, que ela era confeitadeira e que o nome de seu filho era Cleomar. Eles foram esfaqueados e atingidos por tiros após a mulher ser estuprada.²⁰⁰

5.3. Um contexto?

A história da ocupação de Nova Jerusalém dificilmente poderia ser contada tomando como ponto de partida a maneira como ocorreu a colonização proletária da Baixada Fluminense. Em primeiro lugar essa favela surgiu muito recentemente, sendo a própria existência de favelas algo relativamente novo na Baixada. Somente a partir de meados da década de 1980 tal forma de agrupamento popular começou a surgir em território baixadense de forma mais explícita. As exceções a tal regra são algumas favelas razoavelmente antigas e localizadas em alguns municípios vizinhos ao Rio de Janeiro como Duque de Caxias, São João de Meriti e Belford Roxo. Nova Jerusalém não pertence a esse grupo mais antigo.

As razões para não serem típicas da Baixada as favelas prendem-se a ocupação da região através do loteamento de terras agrícolas fracassadas, portanto a partir da compra do lote destinado aos proletários e não da apropriação de áreas geralmente devolutas que se constitui na maneira principal de formação das favelas cariocas.²⁰¹

É algo difícil reconstituir passo a passo e desde o seu início o processo de formação da favela de Nova Jerusalém. As informações são fragmentadas e não é possível localizar moradores muito antigos dali, onde as pessoas sequer sabem porque esse nome foi escolhido para o

²⁰⁰ Jornal **O Dia**, 7 de julho de 1999, p. 10.

²⁰¹ As favelas baixadenses surgiram sobre solos destinados originariamente aos loteamentos. Ocorreu que vários destes milhares de loteamentos não se localizavam em áreas interessantes para a ocupação proletária e terminaram abandonados mesmo pelos seus proprietários pioneiros. Com o passar do tempo e a aceleração demográfica da região, alguns destes loteamentos foram transformados em favelas. Outra informação importante é a área ocupada pelos loteamentos na Baixada. Estima-se que mais de 1 milhão de lotes urbanos estão localizados em cerca de 40 mil hectares. Um pouco menos da metade destes lotes estão ainda hoje vazios. O que quer dizer que a população da Baixada Fluminense poderia ainda dobrar sem que fosse necessária a abertura de novos loteamentos ou favelas de acordo com diversos dos urbanistas que compõem o grupo Observatório da Baixada do IPUR/UFRJ (DC News, 02. 2004, p. 9, passim).

conjunto de miseráveis barracos de madeira, restos de metais e alvenaria que ocupam um corredor localizado entre o rio Sarapuí e o canal que corre paralelamente ao rio.

Sendo mais preciso, as favelas contidas no bairro de Gramacho localizam-se sob as torres de alta tensão da companhia elétrica que abastece a maior parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (LIGHT), próxima dos tubos condutores de combustíveis pertencentes à Refinaria Duque de Caxias da PETROBRAS, e praticamente dentro do rio Sarapuí que, neste trecho final de seu curso, apresenta-se totalmente contaminado pelos esgotos residenciais e industriais de parte da Baixada Fluminense e da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. A favela margeia a principal avenida do município de Duque de Caxias (Av. Presidente Kennedy), localiza-se a menos de cem metros dos trilhos de um dos ramais da Estrada de Ferro Leopoldina e está praticamente dentro do centro comercial do bairro. Não é essa uma favela solitária. Um pequeno complexo de “comunidades” há ali margeando o rio Sarapuí, a avenida Presidente Kennedy e os trilhos de trens urbanos, sendo componentes deste complexo o Dique II, a Paraopeba, a Vila Fraternidade e a Teixeira Mendes.

O rio e o canal (tanto um quanto o outro chamados pelos moradores de “valão”) estão de tal maneira impregnados de lixo, que mal correm e principalmente em dias de calor transformam a favela em um local onde uma pessoa não acostumada ao mau cheiro respira com uma grande dificuldade. Aliás, a insalubridade do local provavelmente é uma das causas para não existirem moradores muito antigos ali.

Apesar deste aspecto de campo de refugiados, é impreciso dizer que Nova Jerusalém é um lugar provisório de moradia, o fato é que inexitem ali pessoas que desejem manterem-se habitando por muito tempo a favela, em outras palavras, não parece haver sinais de apego àquele local de moradia, fato que não chega a ser uma surpresa, principalmente após visitarmos os barracos miseráveis ou mesmo circularmos pelas vielas daquela favela.

O interior dos barracos, quase sempre edificadas com sobras de materiais de construção, possui no máximo três pequenas repartições, sendo mais comuns aqueles com dois cômodos, estando a cozinha o quarto e a sala em um mesmo lugar. Sobre um chão de terra batida, móveis doados ou recolhidos no aterro sanitário de Jardim Gramacho servem aos moradores que cozinham seus alimentos, em alguns casos, em recipientes de lata transformados em panelas.

Quanto às vielas, são de tal forma estreitas que impossibilitam duas pessoas caminharem uma ao lado da outra. Apesar disso detritos e materiais restantes da construção dos barracos se acumulam nas portas, impedindo a passagem em alguns pontos até mesmo de uma pessoa sozinha. Para completar o cenário, em todos os pontos deste lugar caótico, pequenas valas recebem a água da cozinha e mesmo do banheiro das habitações, o que transforma os espaços destinados à passagem das pessoas em uma pista de obstáculos vencida unicamente através de pequenos saltos.

Informações acerca do início do processo de ocupação das áreas próximas ao rio Sarapuí variam conforme a fonte. A Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, o 15º Batalhão de Polícia Militar, a 59ª Delegacia Policial e os moradores dos bairros proletários circundantes discordaram bastante ao me fornecerem dados. O primeiro órgão apontou o início da década de 1990 como o momento inicial de ocupação, já o segundo considera que em meados da década de 1980 já existiam barracos construídos ali. Quanto aos moradores mais antigos do bairro de Gramacho, dizem que pelo menos há trinta anos existem barracos à beira dos cursos de água que atravessam o bairro a caminho da Baía de Guanabara. Dizem eles também que tais barracos eram mínimos, “dez, quinze, vinte barraquinhos”. De um momento para o outro as margens do rio foram sendo mais ocupadas até se tornarem favelas:

Não lembro bem não, mas acho que isto começou a ter barraco no primeiro governo do Brizola. De lá pra cá foi só aumentando até ficar do jeito que é. Mas começou devagarinho. Um barraquinho aqui outro ali e depois foi fechando assim e enchendo mais ainda e parece que foi aumentando quanto mais o Gramacho progredia. Aumentou mais porque aqui era final dos trens [a estação de Gramacho até a pouco tempo era a última no ramal de trens elétricos. A partir dali o passageiro migrava para trens puxados por locomotivas a motores diesel que são mais lentas e que circulam em intervalos muito mais longos que o dos trens elétricos], que daqui pra frente tem menos e se o cara quiser ir para a cidade fácil é melhor parar aqui mesmo porque lá pra dentro tem menos recurso e é mais difícil pra ir trabalhar lá pra baixo [*“dentro”* e *“baixo”* para os moradores de bairros proletários da Baixada designam respectivamente lugares mais afastados do município do Rio de Janeiro e o centro da capital fluminense] ²⁰².

Segundo dados da 59ª Delegacia de Polícia Civil, as primeiras ocorrências policiais surgiram naquela área no ano de 1988, o que sugere que as margens do rio Sarapuí abrigaram favelas mais complexas socialmente em finais dos anos 1980. Essa última informação, completada pelos relatos de moradores de Gramacho, faz com que consideremos o início dos anos 1980 como aquele em que pessoas iniciaram construções de barracos em torno dos rios e estradas da região.

Quanto aos motivos que conduziram habitantes para os núcleos de habitações miseráveis e a origem destes homens e mulheres, há informações menos imprecisas que a datação de surgimento da favela. Somente com base nas entrevistas era possível supor que em boa parte os habitantes dali derivavam de bairros periféricos da própria Baixada. Geralmente emergên-

²⁰² ROSA, Sebastião Monteiro. **Entrevista concedida** em 20 jan. 2004.

cias conduziram as pessoas até ali. A fala seguinte sintetiza o caráter dramático da chegada a Nova Jerusalém:

[...] tem uns dois anos que mudei pra cá e o motivo foi a morte de um filho. A gente morava no Lote XV [bairro localizado no limite de Duque de Caxias com o município de Belford Roxo], numa casa construída num terreno que foi doado pra nós [...] o mais novo se envolveu com o que não presta e um dia invadiram e quebraram tudo na casa. Procuravam ele que quase nem ia mais em casa [...] ameaçaram e deram um dia pra gente mudar. Na mesma noite acharam e mataram ele e a gente nem pôde fazer o enterro direito. Continuaram ameaçando e no dia seguinte a gente veio parar aqui. Fizemos uma cabana com plástico de obra mesmo e ficamos dentro da cabana mais de quinze dias. Nesse tempo juntamos resto de obra lá no lixão e fizemos esse barraquinho em que a gente até hoje mora.²⁰³

Não se constitui exatamente em uma exceção a situação anterior. Vítimas de atos violentos, fugitivos de locais onde se tornou impossível viver “em paz”, miseráveis absolutos, catadores de lixo que diariamente “trabalham” no lixão de Jardim Gramacho, serventes de pedreiro, empregados domésticos, compõem o conjunto de habitantes dos barracos e casebres que fazem parte da favela. Muito raramente encontramos trabalhadores formais dentro dessa espécie amorfa de comunidade.

Guiando-se simplesmente pelos depoimentos, é fácil pensar a favela caxiense como algo assemelhado a um depósito de rebarbas produzidas no processo desorganizado de ocupação proletária da região da Baixada Fluminense e o fato de localizar-se em Duque de Caxias reforça mais ainda tal idéia na medida em que aquele município foi o que experimentou de maneira mais violenta a ocupação proletária. Na realidade é possível encontrar ali em Nova Jerusalém práticas semelhantes àsquelas presentes ordinariamente nos bairros proletários da Baixada. Entretanto, ocorre nesta favela o que considero como agudização dos problemas típicos da Baixada, sendo tal intensificação de problemas agravada devido à completa ausência de instituições ou ações que representem o Estado. Mesmo a polícia muito dificilmente

²⁰³ SOUZA, Jaira Muniz. **Entrevista concedida** em 10 jul. 2003.

circula por Nova Jerusalém. Na visão de um oficial da Polícia Militar fluminense, circular através da favela seria algo infrutífero por uma série de motivos que ele enumerou:

Por que eu deslocaria patrulhas para lá? O Máximo que existe naquele lugar é bandido que utiliza os barracos como esconderijo. Não tem ninguém com dinheiro por lá. Você poderia pensar que nós deveríamos ir até lá para prender bandidos escondidos. Mas isso é perda de tempo. Nosso efetivo não é grande e o que não chama atenção geralmente não é verificado. Parece insensível isso que eu falo, mas é a realidade. Precisamos oferecer resultados e nessas pequenas favelas e bairros pobres só pode existir deslocamento em caso de alarme. Do contrário consideramos as nossas ações perda de tempo.²⁰⁴

Mesmo o assistencialismo político, muito comum nas regiões pobres da Baixada, ali não é praticado muito provavelmente por significar uma ação inútil. Espera-se que o beneficiado pela atuação dos agentes assistencialistas retribua através do voto. Ocorre, entretanto, que carências tão extremas são acompanhadas ali de descompromisso eleitoral, sendo poucos os moradores de Nova Jerusalém preocupados em participar de eleições mesmo quando possuem títulos de eleitor.²⁰⁵

[...] ninguém faz nada sem interesse e pra que vim aqui se o povo daqui não vota. Às vezes aparece uns políticos aqui e dão sopa pro povo daqui, mas parece que desiste porque não dá resultado vim aqui e gastar dinheiro com quem não vota e não faz eles ficar mais rico do que já é [...] a gente tem que se conformar com o que a gente é e não é por político que esse povo vai ter alguma coisa. Todo mundo daqui tem que ver que está abandonado e ninguém vai se preocupar com esse povo que não pode ajudar político a se enriquecer.²⁰⁶

De uma certa forma a última fala conduz-nos a pensar que a favela transformou-se em um caso extremo de esquecimento estatal dentro de um outro caso de esquecimento que é a periferia proletária das cidades baixadenses. A própria ocupação dali deu-se de uma maneira crítica: entre dois cursos de água, a favela goza do infeliz *status* de ser marginal duas vezes.

²⁰⁴ COSTA FILHO, Alberto Carlos. **Entrevista concedida** em 10/01/2004.

²⁰⁵ Abaixo apresento dados acerca da porcentagem de votantes em Nova Jerusalém.

²⁰⁶ MENEZES, Euclides. **Entrevista concedida** em 10 jan. 2004.

Mesmo dentro da Baixada Fluminense essa aglomeração de casebres e barracos sobressai-se como excepcional apesar de seus principais problemas serem semelhantes aos de qualquer bairro pobre baixadense. Ali tudo parece extremado apesar de normal.

5.4. Adriano Vianna

Não é possível assemelhar Adriano ao conjunto dos bandidos da favela. Mesmo a polícia reconheceu a diferença entre suas ações e os assassinatos levados adiante pelos traficantes. Seus atos não foram planejados e afiguraram-se em todos os momentos como gratuitos. O fato de não ter fugido, de procurar um hospital público por causa de um ferimento não muito grave, contar aos policiais presentes no hospital, com riquezas de detalhes e despretensiosamente, cada um dos passos de sua ação justiceira, revelou ingenuidade e conformismo com as consequências que adviriam de seu comportamento. Poder-se-ia pensar que para Adriano sua conduta não era criminosa. Esse pensamento não é corroborado, entretanto, pelas impressões dos dois policiais que o conduziram até a delegacia:

Em nenhum momento ele demonstrava arrependimento e de início eu pensei que ele não tinha consciência do que fez [...] só que ele sabia exatamente que consequência teria aquilo e tinha medo de ficar com bandidos. Pedia para a gente colocar ele separado dos outros por que ele ia ser morto por bandidos se ficasse em cela comum. Me pareceu muito amedrontado e admirado por ter feito aquilo. Não dizia que fez sem pensar, mas achava que não tinha outra saída. Se não fizesse, seus parentes iam morrer. Via em nós dois não policiais e sim amigos dele. Parece que achava que a gente podia proteger ele dos outros bandidos da favela.²⁰⁷

[...] ele não aparentava arrependimento, mas parecia estar morrendo de medo. Podia muito bem dizer que foi vítima de bala perdida que naquela época era moda todo malandro dizer que era vítima disso. O mais engraçado é que ninguém forçou ele contar nada. Chegou lá nem tão ferido assim e foi logo dando o serviço como se matar dois era uma coisa normal. Explicou direitinho onde os corpos e a arma estavam e ainda nos disse onde estava o corpo do rapaz excepcional e da mãe dele [“dele” rapaz excepcional] não tinha jeito de bandido e parece que não tinha nenhuma experiência. Voltou na favela com a gente no dia seguinte e não se negou a ajudar ao máximo. Eu pelo menos achava que ele nem tinha que ir preso. Mas cumpria meu papel tran-

²⁰⁷ NOGUEIRA, Ronaldo Pereira. **Entrevista concedida** em 10 dez. 2003.

qüilo porque sabia que ele não fugiria. Na minha opinião ele era verdadeiro em tudo que contava e era mais vítima que os mortos.²⁰⁸

O que Adriano não podia imaginar era o alcance de seus atos daquela madrugada. Era impossível para ele imaginar-se um exemplo e o incentivador de uma estranha, porém competente revolta popular.

Alguns detetives da 59ª Delegacia Policial consideraram que o caso Adriano somente tomou um rumo favorável ao rapaz porque “a favela se revoltou”. Desde o início eles perceberam que aquelas mortes não eram “exatamente assassinatos”, porém, se os favelados não tivessem se revoltado, Adriano não teria chamado a atenção da imprensa e as chances de sua sobrevivência à prisão seriam muito pequenas. Segundo os policiais, justiceiros são muito mal vistos dentro das celas de delegacias e mesmo ficando isolados em locais separados acabam sendo perseguidos e mortos quando soltos. Aliás, a situação de Adriano já era bastante complicada independentemente de sua categoria de justiceiro.

No mundo do crime a solidão não é bem vista e Adriano, embora tenha recebido ajuda para matar os bandidos, era o único preso e não era um dos dentes de nenhuma engrenagem criminosa. Antes, era um elemento isolado e por isso mesmo um marginal entre marginais. A falta de companhia o transformava em uma vítima-criminosa completamente indefesa. Contra ele um ódio muito parecido com o ódio que existe contra policiais passaria a existir caso fosse colocado juntamente com os demais presos.

É claro que tudo que ele praticou durante aquela madrugada não poderia ser obra de qualquer membro da comunidade, entretanto, as lembranças e sentimentos dele enquanto cometia os atos da madrugada eram pertencentes não somente a Adriano Vianna, porém a todos aqueles que dividiam a favela de Nova Jerusalém.

²⁰⁸ GREGÓRIO, Carlos Alberto. **Entrevista concedida** em 12 set. 2003.

Qualquer um de nós podia ter feito o mesmo. Ele não era diferente de ninguém, teve a chance, era novo e tinha disposição e aí se livrou dos bandido. Tá certo pensar que ele começou as coisa pra gente, mas não dá pra pensar que ele é herói. Ele teve chance de matar e matou. Só acho que ele foi burro porque se ficasse na dele ninguém ia nem saber de nada. Só que foi falar e acabou preso e depois sumiu.²⁰⁹

Acho que ele só fez o que todo mundo daqui queria fazer. Eu lembro direitinho porque tanto o Maninho quanto o Seu Boneco abusaram da minha filha e ameaçou me matar e todo mundo da casa também. Ele não agüentou mais e não tinha muito pra perder mesmo e aí barbarizou os monstro. Eu fui lá no valão pra ver os corpo saindo depois e cuspi nos desgraçado mesmo. Fez certo mesmo.²¹⁰

Há um outro aspecto presente nos crimes de Adriano. Exatamente por respeitar a memória compartilhada pelos favelados, esses delitos foram entendidos pelos moradores como pertencentes não a Adriano e sim a todos aqueles moradores oprimidos pelos bandidos.

A mão foi do Adriano, mas de verdade mesmo as mortes foi da gente daqui. Todo mundo sempre teve vontade de matar aqueles desgraçado e quando a chance chegou ele fez o que a gente queria, mesmo sem pensar na gente.²¹¹

Bandido tem mesmo que morrer assim quando é prego igual aqueles. Eu orei muito pra eles morre[r] e eles não morria. Olha que eles vivia brigando um com os outros e nada de morrer. Vivia dando tiro pra o outro lado do rio e botando a vida das criança no risco e nada de morrer. Pena que ele se entregou porque se apavorou. Se não fala nada e a gente expulsava os resto igual a gente fizemo e ninguém nem ia saber. Tanta coisa que tem aqui e ninguém sabe de nada não. Foi mole dele ir pra hospital.²¹²

Daquele momento em diante parece ter se desenvolvido rapidamente dentre os membros da “comunidade” a percepção da invisibilidade pública que suas vidas e valores representavam, o que parece ter acelerado o surgimento da vontade de “fazer justiça com as própria mão”. Entre as mortes e a revolta popular não houve nenhuma tentativa de acionar o poder público além do “mole” de Adriano Vianna. Talvez fosse claro demais para o conjunto dos favelados que a presença policial ali ocorreria unicamente como algo extraordinário e como

²⁰⁹ SANTOS, Marcílio. **Entrevista concedida** em 13 jan. 2004.

²¹⁰ CAVALCANTI, Severino da Costa. **Entrevista concedida** em 10 dez. 2003.

²¹¹ SILVA, Fabrício. **Entrevista concedida** em 11 jan. 2004.

²¹² VIANA, Vinicius. **Entrevista concedida** em 07 dez. 2003.

parte das averiguações realizadas a fim de se montar o processo contra Adriano. Certo era para todos que as viaturas policiais que se postaram na entrada de Nova Jerusalém às oito e trinta da manhã de segunda-feira não estavam ali a fim de garantir a segurança dos habitantes da favela que recebiam ameaças ainda mais ferozes por parte dos bandidos remanescentes para os quais era fundamental não permitir reações como a de Adriano. Afastados, mas rondando a favela apesar da presença da polícia militar, os bandidos remanescentes desejavam revanche e avisavam que voltariam após a saída dos policiais e tratariam de queimar todos os barracos da favela:

Depois que tiraram eles do valão a gente viu que não ia dar não pra ficar aqui. Uns começaram a sair, mas não dava pra todos ir e aí o jeito foi botar eles pra correr com o que a gente tinha mesmo. Isso era um inferno mesmo e os que estavam aqui ainda tava começando a querer massacrar a gente, aí o jeito foi aquele. Eu lembro que uns moleque da favela pegaram arma e bateram na cabeça de uma velha ali no fim da rua e ameaçaram umas meninas que falava no Adriano. Aí quando não tinha mais polícia começou tiro e tudo e botaram gasolina num barraco que tinha ali em baixo perto do rio e que tava vazio na hora e queimaram tudo da mulher que morava lá e começou a barbaridade mais ainda e aí acabou explodindo tudo. Não dava mais e aí a gente se virou do jeito que você sabe [...] não foi assim porque a gente queria expulsar eles não. Mas não dava mais mesmo e aí explodiu tudo mesmo.²¹³

Tornou-se impossível para o conjunto dos habitantes de Nova Jerusalém a precária convivência com os bandidos dali e passou a ser fatal um confronto direto uma vez que “não passava pela cabeça de ninguém chamar a polícia”. Encurralados pelo bando de Pedrinho, a única opção existente para os que não fugiram da favela foi o abraço a uma maneira desesperada de união: a constituição dos grupos armados que ficaram responsáveis pela expulsão dos últimos bandidos e pela inviabilização da volta de todo o bando de Pedrinho para o espaço da favela.

Quando mergulhamos na direção do centro deste caso e conhecemos seu contexto, percebemos que ele funcionou como um momentâneo divisor de realidades. No período ime-

²¹³ LIMA, Edmilson Silva de. **Entrevista concedida** em 06 dez. 2003.

diatamente anterior às mortes dos dois bandidos a situação naquela favela excedia em muito aquilo que cada morador entendia como o tanto suportável de violência:

O grupo do Pedrinho [Pedro Moura Cardoso, líder dos bandidos mortos por Adriano ou expulsos de Nova Jerusalém pelos moradores] estava lá há muito tempo, só que não era tão horrível como naquela época [...] eles não era vagabundo igual a maior parte [...] eles barbarizava o tempo todo e ficaram malucos de a pouco tempo: estuprava qualquer uma, matava com pedrada, paulada, facada e jogava no rio. Ninguém escapa. Trabalhador morre. Pastor morre. Maluco morre. Mulher é morta²¹⁴. [...] sem chance de ficar lá com aquilo rolando daquele jeito.²¹⁵

A gente... todo mundo... convive bem com a bandidagem de lá. Só que aquilo não era normal. Barraco incendiado, criança estuprada, velha jogada no rio, trabalhador, pastor morto por bobeira. Passou do limite a barbaridade deles. Ninguém quer se misturar com bandido. Quer só viver onde dá pra gente. Do jeito que era não dava pra agüentar aquilo.²¹⁶

Após o caso, uma espécie amarga de esperança passa a ser observada e é rememorada pelas falas dos entrevistados:

Ninguém daqui queria fazer daqui o céu [...] era só uma reação as maldade deles. [...] ninguém tinha chance se não fizesse aquilo lá. Todo mundo via chance de ser morto ou tomar porrada deles. Difícil demais antes deles irem embora viver [...] agora não é que tenha mudado tudo, mas dá pra sair mais tranqüilo pelo menos. Dá menos medo agora.²¹⁷

Depois de tudo aquilo a gente passou a ter mais paz e viu que dava para reagir e viver de um jeito menos [indecisão] agora tenho medo, mas é menos que no tempo do Pedrinho. Lá era um inferno e único jeito era sair. Só que nós não tinha para aonde ir. Se saísse ia para a rua virar mendigo.²¹⁸

²¹⁴ Os entrevistados discordaram com bastante frequência sobre quantas foram as vítimas fatais de Pedrinho e de seu bando nos três meses que antecederam o caso Adriano Vianna. Boa parte deles disse que onze moradores (todos “trabalhadores”) foram mortos pelos elementos do bando. Outros disseram que eram oito as vítimas. Entre oito e onze os números variaram bastante. Fato importante foi que boa parte desses corpos não foi retirada do rio Sarapuí onde foram lançados. Como as águas daquele rio são lamacentas em excesso, acredito que foram decompostos e confundiram-se com os detritos que caminham com as águas semiparasitadas pelos detritos em direção ao rio Iguaçu e depois à baía da Guanabara, localizada a seis quilômetros da favela de Nova Jerusalém. Por si somente esse fato denota as características básicas das relações entre o grupo de bandidos e os moradores comuns da favela e também aponta para a “cifra negra” relacionada às mortes por causas violentas na Baixada Fluminense.

²¹⁵ AMADO, Carlos de Freitas. **Entrevista concedida** em 09 jul. 2004

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ TELES, Ignácio de. **Entrevista concedida** em 29 set. 2004

²¹⁸ Id. **Entrevista concedida** em 09 jul. 2004.

Nova Jerusalém não deixou de ser o que era devido à ação de Adriano e de seus outros moradores. Esse episódio equivaleu no máximo a um ínfimo hiato em sua rotina violenta. Logo após o caso da expulsão dos traficantes tudo voltou a girar em seu eixo “natural”: os moradores lentamente foram afrouxando a guarda, se desarmando, a favela percebeu que era muito mais seguro aceitar o surgimento de um “dono” não muito “selvagem”²¹⁹. Antes disso, entretanto, Adriano Vianna foi libertado e desapareceu de cena, provavelmente transformado em *office boy* através da ação de uma organização não governamental de defesa dos direitos humanos localizada no município vizinho de São João de Meriti.

Variações do caso Adriano são bastante comuns em jornais populares de diversas regiões brasileiras e é possível dizer que casos semelhantes a estes expressam a escalada assustadora de violência que vive grande parte das regiões metropolitanas sul-americanas nas últimas décadas.

A singularidade da ação de Adriano e de seus vizinhos de infortúnio deve-se não exatamente ao fato da história ter se passado na Baixada Fluminense nem sequer porque ela revela a degradação do meio físico e humano do segundo, muito desigual e mais evidente conjunto urbano nacional.

Independentemente de estarmos interessados em entender suas causas ou seus efeitos, as ações de Adriano e de seus vizinhos outorgou aos personagens deste relato o *status* de cicerones involuntários de uma viagem através das características políticas econômicas e sociais desta região.

²¹⁹ Expressões utilizadas pelo presidente da associação de moradores de Gramacho a fim de demonstrar que somente é possível alguma estabilidade nas favelas de Gramacho quando elas possuem chefes de traficantes fortes e protetores dos favelados. (DAMASCENO, Daniel. **Entrevista concedida** em 20 jul. 2004)

Favelas na Baixada Fluminense são cada vez menos excepcionais²²⁰. A cada dia essas novidades ganham mais força e revelam um aspecto subterrâneo da vida baixadense. Na medida em que os municípios da região se desenvolvem economicamente e abandonam o adjetivo “dormitórios” assemelhando-se cada vez mais ao município do Rio de Janeiro, uma nova dinâmica orienta a ocupação do solo urbano da Baixada e as favelas surgem neste cenário como uma incômoda vizinha dos bairros populares resultantes da aglutinação dos diversos loteamentos originários, revelando uma relação conflituosa entre habitantes de antigos e novos locais de moradia dentro das áreas proletárias baixadenses.

5.5. Bairro *versus* Favela

Quando me propus a construir um relato acerca dos atos do jovem catador de lixo Adriano Vianna conscientizei-me de que era imperativo visitar a favela de Nova Jerusalém principalmente porque precisava construir os documentos que embasariam minhas análises. Os poucos lances da vida daquela favela revelados nos parágrafos anteriores são suficientes para sugerir quais dificuldades podem ser encontradas para estranhos que desejem entrar e permanecer em segurança naquela “comunidade”²²¹. Como o bom senso me dizia que a abor-

²²⁰ Principalmente a partir da década de 1990 favelas tornaram-se componentes fixos da paisagem baixadense. Não existem, entretanto, números confiáveis sobre as favelas baixadenses, não sendo possível precisar informações básicas sobre estas novas opções de moradia proletária da região. Por isso não consigo sequer informar quantas são as favelas da Baixada Fluminense ou com certeza quantos são os habitantes de favelas nesta região. Estima-se, entretanto, que as favelas baixadenses crescem em um ritmo muito superior ao ritmo de crescimento das favelas cariocas. E segundo alguns jornalistas de Duque de Caxias tanto as favelas quanto os loteamentos clandestinos e ilegais crescem demais em Duque de Caxias devido ao apoio explícito que diversos políticos municipais dão a esse tipo de forma de expansão da área proletária do município. Segundo estes jornalistas existe em Duque de Caxias a ressurreição das antigas empresas loteadoras e vários são os políticos que fazem fortunas através da promoção da ocupação das margens dos rios locais e dos antigos loteamentos fracassados. (DC News, 02. 2004, p. 9, passim). Segundo dados do *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, 1993/1994*, a população favelada representava 7,7% (51 207) da população total do município em 1991, com uma taxa de crescimento de 3,55% ao ano. No período de 1980 a 1991. O crescimento da população favelada no município foi o 3º maior da Região Metropolitana, somente sendo superado pelos dos municípios de Nova Iguaçu (10,89% a.a.) e Itaguaí (4,43% a.a.). Já no município de Rio de Janeiro, durante o mesmo período, a taxa de crescimento desta população foi de 3,08% a.a.

²²¹ Minhas visitas à favela de Nova Jerusalém ocorreram no início da investigação e cessaram por completo após a verificação de que os riscos eram maiores do que aqueles que eu aceitava correr.

dagem direta era o melhor e mais perigoso dos métodos de investigação, tentei atingir a favela através de dois caminhos diversos. Pareceu-me óbvio procurar o próprio Adriano ou conhecidos e vizinhos seus no local em que ele “trabalhava” na época dos crimes. O “lixão” (Aterro Sanitário) de Jardim Gramacho parecia-me o local ideal para a busca de informações. Ali, alguns conhecidos do catador de lixo foram encontrados por mim. Porém logo percebi que eles me informavam o pouco do que havia para se dizer sobre o jovem catador de lixo e nada sobre Nova Jerusalém. As informações sobre Adriano eram bem-vindas, mas eram também insuficientes para meus propósitos. O segundo caminho imaginado por mim, e que me pareceu inicialmente ser o menos frutífero, no entanto, acabou revelando-se como superior. Resolvi visitar as cercanias da favela e a partir da suposição de que os primeiros moradores dali deveriam pertencer a algum grupo evangélico (o nome da favela sugeriu-me isto) entrei em contato com lideranças e componentes das diversas igrejas evangélicas que cercam a favela ou que estão no centro do bairro de Gramacho. Descobri rapidamente que grande parte dos moradores de favelas daquele bairro eram membros daquelas igrejas, o que significou o encontro de testemunhas que habitavam o interior da favela. Ganhava assim ao mesmo tempo material bruto para ser lapidado e parceiros para um trabalho que eu não ousaria realizar diretamente: levantar os dados sócio-político-econômicos dos habitantes de Nova Jerusalém. Além disso, vi a possibilidade, através de meus primeiros contatos com os habitantes de Gramacho de confrontar as falas dos moradores do bairro com o discurso dos moradores favelados. Aliás, mesmo antes de qualquer entrevista formal era possível perceber alguma animosidade entre estes moradores. Os adjetivos para qualificar Nova Jerusalém ou seus moradores (ou Jerusalém como grande parte dos habitantes de Gramacho chamam indistintamente as favelas que margeiam o rio Sarapuí) revelam o quanto é incômodo conviver com a “perigosa” novidade representada pelas favelas.

O pastor Caio e o senhor Daniel foram os primeiros moradores do bairro de Gramacho entrevistados por mim de uma maneira menos informal. Os dois, envolvidos de maneiras diversas com mobilizações populares neste bairro, contaram-me histórias em certos aspectos muito semelhantes sobre a favela e seus habitantes. Resumo duas destas histórias como forma de demonstrar a estranheza do bairro em relação à favela.

De acordo com o pastor Caio uma das mulheres moradoras de “Jerusalém” passou a freqüentar sua igreja. Essa mulher, que possuía três filhos sendo “[...] cada um de um pai diferente” não possuía casa naquela favela e residia em uma “tenda” montada com “resto de obra” e assim que chegou à igreja começou a ser ajudada recebendo cestas básicas. Não satisfeita com a assistência “dos irmãos”, constantemente procurava ela o pastor porque queria comprar um barraco na favela. Encontrou um barraco à venda ali e disse que ele custava mil reais. Como não possuía o valor e todos ficaram “apiedados” com a situação daquela mulher e seus filhos, uma “vaquinha” foi feita entre os fiéis e o barraco foi comprado. Passado algum tempo a mulher desapareceu dos cultos e começou a ser vista de “bermuda”²²² nas ruas de Gramacho. O pastor soube que ela arranjava um homem da favela e que já estava grávida. Passado mais algum tempo a mulher voltou à igreja já com um novo bebê e sem o barraco que foi vendido pelo pai de seu quarto filho. Desta vez o próprio pastor deu ordem ao departamento de assistência social da igreja para que “[...] nem um grão de arroz saia de lá para alimentar aquela mulher e seus filhos”.²²³

A história do senhor Daniel diz respeito também a tentativa de ajudar uma moradora da “comunidade favelada”. O relato deste incidente veio à memória do líder comunitário quando se referiu à dificuldade que era ajudar alguém de Nova Jerusalém. Seu “tormento” começou quando foi procurado por uma moradora da favela que chorava e tremia muito por-

²²² A igreja evangélica da qual o senhor Caio é pastor proíbe o uso de “trajes masculinos” por parte das mulheres.

²²³ SILVA, Caio da. **Entrevista concedida** em 07 de set. 2004.

que “tinha sido expulsa mais os seus filhos da favela com a roupa do corpo” enquanto o seu barraco era incendiado. A expulsão e a queima dos poucos bens da família se deram porque as filhas desta mulher estavam crescendo e os bandidos desejavam “usá-las como mulheres”, porém, a mãe se opôs àquela situação de uma forma muito vigorosa, o que resultou em um ataque de raiva de alguns bandidos que disseram que ela e seus filhos deveriam sair dali o mais rapidamente possível para não morrerem. O senhor Daniel alojou a família provisoriamente em uma igreja e conseguiu em um bairro “de dentro de Caxias” um sítio onde a família poderia morar e trabalhar. Julgava ele que poucas pessoas dentro e fora da favela souberam de sua interferência no caso. Acontece que pouco tempo após o ocorrido ele foi parado por uma mulher enquanto fazia compras em uma mercearia. A mulher que ele não conhecia, mas soube logo que morava na favela, acusou-o de ajudar inimigos de traficantes e disse que o “dono” da favela queria falar com ele. A partir daí sua vida tornou-se “um tormento”. Desconfiava que tudo aquilo não passasse de boato, mas temia por sua família principalmente porque não compreendia os motivos dos bandidos. Após algum tempo de muita apreensão tudo se acalmou porque os traficantes da favela começaram a brigar com maior constância e ele, provavelmente, não era mais importante que os motivos daquelas brigas. A morte do traficante que supostamente o ameaçara afastou de forma definitiva o perigo.²²⁴ As duas experiências demonstraram a estes moradores antigos de Gramacho que é muito perigoso e pouco compensador envolver-se com os habitantes da favela.

Periférica em relação aos bairros populares, as recentes favelas da Baixada Fluminense são flagrantemente diversas dos bairros proletários presentes ali ou das favelas baixadenses e cariocas mais antigas, sendo detentoras de uma estabilidade social muito menor que estes outros locais de habitação proletária.

²²⁴ DAMASCENO, Daniel. **Entrevista concedida** em 24 jul. 2004

A comprovação deste fato efetiva-se quando comparamos dados que se referem especificamente àquela favela com os dados gerais da Baixada Fluminense, do município de Duque de Caxias, do município do Rio de Janeiro e do próprio bairro em que se localiza a favela.²²⁵

	Nova Jerusalém (favela)	Gramacho (bairro)	Duque de Caxias	Baixada Fluminense	Rio de Janeiro (capital)
Ano de coleta dos dados	2004	2004	2000	2000	2000
Média de moradores migrantes	25%	78 %	70%	81%	—
Média de moradores originários da Baixada	70%	18%	—	—	—
Tempo médio de permanên- cia no local	3 anos	23 anos	—	—	—

²²⁵ Os números referentes à favela e ao bairro são resultados da resposta de um questionário denominado *Levantamento de dados sócio-políticos-econômicos dos bairros de Gramacho e Capivari*. Os números referentes a Duque de Caxias, ao município do Rio de Janeiro e à Baixada Fluminense foram retirados dos Censos 1991 e 2000 do IBGE.

Motivo da chegada ao local	Fuga de violência direta em outras áreas da região metropolitana (70%) Falta de condições de pagar aluguel ou construir em outras áreas da região metropolitana (30%)	Procura de um local melhor para trabalhar (80% das respostas)	—	—	—
Área da habitação (média)	15 m ²	63 m ²	—	—	—
Média de moradores da habitação	6	5	—	—	—
Média salarial	Até um salário mínimo	Até três salários mínimos	—	—	—
Tempo médio de permanência na escola	3 anos	7 anos	—	—	—
Média de habitações atendidas por rede de esgoto	0%	30%	56%	52%	78%
Média de habitações que possuem água encanada e tratada	0%	50%	69%	77%	97%

Média de habitações ligadas legalmente à rede elétrica	0%	—	—	—	—
Média de habitações atendidas por coleta regular de lixo	0%	80%	89%	78%	99%
Afeição ao local de moradia	0%	65%	—	—	—
Média de moradores maiores de 18 anos que possuem título de eleitor	30%	88%	—	—	—
Média de moradores maiores de 18 anos que votaram nas últimas eleições municipais (ano 2000)	10%	75%	—	—	—

Os números referentes ao município de Duque de Caxias, ao bairro de Gramacho e a região da Baixada Fluminense²²⁶ são muito semelhantes, sequer chamando a atenção as diferenças presentes. Por exemplo: era de se esperar que Gramacho possuísse números referentes

²²⁶ Consideramos para a montagem desta tabela os municípios da Baixada Fluminense que possuem um caráter urbano maior. São estes Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita, Queimados, Duque de Caxias, São João de Meriti, Japeri e Nilópolis. Municípios como Guapimirim, Magé, Paracambi, etc. não foram considerados porque sua ocupação, mesmo quando antiga, não se desenvolveu na direção da sua transformação em uma área urbana periférica. Mesmo hoje eles são municípios muito semelhantes aos municípios rurais do estado do Rio de Janeiro.

ao saneamento básico inferiores àqueles pertencentes ao conjunto a que pertence que é o município de Duque de Caxias. Estando na periferia do município e sendo densamente povoado, Gramacho destoa dos números oficiais muito influenciados pelos dados positivos fornecidos pela cidade de Duque de Caxias. É também muito razoável pensar que o município do Rio de Janeiro possua indicadores sociais bastante superiores àqueles presentes na Baixada.

Enfim, nada nestes números foge ao que se esperaria de uma área periférica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro ou de uma favela recente e ainda em formação como Nova Jerusalém. Não é de se estranhar de nenhuma maneira a não existência de fornecimento de água tratada em favelas como Nova Jerusalém, onde tanto a água como a energia elétrica utilizadas derivam de ligações clandestinas.

Quando comparamos a média de tempo de permanência na favela com o tempo de residência no bairro de Gramacho, somos surpreendidos não pelo grande tempo que alguém mora em Gramacho, afinal de contas ele é um bairro antigo de Duque de Caxias, tendo começado o seu crescimento demográfico ainda na década de 1940 ²²⁷. Surpreendente é o pouco tempo de permanência das pessoas em Nova Jerusalém, revelando a função área de passagem da favela. Talvez o caráter semiprovisório da habitação em Nova Jerusalém tenha orientado

²²⁷ Gramacho é o bairro caxiense com maior quantidade de pessoas. Faz parte do primeiro distrito daquele município, sendo um dos sete bairros que formam o primeiro distrito de Duque de Caxias. O bairro abriga em seus onze quilômetros quadrados as localidades de Vila Leopoldina, Vila Sarapuí e Vila Guaíra. Elas surgiram de loteamentos criados entre as décadas de 1940 e 1980. Gramacho está situado no limite entre o primeiro e o segundo distritos do município.

A razão original de ocupação de Gramacho, antiga Sarapuí, foi a estação de trens urbanos existentes ali. Essa estação a partir de 1970 passou a ser o ponto final da tração elétrica dos trens metropolitanos. Dali para frente os trens seguiam puxados por tração diesel, até Vila Inhomirim e Guapimirim, por outra linha. É bastante razoável pensar que o fato de ser estação terminal fez com que a população de migrantes que formou a periferia de Duque de Caxias “optasse” por terminar a sua jornada do Nordeste até o Rio ou dos subúrbios cariocas nos loteamentos de Gramacho. Apesar do longo tempo em que a região experimenta ocupação proletária e da grande quantidade de pessoas vivendo ali, a infra-estrutura urbana é mínima: somente as ruas pertencentes ao centro comercial são pavimentadas, não existe nenhuma agência bancária para servir a população do bairro e os cerca de 500 estabelecimentos comerciais ali existentes e toda a população é atendida unicamente por um posto de saúde e por dez escolas públicas. Além disso, grande parte dos domicílios daquele bairro não é atendida por fornecimento de água tratada ou por rede de esgotamento sanitário.

os moradores a sempre responderem negativamente à pergunta “*você gosta de morar aqui?*”. Em Gramacho cerca de 65% dos moradores responderam afirmativamente a esse questionamento, metade desses justificaram a sua escolha informando que morar em Gramacho é mais seguro do que morar no centro de Duque de Caxias ou em todo o município do Rio de Janeiro.

Apesar do mal-estar dos moradores de Gramacho, é apropositado indagar em que medida tal desconforto deve-se não às diferenças, e sim as semelhanças existentes entre estes dois pólos aparentemente tão distintos da região da Baixada Fluminense. O caráter estabelecido reivindicado pelos moradores de Gramacho e a conseqüente preconceituosação *outsider*²²⁸ sofrida pelos favelados do bairro não soa tão estranho para um visitante de primeira viagem porque a penúria é tão chocante nos casebres de cada uma das favelas que por si somente demonstra as diferenças. Mais radicalmente, entretanto, não consigo ver Gramacho e Nova Jerusalém como lugares sociais tão opostos, antes, representam épocas diversas de um mesmo processo de exclusão popular.

Nas décadas iniciais de assentamento de proletários na Baixada Fluminense a distância entre os migrantes originais e o poder público era também bastante grande e a inexistência de qualquer projeto de ocupação popular da região resultou no abraço à autoconstrução²²⁹ como meio de colonização proletária da Baixada e na inexistência de qualquer organização nessa ocupação, o que fez com que o antigo solo destinado à agricultura abrigasse loteamentos, irregulares todos, onde as pequenas casas proletárias não se distinguiram demasiadamente dos atuais barracos de Nova Jerusalém:

Aqui quando a gente chegou fizemos um quarto só e uma cozinha pequena. Só que naquela época não faltava emprego pra ninguém e a meia-água que a

²²⁸ ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

²²⁹ LIMA, Maria Helena Beozzo de. Em busca da casa própria: Autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro. In: VALADARES, Licia. **Habitação em Questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

gente fez de uma hora pra outra devagar foi crescendo. Primeiro era isso aqui que você ta vendo. Só esse quarto aqui porque depois eu arranquei a parede que tinha aqui e juntei cozinha e quarto e fiz essa cozinha de agora. Depois eu fui aumentando devagar, assim quando dava e depois foi crescendo. Você vê que tem quintal. Dava pra ir aumentando e fui fazendo. Agora você vê, a casa é grande e ainda tem filho que fez em cima dela e no quintal também. Ficou todo mundo aqui.²³⁰

Fatos diferenciadores percebidos pelos habitantes de Gramacho referem-se não exatamente ao processo de construção de habitações nos antigos loteamentos que originaram o bairro. Atuais favelados e pioneiros construtores proletários, distinguem-se sobretudo porque os favelados de Nova Jerusalém “nunca foram donos de seu teto”:

Se você quer saber porque eu acho que eles são assim desse jeito é porque eles não tem nada deles. Eles vive aqui, mas podia ta em qualquer lugar que não fazia diferença. Eles não têm nada pra defender deles. A maior parte nem comprou os material do barraco. Eles trabalha onde? Tem um monte de preguiçoso que prefere pedir e ir catar resto de coisa. Outros quer trabalhar, mas não tem força, ta doente, é viciado na bebida ou coisa pior. A gente aqui tinha um plano quando chegou, trabalhar, construir, economizar, estudar os filho. Depois que eu aceitei Jesus então aí é que tudo melhorou mais ainda pra mim. Ali não tem nada disso não. Você vê, são os membro da igreja que me dão mais trabalho aqui eles lá. Não quer seguir doutrina, não larga vício, cai em pecado toda hora. A gente do ministério aqui nem vai nem autoriza ninguém de ir mais lá pregar. Eu agora penso assim: a distância de lá até aqui é a mesma que daqui até lá e se o cara quiser aceitar Jesus ele que vem, eu não vou lá buscar alma não. É uma bagunça e é muito perigoso.²³¹

Estar naquele local que “não pertence a ninguém” condicionou os favelados a não serem constantes, não seguirem as regras básicas da religião (doutrina) e a todo o momento “se desviarem” e “caírem em pecado” (manterem relações sexuais não permitidas pelas normas religiosas evangélicas). Estender esse descontrole moral para o restante da vida dos favelados, tal como para o pastor Caio, não é difícil para a maioria dos membros de sua igreja que quase todos residem em regiões centrais do bairro de Gramacho:

A diferença entre nós e eles? Eles não têm controle de nada. Se eles ganha alguma coisa de manhã eles come tudo no almoço e fica sem janta, sabe? Falta educação, sei lá. Eles são sujo. Pobreza não quer dizer que tem que ser

²³⁰ SILVA, Caio da. **Entrevista concedida** em 07 set. 2004.

²³¹ Idem.

nojento não. Uns fede e tudo e não sabe criar filho, não sabe ensinar nada da bíblia. Não dá exemplo pra filho e vive dando mau testemunho pros ímpios [pessoas não pertencentes a uma igreja evangélica].²³²

A vida deles não tem ordem. Eles não progride. Vive só da ajuda dos outro e isso pra mim quer dizer que eles não se converteram de verdade porque a palavra de Deus diz que justo não mendiga pão e eles vive de resto da gente. Aí a vida deles não é abençoada, eles vive com doença e sem emprego e acaba sendo mexido por vagabundo de lá de dentro.²³³

Na memória dos moradores de Gramacho a lembrança de suas maneiras de “construir o bairro” ao longo das últimas décadas parece ser o fator responsável pela preconceituação dos favelados, sendo a propriedade do lote, a construção de uma casa e a organização do espaço público que “não chamava a atenção de nenhuma autoridade que nunca fez nada de verdade pra cá a não ser a pouco tempo”, fatores determinantes de uma “vida decente” e arcabouço de algo valorizado ao extremo pelos “trabalhadores” baixadenses. Algo que se expressa na última fala como “ordem”. Traduzo isto como um anseio capital na vida de um proletário baixadense, porque possibilitador de que as situações adversas sofridas pelos colonizadores migrantes pioneiros tanto em suas vidas anteriores em outros locais do Brasil quanto em sua nova vida nos loteamentos da Baixada Fluminense não se repitam na atualidade consigo ou com filhos e familiares:

Se você tem uma vida desorganizada sua vida não melhora nunca. Você precisa de ordem na sua vida. Sua vida tem que ser de trabalho. Você precisa ter profissão, precisa ter casa pra não ter que viver no aluguel, se não você acaba se viciando, virando homem que não sai de barraca, gastando dinheiro à toa. Você pode ver que quem não tem família, não tem religião não consegue arranjar emprego direito, vira viciado, se mete com bandidagem. O homem tem que ter ordem na vida dele. Aqui se você não for equilibrado na sua vida você se dá mal e você estraga a vida também da sua família toda. Você vê só, eu não estudei nunca, eu nem sei ler, eu só sei assinar o nome e muito mal. Mas eu quando vim pra cá lá do Norte eu vi que tinha que batalhar muito até começar a trabalhar de motorista de ônibus. Aí eu fui melhorando e a mulher foi ajudando muito também e aí a gente deu uma vida melhor pra os menino. Você vê, os três faz faculdade e tudo faculdade federal. Todo mundo trabalha e não tem vício. Você vê se eu fosse um homem de porta de barraca que não trabalha, que não tem profissão isso ia dar pra ser assim? Eu

²³² SILVA, João Breder da Silva. **Entrevista concedida** em 09 jul. 2005.

²³³ TORRES, Natalício. **Entrevista concedida** em 19 de jul. 2004.

mesmo já vi aqui muito homem morrer em porta de barraca brigando por causa de nada e largando a família desamparada aí.²³⁴

Para os moradores de Nova Jerusalém essa ordem familiar não é algo acessível devido à própria insegurança de suas vidas imersas em uma pobreza extrema que fez um líder comunitário local visualizar a favela como o retrato de Gramacho na época em que chegou do interior do Espírito Santo, não possuindo absolutamente nada e precisando se virar no bairro que “não tinha nada” e ao lado de uma grande quantidade de gente que vinha do Nordeste principalmente:

Sabe, o povo de Gramacho devia lembrar mais do passado e não ver essas comunidades pobres daqui como coisa do outro mundo. Nova Jerusalém é a Gramacho de amanhã, porque Gramacho quando começou era igual Jerusalém! É besteira esse negócio de sacanear quem mora lá só porque é favela porque isso aqui é uma coisa só e os político trata a gente aqui igual trata eles lá. Você tá vendo aqui tudo asfaltado, mas é só aqui que é centro, aí pra trás e lá pra dentro é tudo sem asfalto, esgoto, pouco colégio, sem posto de saúde. É tudo igual Jerusalém, só que é bairro. Eu não acho que tem razão isto não. Esse povo daqui tem orgulho não sei de que.²³⁵

A opinião do líder comunitário destoa das demais porque visualiza seu bairro e as favelas, que chama de “Jerusalém”, como algo semelhante além dos outros moradores que procuram as distâncias estabelecidas pela visível penúria dos habitantes dos casebres que margeiam o rio Sarapuí. Eminentemente suas opiniões levam em consideração a pequena presença estatal no bairro e nivela os dois locais de moradia proletária apontando para o fato de que obras públicas executadas ali somente surgiram a pouco tempo e derivaram dos interesses de um novo tipo de político que passou a existir na Baixada Fluminense durante a década de 1990 e que representou a subida ao poder de pessoas originariamente pertencentes às classes populares, responsáveis pelo auxílio à população na resolução de problemas que nasceram no momento de chegada dos migrantes à região da Baixada Fluminense e que se complexaram na mesma proporção em que a população da região aumentava.

²³⁴ SILVA, João Breder da. **Entrevista concedida** em 09 jul. 2005

²³⁵ DAMASCENO, Daniel. **Entrevista concedida** em 24 jul. 2004.

De maneira geral pode-se dizer que a mutação da forma como os baixadenses elegem seus agentes políticos deu-se ao final da década de 1980, principalmente quando nesta região surgiram novos municípios, fato ocorrido somente após a promulgação da nova constituição em 1988. Ao longo das campanhas emancipacionistas que movimentaram os grandes municípios da Baixada Fluminense alguns líderes comunitários iniciaram um processo de maior reconhecimento popular e terminaram atingindo primeiramente os legislativos dos municípios antigos da Baixada e, alcançada a emancipação por alguns distritos, o executivo de grande parte das cidades baixadenses e até a câmara de deputados do estado do Rio de Janeiro e a câmara federal.

Os marcos fundamentais de tal nova modelagem política corresponderam à eleição de Joca e de Zito como prefeitos de seus municípios. A grande aprovação política experimentada por estes dois políticos, que foram escolhidos tanto para os cargos legislativos como executivos enfatizando a sua situação de antigos líderes comunitários, demonstra de maneira convincente a íntima relação destes agentes estatais com a população proletária dos municípios que governaram.

Se até a década de 1990 os membros da elite política local originavam-se ou gravitavam em torno de famílias herdeiras da antiga elite econômica ligada ao comércio varejista ou às terras que ao longo das décadas iniciais do século XX se caracterizaram por produzir laranjas destinadas, a maior parte, ao exterior do Brasil, não sendo uma exceção a esse estilo de relação política nem sequer Tenório Cavalcanti, a nova elite política regional despreza o passado e os partidos políticos, através dos quais circula sem-cerimônias, colocando-se ela mesma como fundadora de um novo tempo pretensamente diverso do passado e caracterizado pela intensa aproximação entre “povo” e governo:

Esses políticos de Caxias agora são quase todos diferentes da época que a gente chegou aqui. Agora se você vai olhar a câmara de vereadores e a prefeitura você vai ver que quase todos é político de bairro. Assim, é aquele cara que no bairro dele faz lá um tipo de trabalho social e tem lá uma coisa tipo comércio que ele usa pra ajudar os outro e aí ele ajuda e aí acaba se elegendo. Se você olhar bem foi assim com o Zito e se você for aí pra dentro vai ver um monte de serviço social e esses político de frente [...] agora você acha esse tipo de político antigo, que não tava nem aí pra ninguém, que vinha só pra fazer campanha e pronto, depois nem voltava, não se elege mais agora. Agora é esses caras que manda, tipo Zito, Joca [...] esses parece que tá mais presente. Pode até ser que eles não seja isso tudo que o povo acha na época de política, mas eles faz mais coisa que tem a ver com o povo daqui.²³⁶

Diferentemente de um tempo passado, onde a elite provinha do centro do município, agora os bairros proletários geram vereadores e prefeitos, levando para os seus locais de origem obras públicas e oferecendo serviços essenciais como saúde, educação e segurança. De um prefeito proveniente de um destes bairros proletários nada menos eles poderiam esperar que a completa mudança do município através da pavimentação das ruas e do saneamento dos lugares mais pobres, afinal o discurso dessa nova geração de políticos referiu-se sempre às periferias das cidades como locais prioritários para a realização de obras tão almejadas pelos moradores proletários, valorizando exatamente o conjunto de resoluções práticas largamente levadas adiante ao longo de todo o processo de colonização proletária da Baixada Fluminense pelo cidadão-só habitante dos bairros baixadenses e atraindo para os vários municípios da região a atenção de setores estatais diversos e até a modificação da própria forma como a imprensa retrata a Baixada, surgindo como importantes hoje as manifestações culturais, a vida econômica local e a descoberta de personagens e locais de destaque existentes na região.

Notícias agora que ocupam cadernos especiais de tradicionais jornais cariocas e blocos isolados de telejornais locais²³⁷, ao contrário de décadas anteriores quando o que se escrevia sobre a Baixada Fluminense localizava-se unicamente nos cadernos policiais dos jornais cari-

²³⁶ DAMASCENO, Daniel. **Entrevista concedida** em 24 jul. 2004.

²³⁷ Ao longo da década de 1990 os jornais cariocas O Globo e O Dia criaram cadernos especiais destinados a tratar de temas relacionados com a vida dos baixadenses. No ano de 2005 duas redes nacionais de televisão (Rede Globo e Rede Record) criaram em seus telejornais regionais blocos exclusivos para discutir assuntos relacionados aos problemas e virtudes da Baixada Fluminense.

ocas ou nas páginas de periódicos destinados exclusivamente a utilizar a violência extrema como forma de espetáculo.²³⁸

A maior atenção para a Baixada, entretanto, não alterou substancialmente a vida de seus habitantes, talvez por não ser algo que atinja uniformemente a população dessa região²³⁹, distribuindo-se as benfeitorias de forma irregular, bem como nem sempre gerando a recente atenção sobre a Baixada Fluminense algo que atenuar carências básicas, surgindo para as mulheres e homens habitantes dos locais mais carentes da região a idéia de que “[...] não adianta trazer pra cá coisas como cinema de graça na praça e ônibus de defesa de consumidor se a gente nem tem escola direito, não tem emprego perto de casa e tem que pisar na lama todo dia”²⁴⁰. A convivência por anos seguidos com a pequena presença estatal parece ter determinado uma tão grande exigência de pragmatismo na resolução de problemas, que surgem ainda como supérfluas quaisquer ações que não dêem conta de eliminar as carências básicas.

Os novos atores políticos baixadenses foram competentes para chamar a atenção estatal para a sua região ao se transformarem em personagens mais independentes dentro da cena política fluminense e alardearem a grande quantidade de eleitores que povoam a sua região e quão carentes são eles. Não representaram, entretanto, uma ruptura com as formas mais corri-

²³⁸ Cf. ENNE, Ana Lucia Silva. **“Lugar, meu amigo, é minha Baixada”**: memória, representação social e identidade. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

²³⁹ A tabela seguinte contém os dados completos levantados pelo último censo do IBGE (2000) em relação às condições de saneamento dos mais urbanizados municípios da Baixada Fluminense:

	Domicílios ligados à rede geral de esgotamento sanitário	Domicílios que recebem água tratada	Domicílios servidos por coleta periódica de lixo
Belford Roxo	53%	72%	88%
Duque de Caxias	56%	69%	89%
Japeri	27,5%	63%	57,5%
Nilópolis	79%	96%	99%
Nova Iguaçu	51%	81%	88%
Queimados	34%	66%	87%
São João de Meriti	67%	95%	98%

²⁴⁰ TELES, Ignácio de. **Entrevista concedida** em 29 set. 2004.

queiras de fazer-se política nas regiões proletárias da Baixada Fluminense, sendo, no máximo, agentes mais presentes, porém amplos adeptos das práticas assistencialistas tradicionais, distribuindo sopas, materiais de construção, cirurgias, etc., além de localizarem nos pontos mais densamente povoados de municípios seus serviços sociais ou o seu patrocínio a algum grupo de extermínio responsável pela manutenção da segurança nos bairros, onde geralmente inexistem delegacias ou mesmo postos policiais avançados.

A revolta da favela de Nova Jerusalém não correspondeu a algo excepcional dentro do cenário de violências cotidianas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Também não excepcional foi a causa da revolta: a opressão explícita e cruel de toda uma “comunidade” por um grupo pequeno de bandidos. Incomum nesse caso foi o ato de Adriano. Matar traficantes armados e organizados em bando poderia facilmente ser qualificado como um suicídio e mesmo os membros do poder judiciário qualificaram o caso como uma defesa legítima, inocentando o catador de lixo, transformado de assassino em testemunha.

Para abaixo da simples narrativa do caso, há o seu contexto e ele é revelador de uma Baixada Fluminense submersa, não distinguível agora dentro da Região Metropolitana do Rio de Janeiro devido aos seus elevados índices de uma criminalidade democratizada nos grandes centros metropolitanos nacionais²⁴¹, porém notavelmente diversa de alguns outros por ser um mosaico construído todo por proletários vindos de áreas as mais diversas do país a fim de servir como mão-de-obra desqualificada no antigo Distrito Federal entre os anos 1940 e 1980 principalmente.

Diversa também não exatamente pelo fato de ter sido colonizada de forma razoavelmente silenciosa e não acompanhada por organismos estatais, porém ali a invisibilidade esta-

²⁴¹ Cf. ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In SCHWARCZ, Lília Moritz. **História da vida privada no Brasil**, v.04. São Paulo: Cia das letras, 1998.

tal perpetuou-se e responsabilizou-se de forma direta pelas maneiras “escolhidas” pela população proletária tanto para construir suas casas e vidas quanto para organizar os espaços comuns existentes nos vários bairros baixadenses surgidos a partir da junção dos loteamentos originais.

Se recentes na Baixada Fluminense são as favelas, a estrutura responsável pelo seu surgimento parece ser semelhante a da formação dos próprios bairros proletários periféricos, grande parte deles não muito diferentes das favelas que os seus habitantes tanto detestam. Foi também tal estrutura que fez surgir um tipo de liderança não tão espontânea quanto a de Adriano Vianna, porém, pragmaticamente também relacionada à resolução das enormes carências que atingem quaisquer lugares proletários de moradia na Baixada.

Imerso na experiência de décadas da idéia de que a reivindicação não é um mecanismo suficientemente competente para proporcionar uma melhoria de vida para si mesmos e para os seus filhos, mulheres e homens baixadenses terminaram por construir um modelo de líder comunitário que visa prioritariamente dar ordem ao caos da forma mais elementar e que ao serem escolhidos para ocuparem as esferas oficiais de governo enfatizaram em busca de sua sobrevivência eleitoral a realização de obras capazes de “dignificar” o homem da Baixada que sente “uma vergonha enorme de levar alguém de outro lugar em seu bairro” ou “chegar no emprego com o sapato cheio de barro”, entretanto, mais do que reconfigurarem o mapa político de sua região e até do estado do Rio de Janeiro, eles representam a força das formas autônomas como os proletários habitantes das periferias das cidades da Baixada minimizam suas carências diversas, revelando o caso aqui apresentado a força da rede de resolução de problemas práticos que ao longo do processo de ocupação proletária dessa região formou-se à sombra da ausência pública.

CONCLUSÃO

*“Sendo forasteiros os três, devemos portanto fazer
causa comum; dai-me em tal
sentido, vossa mão!”*

(Agrimensor K., personagem de “O Castelo” de Franz Kafka).

Teorias sobre a Baixada Fluminense são pouco eficazes quando não levam em consideração a violência cotidiana que marca o contato entre os homens habitantes dessa região periférica da área metropolitana do Rio de Janeiro. Porém o privilégio da violência na criação dessas teorias constitui-se em um erro que reforça o estigma de ser a Baixada um lugar onde um tempo de barbárie tornou-se eterno, inexistindo ali sequer uma idade de ouro como há para outros lugares proletários companheiros dos bairros periféricos baixadenses como as favelas e os conjuntos habitacionais proletarizados após invasões ou ações governamentais quase sempre demagógicas.

Uma ocupação rápida, desassistida e completamente realizada por indivíduos originários de regiões muito pobres do Brasil fez da Baixada Fluminense um terreno tão fluido que homens e mulheres dali, quando olhados de perto, transformam-se em construtores de uma realidade social muito particular e por isso mesmo resistente à aplicação das teorias disponíveis. A violência abundante presente nos bairros proletários dali é um ponto de contato entre este universo refratário e o restante das áreas metropolitanas brasileiras, tendo tal violência, em forma de caricatura, se tornado o centro de interesse de grande parte das análises sobre a Baixada Fluminense principalmente porque várias destas são simples tentativas de demonstração do exotismo presente nas relações entre os habitantes da região. Exotismo capaz de

tornar a Baixada Fluminense em um eficiente laboratório para a expectação de conceitos clássicos como o populismo, o mandonismo, o clientelismo e até mesmo o coronelismo²⁴².

Uma visão mais próxima do “povo da Baixada” revela práticas políticas não exatamente incomuns, porém sutilmente diferentes daquelas que se notabilizaram como as marcas registradas do assistencialismo comum nas relações políticas entre “povo” e “políticos” nas várias regiões metropolitanas do Brasil. Muito provavelmente as características das relações entre atores sociais na Baixada Fluminense espelhem traços não percebidos até agora do clientelismo que nessa região se evidencia pelo personalismo político revelado no sucesso de figuras eleitorais regionalmente proeminentes como Tenório Cavalcanti, Joca e Zito. A face não tão visível, porém, mais comum e melhor explicativa dessa tradição local de políticos com comportamento anômalo serem eleitos, foi expressa neste trabalho pela trajetória do vereador Marcelo Souza. Porém tal visão microscópica intermediada pela fala de alguns moradores dos bairros proletários da Baixada Fluminense também é capaz de mostrar o assistencialismo como uma forma prática de obtenção de cidadania em um contexto adverso e que nega uma interpretação tradicional que visualiza a conquista popular de direitos no Brasil como uma dádiva das classes superiores às subalternas.

Nessa periferia distante as invisibilidades são normais, o que torna esse lugar em uma espécie de paraíso (ou inferno?) do cidadão-só. Aliás, pode soar estranha a percepção do baixadense-morador-dos-lugares-periféricos retratados nas histórias relatadas acima como cidadão e o complemento “só”, nesse caso, além de ser explicativo e seguir a tendência contemporânea de complementar o vocábulo cidadão com qualificativos como eleitor, consumidor, contribuinte, etc. - substitutos dos ativos e inativos do século XIX - visa justificar o próprio uso do substantivo “cidadão” para quem mora em bairros periféricos da Baixada Fluminense.

²⁴² O conceito “coronelismo urbano” originou-se de uma destas análises apressadas sobre a região. Cf. BELOCH, Israel. **Capa Preta e Lurdinha**: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada. Rio de Janeiro: Record, 1985. p.103-107.

É sintomática a inexistência do que se poderia chamar de uma “consciência cidadã” no conjunto de valores desses homens e mulheres aqui retratados quando os confrontamos com a nossa visão idealizada do cidadão como o indivíduo integrado ao governo por ele escolhido e preocupado em garantir seus direitos, bem como o de todos os demais habitantes da nação, através de algo que se pode simplificar chamando de democracia e que deve ser a missão suprema do próprio Estado contemporâneo. Tal ausência de cidadania dos baixadenses surge muito claramente mesmo no Brasil onde cidadania constitui-se em algo de difícil definição, conforme alerta José Murilo de Carvalho que em um trabalho recente analisa as razões para não alcançarmos a cidadania total e atribui à apatia popular produzida pela decepção de se viver em um país democratizado desde meados da década de 1980, mas em que o fim de um regime de exceção significou a aceleração da desigualdade entre as classes e a diminuição do que já era em 1985 considerado pequeno: a presença da face protetora do Estado na vida do “povo”. Carvalho Relaciona essa realidade das coisas à perda de importância do Estado-nação a partir do processo de globalização transformador dos indivíduos antes participantes, em simples espectadores e reduzidos agora em meros consumidores sujeitos ao novo deus substituto do Estado: o mercado, este sim atuante. Nesse contexto “a apatia vira virtude”.

A macro explicação de José Murilo de Carvalho, que pretende categorizar a cidadania no Brasil a partir das idéias de Bryan S. Turner²⁴³ e da direção do movimento que produz a cidadania em certas nações surgida de baixo para cima quando ocorrem lutas da sociedade para que direitos como os civis e políticos tornem-se reais, e em outros de cima para baixo quando a iniciativa para a realização dos direitos partiu do próprio Estado e caiu abruptamente sobre gente que não esperava ter direitos, presta-se a percebermos o Brasil como contido dentro do grupo de nações onde direitos diversos surgiram na vida de um “povo” que não os pe-

²⁴³ TURNER, Bryan S. Outline of a theory of citizenship. *Sociology*, v. 24, n. 2, 1990.

diu em momento algum. Esse fato sozinho parece forte o suficiente para que a apatia seja uma das características do cidadão brasileiro.

Categorizar o brasileiro como apático a partir da percepção da miniaturização ainda maior do Estado, nestas últimas décadas, parece-me mais difícil, uma vez que a pequena, nenhuma ou indevida presença do Estado correspondeu diversas vezes a alguma reação do que designamos acima cidadão-só como o próprio historiador expressa em “*Os bestializados*” onde descreve a reação dos cariocas moradores do centro da capital em 1904 à imposição da vacinação obrigatória²⁴⁴. O conceito de uma cidadania em negativo²⁴⁵ parece ter orientado José Murilo a identificar na revolta da vacina e em todos os movimentos populares do século XIX e início do XX, indícios de razões excessivamente pessoais, semelhantes aquelas de posse das pessoas que no início do século presente invadiram um *shopping center* carioca protestando contra a impossibilidade de consumir e reivindicando, dessa forma, um direito²⁴⁶ sendo o grupo de sem-tetos invasores, para Carvalho, qualificados substitutos dos milhares de cariocas que armaram barricadas, destruíram vagões de bondes e atacaram militares no centro da capital federal ao longo da revolta da vacina. Seguindo tal linha de raciocínio, os direitos “dados” aos mais pobres a partir do Estado Novo, principalmente, e a democracia conquistada à força devido às crises econômicas dos últimos governos militares e através das movimentações das classes médias nos anos 1980 desenvolveram a apatia em lugar de um projeto de país no qual em larga escala o cidadão-só floresceu nas periferias das grandes metrópoles cada vez mais repletas de trabalhadores pobres, sempre sujeitos ao desemprego, ao subemprego, à informalidade e ao banditismo.

²⁴⁴ CARVALHO, op.cit. p. 91-139.

²⁴⁵ CARVALHO, José Murilo. Cidadania: tipos e percursos. **Estudos históricos**, CPDOC, v. 9, n. 18, Rio de Janeiro, 1996. p. 337-360.

²⁴⁶ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 228.

Invisível por um longo tempo, sujeitou-se facilmente o cidadão-só baixadense às categorizações externas, mantendo-se distante de qualquer interpretação peculiar, vários estudiosos de fenômenos sociais vivenciados por elementos de classes economicamente inferiores parecem ter se conformado com a percepção desses homens e mulheres como apáticos, possuidores de uma cidadania em negativo, não os vendo perto o suficiente para verificar suas estratégias *sui generis* de produção de cidadania.

Em nossos personagens, características como capacidade de reação, valorização da ação direta e do trabalho, coragem e solidariedade surgem facilmente da densidade do relato de seus atos. A questão colocada é, em que medida este conjunto de características que funcionam como eficientes negativas da clássica visão do “povo” como apático podem ser indícios de uma movimentação orgânica, cidadã e não como sintomas de uma revolta simples interpretada como cidadania em negativo? Talvez contribua para tal debate uma verificação do sentido de cidadania para a população da Baixada Fluminense.

Expliquei antes que a palavra cidadania é algo que não me lembro de ter ouvido de nenhuma das pessoas que entrevistei. Não quero dizer com isso que alguém não tenha tocado no assunto, afinal está tão em voga referir-se a cidadania que o sentido do termo corre o risco de apontar para tantas direções até gastar-se e nada significar. Mas de fato o que significa para os baixadenses ouvidos a idéia de cidadania?

Sem pretender esgotar o tema, considero que é parte integrante das identidades dos baixadenses - até mais comumente que a percepção do Estado como algo distante e que não será atingido através do recurso à reivindicação - a idéia de que é inerente a qualquer órgão estatal ou qualquer agente político oficial a “má vontade” que impossibilita qualquer diálogo entre “trabalhadores” e “governo” e origem da percepção de que é inerente a qualquer ação

levada adiante por instituições públicas algo expresso pela palavra interesse ou pela sentença “segundas intenções”.

Transformou-se em algo percebido como natural o descolamento entre ações políticas oficiais e um projeto de melhoria das condições de vida na região da Baixada, levando mesmo as lideranças comunitárias que possuem uma militância formal em partidos políticos, como o senhor Antônio Souza Leite, a se contentarem com a idéia de que o ordinário quando se fala em Baixada é “tudo ser feito na pressa, na emergência, sem plano ou então por quem quer ganhar voto e depois nunca mais voltar na comunidade”. Para o senhor Antonio a marca do Estado na Baixada Fluminense é a da omissão ou a do descontrole representado pela ausência de ações planejadas, sendo tal descontrole provocado pelo entendimento de que a única importância dos habitantes de bairros periféricos baixadenses é o seu papel de eleitor “dos ricos” que invariavelmente pensam que quem mora na Baixada “é lixo” e que como tal não “exigirá nada” e se contentará com “as ilusões” dos benefícios originários da “simulação” de melhorias coletivas ou das “esmolas” pessoais.

Pensando no Estado de uma forma não tão radicalmente negativa ou pelo menos não o visualizando como a fonte de todos os males, a personagem principal do segundo capítulo, Dona Ilda, se diferencia pela percepção de que um diálogo é possível, porém ele deve ser provocado através da ação e da luta contra a invisibilidade causadora do entendimento de que “quem mora na Baixada é lixo”, ou se dizendo de uma forma menos excêntrica, é indiferente, desconhecedor de seus direitos e massa de manobra de “políticos”. A líder comunitária percebe, sem nunca usar a palavra cidadania, a exata medida de seu papel e do lugar ideal de seus vizinhos dos quais destaca as “pessoas inocentes”: mostrar-se através de atos impactantes que ao mesmo tempo substituem as ações oficiais e alertem os de fora para as “injustiças” vivenciadas cotidianamente por moradores de bairros como o Capivari. Acima de qualquer um ou-

tro de meus entrevistados, pragmática, Dona Ilda destaca-se pela enfática defesa dos direitos das “pessoas inocentes”. Algo que pode ser traduzido não como o respeito às regras jurídicas nacionais, a valorização da democracia ou de qualquer dos valores coletivamente tidos como corretos no Ocidente. Os direitos defendidos por Dona Ilda, pelo vereador Marcelo Souza e até por Adriano e seus vizinhos revestem-se de um caráter essencialmente básico e estranho a qualquer instituição externa, sustentando-se nas próprias formas dos habitantes da região visualizarem-se como agentes construtores de seu próprio meio ambiente, configurando um sentido de cidadania cuja característica fundamental é o orgulho de superar adversidades apesar da situação desvantajosa, provocada pelo conjunto de inações, corrupção e desorganização estatais.

O destaque da capacidade de agir, construir, transformar, criando um mundo habitável a partir do “nada” estende-se a conquista dos mesmos direitos que a grande maioria da população brasileira entende serem os mais fundamentais. Porém a maneira da conquista ali difere de um modelo aceitável e a supervalorização da ação própria em lugar da reivindicação parece prender-se aos sentimentos diversos que configuram as identidades baixadenses.

Assim, coragem, solidariedade, valorização do trabalho e de valores moralistas e orgulho por progredir pessoalmente e de contribuir para a melhoria da “comunidade” unem todos os líderes populares entrevistados e vários dos moradores comuns dos bairros periféricos, sendo repetitivas as histórias de vida em que um migrante relata sua total ignorância, inexperience e pauperismo iniciais e um progresso que culmina ao final de algumas décadas com uma casa própria “boa”, uma família “criada”, com filhos “formados”, “casados direitinho” em um bairro “onde não se vê mais mato e vala nas ruas” apesar do objeto símbolo do Estado do morador periférico baixadense nunca ter chegado: o asfalto.

Mesmo alguém que por razões ideológicas despreza os bens materiais, como o senhor Antonio, o tempo atual no qual descansa em uma grande casa com piscina e pomar fincado em seu quintal onde os filhos fizeram casas, opõe-se ao tempo em que morava no mesmo quintal em uma “meia-água” sem banheiro “no meio do mato”.

Cidadania é, então, algo diretamente relacionado com o alcance de direitos - inclusive o de não ser molestado, daí a aceitação dos justicamentos - por meios próprios, uma vez que a inexistência de projetos estatais é prova de que não haverá nenhuma ação a não ser as levadas adiante pelos próprios proletários predispostos a aceitarem de forma incondicional o auxílio “interesseiro” de qualquer “político” ávido por “trocar os votos da comunidade” por obras precárias, porém responsáveis pela diminuição das várias necessidades locais e portanto pelo alcance de direitos “desde sempre negados aos pobres”.

A este conjunto de soluções paliativas, como a morte de bandidos, a iluminação de algumas vias, o asfaltamento e saneamento de poucas ruas e não da totalidade de um bairro os moradores das periferias de cidades baixadenses chamam “males necessários”, sendo fácil compreender após a convivência com eles a sua não valorização das figuras políticas caracterizadas pelo oportunismo, ou de um matador de bandidos. A ação desses indivíduos favorece a “melhoria do bairro”, servindo como prova de uma evolução pessoal, uma melhoria de *status* e portanto da aproximação dos moradores de “lugar de rico”, percebidos tais ricos genéricos como aqueles que possuem direitos respeitados.

Uma visão de fora

Para uma opinião eivada de senso-comum, a Baixada Fluminense e quem nela habita representam unicamente a pobreza, carregando percepções deste tipo, para o azar de meus personagens. A crença de que violência é algo inerente a uma nebulosa “cultura da pobreza”

capaz de tornar inquestionáveis até mesmo confusões espaciais absurdas como aquela que faz da favela de Vigário Geral parte da Baixada, quando são lembrados os mortos da chacina de 1993 ocorrida na favela carioca, vizinha do município de Duque de Caxias, ou que o complexo de Acari seja parte do município baixadense de São João de Meriti. Mesmo quando a confusão não ocorre, a aproximação com a Baixada parece surgir como explicativa:

Moradores e tráfico, tráfico e polícia, polícia e políticos, e a imprensa alerta para noticiar o crime que não pode deixar de ocorrer nessa zona próxima à Baixada marcada pela violência.²⁴⁷

Acari é parte do município do Rio de Janeiro. Assassínatos são rotineiros ali. A famosa feira de produtos roubados, chamada “robauto”, atraía até pouco tempo gente de lugares distantes para as ruas de entrada da favela. Seus traficantes “fizeram história” mesmo quando havia ainda pouca gente vivendo “do lado de São João [de Meriti]”, mesmo assim em uma única página o nome Acari é acompanhado da palavra Baixada por duas vezes, nesse caso muito menos um lugar de referência e muito mais um símbolo da violência própria da cultura da pobreza.

Não se trata, entretanto, de se fazer uma defesa inútil e apaixonada da não existência de violência na Baixada Fluminense. Meus esforços destinam-se a contextualizar diferenças e semelhanças entre a antiga capital e o lugar do outro que ao longo das últimas décadas foi a Baixada. É evidente a ocorrência de episódios violentos nessa área metropolitana do Rio de Janeiro e é também óbvio o fato de serem assassinados mais pessoas ali que no município do Rio de Janeiro²⁴⁸, mesmo nesse início de século quando a antiga capital federal se transforma

²⁴⁷ MONTES, Maria Lucia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da vida privada no Brasil**, v.04. São Paulo: Cia das letras, 1998. p. 124.

²⁴⁸ A partir da década de 1980 a quantidade de assassinados na Baixada Fluminense acelerou-se constantemente, sendo a mais alta de todo o estado do Rio de Janeiro e uma das mais altas do Brasil. O meio da década de 1990 foi o momento crítico dos assassinatos na Baixada Fluminense. Ao longo da década de 2000 os municípios da Baixada e a capital se aproximaram quanto aos números de assassinatos e em 2004, pela primeira vez, o município do Rio de Janeiro ultrapassou a Baixada Fluminense em assassinatos, ocorrendo na capital do estado quando 39% dos homicídios registrados no estado aconteceram ali. Na Baixada Flumi-

rapidamente na vitrine nacional da violência bárbara chamada de “guerra civil” constantemente pela imprensa nacional.

Na Baixada o problema nasce de se perceber tal violência como algo relacionado à própria natureza de uma população pobre e migrante, algo não realizado por Alba Zaluar²⁴⁹ que em suas análises acerca dos crimes no Brasil contemporâneo propõe explicações globais vinculadas às características econômicas e políticas do mundo atual e também às próprias metamorfoses dentro do submundo criminoso. A vulgarização da cocaína é o fio que conduz Zaluar em seus esforços de investigação de uma nova dinâmica da violência em um mundo dominado pelo mercado e pela importância crescente do crime-negócio como uma das facetas da globalização. Salta de suas conclusões a idéia de que características próprias desse tempo e das regiões metropolitanas do Brasil impossibilitam uma realidade diversa daquela que vivemos agora e que é marcada pelo espalhamento do consumo e tráfico de drogas e pela diluição das diferenças regionais. Cidade e campo se aproximam devido à violência, não sendo incomum que crimes antes presentes em grandes centros urbanos, façam hoje parte da vida cotidiana das médias e pequenas cidades do país principalmente se estas estão margeando rodovias por onde as drogas e armas circulam a fim de atingir as grandes metrópoles.

Esse recuo do processo civilizador caracterizador de nossa sociedade ocidental consumista reconfigurou papéis que em décadas anteriores eram bastante sólidos quando o tanto de violência espalhada pela sociedade era menor, mais localizado, isolável e, portanto controlável. A solidez desmanchou-se rapidamente nos últimos tempos e muito embora Zaluar afirme com propriedade que a maior parte das vítimas dos barbarismos desses novos tempos continuam sendo os habitantes pobres das áreas de isolamento do passado, é mais complicado

nense ocorreram 32% dos casos. No interior foram registrados 19% dos casos e na Grande Niterói, 10%. (RELATÓRIO síntese sobre criminalidade constatada. Disponível em < <http://www.isp.rj.gov.br/>. Acesso em 12 dez. 2006).

²⁴⁹ ZALUAR, Alba. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, G.; ALVITO, M. **Cidadania e violência**. 2. ed., Rio de Janeiro:UFRJ/FGV, 2000.

encontrar o outro no qual sempre se espera enxergar na fonte a barbárie. Migrantes, negros e sobretudo pobres continuam nos mesmos lugares invisíveis de qualquer cidade brasileira, porém o crime-negócio não respeita fronteiras sociais, raciais e principalmente espaciais, confundindo aqueles que se julgavam seguros nos lugares mais civilizados e incentivando a criação de universos cada vez menores, individualizados e blindados do exterior pelas grades, alarmes, cercas eletrificadas e guardas particulares.

Mas se não é inerente à população pobre baixadense a violência, o que a distingue e pode até mesmo ofuscar o preconceito que perceptivelmente se vincula à região e aos seus moradores?

A busca pelo alcance da cidadania é uma resposta possível a tal pergunta. Talvez várias outras respostas sejam corretas para o viajante corajoso o suficiente para se aventurar no terreno não muito sólido que é a Baixada Fluminense, porém para mim a Baixada é um palco privilegiado para a visualização de cidadãos-só ansiosos por alcançar a cidadania plena. Ali sobrevivem seres carregados para lá pela difícil vida na “roça” e desejosos da amenização de suas aflições. Aliás, a origem interiorana dos moradores da Baixada pode ser a chave para a explicação de sua aparente passividade e da solidariedade que possibilitou o surgimento e a dinamização da rede de resolução de problemas práticos a qual se vincula o tipo de liderança popular típica da região.

Na costumeira percepção negativa sobre a Baixada Fluminense e a sua população, a origem interiorana - principalmente sertaneja nordestina - chamou sempre a atenção porque facilitava a visão da Baixada Fluminense como uma nova terra sem lei, semelhante às regiões semi-áridas do Nordeste brasileiro. Se é difícil sustentar a visão do lugar como um transplante do sertão nordestino, parece temerário para mim, vincular de forma dualista e superficial, a origem rural dessa população com a violência extremada também presente na periferia do Rio

de Janeiro, mas se a opção é pela busca das “origens” das realidades sociais, então deveríamos pelo menos tentar ser justos e enxergar quais valores rurais carregados pelos baixadenses caracterizam-se como positivos.

A reação baixadense à constante ausência estatal configurou o que chamei de *rede de resolução de problemas práticos*. Seria impossível essa rede se inexistisse a solidariedade entre os moradores dos bairros proletários Baixadenses. Surgem em cada um dos casos-problema trabalhados nesta tese essa cumplicidade entre iguais, lembrando o que Sergio Buarque de Holanda designou cordialidade em sua clássica análise da sociedade brasileira. A atitude baixadense de ignorar o Estado e estabelecer laços suficientemente fortes, e todos eles alicerçados em uma espécie de fraternidade, talvez explique o pouco sucesso dos meios formais de acesso ao poder público e o próprio desprezo às reivindicações de direitos. O abraço às maneiras informais de resolver problemas, ao contrário, faz parte desse universo em que todos aqueles que ocupam órgãos estatais devem ser percebidos como integrantes da vizinhança e resolventes dos graves problemas básicos existentes desde a chegada dos primeiros brasileiros interioranos, nas décadas iniciais do século passado.

É claro que a partir da chegada desses pioneiros homens e mulheres originários de outras regiões do Brasil, a vida política da Baixada Fluminense modificou-se, dinamizando-se na mesma medida em que as tradições agrícolas dali mesclavam-se com os novos valores construídos pelos proletários, algo que ao longo de todo este trabalho foi enfatizado como forma de se tentar determinar as identidades dessa população economicamente subalterna, entretanto possuidora de um desejo de inserir-se socialmente, objetivo que é alcançado de forma peculiar através das estratégias populares de resolução dos problemas, base da própria maneira baixadense de governar, para mim originária do tipo de liderança popular cuja gênese e desdobramentos são descritos em alguns dos casos dissecados acima.

Retomando a discussão inicial dessa conclusão, enfatizo que apesar do tema cidadania ter se tornado comum no ambiente acadêmico, ainda é raro a visualização da luta pela cidadania quando os observados são mulheres e homens de classes populares não organizados dentro do que Marcos Alvito chama de “estruturas supralocais” e de “poderes locais” em seu quadro que contém as cores da favela de Acari²⁵⁰. Dona Ilda, Adriano Vianna, Seu Souza e o vereador cujo pseudônimo é aqui Marcelo Souza não se notabilizaram por estruturar o seu poder em organizações locais e também não recorreram às “estruturas supralocais”- dentre as quais Alvito localiza as organizações não governamentais e qualquer órgão estatal - para resolver problemas geralmente presentes em qualquer local habitado por pobres nas regiões metropolitanas latino-americanas. Em lugar disso a solução manteve-se informal, contribuindo para a manutenção da invisibilidade própria dos habitantes das periferias sociais e consequentemente para a não percepção da população dos bairros que circundam as cidades constituintes da Baixada Fluminense como capazes de lutar pelos direitos que compõe a vida cidadã. O que se destacou imediatamente das características da Baixada Fluminense foi o seu aspecto mais incivilizado, por isso os assassinados baixadenses sempre chamaram a atenção daqueles que se debruçaram sobre o conjunto de proletários habitantes dos bairros que rodeiam essas cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Mas se uma estrutura de poder local organizada não pode ser nomeada, a maneira baixadense de resolver problemas foi forte o suficiente para orquestrar a divisão distrital ocorrida nessa região ao longo dos anos 1990 e a partir das facilidades legais trazidas pela Constituição Federal de 1988. É claro que este não foi um evento isolado. Em todo o Brasil, conforme verificado acima, o número de distritos transformados em municípios foi muito grande ao longo de toda a década de 1990, revelando uma maneira de novas máquinas administrativas serem criadas a fim de favorecer elites políticas regionais. Na Baixada essa explicação geral é tam-

²⁵⁰ ALVITO, Marcos. **As cores de Acari**: uma favela carioca. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

bém verdadeira? Sim, porém fatores internos ficam perceptíveis a partir de uma investigação mais pontual e essa constatou que a razão para o esfacelamento do município de Nova Iguaçu ao longo dos últimos anos do século passado deveu-se principalmente ao desejo popular de carregar até à chefia dos novos municípios, lideranças identificadas todas elas com a resolução de problemas práticos e comprometidas com a globalização desta forma popular de alcance da cidadania experimentada de forma eficaz na região.

Mesmo a selvageria representada pelos justicamentos extremamente comuns na região da Baixada Fluminense, em uma visão microscópica, ganha novos contornos, muito embora não perca seu caráter bárbaro. Acontece que para o baixadense médio o resultado dos assassinatos (a eliminação imediata do risco de assaltos, furtos e estupros nos bairros) resolve um problema crônico nas periferias de cidades baixadenses, ou seja, a insegurança pública.

Se a grande maioria dos moradores proletários dali não visualizam os assassinatos com bons olhos, eles também conseguem chamar os “matadores de bairro”, de “mal necessário”, em uma clara demonstração de que muito embora a prática de justicamentos seja condenável, o seu resultado é deglutido sem esforços e se encaixa perfeitamente dentro da teia de soluções populares aqui investigada, possibilitando inclusive a transformação do líder comunitário “involuntário” Marcelo Souza em vereador detentor de um grande número de “centros sociais” ordenadores do assistencialismo que garante suas sucessivas e cômodas eleições.

Negar a realidade do assistencialismo que permeia as relações entre moradores, agentes políticos oficiais e candidatos a cargos públicos seria certamente arriscado. Porém um olhar abaixo da superfície dessas relações revela que as trocas não se estabelecem nos bairros proletários como uma via de mão única. A carreira comunitária do vereador Marcelo Souza demonstra de forma exemplar essa realidade baixadense, onde a ascensão política oficial de um líder popular corresponde a um fortalecimento de suas ligações com homens e mulheres

habitantes de “sua área” que sempre entendem ser função sua “melhorar o bairro” ou auxiliar os mais pobres a sobreviverem com alguma dignidade, o que é entendido tanto pelos moradores quanto pelo vereador como algo alcançado através do oferecimento de serviços e bens materiais essenciais.

Assim, a distribuição de alimentos, o oferecimento de emprego, materiais de construção, serviços médicos e tantos outros se confunde com a promessa de “justiça” através da eliminação física de bandidos que “infestam” a área” e “infernizam” a vida dos proletários que visualizam o vereador como a sua “tábua de salvação”, reforçando a idéia geral - nascida da experiência - de que as ações estatais são ineficientes ou até inexistentes e que problemas devem ser resolvidos através do recurso àqueles que foram escolhidos dentro da própria comunidade, estes sim comprometidos com a resolução dos problemas próprios da região da Baixada Fluminense. Nesta perspectiva não espanta o pouco sucesso de agentes políticos ortodoxos na região da Baixada.

Discursos políticos não pragmáticos dizem nada aos proletários baixadenses autoconstrutores de seu próprio destino através da rede de resolução de problemas práticos em uma terra adotada à força por esses imigrantes e onde o Estado manteve-se inacessível tal como o castelo ao Agrimensor K., personagem principal do romance de Franz Kafka, também arrancado de sua terra natal atraído pelo novo trabalho e vida à sombra do enigmático e burocrático castelo onde jamais conseguirá chegar apesar de seus repetidos esforços para conhecer seus empregadores e até mesmo qual a sua verdadeira função.

O senhor K. aproxima-se também do cidadão-só baixadense na medida em que, na impossibilidade de dialogar com seus “senhores”, usurpa propriedades e funções dos castelões marcados todos pela indolência e prepotência inexplicáveis. Na Baixada Fluminense, de forma diferente do mundo ficcional kafkiano, o Estado não prevaleceu sobre o indivíduo, ou o

grupo indefeso de homens e mulheres. Se no início da colonização proletária os forasteiros eram os recém migrantes, ao longo das décadas seguintes os papéis se inverteram e as características políticas dessa região deixaram de ser o espelho da antiga elite regional para refletir a imagem dos novos habitantes que, unidos, criaram formas diversas de pessoas pertencentes às classes subalternas transformarem-se em cidadãos que visualizam o Estado e seus órgãos de forma negativa quase sempre, mas que, no entanto, não se furtam a substituir os agentes administrativos onde estes jamais conseguiram penetrar sem a ajuda popular, algo que confirma o novo paradigma segundo o qual há vida nas formas populares de reação às ações violentas ou mesmo as inações do poder público, revelando-se incompleto o tradicional ponto de vista segundo o qual as classes populares reproduzem somente o pensamento das elites.

Reinterpretações constantes de ações políticas oficiais e sobretudo construções ideológicas populares pululam anônimas em uma região habitada por gente pobre como a Baixada Fluminense. Resta aos pesquisadores mais atentos explorarem os aspectos vários da vida social produzida pelos proletários enraizados à força nesta particular porção da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Livros, dissertações, teses, artigos

AGUIAR, Janecleide Moura de. **Da coleta do lixo a cidadania ativa?** Estudo sobre o grupo de Representantes de Rua de Rancho Fundo. 1997. Dissertação (mestrado em sociologia) – Programa de pós-graduação em sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

ALBERTI, Verena. **História oral:** a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

ALVES, José Cláudio Souza. **Baixada Fluminense:** a violência na construção do poder. 1998. Tese (doutorado em sociologia) - Programa de Pós-graduação em sociologia, Universidade de São Paulo, 1998.

ALVES, José Cláudio Souza. Baixada Fluminense: o código genético social de uma periferia. **Revista FEUDUC/CEPEA/PIBIC**, n. 1, ago. 1999.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões ao Extermínio:** Uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.

ALVES, José Cláudio Souza. **Igreja Católica:** opção pelos pobres. 1991. Dissertação (mestrado em sociologia e política) - Programa de pós-graduação em sociologia e política, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1991.

ALVITO, Marcos. **As cores de Acari:** uma favela carioca. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BARRETO, Alessandra Siqueira. **Cartografia política:** as faces da política na Baixada Fluminense. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BARRETO, Alessandra Siqueira. Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. **Campos**, n.5, v. 2, 2004.

BELOCH, Edith Maria. **Loteamentos Periféricos:** Algumas considerações sobre essa forma de moradia proletária. 1980. Dissertação (mestrado em Planejamento Urbano) - Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980.

BELOCH, Israel. **Capa Preta e Lurdinha**: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada. Rio de Janeiro: Record, 1985.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das bases**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BREMAEKER, François E. J. Limites à criação de novos municípios: a emenda constitucional. n. 15. **Revista de Administração Municipal**, v. 43, n. 219, abr./dez, 1996, p.118-128.

BREMAEKER, François E. J. Os novos municípios brasileiros instalados entre 1980 e 1990. Rio de Janeiro, Ibam.

BREMAEKER, François E. J. Os novos municípios: surgimento, problemas e solução. **Revista de Administração Municipal**, v. 40, n. 206, abr./dez. 1993. p. 88-99.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

BUSS, Paulo Marchiori. **Padrão de utilização de serviços de saúde**: inquérito domiciliar no município de Nova Iguaçu. 1979. Dissertação (Mestrado em Medicina Social) - Programa de pós-graduação em medicina social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1979.

CARNEIRO, Leandro Piquet e KUSCHNIR, Karina. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.13, n. 24, 1999, p. 227-250.

CARVALHO, Iracema Baroni de. **Laranjas brasileiras**. Nova Iguaçu: Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. 1987. **Os Bestializados**. São Paulo, Cia. das Letras.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2005.

CASTRO, Marre. **Qualidade de vida urbana**: crítica e autocrítica. In: Anais do Simpósio de Estudos do Planejamento Urbano e Habitacional. Rio de Janeiro, NEURB/PUC, 1978.

CAVALCANTI, Sandra Tenório. **Tenório, meu Pai**. Rio de Janeiro: Global, 1996.

COSTA, Marta Bebianno. **Loteamentos na periferia do Rio de Janeiro**: um espaço de luta. 1979. Dissertação (mestrado em planejamento urbano) - Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1979.

D'OLIVEIRA, Sônia Azevedo le Cocq. **A influência dos movimentos sociais urbanos na definição de políticas habitacionais**: o caso de São João de Meriti. 1988. Dissertação (mestrado em planejamento urbano) - Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.

DAVIS, Natalie Z. **O retorno de Martin Guerre**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

DINIZ, Eli. **Voto e máquina política**: Patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

ENNE, Ana Lucia Silva. **“Lugar, meu amigo, é minha Baixada”**: memória, representação social e identidade. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova velha história: O retorno da história política. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História oral**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FORTE, José Matoso Maia. **Memória da fundação de Iguassú**. Rio de Janeiro: Tipografia Jornal do Comércio: Rio de Janeiro, 1933.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro, J. Zahar, 2001.

GEIGER, Pedro Pichas e SANTOS, Ruth Lyra. Notas sobre a Evolução da Ocupação Urbana da Baixada Fluminense. **Separata da Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 3, ano 56, jul/set. 1955.

GEIGER, Pedro Pinchas, MESQUITA, Míriam Gomes Coelho. **Estudos rurais da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GÓIS, Hildebrando de Araújo. **O Saneamento da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, 1939.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiográfica no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, n. 34, 2004.

GRINBERG, Keila. **O Fiador dos Brasileiros: Cidadania, escravidão e direito civil nos tempos de Rebouças**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRYNSZPAN, Mario. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 14, ano 5, 1990.

KUSCHNIR, Karina. **Eleições e representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

KYMLICKA, Will; NORMAN, Wayne. Return of the Citizen: A Survey of Recent Work on Citizenship Theory, In **Ethics**, n. 104, Chicago, The University of Chicago Press, 1994.

LACERDA, Stélio. **Uma Passagem pela Caxias dos Anos 60: Fragmentos de Memória e Registros Diversos**. Duque de Caxias: [s.n.], 2001.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.

LEI, Justiça e Cidadania. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV/ISER, 1997.

LESBAUPIN, Yves do Amaral. **Direitos humanos e classes populares**: os direitos na perspectiva de grupos populares do município de Nova Iguaçu. 1982. Dissertação (Mestrado em sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, IUPERJ, 1982.

LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. **Microstoria**: escalas, indícios e singularidades. 1999. Tese (doutorado em história) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

LIMA, Maria Helena Beozzo de. Em busca da casa própria: Autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro. In: VALADARES, Licia. **Habitação em Questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

LOUZEIRO, José. **Mito em chamas**: A lenda do justiceiro Mão Branca. São Paulo: Moderna, 1997.

MARTINS FILHO, E. Os três caminhos para as Minas Gerais. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1963.

MEDEIROS, Arlindo de. **Memória Histórica de São João de Meriti**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1958.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os Indesejáveis**: Protesto, crime e expulsão na capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: UERJ, 1996.

MONTEIRO, Linderval Augusto. **Baixada Fluminense, identidades e transformações**: Estudo de relações políticas na Baixada Fluminense...2001. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

MONTEIRO, Linderval Augusto. **Baixada Fluminense**: ausência e informalidade. Soluções práticas da população baixadense a partir da ineficiência do poder público. O caso Joca. 1996. Monografia (bacharelado em história), graduação em história, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

MOREIRA, Tânia Maria Sales. **Chacinas e falcatruas**. Rio de Janeiro: Lúmen júris, [199-].

NEVES, Lucília de Almeida. Memória e História: substratos de identidade. **Revista do XX Simpósio Nacional da Associação Nacional de História**, São Paulo, Humanitas/USP/ANPUH, 1999, pp. 1061-1069.

NORONHA, Rudolf. Criação de novos municípios: o processo ameaçado. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 219, p. 110-117, abr./dez. 1996.

NORONHA, Rudolf. Emancipações municipais: como ficam os municípios de origem. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 214, p. 67-80, abr./dez. 1995.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades Estreitamente Vigeadas: O detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PEIXOTO, Rui Afranio. **Imagens Iguassuanas**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1968.

PEREIRA, Waldick. **A mudança da Vila: história iguaçuana**. Nova Iguaçu: Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 1997.

PEREIRA, Waldick. **Cana, Café & Laranja**. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977.

PEREIRA, Waldick. **Nova Iguaçu para o curso normal**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1969.

PERES, Guilherme. **Os Caminhos do Ouro**. Duque de Caxias: Consórcio de Administração de Edições, 1993.

PERES, Guilherme. **Tropeiros e Viajantes na Baixada Fluminense**. Mesquita: Shaovan, 2000.

PINSKY, Jayme; PINSKY, Carla Bassanezy. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.10, v. 5, 1992 .

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 3, v. 2, 1989.

PRADO, Walter. **História Social da Baixada Fluminense**: Das sesmarias a Foros de Cidade, Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2000.

RAMALHO, José Ricardo. **Estado patrão e luta operária**: o caso FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

RAVEL, Jacques. **Jogos de escalas**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SANTOS, Carlos Nelson dos. Voltando a pensar em favelas por causa das periferias in **Anais do Simpósio de Estudos do Planejamento Urbano e Habitacional**. NEURB, PUC, Rio de Janeiro, 1978.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SEGADAS, Maria Terezinha. **Nova Iguaçu**: absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. 1960. Tese (livre-docência em geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade Nacional de Filosofia, 1960.

SENTO-SÉ, João Trajano. Brizola e a liderança popular. **Artigo inédito**.

SOUZA, Josinaldo Aleixo de. **Os Grupos de Extermínio em Duque de Caxias Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro, dissertação de Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. **Os desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVII. 3 e.d., Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SOUZA, Marlúcia; PIRES JÚNIOR, Roberto. **Terra de muitas águas**. Duque de Caxias: papellaria Itatiaia, 1994.

SOUZA, Sonali Maria de. **Da Laranja ao Lote**: Transformações sociais em Nova Iguaçu.

Rio de Janeiro. 1992, Dissertação (Mestrado em Antropologia), Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência dos municípios brasileiros**. Brasília: Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura: 2007.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

Fontes

Entrevistas de História Oral

ALMEIDA, Geraldo Magela. Entrevista concedida em 21 fev. 2006.	Pintor de paredes, natural de Minas Gerais, nascido em 09 maio 1943.
ALVES, João de Melo. Entrevista concedida em 09 jun. 1997	Vendedor ambulante, natural do Espírito Santo nascido em 08 mar. 1960.
ALVES, José da Costa. Entrevista concedida em 09 jun.1998.	Pedreiro, natural do Espírito Santo, nascido em 09 jun. 1942.
ALVES, Marta Mateus. Entrevista concedida em 03 jun. 2004.	Trabalhadora doméstica, natural de Minas Gerais, nascida em 06 de ago. 1965.
AMADO, Carlos de Freitas. Entrevista concedida em 09 jul. 2004.	Catador de papel, natural de São Paulo nascido em 18 ago. 1974.
ARAÚJO, Fernando José. Entrevista concedida em 12 dez. 1999	Militar reformado, natural de Minas Gerais, nascido em 04 abr. 1945.
AZEVEDO, João da Silva. Entrevista concedida em 04 ago. 2005.	Aposentado, natural de Sergipe, nascido em 10 jul. 1966.
AZEVEDO. Entrevista concedida em 21 fev.	Mecânico de automóveis, natural de Per-

2006.	nambuco, nascido em 04 mar. 1955.
BARBOSA, Carlos Aparecido. Entrevista concedida em 15 nov. 2003.	Pintor de automóveis, natural do Rio de Janeiro, nascido em 12 fev. 1967.
BARCELOS, Vítor Augusto. Entrevista concedida em 10 set. 1999.	Carpinteiro, natural da Paraíba, nascido em 08 mar. 1940.
BASTOS, Fernando. Entrevista concedida em 02 nov. 2005.	Vigilante, natural do Espírito Santo, nascido em 19 maio 1944.
BASTOS, Hélio Pereira. Entrevista concedida em 18 dez. 2004	Comerciário, natural de Sergipe, nascido em 11 out. 1942.
CARLOS FILHO, Amadeu da Silva. Entrevista concedida em 05 out. 2004.	Pedreiro, natural da Bahia, nascido em 01 jun. 1942.
CARVALHO, Márcio Monteiro. Entrevista concedida em 09 jan. 2006	Pedreiro, natural da Paraíba, nascido em 17 jul. 1939.
CARVALHO, Maria de Freitas Entrevista concedida em 10 set. 2003.	Dona de casa / líder comunitária, natural de Rio de Janeiro, nascida em 12 set. 1982.
CASTRO, Caetano Souza. Entrevista concedida em 03 jan. 2001.	Comerciante, natural da Bahia, nascido em 01 jul. 1948.
CASTRO, Maria de Alves. Entrevista concedida em 05 jun. 2005	Dona de casa, natural de Minas Gerais, nascida em 09 set. 1965.
CAVALCANTI, Severino da Costa. Entrevista concedida em 10 dez. 2003.	Pedreiro, natural do Rio Grande do Norte, nascido em 30 dez. 1938.
CORDEIRO, Lílian Expedito. Entrevista concedida em 22 jul. 1998	Dona de casa, natural de Rio de Janeiro, nascida em 10 maio 1965.
COSTA FILHO, Alberto Carlos. Entrevista concedida em 10 jan. 2004.	Servente de pedreiro, natural da Paraíba, nascido em 02 nov. 1950.
COSTA, Edmundo da. Entrevista concedida	Ladrilheiro, natural do Espírito Santo, nas-

em 12 jan. 2006.	cido em 19 abr. 1942.
COSTA, Flávio Cardoso. Entrevista concedida em 02 nov. 2004.	Carpinteiro, natural de Pernambuco, nascido em 04 maio 1927.
DAMASCENO, Daniel. Entrevistas concedidas em 20 jul. 2004 / 24 jul. 2004 / 19 Jan. 2005	Líder comunitário / Presidente de associação de moradores, natural do Espírito Santo, nascido em 28 dez. 1950.
ELIAS, Joaquim da Silva. Entrevista concedida em 21 out. 2005.	Pedreiro, natural da Paraíba, nascido em 19 fev. 1940.
FELICIANO, Flávio da Costa. Entrevista concedida em 23 jul. 2005.	Bombeiro hidráulico, natural do Rio Grande do Norte, nascido em 01 jan. 1958.
FERRAZ, Carlos de Abreu Entrevista concedida em 10 set. 2000.	Pedreiro, natural de Piauí, nascido em 16 maio 1940.
FERREIRA, Carlos Luiz. Entrevista concedida em 11 jan. 2006.	Ladrilheiro, natural de Minas Gerais, nascido em 25 jan. 1942.
FREITAS, Otacílio José de. Entrevista concedida em 21 nov. 1995	Operário do setor químico, natural do Ceará, nascido em 02 set. 1949.
GOMES, Nair. Entrevista concedida em 28 de jul. 2004.	Empregada doméstica, natural de Minas Gerais, nascida em 12 dez 1975.
GREGÓRIO, Carlos Alberto. Entrevista concedida em 12 set. 2003.	Policial militar (sargento) , natural do município do Rio de Janeiro, nascido em 30 out. 1965.
LAMEU, Ildacilde do Prado. Entrevistas concedidas em 10 jan. 2004 / 18 jan. 2005 / 21 jan. 2005	Líder comunitária / dona de casa / agricultora, natural de Minas Gerais, nascida em 04 ago. 1947.
LAMEU, José Ferreira. Entrevista concedida em 18 jan. 2005.	Aposentado, natural de Minas Gerais, nascido em 10 dez. 1940.
LEITE, Antonio Souza. Entrevista concedida em 21 ago. 1995/ 21 ago. 1995 / 27 maio	Líder comunitário, natural de Rio Bonito (RJ), nascido em 21 fev. 1925.

2005 / 07 set. 2005 / 06 jan. 2005	
LIMA, Edmilson Silva de. Entrevista concedida em 06 dez. 2003.	Carpinteiro, natural de São Paulo, nascido em 27 jun. 1942.
LIMA, Paulo Souza. Entrevista concedida em 15 nov. 2005.	Operário do setor químico, natural do Rio de Janeiro, nascido em 31 dez. 1949.
M.D.P. Entrevista concedida em 23 jul. 2003.	Catador de lixo, natural de Pernambuco, nascido em 15 jul. 1970.
MACHADO, Artur Souza. Entrevista concedida em 12 out. 2004.	Gráfico, natural de Sergipe, nascido em 27 abr. 1960.
MACHADO, Isaura. Entrevista concedida em 22 jan. 2004.	Trabalhadora doméstica, natural do Ceará, nascido em 02 set. 1949.
MARTINS, Sebastião. Entrevista concedida em 03 ago. 2005.	Pedreiro, natural de Minas Gerais, nascido em 07 fev. 1956.
MATOS FILHO, Fernando Ferreira. Entrevista concedida em 09 abr. 1999.	Pedreiro, natural de Rio de Janeiro, nascido em 08 mar. 1956.
MATOS, Fernando Ferreira. Entrevista concedida em 09 abr. 1999.	Servente de pedreiro, natural de Rio de Janeiro, nascido em 09 set. 1970.
MEDEIROS, Severino da Silva. Entrevista concedida em 16 jan. 2005.	Aposentado, natural do Ceará, nascido em 21 abr. 1938.
MENEZES, Euclides. Entrevista concedida em 10 jan. 2004.	Ladrilheiro, natural de Valença, nascido em 09 mar. 1969.
MESSIAS, Marcelino Francisco. Entrevista concedida em 15 jun. 2004.	Balconista, natural de Minas Gerais, nascido em 11 abr. 1958.
MORAIS, Alan da Silva. Entrevista concedida em 30 ago. 2005.	Pedreiro, natural do Rio Grande do Norte, nascido em 11 set. 1956.
MOREIRA, João da Silva. Entrevista conce-	Pedreiro, natural do Rio de Janeiro, nascido

dida em 30 jun. 1998	em 10 fev. 1964.
MOTA, Eduardo Pereira. Entrevista concedida em 12 jan. 2006.	Motorista, natural do Rio de Janeiro, nascido em 10 fev. 1964.
NOGUEIRA, Ronaldo Pereira. Entrevista concedida em 10 dez. 2003.	Policial militar (cabo), natural do Rio de Janeiro, nascido em 01 out. 1975.
NOVAES, Guilherme Antônio. Entrevista concedida em 10 out. 1995.	Aposentado do setor químico, natural do interior do estado do Rio de Janeiro, nascido em 08 mar. 1948.
NOVAES, Mário Geraldo. Entrevista concedida em 02 set. 1995.	Bombeiro hidráulico, natural do Rio de Janeiro, nascido em 10 nov. 1958.
PEÇANHA, Álvaro Souza. Entrevista concedida em 15 jan. 2005.	Pedreiro, natural do Espírito Santo, nascido em 27 jun. 1964.
PEREIRA, José Azevedo. Entrevista concedida 27 maio 2005	Pedreiro, natural do Espírito Santo, nascido em 09 mar. 1945.
PEREIRA, Marcos Damião. Entrevista concedida em 01 fev. 2004.	Servente de pedreiro, natural do Rio de Janeiro, nascido em 09 mar. 1975.
PEREIRA, Mário da Silva. Entrevista concedida em 01 fev. 2004.	Empreiteiro, natural da Bahia, nascido em 30 mar. 1972.
PEREIRA, Volner Maia. Entrevista concedida em 06 jul. 2004.	Comerciário, natural do Ceará, nascido em 09 mar. 1972.
PIRES, José da Silva. Entrevista concedida em 08 fev. 2004.	Pedreiro, natural do Espírito Santo, nascido em 19 mar. 1955.
PRADO, Manoel da Silva. Entrevista concedida em 30 nov. 2005.	Cozinheiro, natural do Rio de Janeiro, nascido em 23 jun. 1956.
QUEIROZ, Fabiano da Silva. Entrevista concedida em 29 out. 1998.	Balconista, natural de Rio de Janeiro, nascido em 29 maio 1969.
QUEIROZ, Jorge. Entrevista concedida em	Eletricista, natural de Rio de Janeiro, nasci-

29 out. 1995 / 09 ago. 2004.	do em 25 dez. 1964.
RODRIGUES, Carlos da Silva. Entrevista concedida em 07 set. 2005.	Pedreiro, natural de Pernambuco, nascido em 11 set. 1956.
ROSA, Sebastião Monteiro. Entrevista concedida em 20 jan. 2004.	Vendedor ambulante, natural do Rio de Janeiro, nascido em 18 set. 1969.
RUBEM, Luiz Carlos. Entrevista concedida em 10 jul. 2005.	Balconista, natural de Pernambuco, nascido em 01 jan. 1978.
SANTOS, Clelson de Lima. Entrevista concedida em 01 nov. 1995	Aposentado do setor químico, natural de Pernambuco, nascido em 02 abr. 1945.
SANTOS, José de Lima. Entrevista concedida em 01 nov. 2005.	Aposentado, natural do Ceará, nascido em 06 jul. 1928.
SANTOS, Marcílio. Entrevista concedida em 13 jan. 2004.	Aposentado, natural de Pernambuco, nascido em 24 fev. 1940.
SILVA, André. Entrevista concedida em 01 fev. 2004	Catador de lixo, morador da favela Nova Jerusalém, natural de Rio de Janeiro, nascido em 23 maio 1982.
SILVA, Caio da. Entrevista concedida em 07 set. 2004.	Pastor protestante, natural de Sergipe, nascido em 01 out. 1939.
SILVA, Cláudio da Silva. Entrevista concedida em 29 ago. 1999.	Aposentado do setor naval, natural de Pernambuco, nascido em 04 dez. 1948.
SILVA, Elias. Entrevista concedida em 04 fev. 2006	Motorista, natural de Minas Gerais, nascido em 23 jan. 1956.
SILVA, Fabiano Viana. Entrevista concedida em 18 jul. 2004.	Soldador, natural do Espírito Santo, nascido em 08 ago. 1974.
SILVA, Fábio Carvalho. Entrevista concedida em 10 out. 2003	Mecânico, natural do Rio de Janeiro, nascido em 08 ago. 1963.
SILVA, Fabrício. Entrevista concedida em	Ladrilheiro, natural do Rio de Janeiro, nas-

11 jan. 2004.	cido em 08 ago. 1981.
SILVA, Flávio Moreira da. Entrevista concedida em 19 dez. 2005.	Bombeiro hidráulico, natural do Rio de Janeiro, nascido em 27 fev. 1964.
SILVA, João Breder da Silva. Entrevista concedida em 09 jul. 2005.	Aposentado, natural de Minas Gerais, nascido em 27 abr. 1933.
SILVA, Joracilda Costa. Entrevista concedida em 04 jul. 2005.	Dona de casa, natural do Rio de Janeiro, nascida em 30 dez. 1960.
SILVA, Marcos Vinícius da. Entrevista concedida em 02 set. 1998.	Vendedor ambulante, natural do município do Rio de Janeiro, nascido em 30 out. 1968.
SILVA, Maria Pereira. Entrevista concedida em 04 jan. 2004.	Dona de casa, natural de Minas Gerais, nascida em 24 fev. 1975.
SILVA, Odmar da. Entrevista concedida em 28 nov. 1995.	Mecânico, natural do Rio de Janeiro, nascido em 08 ago. 1963.
SOUZA, Jaira Muniz. Entrevista concedida 13 jul. 2003	Catadora de lixo, natural de Rio de Janeiro, nascida em 18 maio 1950.
SOUZA, Jorge Martins de. Entrevista concedida em 30 de dez. 2005.	Líder comunitário, natural do Espírito Santo, nascido em 22 mar. 1953.
SOUZA, José Martins de. Entrevista concedida em 30 dez. 2005.	Servente de pedreiro, natural do Rio de Janeiro, nascido em 03 jul. 1965.
SOUZA, Marcelo. Entrevistas concedidas em 26 maio 2005 / 16 jul. 2005 / 19 jul. 2005 / 06 nov 2005 / 15 dez. 2005	Vereador, natural de Rio de Janeiro, nascido em 01 set.1955.
TELES, Ignácio de. Entrevista concedida em 29 set. 2004.	Servente de pedreiro, natural de Rio de Janeiro, nascido em 09 set. 1970.
TORRES, Natalício. Entrevista concedida em 19 de jul. 2004.	Bombeiro hidráulico, natural do Rio de Janeiro, nascido em 24 dez. 1966.
VIEIRA. Entrevista concedida em 03 fev.	Porteiro, natural de São Paulo, nascido em

2006.	30 mar. 1963.
-------	---------------

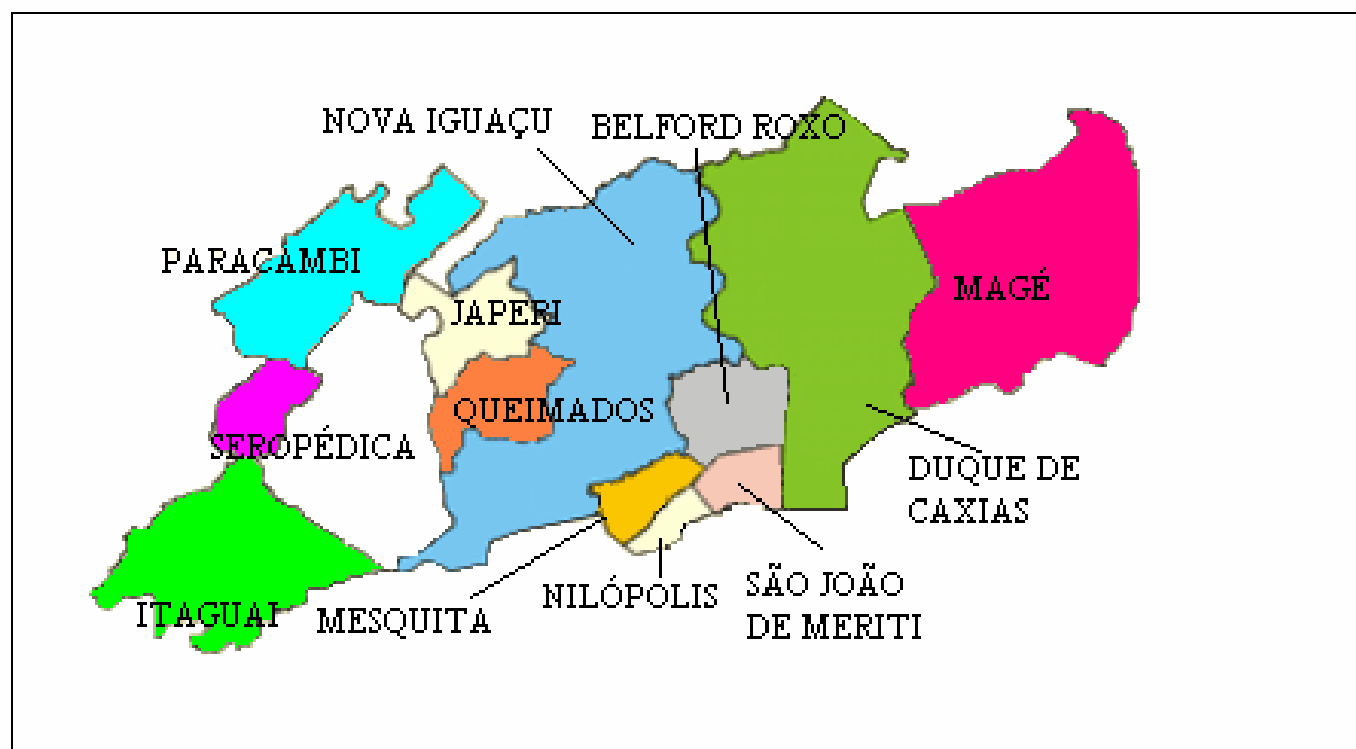
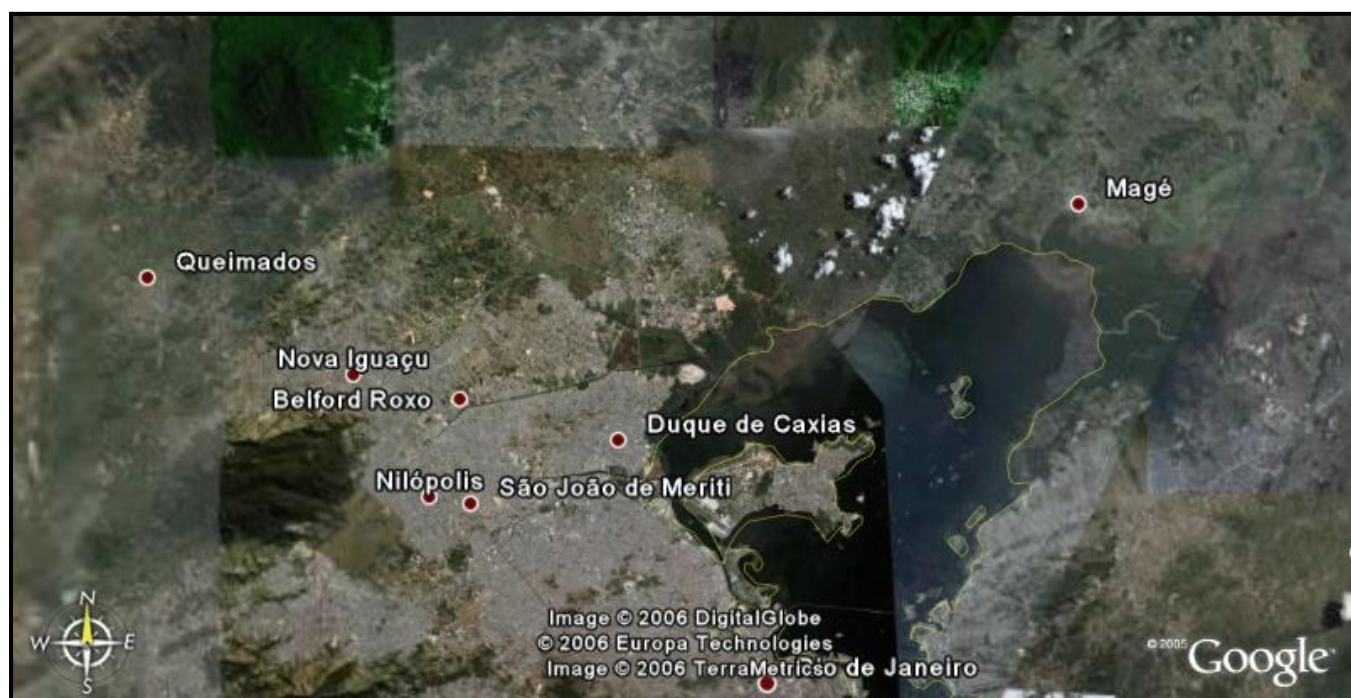
Periódicos

Correio de Maxambomba, 20 jan. 2001.	Jornal de Hoje, 23 jun. de 1994.
Correio de Maxambomba, 01 fev. 1991.	Jornal de Hoje, 25 set. 1999.
Correio de Maxambomba, 10 set. 1995.	Jornal de Hoje, 27 jul. 2005.
DC News, fev. 2004.	Jornal de Hoje, 30 nov. 1991.
Jornal de Hoje 11 out. 1992.	Jornal O Dia, 7 de julho de 1999.
Jornal de Hoje, 01 jan. 2001.	Jornal O Dia, 7 jul. 1999, p.08.
Jornal de Hoje, 03 fev. 1992.	O Dia, 30 out. 1994.
Jornal de Hoje, 06 nov.1993.	O Dia, 6 abr. 2005.
Jornal de Hoje, 22 jun. 1995.	

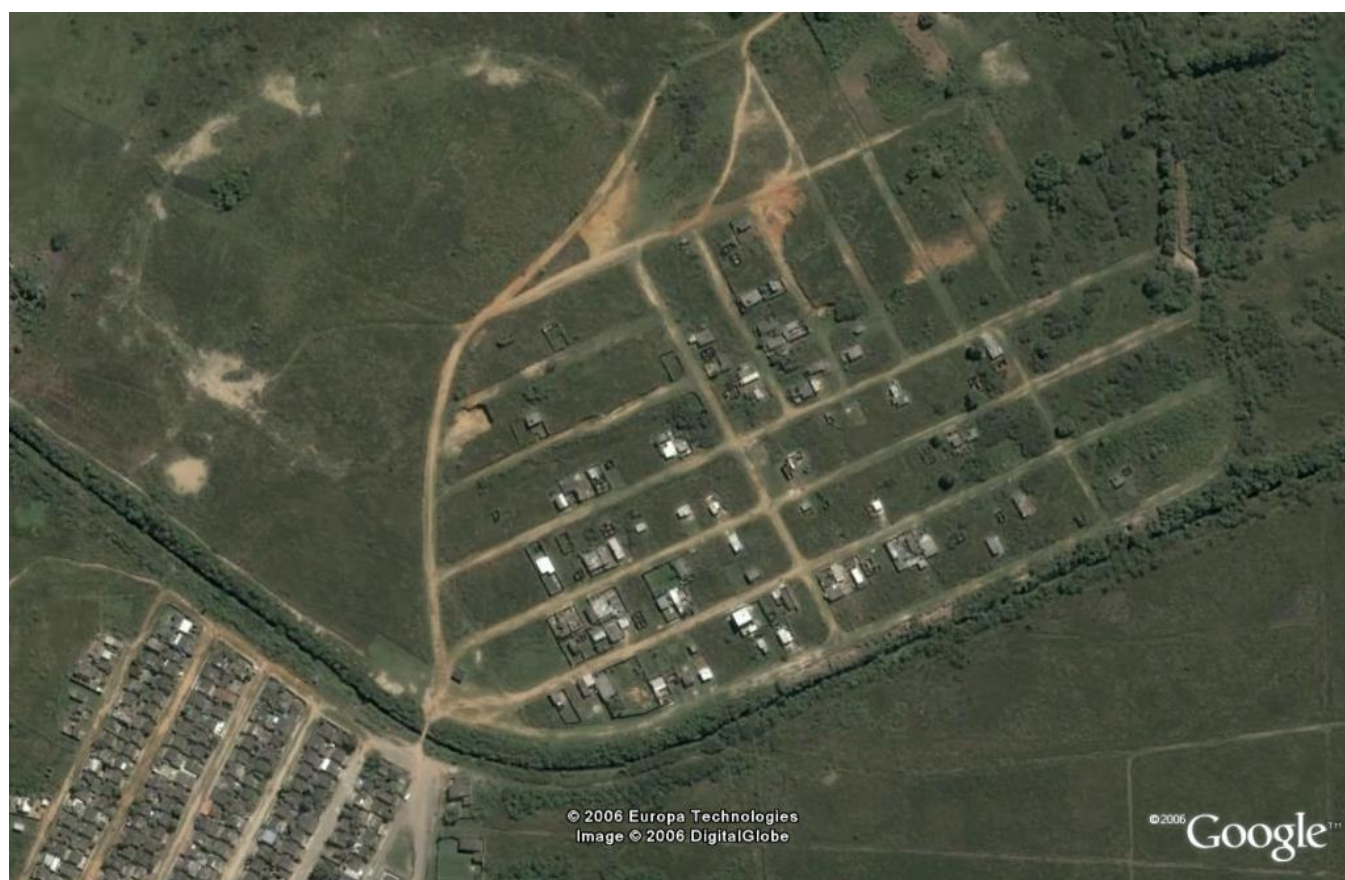
Documentos oficiais

Registro de ocorrência de número 0035672/0059/99 da METROPOL XI (TÍTULO: FLAGRANTE 689/99 - BEM ARRECADADO).
Registro de ocorrência de número 003590/0059/99 da METROPOL XI (TÍTULO: ENCONTRO DE CADÁVER - DUPLO HOMICÍDIO).
Auto de prisão em flagrante número 689/99 da METROPOL XI - 59º delegacia policial.

Anexo A: Mapas da Baixada Fluminense



Anexo B: Loteamentos baixadenses



Anexo C: Prefeitos caxienses da fundação ao ano de 2006

Prefeitos

- (2005 - 2008) - [Washington Reis de Oliveira](#) (PMDB)
- (2001 - 2004) - [José Camilo Zito dos Santos Filho](#) (PSDB)
- (1997 - 2000) - [José Camilo Zito dos Santos Filho](#) (PSDB)
- (1993 - 1996) - [Moacir Rodrigues do Carmo](#) (PFL)
- (1990 - 1992) - [José Carlos Lacerda](#)
- (1989 - 1990) - [Hydekel de Freitas Lima](#)
- (1985 - 1988) - [Juberlan de Oliveira](#)
- (1982 - 1984) - [Hydekel de Freitas Lima](#) (Interventor)
- (1978 - 1982) - [Coronel Américo Gomes de Barros Filho](#) (Interventor)
- (1975 - 1978) - [Coronel Renato Moreira da Fonseca](#) (Interventor)
- (1971 - 1975) - [General Carlos Marciano de Medeiros](#) (Interventor)
- (1971 - 1971) - [Francisco Estácio da Silva](#)
- (1967 - 1971) - [Moacyr Rodrigues do Carmo](#)
- (1963 - 1967) - [Joaquim Tenório Cavalcante](#)
- (1959 - 1963) - [Adolpho David](#)
- (1955 - 1959) - [Francisco Correa](#)
- (1952 - 1955) - [Braulino de Matos Reis](#)
- (1947 - 1950) - [Gastão Glicério de Gouveia Reis](#)

(1947 - 1947) - [Ten. Cel. Scipião da S. Carvalho](#) (Interventor)

(1947 - 1947) - [Custódio Rocha Maia](#) (Interventor)

(1947 - 1947) - [José Rangel](#) (Interventor)

(1946 - 1947) - [José dos Campos Manhães](#) (Interventor)

(1946 - 1946) - [Gastão Glicério de Gouveia Reis](#) (Interventor)

(1945 - 1946) - [Dr. Jorge Diniz de Santiago](#) (Interventor)

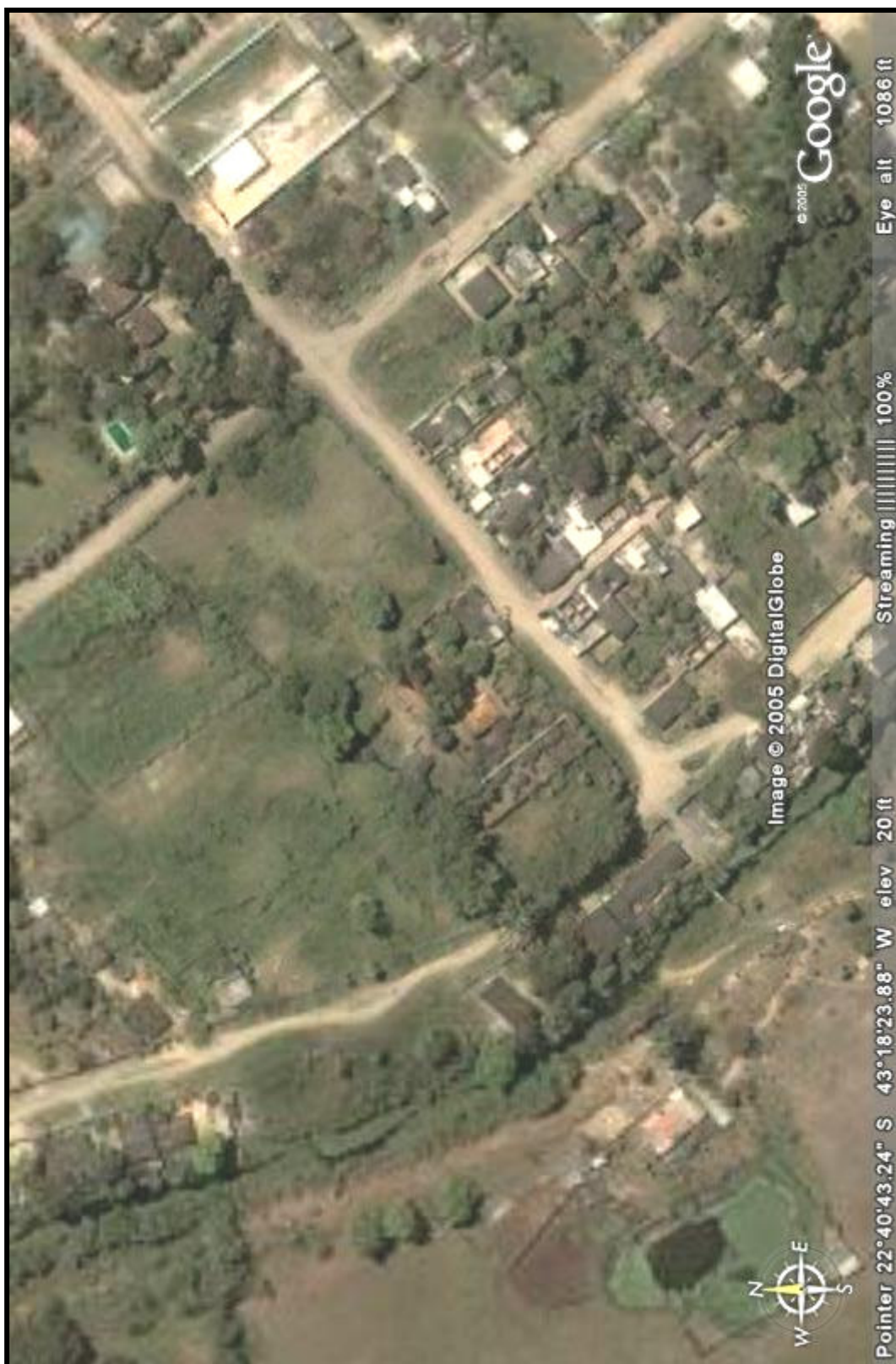
(1945 - 1945) - [Eitor Luiz do Amaral Gurgel](#) (Interventor)

(1945 - 1945) - [Antônio Cavalcante Rino](#) (Interventor)

(1944 - 1945) - [Eitor Luiz do Amaral Gurgel](#) (Interventor)

(1944 - 1944) - [Homero Lara](#) (Interventor)

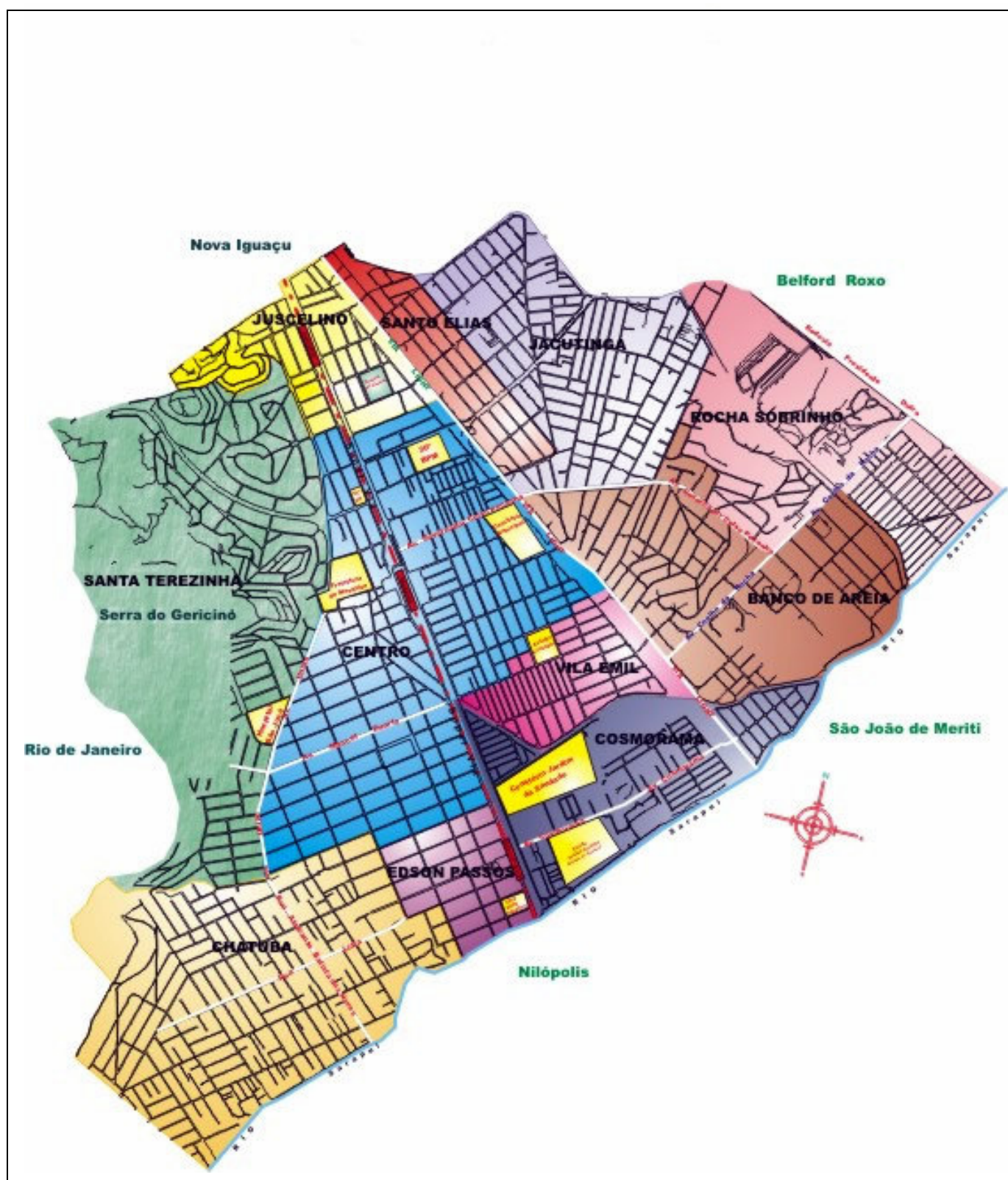
Anexo D: Bairro de Capivari



Anexo E: Ildacilde do Prado Lameu



Anexo F: O município de Mesquita



Anexo G: Índice de carências dos municípios fluminenses

Classificação	Municípios	Índice de carências (%)
1	Japeri	64
2	São José de Ubá	63,9
3	Guapimirim	63,5
4	Trajano de Moraes	63,3
5	Cardoso Moreira	63,3
6	Santa Maria Madalena	62,7
7	São Sebastião do Alto	62,6
8	Carapebus	62,5
9	Varre-Sai	62,5
10	Tanguá	62
11	Silva Jardim	61,5
12	Sumidouro	61,4
13	Laje do Muriaé	61,4
14	Seropédica	61,4
15	Engenheiro Paulo de Frontin	61,2

16	São Francisco de Itabapoana	60,6
17	Rio Claro	60,6
18	São José do Vale do Rio Preto	60,5
19	Iguaba Grande	59,9
20	Bom Jardim	59,9
21	Duas Barras	59,8
22	Comendador Levy Gasparian	59,8
23	Macuco	59,7
24	Magé	59,6
25	Sapucaia	59,1
26	Squarema	58,7
27	Rio das Flores	58,6
28	Cachoeiras de Macacu	58,6
29	Aperibé	58,5
30	Porto Real	58,4
31	Queimados	58,3
32	Quatis	58
33	Natividade	57,7

34	Paty do Alferes	57,6
35	Parati	57,5
36	Quissamã	57,4
37	Cambuci	57,4
38	Conceição de Macabu	57,3
39	Pinheiral	57
40	Porciúncula	56,9
41	Rio das Ostras	55,4
42	Piraí	55,4
43	Carmo	55,3
44	Areal	55,2
45	Belford Roxo	55
46	Paracambi	54,8
47	Italva	54,8
48	São Pedro da Aldeia	54,2
49	Paraíba do Sul	54,2
50	Cantagalo	54,1
51	Rio Bonito	54,1

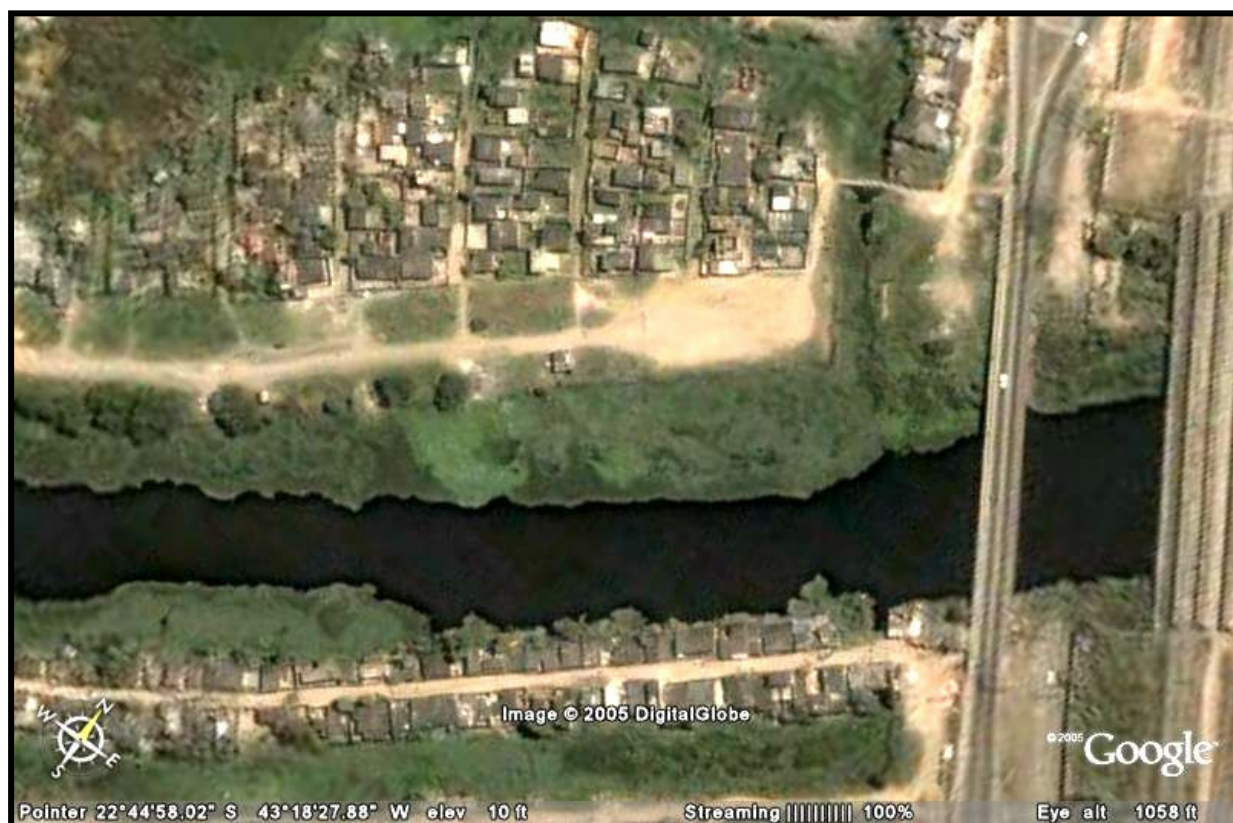
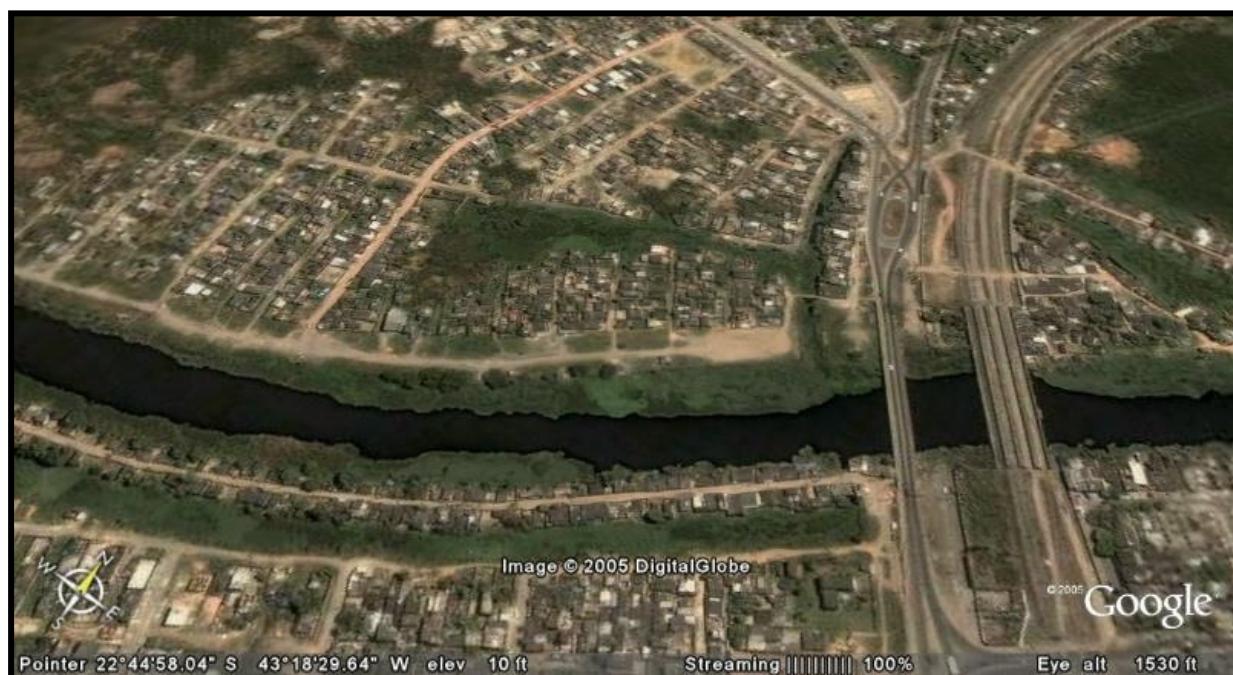
52	Mendes	53,8
53	Itaboraí	53,8
54	Itaocara	53,6
55	Cordeiro	53,3
56	Marica	52,9
57	Vassouras	52,8
58	Armação dos Búzios	52,6
59	Itaguaí	52,4
60	São João da Barra	52,4
61	Miguel Pereira	52,3
62	Miracema	52,3
63	São Fidélis	51,5
64	Bom Jesus do Itabapoana	51,2
65	Santo Antônio de Pádua	51,2
66	Araruama	51
67	Itatiaia	50,2
68	Mangaratiba	50,1
69	Casimiro de Abreu	50

70	São Gonçalo	49,3
71	Barra do Piraí	48,9
72	Teresópolis	48,3
73	Nova Iguaçu	48,2
74	Valença	48,2
75	São João de Meriti	47,5
76	Itaperuna	46,3
77	Duque de Caxias	45,9
78	Arraial do Cabo	45,9
79	Cabo Frio	45,8
80	Angra dos Reis	45,4
81	Nilópolis	45,3
82	Três Rios	45
83	Nova Friburgo	44,6
84	Barra Mansa	44,5
85	Campos dos Goytacazes	42,3
86	Macaé	41,9
87	Petrópolis	41,1

88	Resende	41
89	Volta Redonda	37,8
90	Niterói	34,1
91	Rio de Janeiro	32,4

Nota: O Município de Mesquita não foi considerado porque os indicadores são anteriores a sua instalação.

Anexo H: A favela de Nova Jerusalém.



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)